UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIASHUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WILSON MÁRIO PINHEIRO SILVA

MR-8 E CARLOS LAMARCA NA BAHIA:
cerco, prisões, torturas e mortes (1964-1972)

Salvador
2025

WILSON MÁRIO PINHEIRO SILVA

MR-8 E CARLOS LAMARCA NA BAHIA:
cerco, prisões, torturas e mortes (1964-1972)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em História Social.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Relações de Poder e Região.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior

Salvador
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves
(BUIA/FFCH)

Silva, Wilson Mário Pinheiro
S586 MR-8 e Carlos Lamarca na Bahia: cerco, prisões, torturas e mortes (1964-1972) / Wilson Mário Pinheiro Silva, 2025.
261 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior Silva
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

1. Brasil – História – Golpe civil-militar, 1964. 2. Ditadura. 3. Perseguição política. 4. Tortura. 5. Morte. I. Sena Júnior, Carlos Zacarias de. II. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 322.42

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
CARLOS ZACARIAS FIGUEIROA DE SENA JUNIOR
Data: 30/09/2025 14:54:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Carlos Zacarias F. de Sena Júnior-Orientador
(Universidade Federal da Bahia-UFBA)

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANTONIO MAURICIO FREITAS BRITO
Data: 07/10/2025 19:05:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Antônio Maurício Freitas Brito-Interno
(Universidade Federal da Bahia-UFBA)

Documento assinado digitalmente
gov.br
SANDRA REGINA BARBOSA DA SILVA
Data: 07/10/2025 17:53:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª. Dr. Sandra Regina Barbosa da Silva-Externa
(Universidade do Porto-U.Porto-Portugal)

Aos que resistiram ao golpe de 1964. Aos que foram para o enfrentamento com ações e lutas revolucionárias, sendo presos e torturados.

Para aqueles que tombaram na luta armada, sendo mortos por militares e agentes da repressão da ditadura civil-militar, além dos outros que seus corpos jamais foram localizados, dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo aos meus pais, que me encaminharam para os estudos; que me fizeram entender que o conhecimento seria a coisa mais importante na minha vida; que tudo fizeram para que um dia fosse uma pessoa letrada. Foram eles Walter Livramento Silva e Elza Neves Pinheiro Silva (*In memorian*) os responsáveis pelo homem que hoje sou e, pelo direcionamento para esta pesquisa histórica. Meu pai foi militante comunista ligado ao Partido Comunista Brasileiro-PCB. Em Feira de Santana, foi perseguido na política e esmagado financeiramente nos seus negócios, após o golpe de 1964, ele não se intimidou; não se curvou diante das ameaças e perseguições; não temeu as botas e nem as armas dos militares ou dos agentes da repressão da ditadura; resistiu dirigindo o jornal *Gazeta do Povo*, onde trabalhou Luiz Antônio Santa Bárbara como tipógrafo e tantos outros militantes comunistas na redação. Aos meus pais que já partiram do mundo material, os meus agradecimentos. A minha eterna gratidão para eles pelo desvelo, carinho e afeto.

Estudando, pesquisando e analisando como um historiador, para a produção dos textos que integram esta dissertação, chego à conclusão da minha pós-graduação em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Meu reconhecimento ao companheiro de estudos e de militância estudantil: meu irmão Roberto Livramento Silva Sobrinho (*In memorian*). Fomos juntos estudar no colégio Central da Bahia, em Salvador. Não me criticou ao me tornar foca do *Jornal da Bahia*, ao invés de estudar para Medicina, nosso compromisso ao deixar Feira de Santana em 1969. Mas ele fez por mim; colou grau em Medicina; e, infelizmente, não está mais aqui para ler este trabalho.

A minha esposa Selma Barros Daltro de Castro, agora, pós-doutora em Educação. Ela me incentivou a voltar aos estudos universitários. Seu apoio, sua ajuda, sua compreensão pela atenção que não foi possível lhe dedicar durante a pesquisa.

Aos meus filhos Weslley Daltro de Castro Silva, Bruno Moreira Silva e Wilka Graziela Moreira Silva. Weslley no início, sempre a dizer: “já sei o senhor está muito ocupado com seu mestrado...” Mudou quando foi até Buriti Cristalino, lá em Brotas de Macaúbas, quando viu e ouviu sobre torturas e mortes contra os militantes do MR-8. Bruno Moreira Silva que me incentivou ainda mais, na busca do saber e do conhecimento científico.

A todos os meus professores na Universidade Federal da Bahia-UFBA: Lina Maria Brandão Aras, Iraneidson Santos Costa, Maria de Fátima Novaes Pires, Antônio Mauricio Freitas Brito, Marcelo Pereira Lima, Rodrigo Perez Oliveira e Lucileide Costa Cardoso. A Carlos Zacarias, meu orientador, os meus agradecimentos; sempre me alertando da complexidade da pesquisa histórica; Sempre a mostrar o direcionamento, ficou mais fácil percorrer os desvios e caminhos para historicizar a luta dos militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro-MR-8 nas ações, na luta revolucionária no enfrentamento e combate contra o golpe de 1964 e a ditadura no Brasil.

Meus agradecimentos a todas as minhas fontes de informações nesta pesquisa. Na pessoa de Maria Ferreira Santa Bárbara, mulher determinada. Coragem para lutar. Ousadia de desafiar os militares e a direita radical brasileira, para que assumissem que mataram seu filho. A reparação tardou, mas o governo brasileiro reconheceu a culpa pela morte do "professor Roberto", Luiz Antonio Santa Bárbara, o guerrilheiro do MR-8. João Lopes Salgado, José Carlos de Souza, Franklin Martins, Aluízio Ferreira Palmar, Luis Ernesto Santa Bárbara, Mariluce Moura, Edelzuita Pacheco da Silva, "Ita" (*In memorian*), Vanderlino Sodre Amorim, Fabrício Telo, Juliana Marques, Sandra Regina Barbosa da Silva, Olderico Campos Barreto, Wellington Aragão, Olival Campos Barreto, Alzira Ribeiro do Espírito Santo (*In memorian*), Geraldo Maciel Barbosa (*In memorian*), Maria Dolores Campos Barreto, Manuel José da Silva, "Manuel de Senhor", Aristina Batista de Souza [Aristida] (*In memorian*), Renaildo Pereira dos Santos (Reizinho), Maria da Glória Rodrigues Gervásio, Samuel Crisanto Oliveira Silva, Jurandir Martins Rosa do Espírito Santo, Francisco Maciel, Pedro Rodrigues Barbosa, Margarida dos Santos, Wanderley Matos, Raimundo Antonio Rocha Martínez Fernández, Rosalvo do Espírito Santo Júnior, Wellington Freitas, Regina Pereira de Oliveira, Idalice Pereira de Oliveira, Euvaldo Campos, Carlos Oliveira Souza, Reni Silva de Souza, Odilon Alves Cardoso, Creuza Souza, Audelirio Saldanha, Deodato Alcântara, Ruy Cerqueira, Tania Portela, Dimas Cruz, Bruno Sodre e Jorge Prudente da Silva Fraga (In memorian).

Agradecimento especial para o professor Marcial Humberto Saavedra Castro, o maior incentivador para o meu ingresso no mestrado em História Social na Universidade Federal da Bahia e a Gilvan Silva dos Santos, assistente administrativa do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH da Ufba, sempre prestativo e atencioso no atendimento.

Podem morrer as pessoas, mas nunca suas ideias.

Che Guevara

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo central investigar as motivações que levaram o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) a montar áreas de campo na Bahia para formação de grupos guerrilheiros e ampliar a luta revolucionária contra a ditadura civil-militar que se implantou no país após o golpe de 1964. Neste estudo fazemos uso da metodologia da pesquisa da história relacionada à memória, à história oral, documental e à análise de conteúdo. A metodologia facilitou a análise transversal do conteúdo das fontes, que foram importantes para o estudo da história contemporânea do Brasil, visando que a problematização e discussão dos objetivos a que se propôs esta dissertação pudessem ser alcançados. Nesta dissertação analisamos o conteúdo da ação político-ideológica empreendida pelo MR-8 na Bahia, em Salvador e nas áreas de campo de Buriti Cristalino e Cangula, que resultou no cerco a Buriti Cristalino, com a execução de quatro dos seus militantes pela Operação Pajussara. Identificamos quais foram os impactos da desarticulação do MR-8, com prisões, torturas e mortes de seus militantes na capital e interior da Bahia. Buscamos estabelecer a relação entre a estratégia de defesa e segurança do MR-8 acerca das áreas de campo e dos seus militantes, com a articulação, montagem e objetivo da Operação Pajussara, além de analisarmos a relação de conquista de militantes, simpatizantes, os envolvimentos e as consequências que sofreram com a execução da Operação Pajussara. O estudo e a pesquisa objetivou também discutir a execução de Carlos Lamarca pelos agentes da repressão, em relação as montagens das áreas de campo para formação de grupos guerrilheiros visando ampliar a luta revolucionária contra a ditadura que se implantou no país após o golpe civil-militar de 1964. Analisamos as ações dos militantes do MR-8 que buscavam conquistar simpatizantes e apoiadores, através das suas práticas de ideologia e o trabalho político, na conscientização das massas pela organização de esquerda em Salvador, no povoado de Buriti Cristalino e em Cangula, para a luta revolucionária da organização de esquerda.

Palavras-chave: Golpe de 1964, Ditadura civil-militar, Repressão, Torturas, Mortes.

ABSTRACT

This dissertation of master´s degree has as central goal to investigate the motivations that led the October 8 Revolutionary Movement (MR-8) to set up field areas in Bahia to formation guerrilla groups and enlarge the revolutionary struggle against the civil-military dictatorship that was implanted in the country after the 1964 coup. In this study we used the research methodology related to memory, oral history, documental history, and content analysis. The methodology facilitated the cross-sectional analysis of the content of the sources, which were important for the study of contemporary Brazilian history, aiming at problematization and discussion of the objectives proposed in this dissertation could be achieved. In this dissertation we analyze the content of the political-ideological action undertaken by MR-8 in Bahia, in Salvador and in the field areas of Buriti Cristalino and Cangula, which resulted in the siege of Buriti Cristalino, with the execution of four of its militants by Operation Pajussara. We identified the impacts of the disartilation of MR-8, with arrests, torture and deaths of its militants in the capital and interior of Bahia. We brought to establish the relationship between the defense and security strategy of MR-8 regarding the field areas and its militants, with the articulation, assembly and objective of Operation Pajussara, in addition to analyzing the relationship of conquest over militants, sympathizers, the involvements and the consequences they suffered with the execution of Operation Pajussara. The study and research also had as goal to discuss the execution of Carlos Lamarca by repressive agents, the instalation of field areas for the formation of guerrilla groups aiming to expand the revolutionary struggle against the dictatorship that established in the country after the civil-military coup of 1964. We analyzed the actions of MR-8 militants that searched to conquest sympathizers and supporters, through their ideological practices and political work, in the awareness among the masses for the left-organization in Salvador, in the village of Buriti Cristalino and in Cangula, for the revolutionary struggle of the left organization.

Keywords: 1964 Coup, Civil-military dictatorship, Repression, Torture, Deaths.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**

CAPÍTULO 1: MR-8 NA BAHIA **36**

1.1 A montagem dos "aparelhos" **47**

1.2 Frentes revolucionárias em Salvador **50**

CAPÍTULO 2: RECUO DA MILITÂNCIA DA ESQUERDA PARA A BAHIA **73**

2.1 Captura do embaixador americano pela ALN e MR-8 ..... **76**

2.2 O outro MR8 ..... **94**

CAPÍTULO 3: CERCOS, PRISÕES, TORTURAS, DELAÇÕES E DESMONTE DO MR-8 EM SALVADOR **124**

3.1 Desmonte do MR-8 em Salvador **150**

CAPÍTULO 4: ÁREAS DE CAMPO DO MR-8 NA BAHIA–CARLOS LAMARCA E A OPERAÇÃO PAJUSSARA **173**

4.1 Furando o cerco **224**

4.2 Laudo cadavérico de Lamarca **235**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **239**

FONTES **243**

REFERÊNCIAS **250**

ANEXOS **255**

INTRODUÇÃO

Carlos Lamarca foi um personagem emblemático da luta armada no Brasil, após o golpe de 1964.[1] Filho de pai sapateiro e mãe dona de casa, nasceu no Rio de Janeiro em 1937, no morro de São Carlos, em Estácio. Ingressou no Exército em 1954 e se formou na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no Rio de Janeiro. Nessa época, Lamarca se tornou um simpatizante das ideias comunistas, através das propagandas do Partido Comunista Brasileiro (PCB),[2] deixadas embaixo do seu lençol. Na unidade militar, uma célula do PCB, distribuía panfletos e o jornal *Voz Operária.*

No ano de 1962, foi servir como segundo-tenente do Exército das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas-ONU. Segundo Emiliano José e Oldack Miranda, Lamarca atuou no Batalhão Suez, na região de Gaza, na Palestina.[3] Essa experiência marcou sua vida. As questões decorrentes da injustiça social no Oriente Médio sensibilizaram o jovem oficial. Relatava para sua esposa Mariana e seus amigos que a realidade do povo árabe era muito mais cruel, marcada pela fome e sofrimento: "foi ali que tomei maior consciência da pobreza".[4]

Carlos Lamarca era integrante do pelotão militar dos "Boinas Azuis", do Batalhão de Suez, composta por militares das Forças Armadas do Brasil. Este grupo participava da Força de Paz da ONU, atuando durante dez anos na área de conflito entre árabes e judeus no Oriente Médio. Poucos têm conhecimento de que o Brasil foi contemplado com o Prêmio Nobel da Paz em 1988, por ter integrado as tropas das

---

[1] Os teóricos Reis Filho (2014), Carlos Fico (2014), Flávio Tavares (2014), Jacob Gorender (1987) René Dreifuss (1981) e Marcelo Ridenti (2010) apresentam entendimentos diferentes. Vamos trazer suas abordagens teóricas no capítulo 1. Sobre o golpe de 1964 e a ditadura, nos estudos e pesquisas que desenvolvi, considero que em 1964 ocorreu um golpe civil-militar. Estavam envolvidos, na articulação e composição do golpe de 1964, os segmentos organizados da sociedade civil, a imprensa, através dos veículos de comunicação, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Igreja Católica, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), grupos empresariais ligados ao capitalismo nacional e internacional, lideranças políticas e parlamentares, além de militares de altas patentes das Forças Armadas que executaram o golpe. No meu entendimento a ditadura foi civil-militar.

[2] O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 25 de março de 1922, integra a história do Brasil. Quando se tornou um verdadeiro partido de dimensões nacionais, no imediato pós-guerra, o PCB revelou-se como a instância de universalização de uma vontade política que fundia o mundo do trabalho com o mundo cultural. Inúmeros intelectuais do porte de Astrojildo Pereira (um de seus fundadores), Caio Prado Jr., Graciliano Ramos, Jorge Amado e Mário Schenberg vinculavam -se a projetos e perspectivas que tinham nas camadas proletárias o sujeito real da intervenção social.

[3] JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª. ed. São Paulo: Global, 2015, p.41.

[4] Ibid., p.42.

Organizações das Nações Unidas. A honraria foi concedida a um batalhão de mais de seis mil soldados brasileiros, que atuaram no conflito entre Egito e Israel, então em disputa pelo domínio do canal de Suez.[5]

De volta ao Brasil em 1963, Carlos Lamarca aprofundou seus conhecimentos sobre o comunismo, através das leituras dos clássicos marxistas. No dia 25 de agosto de 1967 Carlos Lamarca foi promovido a capitão do Exército**,** posto que ocupou até partir para a luta armada contra a ditadura.

A vida militar de Carlos Lamarca e o seu ingresso em organizações das esquerdas armadas já foram objeto de estudos acadêmicos, produções fílmicas e edições de livros. A literatura existente sobre o capitão está centrada especificamente em suas ações e lutas revolucionárias como militante da VPR[5] e do MR-8[6] antes de chegar à Bahia. A bibliografia disponível sobre o militante abrange diversas perspectivas de análise, seja de historiadores, jornalistas e acadêmicos de diversas formações que têm se debruçado sobre o tema. Foram também publicados diversos livros sobre Carlos Lamarca e Iara Iavelberg. Destacam-se, entre eles a obra *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender; *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti; *Lamarca: o Capitão da Guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda; *Iara: reportagem biográfica* de Judith Patarra; *Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois*

---

[5] A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi uma Organização político -militar criada em 1968 por dissidentes da Política Operária (Polop) e ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em sua maioria estudantes e ex-militares. O objetivo era lutar contra o regime militar instalado no Brasil em abril de 1964, após a derrubada do governo constitucional do presidente João Goulart. O principal líder foi o capitão Carlos Lamarca. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) se organizou a partir do desmantelamento da chamada Guerrilha de Caparaó, que foi conduzida pelo MNR, e como resultado do trabalho desenvolvido junto aos sindicatos operários paulistas, durante a greve dos metalúrgicos de Osasco em 1968. Além do trabalho sindical, a organização desenvolveu ações militares, sendo que uma das mais espetaculares foi aquela em que o capitão do Exército Carlos Lamarca, em janeiro de 1969, passou para a clandestinidade, levando 63 fuzis FAL e dez metralhadoras Ina e munição do quartel do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, São Paulo, onde servia. A VPR sofreu crises internas determinadas pela discordância quanto à orientação dada pelo setor militar da organização. Este setor considerava as ações armadas como o principal método de luta, já que via como fundamental, na organização política das massas, os grupos de vanguarda. O setor intelectual defendia um trabalho inicial de conscientização lenta e gradual das massas, contrário à visão vanguardista. As divergências internas determinaram a fusão, em 1969, da VPR com o Comando de Libertação Nacional (Colina), quando o movimento passou a se denominar Vanguarda Armada Revolucionária -Palmares (VAR-Palmares).

[6] O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) foi uma organização política existente no Brasil durante o período da ditadura militar no país. Era formada por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) depois do golpe militar, inseriu-se no movimento estudantil, chegando a ter grande influência nas universidades no fim dos anos 60. Em 1968, após o AI -5 e o refluxo das manifestações de estudantes, a Dissidência Guanabara (DI-GB) abandonou a militância política nas universidades e entrou na luta armada. Seu auge como organização aconteceu em setembro de 1969, quando idealizou e realizou a captura do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, utilizando o nome de MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), em homenagem à recém -desbaratada e extinta organização carioca de esquerda.

revolucionários de Denise Rollemberg; *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia* de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis; e *A Revolução Faltou ao Encontro*: os comunistas no Brasil de Daniel Aarão Reis[7] e *Cachorros: A história do maior espião dos serviços secretos militares e a repressão aos comunistas até a Nova República* de Marcelo Godoy.[8] Tais obras apresentam o perfil de Carlos Lamarca como oficial do Exército e até mesmo a sua atuação no exterior, constituindo-se num amplo panorama da luta armada no Brasil, que teve a participação do capitão como dirigente da VPR, no sul do país, e seu recuo para a Bahia, após ingressar no MR-8. São referências importantes para qualquer estudioso do tema. Contudo, elas não se debruçam especificamente e com profundidade sobre as áreas de campo do MR-8 na Bahia, especialmente a base de Buriti Cristalino, para onde Carlos Lamarca foi deslocado.

Além disso, as dissertações e teses sobre Carlos Lamarca, até então produzidas, não problematizam a montagem das áreas de campo e da área base do MR-8 na região Oeste da Bahia, nem a formação de grupos de guerrilheiros para a luta contra a ditadura. Entre estes exemplos que podem ser citados são os de *Repressão Judicial no Brasil: O capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça* de Wilma Maciel; *Ousar Lutar, ousar vencer*: *histórias da luta armada em Salvador,* de Sandra Regina da Silva; *Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros,* de Mariana Pamplona; *Os filhos Rebeldes de um Velho Camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara*, de Izabel Pimentel da Silva; *"Lamarca" e "Crônica de uma fuga":* A construção da memória das ditaduras militares brasileira e argentina pelo cinema, de Artur de Almeida Malheiro; *Entre lutas e despedidas*: da Dissidência Comunista da Guanabara à autocrítica do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, de Virgílio Sena Nery**;** *O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8):* da luta armada à luta pelas liberdades democráticas, de Jefferson Godoy Athaydes; *A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento*

---

[7] GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas - A esquerda brasileira:** Das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987; RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira,** 1993; JOSÉ, Emiliano; OLDACK, de Miranda, **Lamarca:** o capitão da guerrilha -17ª. ed.- São Paulo: Global, 1980; PATARRA, Judith. **Iara:** reportagem biográfica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993; ROLLEMBERG, Denise. **Carlos Marighella e Carlos Lamarca:** memórias de dois revolucionários**.** 2007; FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil.** Revolução e Democracia (1964...)**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 **;** REIS, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro:** os comunistas no. Brasil. 1ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

[8] Marcelo Godoy é jornalista e escritor. Seu livro foi publicado em agosto de 2024, pela editora Alameda. "**Cachorros**: A história do maior espião dos serviços secretos militares e a repressão aos comunistas até a Nova República", é um livro com 550 páginas, contendo entrevistas, com militares, militantes das organizações armadas, "infiltrados" ou "cachorros" e transcrições de documentos essenciais, para sustentar a confiabilidade do seu conteúdo.

Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira, de Higor Codarin Nascimento; *Carlos Lamarca - Significação Mítica e História,* de Zenir dos Anjos Filho; *Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político,* de Fabricio Teló; *Além da "musa da esquerda": uma biografia histórica de Iara Iavelberg*, de Juliana Marques do Nascimento; *A história do MR-8 e os desdobramentos da Operação Pajussara na Bahia*; de Taylan Santana Santos. Este último trabalho, uma dissertação de mestrado, responde a uma carência historiográfica, pois os textos apresentados versam sobre as participações do capitão Carlos Lamarca em outras organizações das esquerdas armadas e no MR-8, mas não se dedicam a esmiuçar a atuação do MR-8 na área base de campo de Buriti Cristalino, na Bahia, em relação ao trabalho de conscientização ideológica e política junto aos moradores do povoado e região.

Esta dissertação tem como objetivo geral investigar as motivações que levaram o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) a montar áreas de campo na Bahia para formação de grupos guerrilheiros e ampliar a luta revolucionária contra a ditadura civil-militar que se implantou no país após o golpe de 1964.

Os objetivos específicos desta dissertação são: 1) analisar o conteúdo da ação político-ideológica empreendida pelo MR-8 na Bahia, em Salvador e nas áreas de campo de Buriti Cristalino e Cangula, que resultou no cerco a Buriti Cristalino, com a execução de quatro dos seus militantes pela Operação Pajussara; 2) identificar quais foram os impactos da desarticulação do MR-8, com prisões, torturas e mortes de seus militantes na capital e interior da Bahia; 3) estabelecer a relação entre a estratégia de defesa e segurança do MR-8 acerca das áreas de campo e dos seus militantes, com a articulação, montagem e objetivo da Operação Pajussara; 4) analisar a relação de conquista de militantes, simpatizantes, os envolvimentos e as consequências que sofreram com a execução da Operação Pajussara.

O estudo e a pesquisa objetivam também discutir a execução de Carlos Lamarca pelos agentes da repressão, as montagens das áreas de campo para formação de grupos guerrilheiros visando ampliar a luta revolucionária contra a ditadura que se implantou no país após o golpe civil-militar de 1964, as ações de conquistar simpatizantes e apoiadores, de práticas de ideologia e do trabalho político de conscientização das massas pelo MR-8 no povoado de Buriti Cristalino, além da nova área da organização

de esquerda, em uma fazenda no município de Cotegipe, na Chapada Diamantina, região oeste da Bahia, no ano de 1971.

Este estudo faz uso da metodologia da pesquisa da história relacionada à memória, à história oral, documental, e à análise de conteúdo. A metodologia vai facilitar a análise transversal do conteúdo das fontes, que são importantes para o estudo da história contemporânea do Brasil, visando que a problematização e discussão dos objetivos a que se propõe esta dissertação possam ser alcançados.

As articulações entre história, memória, história oral, acervos documentais e o cruzamento entre fontes orais e o amplo leque das fontes escritas por certo ampliarão o conhecimento sobre o passado, que é objeto do estudo desta dissertação. Delineando a relação entre memória e história, é preciso enfatizar que ambas representam diferentes dimensões da história oral, a qual é entendida como metodologia e não como uma técnica ou uma disciplina.[9]

Nesse sentido, a recuperação da memória dos acontecimentos que envolvem o objeto desta dissertação é importante, mas não é suficiente, requerendo sempre o cruzamento entre a oralidade e a fonte escrita, entre memória e a história, ou, em certos casos, entre a tradição oral de um povo e a sua história.[10]

Importante também é que a investigação das fontes escritas e orais, referentes aos militantes das organizações da esquerda armada, assim como dos órgãos de repressão, estejam em correspondência com essa mão dupla. Nesta prática, ao privilegiar a história oral como metodologia,[11] a memória do entrevistado desempenha elemento importante na problematização do tema escolhido, pois, na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória.[12]

---

[9] AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

[10] Nos estudos e discussão entre história, memória e história oral, utilizamos as obras *O passado, modos de usar. História, memória e política* de Enzo Traverso; *Criações da memória: Defensores e Críticos da ditadura,* de Lucileide Cardoso; *O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos,* de Luciana Quillet Heyman; *Tempo passado:* cultura da memória e guinada subjetiva , de Beatriz Sarlo; *A memória não é mais o que era. Usos e Abusos da História Oral* de Henry Rousso; *O arquivo ou o indício de uma falta,* de Henry Rousso; *Manual de história oral,* de Verena Alberti; *Rumo a uma globalização da memória de* Henry Rousso; *Introdução a pesquisa:* projetos e relatórios de Lory Gressler; *Por uma história política* de Rene Rémond; *O Que É História Cultural?* de Peter Burke; *O que faz a história oral diferente* de Alessandro Portelli; *Memória e Diálogo:* Desafios da história oral para a ideologia do século XXI de Alessandro Portelli; *História e Memória* de Le Goff; *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* de Pierre Nora e *Memória, Esquecimento, Silêncio* de Michael Pollak.

[11] ALBERTI, Verena. 2005, op. cit.

[12] AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes, 2006, op. cit.

Para Henry Rousso, é preciso entender que as fontes são os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, sejam eles originais ou reconstituídos. Com relação às fontes documentais impressas, obtidas através de arquivos, de que vamos fazer uso neste trabalho historiográfico, o autor observa que a utilização de um "arquivo" pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de "fonte".[13]

Sobre as investigações históricas, Enzo Traverso afirma que é essencial discutir as questões relacionadas aos métodos de investigação histórica. Traverso faz uma análise entre as memórias oficiais e as subalternas.[14] As primeiras, segundo ele, são alimentadas por instituições como o Estado. Já as subalternas são memórias escondidas e interditadas. Durante décadas, os historiadores alargaram as suas fontes, mas continuaram a privilegiar os arquivos. No entendimento de Traverso, as fontes não deixaram de ser o depósito dos vestígios de um passado conservado pelo Estado.[15]

René Rémond, por sua vez, destaca que a política não segue um desenvolvimento linear, sendo feita de rupturas, e o acontecimento introduz o imprevisível. Segundo o autor, o acontecimento solda uma geração, fazendo que sua lembrança continue sendo, até mesmo o último suspiro, "uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva, onde continuará, no entanto, a exercer alguma influência insuspeitada".[16]

Na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes. A instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes.

O fino tecido entre história e memória que envolve as vivências dos militantes do MR-8 e os relatos resultantes desse episódio, significativo e traumático ao mesmo tempo para a esquerda brasileira da época, requerem uma atenta reflexão metodológica, pois, se consideramos que a memória "está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento,"[17] ela não pode ficar isenta ao questionamento e à problematização, elemento estruturante da produção histórica.

---

[13] ROUSSO, Henry. 1996, op. cit, p.2.
[14] TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar:** história, memória e política. Lisboa, Edições Unipop, 2ª ed. 2012.
[15] Ibid.
[16] RÉMOND, René. **Por uma história política**, op.cit, p. 449.
[17] NORA, Pierre. 1993, op. cit, p.7.

Quem fez um profundo estudo sobre a proliferação de memórias e depoimentos militares, políticos e civis e que são expressões "vivas" dos problemas enfrentados nos anos difíceis da ditadura foi Lucileide Cardoso.[18] As lutas e ações das organizações da esquerda no Brasil, inclusas nesta dissertação referente ao MR-8 na Bahia, constituem a história de um período recente da política brasileira, perspectiva temporal por excelência da história oral. Nos entendimentos de "a narrativa, a forma de construção e organização do discurso devem ser valorizadas pelo historiador." Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira chamam atenção para o "caráter ficcional das narrativas históricas, seja as dos entrevistados, seja as do entrevistador, o que pode acarretar mudanças de perspectiva revolucionárias para o trabalho histórico".[19] Lembra Alessandro Portelli que "as fontes históricas orais são fontes narrativas". Contam-nos não apenas o que "o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez."[20]

Deste modo, a partir dos relatos ouvidos, é possível registrar a memória desses acontecimentos e, consequentemente, tecer a nebulosa e complexa trama que envolveu o MR8, os guerrilheiros, o aparato repressivo, assim como os próprios moradores dos lugares, confrontando esses registros orais bibliograficamente e documentalmente, a modo de respaldar argumentativamente a problemática do objeto em questão.

Nos estudos e entendimento de Henry Rousso sobre a memória, ressalta-se que "seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda' as rupturas que são destino de toda a vida humana."[21]

Ao fazer uma correlação entre história e memória, Enzo Traverso traz para a discussão seu entendimento de que "a história é um relato, uma escrita do passado, segundo as modalidades e as regras de um ofício, que tenta responder a questões suscitadas pela memória."[22] Ainda segundo ele, história e memória partilham de um mesmo objetivo: a elaboração do passado.

---

[18] CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória**: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

[19] AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.15

[20] PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Petrópolis, RJ: Vozes**,** 2002**.** pp.: 29-31.

[21] ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. (Coords). **Uso e abuso de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 94-95.

[22] TRAVERSO, Enzo. 2012, op. cit., p. 21.

Segundo Le Goff, “a memória coletiva foi posta de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”.[23] A história e a memória das organizações de esquerda e da luta por uma sociedade democrática adquirem importância no sentido de que não representam um processo resultante de indivíduos isolados, mas, ao contrário, uma dinâmica social e dos grupos organizados.

Para Lory Gressler, a pesquisa histórica reconstrói o passado sistematicamente, explicitando evidências e delineando conclusões.[24] Os depoimentos das pessoas serão privilegiados na pesquisa, de acordo com as interrogantes que cada uma destas fontes sugerir.

Em relação aos acontecimentos traumáticos, como ocorreram no Brasil após o golpe civil-militar de 1964 e durante os confrontos entre os agentes da repressão e os militantes das organizações da esquerda armada, e execução da Operação Pajussara em 1971, vale destacar o entendimento de Henry Rousso: “o fim imediato do acontecimento traumático – fim de genocídio ou de ditadura – traduz-se, em geral, pelo desenvolvimento de um intenso debate sobre o número e a natureza das vítimas.”[25] Entende esse autor que é necessária a voz dos oprimidos, dos silenciados, rompendo as fronteiras com a retomada da palavra.

Nesse sentido, Michael Pollak também concorda com Henry Rousso, analisando assim as recordações dolorosas que muitos preferem guardar no silêncio: “em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas.”[26]

Entre história e memória, existe uma relação muito complexa e um laço une as duas. Por consequência, a história lida com o triângulo que envolve executores, vítimas e testemunhos. Para Traverso, “a testemunha pode oferecer-lhe elementos de conhecimento factual inacessíveis através de outras fontes, mas sobretudo pode ajudá-lo a restituir a qualidade de uma experiência histórica [...].”[27]

No Brasil, podemos considerar que o dever de memória relaciona-se, diretamente, com as memórias e experiências vividas durante a ditadura militar. Os desdobramentos recentes, nas formações das Comissões da Verdade estaduais e a nacional, foram exemplos do dever da memória, e os trabalhos desenvolvidos que

[23] LE GOFF, Jacques. 1994, op. cit, p. 426.
[24] GRESSLER, Lory. 2003, op. cit., p.51
[25] ROUSSO, Henry. 2014, op. cit., p.269.
[26] POLLAK, Michael. 1989, op. cit, p.4.
[27] TRAVERSO, Enzo. 2012, op. cit. p.17.

obrigaram setores da sociedade e do Estado a "reconhecer o sofrimento imposto a certos grupos da população, sobretudo quando o Estado tem responsabilidade por esse sofrimento."[28] Os indivíduos perseguidos, torturados ou mortos durante o regime militar surgem como expressão de verdade, tornando-se os protagonistas exclusivos de experiências traumáticas.

Assim, seus testemunhos passam a ter, conforme ressalta Beatriz Sarlo, a função de "cura identitária", pois, apresentaram-se "por um lado como direitos reprimidos que devem se libertar" e, por outro, "como instrumentos da verdade." [29]

O trabalho com fontes orais é uma das possibilidades de trazer para a História sujeitos ou testemunhos daqueles que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos com os fatos acontecidos, mas que, de certa forma, foram excluídos e até colocados no anonimato, culminando numa supressão do seu direito à memória. A entrevista se configura como principal instrumento do método de história oral, revelando-se uma das formas mais eficazes de se restituir a lembrança, efetivando os caminhos para que se possa garantir o direito à memória. Para realizá-la, não há uma única receita ou diretriz, visto constituir-se de matéria nova e, por vezes, intangível.

Burke defende que os historiadores devem se interessar pela memória. Para tanto, considera dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico. Mesmo "os que trabalham com os períodos anteriores têm alguma coisa a aprender com o movimento da história oral, pois precisam estar conscientes dos testemunhos e tradições embutidos em muitos registros históricos."[30]

Ao fazer um balanço historiográfico sobre o século XX, Portelli considerou que foi um século de horrores, de crimes. Ele ressalta que é preciso se desfazer dele, esquecê-lo e entrar no progresso do século XXI. Nesse sentido, segundo o autor, a história oral pode apresentar o desafio da memória às ideologias do século XXI, essencialmente baseada na ferramenta da memória. Assim, ele acredita na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos.[31]

---

[28] HEYMANN, Luciana. **O "devoir de mémoire" na França contemporânea**: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

[29] SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva – tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras: Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.39.

[30] BURKE, Peter. **O Que É História Cultural?** Ed. Zahar. 2000, p. 72.

[31] PORTELLI, A. Memória e Diálogo: Desafios da história oral para a ideologia do século XXI. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org). **História Oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Então, para a realização desta pesquisa, o primeiro conjunto documental consultado refere-se aos relatos orais, que seguiram a proposta metodológica debatida no campo da história oral. Foram realizadas entrevistas com moradores de Oliveira dos Brejinhos, Buriti Cristalino, Pintada, Brotas de Macaúbas, em Feira de Santana, Salvador e Santa Terezinha, que participaram direta e indiretamente dos acontecimentos da Operação Pajussara. Este pesquisador ouviu mais de 35 pessoas, sendo quatro militantes do MR-8, um agente da repressão e 30 outras que tiveram participação direta ou indireta nos fatos, as quais sobreviveram aos cercos da manhã do dia 28 de agosto e de 17 de setembro de 1971. Também foram colhidos depoimentos de familiares de alguns dos militantes mortos pela Operação Pajussara e de acusados de apoiar e delatar os militantes do MR-8.

Utilizamos também algumas das entrevistas realizadas pela historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva, e outras de Fabrício Teló, Judith Lieblich Patarra e Juliana Marques Nascimento com militantes de organizações da esquerda. São os arquivos futuros. O objetivo foi analisar o que eles relataram na época, cruzando com o conteúdo dos processos judiciais militares e com os fatos e acontecimentos que vieram a público, principalmente com a Comissão Estadual da Verdade do Estadual da Bahia, além dos destaques dos veículos de comunicação, agora sem a submissão da censura imposta pela ditadura. Vale ressaltar que alguns dos entrevistados por Sandra Regina Barbosa da Silva e Judith Lieblich Patarra já são falecidos. As entrevistas serviram de base documental na análise transversal.

O segundo conjunto de fontes consultado foi a documentação relativa às fontes oficiais produzidas pelo Estado brasileiro. Neste conjunto está incluído um acervo do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), em relação às documentações "confidenciais", produzidas por agentes da Polícia Federal e das Forças Armadas, em ações contra militantes da organização, que constam em processos militares e judiciais. Existem até mesmo registros da Operação Pajussara ocorridos em Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas e Candeias que não foram incluídos no "Relatório Final", mas constam em Autos Findos 90. Bahia, 2 volumes, 1975, no Superior Tribunal Militar. Ainda há a documentação registrando o incêndio do Cartório Eleitoral e do Cartório Criminal de Oliveira dos Brejinhos-Bahia, no dia 20 de agosto de 1971.

Neste conjunto, encontramos os documentos de orientação da militância do (MR-8); manuais de guerrilha e contraguerrilhas das organizações da esquerda armada;

linha política do MR-8 definida em 1969; exemplares do jornal *Resistência* editado pelos militantes do MR-8; "A esquerda Revolucionária", o último texto produzido por Carlos Lamarca, em agosto de 1971, em Buriti Cristalino; as cartas de Carlos Lamarca para Iara Iavelberg - *Cartas de Carlos Lamarca* - publicadas na *Folha de São Paulo* no Caderno Folhetim, 1987; entrevistas de Nilton Cerqueira, concedida aos jornais: *O Globo*, edição de 7 de julho, 1996 e ao jornal *Estado de São Paulo*, nas edições de 16, 17 e 18 de setembro de 1981.

As fontes jornalísticas foram analisadas considerando-se que, após o golpe de 1964, o noticiário e seus comentaristas respondiam às versões oficiais dos militares que dirigiam o país. Assim, as contradições, os silêncios e as omissões estavam presentes nos jornais e revistas da época, já que os veículos de comunicação sempre publicaram a versão oriunda do governo militar e dos órgãos de segurança. Complementando as fontes citadas, foram utilizados veículos de comunicação impressos, publicados entre os anos de 1964 e 1972. As revistas consultadas foram: *Veja*; *Istoé*; *O Cruzeiro*; *Manchete; Punto Final* (chilena). Dentre os jornais, citamos: *Estadão de São Paulo; Jornal do Brasil; Folha de São Paulo; O Globo; A Tarde; Tribuna da Bahia; Jornal da Bahia; Diário de Notícias; Resistência* e *Bandeira Vermelha* (estes dois últimos publicações clandestinas do MR-8 na época); *CooJornal* (que contém os relatórios do Exército sobre guerrilhas**)**, ano I, agosto de 1979, números: 44 e 50.

A dissertação aqui proposta tem quatro capítulos e estão assim definidos: Capítulo 1 - MR-8 na Bahia; Capítulo 2 - O recuo da militância da esquerda para a Bahia; Capítulo 3 - Delações, cerco, prisões, torturas e mortes e o Capítulo 4 - Instalações das áreas de campo na Bahia: Repressão/Operação Pajussara; Considerações finais; Fontes e Referências bibliográficas.

O capítulo 1 apresenta a aproximação dos estudantes e militantes baianos da dissidência do PCB com os estudantes do sul do país. Uma parte da DI-Bahia se ligou à Dissidência Guanabara (DI-GB) e outra à VAR-Palmares, formada por militantes de São Paulo. O foco central são as ações revolucionárias do MR-8 da Bahia. Aborda a militância em Salvador e outras cidades da Bahia, como sendo (ou não) áreas de recuo de militantes das organizações da esquerda que contestavam a ditadura em suas lutas revolucionárias. A direção da organização na Bahia defendia que Salvador, como capital da Bahia, deveria ter uma importância tática. E no campo estaria a área estratégica da luta armada. Nesta abordagem, trazemos para a discussão opiniões de ex-

militantes, pesquisadores e teóricos que trataram da questão dos recuos, além de análise das documentações das organizações, inquéritos da Polícia Federal e processos judiciais militares, envolvendo os militantes do MR-8, PCBR e a Val-Palmares.

No capítulo 2, tratamos do recuo de militantes da esquerda do sul do país para a Bahia, nas bases de Salvador e Feira de Santana e outras cidades do interior.

É no capítulo 3 que apresentamos as questões que envolvem delações, os cercos policiais, prisões, torturas e mortes de alguns militantes baianos do MR-8 que continuavam na luta revolucionária contra a ditadura na Bahia.

Enquanto o capítulo 4 aborda a montagem da área base de campo do MR-8 em Brotas de Macaúbas, na região Oeste da Bahia e em outras, nas cidades de Alagoinhas, Candeias e Cotegipe, na formação de grupos guerrilheiros para a luta revolucionária contra a Ditadura. O objetivo é o de ampliar o debate entre militantes e simpatizantes com relação à política e à ideologia do MR-8, além das estratégias e táticas em relação à luta armada e o trabalho político de conscientização das massas, nas localidades de Buriti Cristalino e Cangula, além dos municípios de Seabra, Ibotirama, Salvador e Feira de Santana. Ainda neste capítulo, focamos sobre a violenta repressão praticada pelos órgãos de segurança e de inteligência da Bahia e de outros estados, contra simpatizantes e militantes das organizações de esquerda e a Operação Pajussara. Esta ofensiva contou com um efetivo de 215 homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, agentes do Dops de São Paulo, das Polícias Federal e Militar da Bahia, além de agentes da repressão do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, e do uso de quatro aviões C-47, um C-130, um AS-16 e dois helicópteros, além de dezenas de viaturas. A Pajussara teve a duração de 28 dias, se estendendo por diversas cidades da região, entre elas Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, Seabra, Morpará, Barra do Mendes e Ipupiara.

O golpe de 1964, que derrubou o governo do presidente João Goulart, no dia 31 de março, provocou alterações profundas em minha vida. O envolvimento do meu pai com Francisco José Pinto dos Santos, conhecido como Chico Pinto, prefeito de Feira de Santana, que foi afastado do poder, através da Resolução nº 46/A de 8 de maio de 1964,[32] votada e aprovada por minoria simples, pela Câmara Municipal de Feira de Santana. A situação resultou para ele, em intermináveis interrogatórios no Quartel Geral da VI Região Militar em Salvador. Passando a sofrer a perseguição do prefeito

[32] Documentação do acervo da Câmara Municipal de Feira de Santana.

empossado Joselito Falcão de Amorim, que era o presidente do legislativo feirense. Os reflexos foram danosos para nossa família. Passamos por inúmeras dificuldades financeiras. Ficar sabendo que tudo aquilo era resultado de uma disputa política me empurrou para a militância estudantil. Entre os anos de 1967 e 1970, a minha vida estudantil cruza com a vida de Luiz Antonio Santa Bárbara, o "professor Roberto", do MR-8.

Na noite de 31 de março, no prédio da prefeitura municipal de Feira de Santana, situado na avenida Senhor dos Passos, centro da cidade, Chico Pinto comunicou a todos os seus liderados a decisão de resistir ao golpe deflagrado pelo general do Exército Mourão Filho. Chico Pinto informou que outras lideranças políticas lhe emprestavam apoio e já se deslocavam para Feira. Haveria resistência à tomada do poder político. Com formação socialista, Pinto se elegeu prefeito de Feira de Santana, com os votos dos comunistas feirenses.

Meu pai, Walter Livramento Silva, ex-tabelião de notas e militante político de esquerda, presidente do Partido Social Brasileiro-PSB, era um dos aliados do prefeito Francisco José Pinto dos Santos, o Chico Pinto. Meu pai tinha uma posição contrária a Chico Pinto. Considerava que não havia uma mobilização e armamentos suficientes para enfrentar os militares.

A história e as ações e lutas revolucionárias de Luiz Antonio Santa Bárbara, o "professor Roberto", entre 1968 e 1971, interessa-me muito pelo fato de que essa narrativa poderia ter sido a minha história de vida, caso não tivesse saído do movimento estudantil, para iniciar minha carreira profissional. Nossas histórias cruzaram-se até o final de 1969. Fomos companheiros de militância estudantil, no Colégio Estadual de Feira de Santana.

No mês de dezembro de 1968, fui para Salvador e me matriculei no Colégio Central da Bahia. A efervescência dos estudantes no interior e no entorno do Central me levou logo ao envolvimento político estudantil. Nos quadros de avisos, estavam as "listas negras," com os nomes dos estudantes militantes de esquerda, que eram procurados pelos órgãos de repressão. Eles estavam impedidos de efetuar matrículas nos colégios da rede pública de ensino. Foram proibidos de estudar, mas não desistiram da militância de esquerda. Estavam sempre em frente aos colégios, em Salvador, panfletando, informando os estudantes em relação à repressão militar e política, além de repassar material de contestação contra a ditadura. Perseguidos e caçados pelos órgãos

de segurança, muitos entraram para a clandestinidade. No Central, eu e João Gláugio, outro estudante feirense, hoje, geólogo, fomos atraídos por uma célula de militância da esquerda, para cumprir tarefas, isto entre os anos 1969 e 1970. Tínhamos a missão de distribuir o material do movimento estudantil nos sanitários e salas de aulas.

No final de 1969, ingressei como repórter foca[33] no *Jornal da Bahia*, dirigido pelo jornalista feirense João Falcão. No final do ano de 1970, deixei de ter uma militância estudantil mais ativa. Perdi o contato com Luiz Antonio Santa Bárbara.

Minha implicação tornou-se a necessidade subjetiva ainda no meu projeto de pesquisa para a construção monográfica como Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, na Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana/ Faculdade Nobre. Na conclusão do meu curso em Comunicação Social fiz a apresentação da monografia *A guerrilha da esquerda baiana contra a ditadura: (Des)contando a vida de Luiz Antonio Santa Bárbara (1964-1973)* na Faculdade de Ensino Superior de Feira de Santana-FAESF, em 2010.

No dia 10 de junho de 2014, fui ouvido pela Comissão Estadual da Verdade do Estado da Bahia (CEVEB), no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sobre o golpe civil-militar de 1964, contra o qual houve resistência em Feira de Santana. Nesse evento, apresentei ampla documentação sobre ações revolucionárias dos que se opunham ao golpe; quem eram os delatores contra o prefeito Francisco José Pinto dos Santos, seus apoiadores políticos, professores e estudantes, além das práticas de torturas contra os presos políticos e as exigências do comando da tropa do Exército, para que os vereadores votassem pelo afastamento do prefeito da chefia do governo de Feira de Santana. O meu relato à CEVEB está documentado em vídeo.[34]

O aprofundamento dos estudos e pesquisa sobre o MR-8, em nível de pós-graduação, apresentou-se como uma oportunidade de cursar o mestrado em História Social, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), após concluir a minha graduação em Comunicação Social. Fiz a opção de estudar e pesquisar sobre a historiografia do Movimento Revolucionário Oito de Outubro-MR-8, na montagem de suas áreas de campo na Bahia e a Operação Pajussara. Isto porque Alagoinhas, Candeias e Brotas de Macaúbas, além de Feira de Santana e Salvador, serviram como áreas de campo e de atuação dos militantes da organização de esquerda. Para a terra de Chico Pinto vieram e

---

[33] Jornalista em começo de carreira.

[34] Disponível em https://drive.google.com/file/d/1TSlD7GRJ1kjWO-VzbDU5oq8UsBbsxczi/view

atuaram na luta revolucionária e de resistência à ditadura Iara Iavelberg, professora de Psicologia e companheira do capitão Carlos Lamarca, João Lopes Salgado ("Fio"), estudante de Ciências Biológicas, que comandou a área de campo de Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas, onde ficou Lamarca; Cesar Benjamin ("Menininho") e Félix Escobar, militantes da guerrilha rural no campo de Cangula, em Alagoinhas, juntamente com José Carlos de Souza ("Rocha"), um dos militantes responsáveis pelo transporte de quadros da MR-8. Além de Nilson Venâncio, que atuou no campo de Cangula e que estava montando a área de campo no município de Candeias. Também atuavam na formação política os militantes da DI-Bahia Juca Ferreira ("Lucas" e "Enio"), Nemésio Garcia e Carlos Moreira Villanueva ("Samuel").

O Golpe de 1964 foi a tomada do poder político do presidente do Brasil João Goulart (PTB) em abril de 1964, tendo sido o resultado de uma conspiração nacional e internacional de longa duração, desde o ano de 1962. A vitória dos conspiradores foi resultado de uma frente ampla e heterogênea. A conspiração envolveu a espada, o capital, a cruz e a política. Na abordagem de análise e discussão sobre o golpe de Estado de 1964, que é um marco chave na historiografia brasileira, objeto de teses, dissertações, publicações de livros, documentários de TV e rádio, além dos inúmeros seminários acadêmicos e da ditadura civil-militar, que somente chegou ao final após 21 anos, em 1985, trago para embasar cientificamente os entendimentos de Carlos Fico, Jacob Gorender, Marcelo Ridenti, Renê Armand Dreifuss, Flávio Tavares e Daniel Aarão Reis Filho, sobre o golpe de 1964 e a tomada do poder político no Brasil.

A conspiração do governo americano pela queda do presidente João Goulart foi articulada a partir do 1962, mas, desde o mês de setembro de 1961, quando João Goulart assumiu a presidência da República, substituindo Jânio Quadros, que renunciou o seu mandato de presidente do Brasil, já estava em curso. O que pode ser comprovado através dos documentos secretos da Casa Branca,[35] da Cia[36] e da embaixada do EUA no país, foi o que apresentou Flavio Tavares em seu livro *1964 o Golpe.*[37] O livro detalha a participação do governo dos Estados Unidos no golpe que levou à mais longa ditadura

[35] A Casa Branca é a residência oficial e principal local de trabalho do Presidente dos Estados Unidos, sendo, sendo, ao mesmo tempo, a sede oficial do poder executivo naquele país.
[36] CIA ou Central Intelligence Agency, é o serviço de inteligência estrangeira do governo dos Estados Unidos. A sua principal função é: coletar, analisar e avaliar informações de segurança nacional de todo o mundo, disseminar a informação coletada, realizar operações secretas.
[37] TAVARES, Flávio. 1964: o golpe; tradução de documentos Cássia Zanon. -ed. Porto Alegre, RS:L&PM, 2019.

da história brasileira. Tavares reconstrói a gestação da conspiração internacional, que teve a duração de dois anos e meio, que mobilizou até uma frota naval pelo Atlântico, na Operação Brother Sam, em apoio aos golpistas brasileiros. Nos arquivos norte-americanos Flávio Tavares localizou o acervo dos documentos, que registram o apoio e o financiamento dos conspiradores, que estavam movidos pela paranoia anticomunista da Guerra Fria. A edição de *1964: o golpe,* traz também as tramas secretas, os concluíos e as tramoias com que a esquerda e a direita brasileira disputavam o controle do poder político e econômico, à sombra das pressões de Washington sobre o Brasil.

Existem entendimentos convergentes e divergentes entre eles, sobre o golpe e a ditadura. Se foi um golpe civil-militar, golpe militar. Abordando historicamente também se após a tomada do político ocorreu uma ditadura militar ou ditadura civil-militar. Esses entendimentos, vamos trazer para discussão.

Jacob Gorender considera que a queda do presidente Jango Goulart era inevitável. Era uma decisão irreversível dos golpistas. E considera que a conspiração teve início logo após a posse de Jango.

> A conspiração golpista partiu de vários focos desconexos, assim que Jango tomou posse. Isto ainda não fazia do golpe algo inevitável. Houve conjecturas e que a burguesia julgou viável controlar Jango até o término do seu mandato e garantir as eleições presidenciais em 1965. O provável é que a decisão irreversível de marchar para o golpe se firmasse no segundo semestre de 1963.[38]

Carlos Fico concorda que houve uma conspiração para a derrubada de João Goulart, e que a desestabilização para a queda do presidente foi muito organizada

> Creio, no entanto, que é possível distinguir as duas coisas: a campanha de desestabilização e a conspiração para derrubada de Goulart. De fato, existe, que começou em 1961, mas se avolumou em 1962 e 1963. No entanto, não há evidências de que todos os envolvidos, desde o início, planejassem a derrubada de Goulart. Queriam enfraquecê-lo, tendo em vista as eleições gerais de 1962 e a campanha eleitoral que levaria a escolha do novo presidente em 1965. A conspiração pela sua derrubada, pode-se afirmar, com começou em 1963. Isso nos ajuda a entender o papel dos diversos atores envolvidos: no caso da campanha de desestabilização, não foi muito grande atuação dos militares. [...] A desestabilização foi muito organizada; a conspiração que levou ao golpe foi difusa e resultou em ação militar que desencadeou sem o conhecimento dos principais chefes militares.[39]

---

38 GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - A esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987., p.52.

39 FICO, Carlos. **O Golpe de 64: Momentos decisivos.** Rio de Janeiro: 1ª edição-Editora FGV, 2014., p.31.

No entendimento de Gorender foram algumas agências articuladoras do golpe, como a Escola Superior de Guerra e o IPES, que tiveram papel primordial. Elas estabeleceram-se com vínculos entre o grande empresariado e a alta oficialidade das Forças Armadas, que permitiram a unificação de ideias e ações na montagem da operação de derrubada do governo Goulart.

> O golpe não veio de Washington. Veio mesmo do Brasil. Mas o imperialismo norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras. Contou para isto com a competência do embaixador Gordon, provavelmente o Diplomata dos Estados Unidos de maior destaque na história do Brasil.[40]

Um dos destaques do entendimento historiográfico do golpe de 1964 no Brasil por Gorender, é a discordância que faz em relação a tese de Renê Dreifuss.

> Deve ficar claro que articulação golpista não visou à conquista da hegemonia da fração multinacional- associada da burguesia, conforme pretende Dreifuss no seu ***1964:*** *a conquista do Estado*, incidindo em aplicação equivocada da teoria de Gramsci. A articulação golpista teve em vista o oposto - a cessão do controle já ineficiente das classes subalternas por meio da ideologia consensual do populismo e sua substituição pelo controle coercitivo extremado. Em termos gramscianos, tratava-se de realçar o elemento da força em detrimento do elemento do consenso . Na execução dessa reviravolta, a fração modernizadora da burguesia agiu de maneira que lhe coubesse a chefia de toda a classe burguesa.[41]

Na análise e entendimento de Gorender nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe diretista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra revolucionário preventivo. Considera Gorender, que a classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse.

> A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboques e as incontinências retóricas - tudo isto em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida. [...] Mas grave é que foi perdida de maneira desmoralizante.[42]

No entendimento de Fico, o golpe não foi uma iniciativa de militares desarvorados, que tomaram uma decisão intempestiva, investindo contra o regime constitucional e o presidente do Brasil. Fico considera que houve apoio da sociedade brasileira além do apoio internacional.

> Grupos nacionais, com apoio dos Estados Unidos, patrocinaram, entre, uma grande campanha contra o presidente João Goulart que envolveu muito dinheiro extensiva atividade de propaganda. Alguns analistas importantes veem uma continuidade quase natural entre a campanha de desestabilização e a conspiração pela derrubada de Goulart. Para eles, o golpe de 1964 decorreu

---

40 Op.Cit., p.52.
41 Ibid., p.52.
42 Id., p.67.

> da falta de votos das forças políticas contrárias a Goulart. Assim, o golpe seria o único caminho viável para a conquista do poder.[43]

Se foi um golpe militar ou civil-militar Carlos Fico tem um entendimento e faz sua justificativa. “Os estudiosos do golpe de 1964 e no período histórico que se seguiu tem insistido Em um ponto: não deveríamos usar as expressões “golpe militar” e “ditadura militar”, pois seria o mais correta as designações golpe e ditadura “civil-militar”.[44]

Carlos Fico sustenta seu entendimento, argumentando que houve apoio civil ao golpe e ao regime mais que é preciso entender que

> Não é apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é desde 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras - e até o governo dos Estados Unidos da América - foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas. [45]

Já em relação ao regime que se seguiu ao golpe de 1964, Fico entende que a ditadura foi militar e faz sua justificativa, sustentando que, o regime subsequente foi eminentemente militar e muito civis proeminentes que deram golpe, foram afastados pelos militares justamente porque colocavam em risco o seu mundo

> É verdade que houve o apoio de parte da sociedade também a ditadura posterior ao golpe – como ocorreu durante o período de grande crescimento da economia conhecido como “milagre brasileiro” -, mas, como disse antes, não me parece que apenas o apoio político defina a natureza de um acontecimento, sendo possivelmente mais acertado considerar a atuação dos sujeitos históricos em sua efetivação. Por isso, admito como correta a expressão “golpe civil-militar”, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar.[46]

Para Gorender a vitória fulminante dos golpistas pois à esquerda brasileira em fuga. A corrida aos abrigos improvisados impunha como primeira necessidade. E que os vencedores não perderam o tempo no desmantelamento da rede de organizações e que se apoiava a FMP.

> Centenas de sindicatos caíram sobre intervenção, as Ligas Camponesas foram dispensadas e as chamas de um incêndio televisado queimar uma sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas como primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processo administrativo expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de 10 mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos.

---

[43] Op.cit., pp.30-31.
[44] Ibid., p.9.
[45] Id., p.9.
[46] Idem., pp.9-10.

> Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado. Algumas centenas de políticos, sindicalistas e professores tomaram o caminho do exílio.[47]

Também em sua análise, Gorender, faz questão de observar que fazer a identificação da ditadura militar com o facismo, e ser isto, uma tese falsa.

> Ser uma tese falsa, pois esconde exatamente o mais peculiar do regime político imperante de 64 a 85: o comando ostensivo do Estado pelas Forças Armadas (não por um caldinho militar). A direção do Estado não foi monopolizada por um partido fascista - que se torna residual ou desaparece praticamente após a queda do regime fascista -, mas pela instituição estatal *permanente* detentora do exercício superior da correção.[48]

Considera Gorender que ao invés da fascistização, o que houve foi a militarização do Estado, com a ocupação da chefia do Estado pelo alto Comando do Exército, dando sequência a cinco generais-presidentes, o que adquiriu a aparência de uma dominação estamental.

O historiador Daniel Aarão considera que a queda do presidente João Goulart foi resultado de um golpe militar e não de uma revolução. Para Aarão a vitória do golpe militar colocava em sucessão de enigmas a decifrar.

> A rápida vitória do golpe militar apanhou desprevenidas as organizações comunistas. A surpresa da derrota mais a surpresa do que a derrota, foi uma experiência dolorosa e desagregadora. [...] O momento exigia uma reflexão crítica sobre as bases sociais e históricas do desenlace inesperado. Por que um movimento tão amplo, inédito na história da república fora vencido de forma tão melancólica? Como se havia um articulado com tanto êxito as elites dominantes? A nova situação impunha as repensadas fórmulas teóricas, dos programas, da estratégia e da tática. Parecia inevitável um amplo acerto de conta - uma reavaliação dos procedimentos, dos métodos de trabalho, da retórica e, sobretudo, das concepções sobre o Brasil.[49]

Na análise historiográfica de Daniel Aarão, a vitória do golpe fora produto de uma ampla e heterogênea à frente - social e política. Para Daniel Aarão os meios de comunicação tiveram um papel decisivo na conspiração e execução do golpe de 1964. Também nesse terreno as forças populares haviam sido derrotadas. E era preciso repensar uma nova atitude e que uma nova política para cada setor, cada vez mais estratégico era necessário. Em seu entendimento, Aarão pontua, que os comunistas não foram sensíveis aos desafios. “Venceu a tradição do “bode expiatório”, particularizando e personalizando-se a responsabilidade pelos erros e pela derrota”.[50]

---

47 Op.cit., p.70.
48 Id., p.71.
49 REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014., p.45.
50 Ibid., p.47.

Ressalta Aarão que a vitória do golpe militar e sua gravidade, no cenário político brasileiro, não consegui junto aos comunistas, alertá-los dos desafios que teriam que enfrentar. Tendo vencido a tradição do "bode expiatório'", particularizando e personalizando-se a responsabilidade pelos erros e pela derrota. Aarão enfatiza a posição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em relação ao golpe de 1964.

> Segundo o PCB, cabia ao "esquerdismo" a responsabilidade pelo golpe. Para os demais, a responsabilidade recaía sobre o "direitismo". Para os primeiros tratava-se de esconjurar os líderes nacionalistas e comunistas que quiseram ir longe demais. Para os segundos, era necessário fazer rolar as cabeças dos dirigentes do PCB, a de Prestes em particular. Em comum, a ideia de que a derrota podia ser explicada por uma falha no mecanismo da direção política.[51]

Entende o historiador Daniel Aarão Reis que os civis tiveram participação decisiva no golpe militar e que o uso do termo não significa uma proposta para conceituar de outra maneira o regime de exceção. "A ditadura deve ser chamada conceitualmente de ditadura militar porque as corporações militares eram, efetivamente, as que mandavam no país, governavam o país. Então é razoável manter esse nome conceitualmente".[52]

No entanto, o historiador destaca que "o uso do civil-militar foi para recuperar uma evidência que estava sendo obscurecida, "a participação ativa, consciente e fundamental dos civis desde a instauração da ditadura, em 1964".[53] Aarão cita como exemplo o comportamento do então governador mineiro Magalhães Pinto, que criou um governo de unidade nacional e deu ordens para tropas golpistas se movimentarem. Acrescenta um outro exemplo que deu impulso ao surgimento do regime ditatorial foi a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", em 19 de março de 1964, sendo um movimento popular religioso e conservador. E destaca também que

> [...] a atuação do então presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, que declarou vago o cargo de presidente da República nas primeiras horas do dia 2 de abril, com o presidente João Goulart ainda em território brasileiro. Tem um quadro de participação decisiva de civis no golpe. Pode-se corretamente dizer que o golpe foi civil-militar.[54]

Daniel Aarão Reis, que é professor titular de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), atribui para si a implementação do termo civil-militar. Essa qualificação da ditadura começou a ser escrita por ele no livro *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*, publicado no ano 2000. Aarão enfatiza que quando lançou a expressão foi no sentido, de chamar a atenção, porque a expressão

---

[51] Id., p.47.
[52] Idem., p.10.
[53] Idem., p.10.
[54] Idem., p.10.

ditadura militar, a partir de certo momento, passou a ocultar a participação de civis principalmente pelos veículos de comunicação.

> [...] essa participação foi exercida por veículos de imprensa, acadêmicos, e ministros com grande influência, como Delfim Netto*, "um czar da economia". Foi para desvelar esse ocultamento que foi proposta a questão da ditadura civil-militar [...] evitar que civis que tenham apoiado o regime sejam vistos como responsáveis pelo processo de redemocratização.[55]

Uma outra justificativa para o uso da designação civil-militar, segundo Aarão Reis, é o nome do ex-presidente José Sarney[56] (1985-1990), primeiro civil a suceder a sequência de cinco generais na presidência da República, sem eleição direta.

Como seria a trajetória do PCB depois do golpe de 1964, e das organizações comunistas alternativas no entendimento de Aarão?

> Entre o rochedo e o mar navegava o PCB. Difícil navegar. O velho Partido entraria na conjuntura aberta pelo AI-5 olhando ainda para o passado, Para a oportunidade histórica perdida com a vitória do golpe militar em 1964. As organizações comunistas alternativas, depois de 1964, estavam convencidas de que um abismo político e teórico as diferenciava do velho PCB. De fato, questões substantivas as separavam.[57]

No entendimento de Gorender a conspiração para o golpe de 1964, se fez necessária pelos riscos que corriam, notadamente para a classe burguesa industrializantes e aos setores vinculados ao capital estrangeiro.

> O núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro perceberam os riscos dessas virtualidades das reformas de base e formularam alternativa da "modernização conservadora". Opção que se à conjugou a conspiração golpista. Não, porém de chofre, nem com grau elevadíssimo de coordenação de que deram ideia os depoimentos de protagonistas e estudos acadêmicos como o de René A, Dreifuss. A conspiração golpista partiu de vários focos desconexos, assim que Jango tomou posse. Isto ainda não fazia do golpe algo inevitável. Houve conjecturas e que a burguesia julgou viável controlar Jango até o término do seu mandato e garantir as eleições presidenciais em 1965. O provável é que a decisão irreversível de marchar para o golpe se firmasse no segundo semestre de 1963.[58]

Gorender ressalta que alertas sobre os riscos de um golpe, contra o presidente João Goulart foram dados ainda em 1962. Que Muniz Bandeira,[59] um dos dirigentes da

---

[55] Idem., p.10.

[56] Assumiu interinamente a presidência do Brasil, em 15 de março de 1985, em virtude da doença de Tancredo Neves. Com a morte de Tancredo, em 21 de abril, Sarney foi efetivado no cargo. Após cumprir o seu mandato presidencial, foi eleito duas vezes senador pelo Amapá 1991. Exerceu a presidência do senado de 1995 a 1996. Voltou a presidir o senado entre 2003 e 2004.

[57] REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014., p.70.

[58] Op.cit., pp.51-52.

[59] Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira acompanhou João Goulart em seu exílio no Uruguai após o golpe de 1964. Moniz Bandeira era doutor em Ciência Política pela USP, professor aposentado de história

POLOP,[60] organização de esquerda, em seu livro "*O Caminho da revolução brasileira*", escrito no final de 1962, [...] que o dever das vanguardas era o de preparar as massas para o levante armado, para a insurreição e a tomada do poder. No seu contexto teórico e em termos práticos, naquela conjuntura, a palavra de ordem só podia ganhar a forma concreta de derrubada do governo."[61]

Observa Gorender, que exatamente nesse sentido já se orientava os golpistas de direita. Acrescenta que posição semelhante se dava com o PC do B, em 1963 e começo de 1964. O jornal quinzenário do PC do B, a *Classe Operária*, concentra o fogo sobre Goulart e pregava a sua derrubada pela violência. Mas que o golpismo de direita, através o IBAD,[62] o IPÊS,[63] a UDN, e, as "intromissões descaradas" do embaixador Lincoln Gordon tinha espaço diminuto no periódico comunista.

Para cientista político René Dreifuss, o golpe de 1964 foi resultado da articulação entre diversos atores civis e militares, mas seu protagonismo recai sobre a ação política, ideológica e financeira das elites empresariais sobre as classes médias,

---

da política exterior do Brasil na Universidade de Brasília e professor-visitante nas universidades de Heidelberg, Colônia, Estocolmo, Buenos Aires, Nacional de Córdoba e Técnica de Lisboa.

[60] Criada a Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (ORM-Polop), em congresso realizado em Jundiaí, interior de São Paulo. A nova organização se dispõe a contestar a hegemonia dos partidos comunistas e a interferir politicamente na realidade nacional com base no método "estudar, propagar e organizar", que se traduziria como estudar a teoria revolucionária, propagá -la entre os proletários e organizá-los para que tenham autonomia política de ação. A Polop surgiu da articulação de grupos originários da Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro (PSB), na Guanabara, e da Juventude Trabalhista do PTB, em Minas Gerais. Quando da sua criação, a Polop reunia um grupo expressivo de intelectuais interessados em produzir interpretações da realidade brasileira. Após o golpe de 1964, a organização seria uma das matrizes dos movimentos que optaram pela luta armada como estratégia revolucionária e de combate à ditadura militar. No Polop militavam intelectuais como Hermínio Sacchetta, Paul Singer, Michel Löwy, Maurício Tragtenberg e os irmãos Eder e Emir Sader. O nome foi herdado de um boletim mimeografado que circulou em meados de 1960 — e do qual deriva a sigla Polop. Em 1964, a organização articularia cabos, marinheiros, soldados e sargentos para implantar um foco de luta armada em Minas Gerais. Às vésperas do golpe militar de 1964, a Polop se aproximaria do trabalhismo radical de Leonel Brizola, apoiando dois movimentos liderados por ele.

[61] Op.cit., p.50.

[62] O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) surgiu por volta do ano de 1959 e recebia contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, assim como o IPÊS. Julgaram necessário organizarem-se com o objetivo de combater o comunismo Brasil e guiar os rumos da economia e da política do país. Para isso, a intenção era ação política. Embora anterior ao IPÊS, foi com a atuação mútua é que o IBAD se fez presente no período pré-64, sob o ambíguo propósito de "defender a democracia". Segundo Leôncio Basbaum (1975-76), o IBAD representou tal força capaz de impedir Jango de governar que, de certa forma, exerceu aqui o que o governo norte-americano poderia realizar com suas próprias forças. Por fim, o conjunto de ações que visava minar as forças e as bases do governo Jango, interessaria, em maior escala, aos grupos diretamente presentes nas decisões econômico-políticas do Brasil.

[63] O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais-IPÊS fundado oficialmente em 29 de novembro de 1961, resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras das outras unidades da federação . O IPÊS foi criado no Brasil sob o embasamento teórico contrário ao comunismo, ou quaisquer outras manifestações esquerdistas que se articulassem no país. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais-IPÊS exerceu uma dupla função política na sua história.

consideradas passivas e alienadas. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de class*e, que publicada por René Armand Dreifuss em 1981, é resultado de sua tese de doutorado, intitulada *"State, Class and the Organic Elite: the Formation of an Entrepeneurial Order in Brazil—1961-1965",* realizada entre 1976 e 1980 na universidade de Glasgow, na Escócia.

No entendimento de Dreifuss a queda de João Goulart ocorreu como a "culminância" de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra o presidente do Brasil. Em seus estudos e pesquisa ele aponta que uma rede militar do complexo IPES/IBAD, assim como de oficiais pertencentes a outros grupos, que foram ativamente aliciados, operava em sistema de intensa cooperação com civis, apoiando e reforçando algumas das atividades políticas.[64] Para Dreifuss os líderes do IPES também mantinham contatos estreitos com figuras púbicas americanas durante sua campanha e com o governo americano, objetivando assegurar apoio logístico para o golpe.[65]

Dreifuss defende a tese de que a deflagração do golpe e a instauração da ditadura militar foi resultado de uma ampla articulação política entre setores civis e militares, marcada por uma dimensão essencialmente classista e empresarial, resultado da ação coordenada entre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Acrescenta também Dreifuss que a elite orgânica brasileira estava envolvida em ação paramilitar, apesar de estar muito preocupada em que não fosse feita pública sua ligação a quaisquer grupos encobertos de ação. [66]

> À ação do complexo IPES/IBAD entre os militares visava, principalmente, envolver o maior número de oficiais na mobilização popular contra o governo. O golpe propriamente dito consistiu na organização disposição estratégica; de forças militares comandadas por oficiais envolvidos ativamente na conspiração, de acordo com um plano que, em termos militares, não passou de um jogo de guerra simulado cm escala nacional, as operações militares, como tais, destinaram-se principalmente a prender ativistas camponeses e de sindicatos e a deter políticos, intelectuais e líderes estudantis.[67]

O "complexo IPES/IBAD", nas palavras de Dreifuss, utilizaram-se do apoio militar das Forças Armadas, de setores civis conservadores e tomaram o poder através de um golpe de Estado que já se ensaiava desde 1961.

---

64 Op.cit., p.361.
65 Ibid., p.362.
66 Id., p.362.
67 Idem., p.362.

Embora Dreifuss tenha sido inovador ao cunhar o termo "civil-militar" e compreender o golpe para além das artimanhas militares, o cientista político concedeu extrema valorização ao aspecto doutrinário e manipulador da "burguesia", desconsiderando a ação relativamente autônoma e os interesses específicos dos diversos grupos sociais que conferiram apoio ao golpe, o que permitiria transcender a tese de simples manipulação de classe.

A contribuição acadêmica de Dreifuss articulou o uso do termo "golpe civil-militar", em contraponto ao termo "golpe militar", que tendia a reconhecer o evento como uma ação exclusivamente militar. A partir de uma pesquisa de fôlego realizada em arquivos brasileiros e norte-americanos, Dreifuss conseguiu empreender uma análise detalhista e minuciosa, nas redes tramadas entre políticos, militares e empresários na ação de "conquista do Estado". Incluem-se como suas principais documentações os arquivos do IPES, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do Arquivo Nacional, da Biblioteca do Exército e da Escola Superior de Guerra, além de ter recorrido às memórias de oficiais de alta patente. Já em relação aos arquivos estrangeiros, Dreifuss teve acesso aos documentos oficiais do National Secutiry[68] e da Biblioteca John Kennedy,[69] entre outros, além da farta bibliografia acadêmica, grande parte norte-americana. Tudo isto demonstra a escassez de estudos brasileiros naquele período.

Em relação aos planejamentos secretos para derrubar o governo João Goulart em 1964, Dreifuss destaca que

> [...] tiveram presença ativa nas questões de muitas facções militares. Os vários movimentos civil-militares identificáveis e ativos contra o governo de João Goulart no início da década de sessenta poderiam ser agrupados, *grosso modo*, em três tendências convergentes que possuíam ramificações nacionais. Esses movimentos, coordenados no Rio e em São Paulo, estavam centrados no complexo IPES/ESG, ao qual estavam ligados os militares de linha dura e os conspiradores históricos, os extremistas de direita e os tradicionalistas.[70]

Para Dreifuss o complexo IPES/IBAD procurou não agir isoladamente. Buscou o apoio político na ação conspiratória para a tomada do Poder. Nesse sentido foi conquistar apoio dos partidos políticos e dos governadores dos Estados-chave de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e da Guanabara.

> Os governadores foram úteis ao colocarem a força policial de seus Estados à disposição do movimento civil militar contra João Goulart, medida da maior

[68] Op.cit., p.364.
[69] Ibid., p.365.
[70] Id., p.369.

> importância, tendo em vista a localização estratégica das milícias estaduais nas áreas urbanas, treinadas especialmente para lidar com civis e com um tal potencial bélico que as transformava em exércitos de fato. Em muitos aspectos, as milícias estaduais estavam muito melhor equipadas para intervenção direta do que os próprios militares. Os governadores também foram importantes pelo acobertamento que puderam dar ao movimento subversivo militar. Em muitos casos, os governadores eram líderes nacionais de seus respectivos partidos, ao mesmo tempo representando a política partidária e reforçando atitudes dos membros do partido a favor do movimento civil-militar. Eram ainda figuras centrais na agregação de interesses sócios-econômicos regionais aos interesses setoriais e de classe já representados no IPES. Finalmente, suas máquinas partidárias foram elementos-chave na campanha de mobilização política que o IPES havia lançado através de seu grupo de Opinião Pública.[71]

Na defesa de sua tese Dreifuss ressalta que o complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais. Com base no argumento de Gramsci, se não todos os tecno-empresários, empresários e militares, "pelo menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses e da sociedade".[72]

Para Dreifuss a elite dos intelectuais orgânicos que passa a denominar de elite orgânica do bloco econômico multinacional e associado, passou a se constituir numa força social, que tinha consciência de que seus "próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados."[73]

Em sua tese Dreifuss destaca a história do complexo IPES/IBAD relatando o modo pelo qual a elite orgânica de burguesia multinacional e associada, conseguiu evoluir de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe, capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual este complexo evolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado.[74]

> A elite orgânica centrada no IPES se revelaria então como o "amadurecimento da disposição para agir dentro de um programa capaz de mobilizar os homens de empresa", e como um todo oferecer soluções aos problemas do país. Nesse processo, a elite orgânica modelaria as forças sociais burguesa em uma classe, processo este que culminaria com a transposição do poder privado dos interesses multinacionais e associados para o governo público do Brasil, para isso, o bloco econômico dominante teria de vir a ser o Estado autoritário em que efetivamente se transformaria.[75]

---

71 Ibid., p.362.
72 Id., p.161.
73 Ibid., p.161.
74 Id., p.161.
75 Idem., p.162.

Para o historiador Marcelo Ridente em 1964 no Brasil ocorreu um golpe civil-militar. Em seu livro *O fantasma da revolução brasileira* (2010), Ridente ressalta que "o golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros".[76] Mas Ridente resalta que os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência [...] enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiram perplexos à demolição de seus ideais. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o "terremoto" de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política."[77]

No entendimento de Ridente foi num clima de contestação nacional e internacional, com o fracasso das esquerdas brasileiras em 1964, que ocorreram sangrias orgânicas irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos atuantes, sobretudo no PCB, principal força das fileiras derrotadas. Para Ridente a direção do PCB não soube lidar com a derrota.

> A maioria da direção do PCB não soube lidar com a derrota, nem foi capaz de fazer uma autocrítica profunda da própria atuação antes de 1964. Isso provocou a maior luta interna da sua historia [...] além de sofrer uma infinidade de cisões por todos os lados, das bases aos órgãos máximos dirigentes, gerando um desgaste do qual o PCB jamais veio a recuperar-se.[78]

Aponta o historiador Ridente que as esquerdas políticas ou sindicais, menos o mais moderadas, foram vencidas em 1964 sem resistência. "Enfrentaram profunda crise de identidade, já sem contar com muitas de suas bases, principalmente de trabalhadores, afastados por desilusão ou pela feroz repressão."[79]

O historiador Gorender apresenta algumas situações que contribuíram para o golpe da direita em 1964. Considerou que a hegemonia da liderança nacionalista burguesa, "a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas," e que as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboques e as incontinências retóricas", acrescentando que tudo isto em conjunto, explica o fracasso da esquerda. Ressaltando que houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida.

---

[76] Op.cit., p.17.
[77] Id., p.29.
[78] Ibid., p.30.
[79] Id., p.32.

> Mas grave é que foi perdida de maneira desmoralizante. Com a definição incontestável no dia 1° de abril, já no dia 3 a *Operação Brother* era desativada no Caribe. Os generais triunfantes colocaram que o Ocidente ganhou no Brasil formidável vitória a baixíssimo custo.[80]

No capítulo 2, vamos abordar Salvador e outras cidades da Bahia, como sendo, ou não, áreas de recuo de militantes das organizações da esquerda que contestavam a ditadura em suas lutas revolucionárias. A organização MR-8 defendia que Salvador, como capital da Bahia, deveria ter uma importância tática. E no campo estaria a área estratégica da luta armada. Nesta perspectiva, trazemos para a discussão opiniões de ex-militantes, pesquisadores e teóricos que trataram da questão dos recuos, além de análise das documentações das organizações, inquéritos da Polícia Federal e processos judiciais militares, envolvendo os militantes do MR-8, PCBR e a Val-Palmares.

CAPÍTULO 1: MR-8 NA BAHIA

Foi no processo de rompimento dos militantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se originou a Dissidência da Bahia (DI-Bahia),[81] integrada por estudantes do Colégio Estadual da Bahia (Colégio Central), da Escola Técnica Federal da Bahia e do Colégio Severino Vieira, em Salvador.

Os estudantes, dissidentes em diversos estados, vinham tendo presença marcante em movimentações da juventude durante os anos de 1966 até 1968, sob forte influência do Partido Comunista Brasileiro. Em Salvador, o quadro não era distinto.

O grupo de estudantes da Dissidência Comunista da Bahia, que fez a opção por se ligar e fazer a fusão com a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB),[82] era

---

[80] Op., cit., p.67.

[81] Em Salvador, ainda no final de 1967, a Dissidência da Bahia (DI -Bahia) resultou das dissidências do Partido Comunista Brasileiro, composta por um grupo de estudantes baianos, basicamente secundaristas, que já constituíam duas correntes independentes, ou seja, duas cisões do PCB local.

[82] A Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) foi uma organização política existente no Brasil durante o período da ditadura militar no país. Era formada por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) depois do golpe militar e se inseriu no movimento estudantil, chegando a ter grande influência nas universidades no fim dos anos 1960. Em 1968, após o AI -5 e o refluxo das manifestações de estudantes, a DI-GB abandonou a militância política nas universidades e entrou na luta armada. Seu auge como organização aconteceu em setembro de 1969, quando idealizou e realizou a captura do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, então utilizando o nome de MR -8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), em homenagem à recém -desbaratada e extinta organização carioca de esquerda. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) teve origem em uma dissidência do PCB, surgida no ambiente universitário de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. A Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), formada a partir de 1964, foi desarticulada pela repressão a partir de abril de 1969. SILVA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: EDUFBA, 2013. p.65. No capítulo 1 desta dissertação a abordagem é sobre o MR-8 e sua origem.

integrado por João Luis da Silva Ferreira (Juca Ferreira), Sérgio Landulfo Furtado, Carlos Moreira Villanueva, Sergio Amado, Virgínia Sá Carneiro, Elisabeth Correia Lima, além de Renato Affonso de Carvalho e Maria Lúcia Santana Cerqueira. Integravam também o coletivo Júlio da Silva Ferreira, Airton Silva Ferreira Filho e Nilton Kominsk. Já os estudantes Carlos José Sarno, Jurema Augusta Ribeiro Valença, Marie Hélène Russi, Chantal Russi, Nemésio Garcia, Getúlio Gaspar Gouveia, Rui Pinto Paterson, Israel Oliveira Pinheiro e Maria Célia Mascarenhas Magalhães se ligaram à VAR-Palmares, formada por militantes de São Paulo.

É importante ressaltar o fato de que o maior número das manifestações estudantis em oposição à ditadura ocorreu nos anos 1967 e 1968, sendo o interior das escolas secundaristas de Salvador, do espaço de onde saiu a maioria dos manifestantes que se envolveram politicamente com partidos e organizações de esquerda. Da mesma forma, no segmento estudantil, se encontrava grande parte dos militantes que tiveram envolvimento com a luta armada urbana, luta de massa militarizada e, consequentemente, que terminaram por entrar para a clandestinidade.[83]

Segundo a historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva, foi possível perceber

> que tanto a formação, na Bahia, do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e da Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) – a partir da integração com os dois grupos de estudantes, dissidentes do PCB, acima referidos, como a do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – ainda que este não tenha sido originário dessa dissidência – ancoraram-se fortemente em contatos com estudantes secundaristas e universitários.[84]

No entendimento da autora, havia, a princípio, um único grupo de esquerda armada originado na Bahia pelo rompimento com o PCB local, denominado Dissidência Comunista da Bahia. Entretanto, prossegue, as relações pessoais, assim como as diferenças do p onto de vista programático, acirraram as disputas internas, e um posterior desmembramento que levou cada grupo de estudantes para um lado da resistência armada baiana.[85]

O que faltava para empurrar os estudantes brasileiros para a luta armada veio por consequência do decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968,

---

[83] SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer:** histórias da luta armada em Salvador (1969-1971) - Salvador: EDUFBA, 2013. p.62.
[84] Ibid., p.62.
[85] Id., p.62.

decretado pelo presidente Artur da Costa e Silva.[86] O ato se sobrepôs aos dispositivos da Constituição de 1967 e deu poderes supremos ao chefe do Executivo. Com o AI-5, os direitos políticos de qualquer cidadão estariam suspensos por 10 anos em caso de manifestação contrária ao regime. Também foi suprimido o direito ao habeas corpus,[87] o que, na prática, significaria a prisão efetiva de manifestantes sem que eles pudessem recorrer aos seus direitos constitucionais.

Seguiu-se uma série de medidas restritivas: a União Nacional dos Estudantes (UNE), após a prisão dos delegados presentes ao seu XXX Congresso, que deveria se realizar em Ibiúna (SP), em outubro de 1968, sofrera golpe decisivo; o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos estados entraram em recesso; a censura impôs um controle à imprensa e à vida cultural do país foi asfixiada.

Maria Helena Moreira Alves, ao abordar sobre Ato Institucional nº 5 (AI-5), chama a atenção de que não havia prazo estipulado para sua vigência e passariam a ser permanentes os controles e a suspensão de garantias institucionais. Segundo Alves, o ato representou o completo fechamento do regime militar.[88]

A luta e o enfrentamento que os estudantes brasileiros desenvolviam pelo país afora estavam sob forte ameaça. O fechamento do regime viria a ser uma das principais razões a impulsionar a opção pela resistência armada. O AI-5 forçou praticamente muitos estudantes baianos a aderirem a organizações armadas, posição assumida por centenas de jovens no Brasil.

Em Salvador, o AI-5 deu maior fundamentação legal à repressão em fevereiro de 1969. Entretanto, foi o Decreto lei 477[89] de 26 de fevereiro de 1969, baixado pelo então presidente Artur da Costa e Silva, que definiu as infrações disciplinares de alunos e professores e permitiu a formalização e aumento da repressão. Pode-se constatar também a desarticulação dos centros acadêmicos e do Diretório Central de Estudantes, além do cancelamento da matrícula de inúmeros secundaristas e universitários, considerados subversivos. A forte repressão executada desde a edição do AI-5,

---

[86] Artur da Costa e Silva foi o segundo presidente do Brasil durante a Ditadura Militar, governou o país entre 1967 e 1969 e foi afastado da presidência por problemas de saúde. Durante seu governo, a repressão da ditadura à sociedade foi ampliada.

[87] O habeas corpus é um dispositivo constitucional utilizado para garantir a liberdade de um indivíduo, quando ele for preso ilegalmente ou sofrer ameaça de prisão.

[88] ALVES, Maria H. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

[89] DECRETO-LEI Nº 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969. Definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e deu outras providências.

sobretudo no período do presidente Emílio Garrastazu Médici,[90] inviabilizaria as mobilizações estudantis, que desapareceram da cena pública, vindo a ressurgir somente a partir de 1973, quando suas entidades retornariam às atividades políticas.[91]

Essa radicalização do regime militar trouxe, para muitos jovens baianos, a confirmação de que vias pacíficas não bastariam para reconquistar a liberdade e acabar com o regime autoritário no Brasil. A impossibilidade de se fazer movimento de massa, ou seja, o fechamento total da ditadura militar dificultou o trabalho político que se fazia anteriormente, principalmente aquele ligado ao meio estudantil. Foi com o objetivo de continuar a resistência à ditadura militar que muitos jovens que estiveram envolvidos nas manifestações estudantis dos anos de 1966 a 1968 ingressaram nas organizações que defendiam a luta armada, adotando atitudes mais extremadas e conferindo à luta política uma posição de vanguarda contra a posição do PCB, para o qual era preciso naquele momento "[...] estreitar ligações com as grandes massas da cidade e do campo."[92] Tornada ilegal e perseguida, a esquerda optou por uma alternativa de oposição clandestina e, por sua vez, o Governo ditatorial adotou as penas de morte e de banimento, tornando mais duras as punições previstas na Lei de Segurança Nacional, com o objetivo de combater a luta armada e controlar imprensa. Além disso, foi outorgada, em 1967, uma Constituição mais autoritária, batizada de Emenda Constitucional n. 1.[93]

Segundo Marcelo Ridenti,[94] em meados de 1968, havia uma tendência à migração dos militantes do movimento estudantil de seus grupos estudantis para as organizações de esquerda, que apresentavam como meta prioritária a guerrilha rural. Durante as movimentações estudantis de 1968, a DI-Bahia já atuava com um grupo sob

---

[90] Emílio Garrastazu Médici foi o terceiro que presidiu o Brasil no período da Ditadura, sendo o 28º presidente da República do Brasil e governou o País entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974.
[91] BENEVIDES, Sílvio César O. **Proibido proibir:** uma geração na contramão do poder, o movimento estudantil na Bahia e o jovem. 1999. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999; OLIVEIRA, Antonio E. A. de. **O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70.** 2002. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002; BRITO, Antônio M. F. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA** (1964-1969). 2003. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
[92] CARONE, Edgar. **O P. C. B**. (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982. v. 3, p. 65.
[93] BRASIL NUNCA MAIS, 1985; BRASIL NUNCA MAIS, 1969.
[94] RIDENTI, Marcelo S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

a liderança de Juca Ferreira e Sérgio Landulfo Furtado, e o outro coordenado por Chantal Russi, Marie Hélène Russi, Carlos Sarno e Jurema Valença.[95]

A historiadora Sandra da Silva tem um entendimento em relação às tendências no interior da dissidência do PCB, na Bahia.[96] Destaca que aos poucos se afastaram dos movimentos de massa de outros tempos, assumindo algumas atitudes de viés militarista na confrontação com o regime – como, por exemplo, a busca de treinamento militar –, embora esses grupos não se assumissem dentro da chamada linha militarista. Ressalta Silva que nas entrevistas realizadas com as lideranças das duas tendências, cada depoente atribuiu ao grupo dissidente, naquele momento, atitudes militaristas e vanguardistas, em detrimento das atividades políticas junto aos estudantes e operários, o que teria sido o fator preponderante da divisão da Dissidência da Bahia em dois agrupamentos: um ligado ao MR-8 e outro à VAR Palmares.[97]

Conclui a historiadora que as motivações do rompimento quanto à forma de resistência à ditadura não foram o único ponto de divergência. Considera que, nas entrevistas, uma resposta frequente referia-se à divisão por afinidades pessoais, prevalecendo as amizades constituídas ainda no movimento secundarista do Colégio Central, sendo mais uma motivação para a cisão da Dissidência em dois grupos distintos, com estruturas e ligações com outros estados diferenciados.[98]

Renato da Silveira, em seu depoimento à historiadora Sandra Regina da Silva, informou a sua opção pela entrada no MR-8 a partir das relações pessoais: [...] eu conhecia Júlio Ferreira, conhecia Juca Ferreira, conhecia Sérgio Furtado, é por isso que eu fui. Terminei me aglomerando a esse pessoal [...] a impressão que eu tenho é que foi muito mais por uma questão de personalidades fortes do que por uma questão programática".[99]

Salvador foi onde se registrou o maior número de estudantes secundaristas cassados, segundo a historiadora.[100] Estes estudantes estavam impedidos de se

---

[95] VALENÇA, Jurema Ribeiro. Entrevista a historiadora Sandra Silva em 28 de julho de 2001; FERREIRA, João Luis da Silva. Entrevista a Sandra Silva em 18 de abril de 2002 e em 31 de maio de 2002; SARNO, Carlos José. Entrevista a Sandra Silva em 29 de setembro de 2001 e em 26 de março de 2002.

[96] SILVA, Sandra Barbosa da . 2013, op.cit.

[97] ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Entrevista a Sandra Silva em 29 de setembro de 2000 e em 04 de outubro de 2000; SARNO, 2002, op.cit. SILVEIRA, 2002, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.

[98] Idem.

[99] FERREIRA, João Luis da Silva. Entrevista concedida a SILVA, Sandra Regina Barbosa da, em 18 de abril de 2002.

[100] SILVA, Sandra da, 2013, op. cit.

matricular na rede de ensino. Em depoimento, o historiador João José Reis, ex-simpatizante do MR-8, ressaltou o aumento do controle da direção do Colégio Central após o AI-5:

> [...] foi aberto um portão lateral na rua sem saída que encontra com uma das entradas da Estação da Lapa, mais controlado, criando uma espécie de armadilha, já que o antigo portão dava acesso a várias ruas [...] havia um controle maior da direção com vigilância, disciplina rígida, o grêmio e a biblioteca censurados [...].[101]

De acordo com Sandra Regina da Silva, uma profunda intervenção ocorreu no Colégio Central, e "muitos estudantes foram cassados por terem participado de passeatas e greves nos anos de 1967 e 1968".[102] Dos 240 estudantes impedidos de se matricularem nos colégios oficiais, 157 eram alunos desse colégio.[103]

Entre os seus alunos que foram presos após o AI-5, muitos integraram a dissidência do PCB, com o qual havia rompido, insatisfeitos com a orientação política desse partido.

Diante da situação do cenário político do país, os estudantes foram investindo, mais intensamente, nas discussões sobre luta armada e se preparando como quadros, ou como militantes profissionais. Eles iam se afastando da frente de massas e entrando para a clandestinidade por questões de segurança. Era necessária e obrigatória uma preparação militar mínima. Os encontros aconteciam somente em pontos previamente marcados, com senhas, não sendo permitidos atrasos.[104] A maioria dos estudantes, compreendendo que o momento posterior ao AI-5 caracterizava-se, particularmente, pela falta de alternativa para mobilização legal, optou por uma "ação clandestina de massa", no dizer de Ubiratan de Castro Araújo.[105]

---

[101] REIS, João José. Entrevista concedida a SILVA, Sandra Regina Barbosa da, em 27 de abril de 2001, p.60.

[102] SILVA, Sandra da, 2013, op. cit., p.59.

[103] *A Tarde*, edição de 14 de fevereiro de 1969, no acervo da Biblioteca Central do Estado da Bahia, em Salvador-Ba.

[104] SILVA, Sandra Regina Barbosa da . 2013, op.cit, p.59.

[105] Ubiratan de Castro Araújo estudou no colégio do ICEIA, no bairro do Barbalho, até 1963. Completou os estudos como secundarista no Colégio Central, no centro da cidade. Iniciou seus estudos acadêmicos em 1967, no curso de História da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e também no curso de Direito na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Formou-se em Direito em 1971, mas pouco advogou; sua vocação era ser historiador, graduação concluída em 1970. O cenário do início de sua vida acadêmica era o regime ditatorial, que se iniciara em 1964. Bira Gordo, era como fazia questão de ser chamado, juntou-se à luta pela democratização do país, militando na Var-Palmares e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) [...]. Como advogado, chegou a ajudar os militantes em suas prisões, inclusive em parceria com a advogada Ronilda Noblat. Sua militância persistiu, posteriormente, na causa negra e nos rumos do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: http://www.poisze.net/bira/Biografia/ Acesso em 16 mai de 2022.

Já no final do ano de 1968, vieram para Salvador alguns dirigentes em nível nacional da DI-GB, com o objetivo de discutir a linha política da organização da Guanabara com os militantes da DI-Bahia. Contudo, a formalização das duas dissidências do PCB somente ocorreu em uma reunião no ano de 1969, com a participação de Franklin de Souza Martins,[106] dirigente nacional da DI-GB. Martins era responsável pela Frente de Trabalho Armado da organização.

A Conferência realizada em junho de 1969, na cidade de Dias D'Ávila, a Dissidência da Guanabara (DI-GB) apresentou o que já tinha definido como um de seus objetivos, que era o de sistematizar algumas teses, discutidas posteriormente. Conforme depoimentos dos entrevistados por Sandra Regina Silva,[107] a concentração durou dois dias, nos quais se discutiram as definições políticas da organização, bem como a sua estruturação. Naquela Conferência de integração, decidiu-se que as bases da organização, em sua estrutura baiana, continuariam as mesmas, porém com orientação dos dirigentes da Guanabara.[108]

Desta reunião tomaram parte Sérgio Landulfo Furtado e Juca Ferreira, que coordenavam, no início de 1969, esse grupo de estudos da DI-BA, além de Carlos Moreira Villanueva, Nilton Kominsk, Elisabete Rebello Correia Lima e José Carlos Souza.[109] Este último conta detalhes do que aconteceu:

> A nossa questão era como fazer a luta armada combinada com a luta de massas, e que não adiantava ter uma luta armada sem a luta de massas [...] uma vez passamos dois dias numa casa em Dias D' Ávila, todo mundo confinado lá, alta segurança, e conversando sobre as definições da organização. A Dissidência da Guanabara conversou com a gente, e nós já

---

[106] Jornalista e militante de esquerda na luta contra a ditadura, Franklin Martins foi líder estudantil e depois entrou para a organização Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Participou de um dos episódios mais marcantes da resistência à ditadura, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, com o objetivo de forçar a libertação de 15 presos políticos. A ação foi realizada junto com a Aliança Libertadora Nacional (ALN), e o episódio é narrado nos livros: *Graças a la vida*, de Cid Benjamin e *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira. Preso entre outubro e dezembro de 1968, quando era presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ, foi libertado dois dias antes de se instaurar o Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Passou para a clandestinidade e se engajou na luta armada. No ano seguinte, participou do sequestro do embaixador norte-americano. Depois dessa ação bem-sucedida, com a cabeça a prêmio e a polícia nos calcanhares de seus autores, Franklin seguiu para o exílio em Cuba, para fazer treinamento na guerrilha rural, depois para o Chile de Salvador Allende. Em seguida, exilou-se novamente, desta vez na França. Voltou para o Brasil em 1977, onde mais uma vez viveu na clandestinidade, até a anistia de 1979. Foi ministro-chefe da Secretaria de Comunicação do Brasil durante o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva até dezembro de 2010. Disponível em https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-daresistencia/franklin-martins/. Acessado em 25 de ago de 2023.

[107] SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971) - Salvador: EDUFBA, 2013.

[108] Na reunião, também se decidiu sobre o início da atuação da organização no meio operário, porque, até esse momento, a predominância da mesma era no setor estudantil.

[109] SOUZA, José Carlos. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2001 a Sandra da Silva.

> tínhamos uma certa inclinação por eles. Nessa época veio aqui na Bahia para conversar com a gente Franklin Martins, veio o José Roberto, esses dois vieram e então começamos cada vez mais a estreitar os laços com a Dissidência Comunista da Guanabara.[110]

O ex-militante do DI-Bahia e MR-8 Juca Ferreira[111] informou como se registraram as relações de aproximações e o início do contato com a DI-GB, revelando:

> O contato partiu da visibilidade que o movimento estudantil possuía naquela época [...] a gente tinha contato com São Paulo, tinha contato com o Brasil inteiro. [...]. Em 1969 isso foi avançando, quando a gente fez o contato com a Dissidência da Guanabara, a identidade era muito grande, inclusive os documentos deles circulavam [*entre nós*], [...] eles já conheciam a gente também de movimento estudantil. Eu já conhecia Gabeira, já conhecia o Wladimir Palmeira, já conhecia Franklin Martins. Quando juntou, foi facílimo, porque já tinha identidade do movimento de massa, e tinha uma compulsão de um conceito, inclusive já tinha se depurado com esse racha que eu me referi [a divisão da DI-BA] entre os da luta armada e os de ação armada submetida a um processo político [...], mas nós fomos sendo atraídos para ação armada, cada vez mais, cada vez maior a quantidade de ação armada [...].[112]

João Salgado, ex-dirigente do MR-8, esclareceu o que facilitou a aproximação das duas dissidências do PCB: a da Bahia e a da Guanabara.[113] Relatou que existiam várias teses em discussão na Dissidência Guanabara, como a da libertação nacional, que incluía a etapa socialista da revolução, a classe operária como elemento fundamental e a luta armada como instrumento para que os trabalhadores chegassem ao poder.

> Não era uma linha política profundamente elaborada evidentemente. Como todas as outras organizações revolucionárias naquele momento, estavam buscando aprofundar essa linha política e chegar a um ponto mais definitivo. [...] Havia também uma perspectiva grande e que era necessário unirem -se às forças revolucionárias. Então havia o pessoal do Rio Grande do Sul e o pessoal de São Paulo.[114]

---

[110] Entrevistado por Sandra Barbosa da Silva (2013), em 16 de novembro de 2001 e cedida a este pesquisador.

[111] Ex-militante estudantil e de organização armada, Juca Ferreira que é natural de Salvador, passou nove anos exilado no Chile, na Suécia e na França, onde se formou sociólogo, durante o regime militar. Ao voltar ao Brasil após a anistia, desenvolveu diversos projetos na área de cultura, como o Projeto Axé, de arte-educação para adolescentes em situação de risco social. O ambientalista Juca Ferreira assumiu o comando do Ministério da Cultura com a saída de Gilberto Gil da pasta. Ferreira foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Juca Ferreira, como filiado do Partido Verde, foi Secretário de Meio Ambiente da prefeitura de Salvador e também assessor especial da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Eleito duas vezes vereador em Salvador, em 1992 e 2000. Disponível em https://www.estadao.com.br/politica/perfil-ex-militante-estudantil-juca-ferreira-assume-cultura/.Acessado em 27 de out. 2023.

[112] FERREIRA, 2002, op.cit.

[113] SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida para esta pesquisa em 18 de setembro de 2018.

[114] Idem.

Para Salgado,[115] naquele momento das ações da organização, a direção fundamental era a classe operária. Alguns militantes defendiam que a organização deveria considerar a luta armada como o instrumento de chegada dos trabalhadores ao poder. Mas uns entendiam que a luta tinha que passar pelos trabalhadores da cidade, enquanto outros argumentavam que a luta no campo seria a vanguarda. O objetivo, segundo Salgado, era procurar organizações que tivessem uma aproximação com a linha política que o DI-GB achava que era justa. E que a Dissidência da Bahia tinha essa característica.[116]

O ex-guerrilheiro Franklin Martins destacou a participação dos que lideraram na Bahia a luta contra o regime militar. Organizando a Dissidência Interna (DI-Bahia) e viabilizando a fusão com a Dissidência Comunista da Guanabara, Martins falou sobre as reuniões e os contatos com Santa Bárbara: "Juca Ferreira e o Sérgio Landulfo Furtado foram os que lideraram este movimento na Bahia e levaram Santa Bárbara para o MR-8. Levaram, conversaram. Eu vim aqui para Bahia, fiquei aqui um mês, dois meses, até que se realizasse esta fusão. Conheci muito Santa Bárbara nesse período."[117]

Nos estudos e pesquisas desenvolvidas nos processos militares, nos depoimentos dos militantes do MR-8 na Polícia Federal, na justiça militar, no Relatório da Operação Pajussara e no acervo do BNM, constata-se que a cidade de Feira de Santana foi a principal base do interior da DI-Bahia e do MR-8. Contudo, não existe registro de ações mais destacadas dos militantes da organização, pois não houve nenhum trabalho prático naquela cidade, embora se registre a realização frequente de discussões teóricas. Os levantamentos cartográficos e mapas de estradas de rodagem de cidades como Feira de Santana, Vitória da Conquista, regiões do baixo e médio São Francisco e Nordeste do estado, indicam um esforço da organização em ampliar suas bases no interior. O

---

[115] Sargento da Aeronáutica e, a partir de 1966, também estudante da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), João Lopes Salgado conciliou as duas atividades até 28 de março de 68, data do assassinato do estudante Edson Luiz. Reconhecido por um cabo ao discursar nas escadarias da Câmara Municipal, temeu represálias do órgão militar e desligou -se. Foi o último a discursar naquele trágico 22 de outubro, antes que os estudantes saíssem à Avenida 28 de setembro e fossem recebidos a bala e gás lacrimogênio pelos agentes do Dops. Já na clandestinidade, em 1969, dirigiu o fusca vermelho que deu cobertura à operação de sequestro do embaixador norte -americano Charles Elbrick. Militante da Dissidência da Guanabara, grupo que rompeu com o PCB para entrar na luta armada, depois chamado Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), foi comandante de Carlos Lamarca na Bahia, durante a última ação da qual o guerrilheiro participou. Fonte: Revista *Advir*, nº 22, outubro de 2008.

[116] Idem.

[117] MARTINS, Franklin. Entrevista concedida para esta pesquisa em 19 de setembro de 2009.

militante responsável pelos trabalhos da organização no Recôncavo baiano foi César Queiroz Benjamim.[118]

Em Feira de Santana**,** segunda maior cidade da Bahia, a DI-Bahia teria interação com os diversos grupos organizados no meio estudantil, como o PCdoB, AP, POC, Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e PCBR. É preciso um estudo mais aprofundado sobre o MR-8 em Feira de Santana, para verificar o teor das atividades e no que consistiam essas relações.[119]

Ainda no ano de 1968, Santa Bárbara articulou-se para atrair mais militantes e simpatizantes para a DI-Bahia visando as montagens de aparelhos. Rocha Martinez fez revelações sobre os "aparelhos" da célula que Santa Bárbara comandava na cidade.[120]

O ano de 1969 registrou o crescimento dos jornais estudantis nos colégios e ginásios de Feira de Santana. Com sua experiência na área gráfica e facilidade de produção de texto, Santa Bárbara chamou para si a responsabilidade do jornal do Colégio Estadual de Feira de Santana. Ele foi um dos fundadores do jornal *Folha Estudantil*: "Ao lado de outros companheiros, selecionava notícias sobre o panorama político, científico e cultural e mensalmente veiculava através do jornalzinho, um instrumento eficaz de integração da estudantada."[121]

Entre os militantes da DI-Bahia em Feira de Santana, atuavam Júlio, o engraxate com atividade de trabalho na frente do cinema, Íris, na avenida Senhor dos Passos, Antônio de Freitas da Silva, "Grande", frentista do posto de combustível "Moura", na descida do Nagé, e Carlos Orleans Figueiredo de Andrade, de codinomes "Pacote" e "Leo", com o comando de Santa Bárbara. Sobre "Pacote" e "Leo", Raimundo Rocha Martinez Fernandez trouxe as seguintes informações:

> [...] ele conheceu o "Pacote" jogando futebol no campo do "Burda". Era ali na rua Comandante Almiro na parte que tem o bar de "Capuchinho", no bairro Kalilândia. Foi lá que ele conheceu o Leo (Carlos Orleans). Ele passou a nos acompanhar, mas era uma pessoa que não era estudada. Praticava pequenos expedientes. Era avesso ao trabalho, ao estudo e à disciplina. Foi uma aproximação natural e ninguém desconfiou de nada no início [*quis se referir ao fato de que o militante "Leo" vai se aliar a agentes da repressão.*] [...] eu já conheci "Leo" dentro da DI, participando conosco, depois das

[118] BNM 192/71, op.cit. PATARRA, 1993, op.cit. SOUZA, 2001, op.cit.; CERQUEIRA, 2002, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.; SILVEIRA, 2002, op.cit.

[119] CERQUEIRA, Ruy. 2002, op.cit.,

[120] Detalhou como levantavam recursos financeiros para alugar os imóveis. Tinham um "aparelho" de reuniões no bairro do Sobradinho, num local pouco movimentado. O aluguel era bancado por todos da célula.

[121] CERQUEIRA, Ruy. 2002, op.cit., p.68.

> passeatas de 68. Inclusive ele conheceu o Juca Ferreira, hoje ministro, e, foi inclusive para o Rio de Janeiro.[122]

Ainda sobre "Pacote" e "Leo", Rocha Martinez revelou que

> [...] ele não tomava parte nestas reuniões, pois era despreparado intelectualmente. Nas discussões sobre o marxismo também não tomava parte. Mas ganhou a confiança do pessoal e se colocou à disposição para fazer serviços. Era muito esperto e cumpridor de tarefas, um 'tarefeiro' [...][123]

Ruy Cerqueira levantou e apresentou os militantes das outras organizações esquerdistas em Feira de Santana:

> [...] os militantes da AP [...] os feirenses Jaime Cunha, Cândido Vacarezza, Ildes Ferreira de Oliveira, Alberto Campos Boaventura, Jaime Cruz e João Batista de Cerqueira [...] quanto aos militantes do PCBR sob a esfera da ALN, podemos nominar Carlos Lima, Nilton Santa Cruz, Antônio Brito e a maioria dos estudantes do Colégio Estadual que não estavam na órbita de Luiz Santa Bárbara ou de Francisco Pinto.[124]

A esquerda nacionalista feirense estava ligada ao ex-prefeito Francisco Pinto.[125] Entre estudantes e professores, o grupo era constituído por "Margarida Ribeiro, José Coutinho Estrela, Hosannah Leite e muitos outros jovens daquele tempo".[126]

Questionado sobre quem eram os estudantes e lideranças jovens que conviviam no entorno de Chico Pinto, o ex-preso político Sinval Galeão, em entrevista para esta pesquisa, apresentou uma relação superior à que Ruy Cerqueira mencionou. Revelou Galeão que estes jovens iam à casa de Chico Pinto para ouvir a experiência do ex-prefeito, mas também apresentar posições de lutas no enfrentamento à ditadura.

> Os mais próximos de Chico Pinto eram: Luciano Ribeiro, Hosannah Leite, Beraldo Boaventura, José Carlos Teixeira, Antônia Veloso, eu (Sinval Galeão), Celso Daltro e Coelhinho". Mas Galeão ressalta que "Santa Bárbara ia muito na casa de Chico Pinto, agora não era uma coisa formal de direção do PCB. Ele ia mais como revolucionário.[127]

No entendimento do militante comunista Galeão,

> a partir de 1968 foi o período de luta mais interna com o surgimento de diversos grupos de esquerda e até com a participação da Igreja [*refere-se à Igreja Católica*], MR-8, Polop, ALN, PCBR, Var-Palmares, VPR e AP que brigavam mais internamente do que contra o regime. E isto se dava porque cada organização tinha uma linha de ação diferente. Nossa estratégia do PCB, era de colocar o povo na rua para derrubar o governo militar através de mobilização popular. Já os outros grupos não. Eles eram da luta armada.[128]

---

[122] MARTINEZ, Raimundo Rocha. Entrevista concedida a esta pesquisa em 11 de outubro de 2010.
[123] Martinez, Raimundo Rocha.2010, op.cit.
[124] CERQUEIRA, Ruy. 2002, op.cit., p.86.
[125] Foi preso, sofreu torturas, perdeu o mandato de prefeito num processo de impeachment em 1964.
[126] CERQUEIRA, Ruy. 2002, op.cit., p.86.
[127] GALÃO, Sinval. Entrevista concedida a esta pesquisa em 20 de outubro de 2010.
[128] Idem.

1.1 A montagem dos "aparelhos"

Até que fossem montados os "aparelhos", os estudantes ligados a DI-Bahia, em Feira de Santana, através de Santa Bárbara, foram realizando suas reuniões na residência[129] do estudante Rocha Martinez:

> [...] a luz da revolução, além das praças e jardins, a minha casa se tornou o grande centro dessas reuniões. A minha casa era a número 5, numa transversal da rua Sabino Silva, na pequena vila, ali existente. Ali os estudantes e outros que vinham de Salvador travamos o debate sobre o que estava agendado em relação aos estudos. Para aqui vinham Sérgio Landulfo Furtado[130], Juca Ferreira, Carlos Moreira Villanueva, Némesio Garcia, Chantal Russi e outros que com o tempo passado não me recordo seus nomes agora.[131]

Rocha Martinez apontou alguns estudantes feirenses que eram bem articulados no segmento classe estudantil, influentes na formação dos grupos de esquerda e ligados a partidos políticos da linha marxista. Ele cita os nomes de: José Carlos Teixeira, Ed Lauro, Roberto Messias, José Moura, Jaime Cunha, José Wagner, Wagner Mascarenhas, Renato Pires, Lamartine Mota e Vera Bolota.[132]

Preso em abril de 1969, já no mês seguinte, maio, Santa Bárbara estava tomando parte de uma reunião da célula da DI-Bahia de Feira de Santana, na zona rural do município, no distrito de Jaíba,[133] na chácara da família do estudante Renato Pires Freitas.[134] O objetivo da reunião era desenvolver estudos e debates sobre táticas de sobrevivência na caatinga e táticas de guerrilha. Ali não foi disparado um só tiro entre os militantes da organização. De Salvador, vieram Juca Ferreira e outros, além de militantes do Rio de Janeiro e Alagoinhas. Sobre o assunto, Cerqueira (2002) detalhou:

> [...] foi um dia de intensos estudos teóricos sobre diversas táticas de enfrentamento militar e reconhecimento de métodos de disfarces utilizados pelos agentes da repressão, para autodefesa, juntamente com Lamartine Mota, José Carlos, Rocha Martinez, Carlos Orleans, Vera Gomes, conhecida dentro da organização como Vera Bolota – Maria Socorro e militantes de Salvador, Alagoinhas e do Rio de Janeiro. Entre os participantes estava Juca Ferreira,

---

129 A casa nº 5, na esquina da rua da Joaquim Farias, uma transversal da rua Sabino Silva no bairro da Kalilândia, na área central da cidade.

130 Preso em julho de 1972, aos 21 anos de idade, no bairro da Urca no Rio de Janeiro, por agentes da repressão. Desde então é dado como morto ou desaparecido.

131 MARTINEZ, Raimundo Rocha, 2010. op.cit.

132 José Carlos Teixeira, falecido, foi jornalista e escritor, Ed Lauro, Roberto Messias, "Roberto Porquinho", é jornalista e atua no marketing político, José Moura, vive em Brasília, atuando como assessor político, Jaime Cunha, José Wagner, Wagner Mascarenhas, Renato Pires, médico pneumologista, Lamartine Mota é médico ginecologista e Vera Bolota, foi embora de Feira de Santana. Todos eram estudantes do Colégio Estadual de Feira de Santana.

133 Um dos distritos de Feira de Santana, reduto político do ex-prefeito Francisco Pinto (Chico Pinto).

134 Era estudante secundarista do Colégio Estadual de Feira de Santana.

> elemento de ligação com a direção nacional da organização e parlamentares simpáticos à "causa revolucionária", a exemplo de Rubens Paiva". [135]

Rocha Martinez não relaciona Juca Ferreira entre os presentes e disse que veio um militante do Rio de Janeiro:

> [...] no treinamento em Jaíba veio uma pessoa do Rio de Janeiro. Estavam os militantes de Feira. Não me recordo o mês. Foram para o encontro Renato Pires Freitas, Lamartine Mota, Carlos Orleans, o "Leo", Luiz Antonio Santa Bárbara, seu irmão José Carlos e eu. Acho que só. As discussões foram à noite e no outro dia pela manhã. O pessoal estava com dificuldade de achar carro. Arranjamos o carro do filho de um alemão, para nos levar até esta chácara. Dormimos lá. Discussões sobre o movimento que a esquerda fazia na época. Repassando informações do Rio de Janeiro. Ensinando como se acautelar. Foram vários assuntos discutidos entre os quais a posição da DI - GB.[136]

Pelas informações prestadas por Franklin Martins, em entrevista para esta pesquisa, o militante do Rio de Janeiro foi Claudio Torres, que tomou parte na captura do embaixador americano no Brasil, em setembro de 1969.[137] Em relação ao episódio do sequestro, vamos abordar sobre esta ação revolucionária no capítulo 3. Embora os militantes feirenses afirmassem que já integravam o MR-8, existe um equívoco, uma vez que somente após a captura do embaixador Charles Elbrick, foi que a DI-Guanabara do PCB assumiu, em nível nacional, a denominação Movimento Revolucionário Oito de Outubro-MR-8.

O MR-8 na Bahia concretizou a sua formação a partir da orientação política de dirigentes vindos do Rio de Janeiro. Naquele cenário de ações e lutas estudantis em Salvador, os movimentos estudantis, principalmente os da UFBA, assumiram posições políticas de enfrentamento ao governo instituído já no pós-golpe de 1964.[138]

A historiadora Sandra Silva destaca que Juca Ferreira, desde o momento de estruturação do MR-8 em Salvador, foi o seu principal assistente. Era a pessoa de ligação entre a Direção Regional Lúcia Murat e a Direção Nacional no Rio de Janeiro. Assim, Juca Ferreira era o responsável por orientar as dirigentes que atuaram na Bahia: Lúcia Maria Murat de Vasconcelos e, posteriormente, Solange Lourenço Gomes.[139]

---

135 CERQUEIRA, Ruy, 2002, op.cit., p.69.
136 MARTINEZ, Raimundo Rocha, 2010, op.cit.
137 MARTINS, Franklin. Entrevista concedida para esta pesquisa em 19 de setembro de 2009.
138 BRITO, Antônio M. F. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA** (1964-1969). 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
139 SILVA, Sandra Regina Barbosa da . 2013, op.cit.,pp.78-79.

Ainda no ano de 1969, iniciou-se uma constante troca de quadros dirigentes, a exemplo de Sérgio Furtado, que seguiu para o Rio de Janeiro, enquanto outros militantes realizaram trajetória inversa, vindo do Rio de Janeiro para Salvador.[140]

Juca Ferreira tinha a responsabilidade pela orientação dos outros dirigentes que aqui atuavam, inclusive as duas camaradas que vieram do Rio de Janeiro: Lúcia Maria Murat de Vasconcelos[141] e Solange Lourenço Gomes[142]. Lúcia Murat, militante do MR-8 na Guanabara, pertencia ao grupo de Ação e Propaganda, que integrava a Unidade Interna da Frente Operária. Chegou a Salvador em fevereiro de 1970, juntamente com Marcos Dantas Loureiro. Murat recebeu como tarefa o recrutamento de simpatizantes para a militância da organização.[143] A motivação para sua vinda a Salvador consta nas informações do relatório do processo BNM 192/71 e no livro de Luiz Maklouf Carvalho.[144]

Lúcia Murat, que também era dirigente da organização, no final de 1970 passou a ser investigada pelos órgãos de segurança. Ao ser monitorada pelos serviços de inteligência da repressão, foi obrigada a permanecer escondida em aparelhos, o que dificultaria os contatos com o restante do grupo. Diante da necessidade e da urgência da presença de um quadro de direção na capital baiana, Denílson Vasconcelos viajou para o Rio de Janeiro para relatar as dificuldades da organização em Salvador.[145]

Ao retornar para o Rio de Janeiro, em março de 1971, Lúcia Murat acabaria presa no dia 31. As atividades do MR-8, iniciadas ainda em 1969, foram dinamizadas

---

[140] BNM 192/71, op.cit.; SOUZA, 2001, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.

[141] Entre o final dos anos de 1960 e o início da década de 1970, durante a ditadura militar no Brasil, Lúcia Maria Murat Vasconcellos era uma jovem da classe média carioca e estudante universitária envolvida com a resistência armada contra o regime. Tendo vivido na clandestinidade e sido presa por agentes da repressão política, sua história pessoal é marcada pelas sevícias pelas quais passou parte da esquerda brasileira sob a ditadura. Seu primeiro longa-metragem, o documentário *Que Bom Te Ver Viva*, lançado em 1989 pela Taiga Filmes e Vídeo. Em seu filme, *Doces Poderes*, lançado em 1996, Lúcia Murat tematiza a mídia televisiva em suas relações com a política, ou, mais especificamente, o papel das coberturas jornalísticas em campanhas eleitorais, deslindando problemas como a corrupção e as relações entre os interesses público e privado no cenário político de democracia recente. O teor da luta revolucionária dos opositores do regime militar aos quais Lúcia Murat se somava em sua juventude é o mote de *A memória que me contam*, lançado em 2012 pela cineasta. Buscando retratar pontos de vista de ex-militantes sobreviventes sobre a conjuntura do período ditatorial no contexto atual, a diretora realiza uma ficção autorreferente que atualiza seus discursos acerca daqueles tempos. Disponível em https://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wpcontent/uploads/2016/01/vinicius1.pdf . Acessado em 25 de out de 2023.

[142] Era estudante de Psicologia na Universidade Federal do Rio Janeiro - UFRJ em 1966 quando passou a militar na esquerda. Em 1969 entrou para o MR-8. Esteve presa entre 1971 e 1973 entre a Bahia e o Rio de Janeiro.

[143] BNM 192/71, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.,

[144] CARVALHO, Luiz M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

[145] BNM 192/71, op.cit.; SOUZA, 2001, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.

com a indicação de Solange Lourenço Gomes por João Lopes Salgado. Este, militante do MR-8 na Guanabara, pertencente à Frente de Trabalho Armado, foi um dos participantes do sequestro do embaixador norte-americano e responsável por quase todas as ações armadas da organização. Solange Lourenço Gomes, em dezembro de 1970, substituiu Lúcia Maria Murat de Vasconcelos na Direção Regional do MR-8 na Bahia. Solange Lourenço Gomes passou a comandar as atividades da organização no estado, dando assistência a Eliana Gomes de Oliveira e Renato José Amorim da Silveira.[146]

Uma outra mulher que também teve destacado desempenho nas ações e atividades do MR 8 na Bahia foi Eliana Gomes de Oliveira. Por determinação de Carlos Alberto Vieira Muniz,[147] em 15 de julho de 1970, Eliana veio para Salvador, com a função de coordenar o Setor de Camadas Médias, dando assistência ao movimento estudantil e a simpatizantes e fornecendo infraestrutura de imprensa, documentação, montagem de aparelhos, compra de veículos, assistência financeira, médica e odontológica, pesquisa e serviços de inteligência.[148]

Ao chegar à capital da Bahia, Eliana Gomes de Oliveira teria se hospedado no hotel São Bento,[149] com o nome de "Maria José Linhares", tendo como primeiro contato na cidade o militante Denílson Vasconcelos, que foi o elo com o restante da organização.[150]

1.2 Frentes revolucionárias em Salvador

A estrutura do MR-8 na Bahia, com a direção de Lúcia Murat, estava dividida em quatro frentes: Frente de Trabalho Interno, que atuava nos bairros populares, com levantamento de questionário socioeconômico, proteção do arquivo, coleta de notícias da imprensa local, construção de artigos e distribuição do periódico *Avante*; Frente de Trabalho Externo, Frente Operária e Frente Estudantil.[151]

Na prática, todas as quatro frentes funcionaram satisfatoriamente, com destaque para a Frente Estudantil e a Frente Operária. Em pesquisas nos relatórios dos inquéritos da Polícia

---

146 Id.

147 Então dirigente do MR-8 no Rio de Janeiro.

148 BNM 192/71, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.,; SILVEIRA, 2002, op.cit.

149 Hoje é um imóvel em ruínas, no largo de São Bento, fica ao lado do Convento de São Bento, no trecho da Ladeira de São Bento, continuação da avenida Sete de Setembro, na área central de Salvador.

150 SILVA, Sandra Regina Barbosa da . 2013, op.cit.,p.74.

151 BNM 192/71, op.cit.; BNM 052/71 (processo em nome de Olderico Campos Barreto que apresenta a tentativa de implantação do MR-8 no interior da Bahia, na região de Brotas de Macaúbas, o cerco e as mortes de Luís Bárbara, Otoniel Campos Barreto, José Campos Barreto e Carlos Lamarca); SOUZA, 2001, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.,; SILVEIRA, 2002, op.cit.

Federal, nos processos militares e da justiça militar, que estão no acervo do Fundo Brasil Nunca Mais[152], no processo 192/71,[153] constam informações contra os militantes da organização da esquerda na Bahia, que lutaram contra a ditadura no país. As informações foram confirmadas em alguns depoimentos de militantes à historiadora Sandra Silva (2013). Eles confirmam que o processo de estruturação do MR-8 em Salvador também contou com o Setor de Campo e o Setor de Camadas Médias (Imprensa, Estudantil, Pesquisa e Inteligência, Trabalho de Bairros).[154]

O organismo de Logística do Setor de Camadas Médias foi coordenado por Eliana Gomes de Oliveira e Juca Ferreira, que respondiam pelos recrutamentos e assistência de estudantes e profissionais liberais, através da formação de grupos de estudos, infraestrutura (montagem de aparelhos, assistência financeira, médica e dentária, remédios, depósito de material), produção de documentos falsos e o trabalho de imprensa. Uma das atividades do trabalho de imprensa era a confecção dos periódicos *Venceremos*, *Avante* e *Bandeira Vermelha*, que eram produções de jornais clandestinos do MR-8 na Bahia.[155]

Renato da Silveira, com a assistência de Juca Ferreira, desenvolvia as atividades do trabalho de pesquisa e serviço de inteligência. O destaque importante era o levantamento socioeconômico do estado e de informação e contrainformação. Incluíam -se também como atividades do setor a classificação de recortes de revistas brasileiras e estrangeiras, contendo notícias econômicas e políticas e um especial esquema de pesquisa sobre a realidade baiana, que, contudo, muito cedo, se revelaram de difícil praticidade.[156]

Militantes do MR-8 atuavam também nos bairros de Salvador, em atividades desenvolvidas pelo setor da organização, visando preparação e interação nas cidades, cuja importância tática era descrita em seus documentos. A expectativa com esse trabalho era a de que a cidade daria apoio futuro à área principal da organização armada, definida, estrategicamente, para a área rural. O principal objetivo do MR-8 estava na formação de Grupos de Ação nos bairros,[157] concentrando-se, sobretudo, junto às camadas menos favorecidas

---

[152] É a mais ampla pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país. O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam sigilosamente durante cinco anos sobre 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar. O resultado foi a publicação de um relatório e um livro em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela repressão política durante a ditadura militar. O sucesso da publicação continua influenciando gerações e impulsionou o compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento à tortura.

[153] Apura a estrutura e o funcionamento do MR-8 na Bahia, a partir da prisão de 25 militantes.

[154] SOUZA, 2001, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.; SILVEIRA, 2002, op.cit.

[155] BNM 192/71, op.cit.; SILVEIRA, 2002, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.

[156] BNM 192/71, op.cit.; SILVEIRA, 2002, op.cit.

[157] Buscando sustentar o trabalho de campo, para motivar a população na aceitação das ideias da organização. SILVA, Sandra. 2013, op.cit., p.9.

economicamente dos bairros periféricos de Alagados e Caixa D'Água, entre outros de Salvador.[158]

Nos bairros periféricos da capital baiana, segundo Sandra da Silva,[159] o grupo de trabalho tinha também a responsabilidade pela produção de três periódicos do MR-8, já destacados anteriormente, e os entregava ao grupo da Frente de Trabalho Interno, para que fossem distribuídos nas atividades de panfletagens, pichações noturnas e levantamentos sobre a vida da população nos bairros.

No comando da organização em Salvador, Lúcia Murat atuava diretamente no Setor de Trabalho de Bairro, dando assistência prioritária às regiões mais empobrecidas da cidade, sob a coordenação de Denílson Ferreira de Vasconcelos. Integravam esse grupo os militantes Milton Mendes, Jaileno Sampaio Silva, Carlos Villanueva, Diogo Assunção de Santana e Elisabethe Rabello Correia Lima.

O Setor Estudantil do MR-8 estava sob a responsabilidade de Maria Lúcia Santana Cerqueira, que ainda teve o encargo de recrutar novos militantes com a formação de grupos de estudo. Este privilegiava, sobretudo, a leitura dos documentos de circulação interna da organização. A edição do periódico *Venceremos* também seria atribuição desse setor.

O Setor de Imprensa estava sob a responsabilidade de Eliana Gomes de Oliveira, enquanto o Setor de Pesquisa e Inteligência funcionava sob a supervisão de Renato da Silveira. Já o Setor de Movimento Estudantil contava com a liderança de Maria Lúcia Santana Cerqueira, que, após as prisões e desestruturações do PCBR, passou a atuar no MR-8.[160]

Já a Frente de Trabalho Externo, ligada ao Setor Operário era encarregado de fazer pichação, panfletagem e levantamento de bairro, estava composta por Luiz Antonio Santa Bárbara, Airton da Silva Ferreira Filho e José Carlos Souza. O MR-8, em documento "Orientação para a prática"[161] de janeiro de 1971, parte VI, definiu como objetivo do Trabalho Interno desenvolver a agitação e a propaganda, em áreas consideradas importantes, de forma clandestina, por pequenos grupos de ação através de pichações, panfletagens e outras atividades. Já a Frente de Trabalho Externo, ligada ao Setor Operário, era encarregada de fazer pichação, panfletagem e levantamento de bairro, era composta por Luiz Antonio Santa Bárbara, Airton da Silva Ferreira Filho e José Carlos Souza.

O Setor de Campo do MR-8, por sua vez, era integrado pelos seguintes militantes: Luiz Antonio Santa Bárbara, José Carlos Souza, Olderico Campos Barreto, José Campos Barreto,

---

158 BNM 192/71, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.

159 SILVA, Sandra Regina Barbosa da. 2013, op.cit.

160 Id., p.90.

161 Produzido pela organização em janeiro de 1971, parte VI, definiu como objetivo do Trabalho Interno desenvolver a agitação e a propaganda, em áreas consideradas importantes, de forma clandestina, por pequenos grupos de ação através de pichações, panfletagens e outras atividades.

Otoniel Campos Barreto, Félix Escobar, sob a coordenação de João Lopes Salgado. Já o Setor de Camadas Médias teria sido formado pelos militantes: João Luis da Silva Ferreira, Maria Lúcia Santana Cerqueira, Denílson Ferreira de Vasconcelos, Renato José Amorim da Silveira e Sérgio Landulfo Furtado, sob a coordenação de Eliana Gomes de Oliveira.

Com o objetivo de obter um bom desempenho de seus militantes e diante da iminência de um confronto armado com a repressão, foi se impondo à DI-Bahia a necessidade de construir uma base de preparação com disciplina militar e preparo no treinamento de tiro. [162]

O grupo de militantes da DI-Bahia que realizou o primeiro treinamento de tiros foi composto por João Luís da Silva Ferreira (Juca Ferreira), Sérgio Landulfo Furtado, Elisabeth Rabelo Correia Lima, Carlos Moreira Villanueva, Luiz Antonio Santa Bárbara, sob a assistência de Franklin Martins, que era dirigente da DI-Guanabara.

No dia 28 de agosto de 1969, durante a viagem de alguns militantes da DI-Bahia para a prática de treinamento de tiros numa fazenda, nas proximidades da cidade de Pojuca, [163] ocorreu um acidente com duas vítimas fatais. Um veículo Volks, de placa 96672 -Ilhéus-Ba, de propriedade de Nair Amorim da Silva, mãe de Renato Amorim da Silveira, dirigido pelo militante Sérgio Landulfo Furtado, capotou na rodovia BR-093, uma estrada que liga Pojuca ao município de Araçás, na localidade de Sapucaia, entre os quilômetros 51 e 52, por volta das oito horas da manhã. Uma das vítimas do acidente foi Virgínia Carneiro da Rocha (“Vanda”), 17 anos. A outra foi Paulo Moreira de Castro (“Edson”), de 19 anos de idade. Os dois eram estudantes do Colégio 2 de Julho, no bairro do Garcia, em Salvador. Sobre o acidente, o jornal *Diário de Notícias,* de Salvador*,* registrou em sua edição:

> [...] após desgovernar-se, capotou diversas vezes, provocando a morte de Paulo Moreira de Castro, e ferimentos em Elizabete Ribeiro Correia Lima, de 22 anos e Virginia Carneiro da Rocha, 17 anos. Segundo consta no livro de ocorrências do HGV, onde ficou internada a segunda vítima [...] o socorro para os feridos foi providenciado pelo motorista David Matos, numa ambulância do posto médico de Pojuca, acompanhado pela enfermeira Antonieta Vilas Boas.[164]

O jornal *A Tarde,* de Salvador*,* em sua edição de 29 de agosto de 1969, também registrou o acidente envolvendo os militantes da DI-Bahia com a manchete: “Acidente interrompe vida de estudante”:

---

[162] MARIGHELLA, Carlos. **Manuel do Guerrilheiro Urbano**. [s.l]:[s.n], 1969.; REIS FILHO, Daniel. A; SÁ, Jair F. de. **Imagens da Revolução-documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/imagens.pdf . Acesso em:15 mai de 2022. op.cit., p.105.

[163] Fica situada a 67 quilômetros da capital baiana. O município integra a Região Metropolitana de Salvador e foi criado pela Lei Estadual 979, de 29 de julho de 1913, com o território desmembrado de Sant'Ana.

[164] *DIÁRIO DE NOTÍCIAS,* Salvador, edição de 29 de agosto de 1969. Editoria de Polícia, p.08.

> Um estudante Paulo Moreira de Castro, 19 anos de idade, aluno do terceiro ano colegial do Colégio 2 de Julho, foi a vítima mortal do capotamento do Volks, acidente ocorrido na BR-093, estrada que liga Pojuca a Araçás. As jovens estudantes Elizabete Ribeiro Correia Lima, de 22 anos, solteira, residente na avenida Fernandes da Cunha, 44 e Virginia Carneiro da Rocha, 17 anos, residente no edifício Ceci, na Vitória, saíram feridas no desastre, sendo que a segunda permanece internada no Hospital do Pronto Socorro, em face da gravidade do seu estado. O veículo causador do acidente era dirigido pelo Sr. Sergio Augusto Furtado que também foi ferido. [...] O inquérito a respeito do acidente será realizado pelas autoridades policiais de Pojuca, onde se deu o desastre.[165]

A estudante Virgínia Carneiro da Rocha ("Vanda"), por consequência dos ferimentos sofridos no acidente, veio a falecer dias depois. Ela residia na avenida Sete de Setembro, 270, em Salvador. Virgínia era filha do casal Rose Marie Hoesli Carneiro da Rocha e Celso Carneiro da Rocha e foi estudante do Colégio Estadual da Bahia (Central). No dia 24 de janeiro de 1968, seu pai foi até o Colégio Central e solicitou a transferência da filha para o Colégio 2 de Julho, alegando que ficaria mais próximo da residência. Foi no Colégio 2 de Julho que Virginia conheceu Paulo Moreira de Castro, "Edson". Ele era filho do casal Valdina e Lafaiete Moreira Castro, residentes na rua Domingos Savio, no bairro de Nazaré, em Salvador.

Carlos Moreira Villanueva, "Samuel", contou em interrogatório, para o inspetor Paulo Gomes de Souza, na sede da Polícia Federal, em Salvador, no dia 19 de abril de 1971, detalhes sobre a viagem e o acidente que resultou em mortes e ferimentos em militantes da DI-Bahia. Naquela quinta-feira, 28 de agosto de 1969, haveria o segundo treinamento de tiros, numa fazenda em Pojuca. Dele tomariam parte: Luiz Antonio Santa Bárbara , "Ramos", Virginia Carneiro da Rocha, "Vanda", Paulo Moreira de Castro, "Edson", Sérgio Landulfo Furtado, "Jaime", Elisabethe Ribeiro Correia Lima, "Katia" e ele, além do instrutor de tiros, que identificou como sendo "Geraldo", que veio da Guanabara. Contou Villanueva que, como somente havia um carro para o transporte, um grupo de militantes foi de ônibus para Pojuca. De carro, foram Virgínia, a "Vanda", Elizabete Ribeiro Correia Lima, "Kátia", Paulo Moreira de Castro, "Edson" e ele. Santa Bárbara, "Ramos" ou "Merenda" e "Geraldo" já tinham ido para Pojuca. De lá seguiram para a fazenda, aguardando o restante do grupo, para o treinamento. Mais adiante relatou que

> [...] o carro emprestado por Renato José Amorim da Silveira, chegou em Pojuca para apanhar era dirigido por Sérgio Furtado, "Jaime". Que Virginia, Kátia, Edson e o declarante embarcaram no carro e se dirigiram para o local onde seria efetuado o treinamento de tiro. Que nas proximidades da fazenda o carro capotou, morrendo no local "Edson" e saindo gravemente ferida Virgínia, que veio a falecer posteriormente no Pronto Socorro. Que o declarante, a pedido de "Jaime", se dirigiu para a fazenda para avisar o pessoal, levando consigo a sacola que estava com as armas e munições, permanecendo "Jaime", no local para dar assistência e esperar a Polícia

[165] *A TARDE*, Salvador, edição de 29 de agosto de 1969, p.12.

> Rodoviária. Que avisou o pessoal e depois retornou para esta capital, onde ficou aguardando os acontecimentos.[166]

Relatou ainda Carlos Villanueva, quando foi ouvido na Polícia Federal, que dias depois do acidente, ele e sua esposa Marisa Pinheiro, que era simpatizante da organização, foram para um "aparelho" que fora montado em Arembepe. Lá estavam também "Jaime", Juca Ferreira "Enio", "Kátia" e "Merenda". Que os militantes da DI-Bahia ali permaneceram, sendo que ele ali ficou por dois meses. Foi naquele aparelho que passou a usar o codinome "Samuel".

Pelas informações de Franklin Martins,[167] o militante do Rio de Janeiro, que veio para o segundo treinamento de tiros, em Pojuca, foi Claudio Torres.[168] Mas para os militantes baianos o instrutor uso o codinome "Geraldo".

Renato Amorim da Silveira, "João", que emprestou o Volks utilizado pelos militantes da DI-Bahia para a viagem a Pojuca, em agosto de 1969, informou detalhes da sua prisão, em Salvador, por agentes da Polícia Federal, numa entrevista à TV UFBA. [169] O vídeo pode ser acessado via Youtube:

> Aí eu fui preso logo na primeira vez, porque um carro meu, eu tinha um fusca velho, que eu emprestei para a turma ir para um interior, numa reunião. Quando voltaram teve um acidente. Morreram dois. A Polícia Rodoviária achou panfletos dentro do carro. Aí pronto nego grau. Viu de quem era o carro me pegaram. Eu fiquei preso um mês. A Polícia Federal era um pardieiro velho, caindo aos pedaços, na rua do Bispo [170], ali uma transversal da praça da Sé.[171]

Para não implicar seus companheiros de militância na época do acidente, Renato da Silveira decidiu por negar seu envolvimento com a organização de esquerda e não passar informações que resultassem em prisões.

> Aí pronto, eu não falei nada eles me soltaram dias depois. Eles perceberam que estavam me confundindo. Estavam numa pista errada. É ótimo quando você é interrogado e o interrogador percebe que está numa pista errada. Então você percebe que o cara está por fora. Você pode falar a verdade mentindo.

---

[166] Depoimento de Carlos Moreira Villanueva prestado no Departamento da Polícia Federal, em Salvador no dia 19 de abril de 1971. pp.188-191.

[167] MARTINS, Franklin. Entrevista concedida para esta pesquisa em 19 de setembro de 2009.

[168] Militante do MR-8, no Rio de Janeiro e tomou parte na captura do embaixador americano no Brasil, Charles Elbrick, em quatro de setembro de 1969.

[169] Renato Amorim da Silveira é antropólogo e artista plástico, sendo professor aposentado da Universidade Federal da Bahia -UFBA.

[170] A história conta que a Rua do Bispo tem esse nome porque sua eminência, o bispo, o real, de carne e osso, percorria esse trecho à pé até o Palácio Arquiepiscopal da Sé ou Palácio do Arcebispado de Salvador, construído a partir de 1705, que era, originalmente, a residência do arcebispo, o qual também é bispo e padre. Hoje, esse quarteirão está inserido no projeto de recuperação do Centro Histórico de Salvador, sem data para ser concluído. Disponível em https://www.bahiaja.com.br/cultura/noticia/2011/04/14/rua -do-bispo-misto-quente-de-puteiro-e-comercio-cronica-tasso-franco,35231,0.html. Acessado em 18 de jul de 2024.

[171] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=CVpZflZyWeo&t=110s. Acessado em 19 de jul de 2024.

> Você pode dizer, eu não sou essa pessoa. Vocês estão me confundindo com alguém. Então resultado, 20 ou 30 dias depois eles me soltaram.[172]

Mas, depois de sair da prisão, Renato da Silveira tomou a decisão de continuar na sua luta política e revolucionária contra a ditadura. "Foi aí que eu entrei na barra pesada mesmo. Organização armada. Embora a gente não fizesse ação armada aqui em Salvador. Porque a organização era muito precária".[173] A organização que Renato da Silveira ingressou foi o MR-8.

Passado algum tempo foi que Renato José Amorim da Silva ("João") voltou a ser preso por agentes da Polícia Federal, como tendo sido militante da DI-Bahia, e ingressado depois no MR-8. Preso e interrogado, revelou para o delegado Paulo Gomes de Souza, na sede do Departamento da Polícia Federal, em Salvador, no dia 13 de abril de 1971, detalhes sobre o acidente que vitimou Virgínia Carneiro da Rocha e Paulo Moreira de Castro. Contou que o Volks era registrado em nome de sua mãe, tendo emprestado o veículo por duas vezes a Sérgio Furtado.

> [...] sendo que numa dessas vezes ocorreu o acidente, nas proximidades de Pojuca, resultando nas mortes de duas pessoas, um rapaz e uma moça, desconhecidas do declarante. Que viajavam no carro mais duas pessoas, além de Sérgio Furtado que o dirigia, as quais saíram ilesas do acidente. Que o declarante em decorrência desse acidente, esteve preso na Polícia Federal, por suspeita de estar vinculado a essa organização, o que não resultou provar em virtude do material subversivo que se encontrava no carro ter sido retirado antes da chegada da Polícia e o declarante ter se limitado a negar os fatos.[174]

Relatou ainda Renato da Silveira que por consequência do acidente, de sua prisão pelos agentes da Polícia Federal, ter sido submetido a uma série de investigações, provocando transtorno na sua vida conjugal e em seu trabalho como professor, decidiu abandonar a organização DI-Bahia, afastando-se de seus companheiros, por uns três a quatro meses. Mas, que depois voltou a militar na organização, após ter sido procurado por João Luiz, "Lucas", que era Juca Ferreira.

Em seu depoimento, Juca Ferreira[175] considerou que o acidente provocou a desconfiança da polícia sobre a realização de atividades clandestinas da esquerda armada em Salvador. Para Juca Ferreira, os militantes mortos poderiam estar na lista de procurados, o que justificaria a suspeita.

---

[172] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=CVpZfIZyWeo&t=110s. Acessado em 19 de jul de 2024.
[173] Idem.
[174] BNM 192/71, op.cit., p.119.
[175] FERREIRA, 2002. op.cit.

Emiliano José, que na ditadura foi perseguido, vivendo na clandestina em Salvador, foi militante da Ação Popular-AP, tendo sido monitorado por agentes da repressão, acabou preso e torturado. Como preso político, foi condenado pela justiça militar, cumpriu pena de prisão na Galeria F, na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador. Ele contou detalhes sobre os treinamentos de tiros na fazenda de Pojuca e o acidente que vitimou os estudantes. Relatou as ações dos militantes da DI-Bahia e revelou que Juca Ferreira, "Lucas"

> Usava a fazendinha do pai entre Alagoinhas e Araçás para treinamento de tiro com os companheiros. Sem que o pai soubesse. Cláudio Torres, um dos dirigentes da Organização, era o mestre, vindo do Rio de Janeiro. Juca não tinha problema: no Colégio Militar tinha uma das melhores médias de tiro. O mesmo não se podia dizer, segundo Juca, de Renato da Silveira ou João Reis, hoje professores de prestígio na Bahia, e que também frequentavam a propriedade rural do pai de Juca, que não entendia por que os meninos gostavam tanto de passar os fins de semana naqueles ermos.[176]

O acidente com o Volks na estrada de Pojuca, no entendimento de Emiliano José, obrigou que alguns militantes da DI-Bahia tivessem que optar pela clandestinidade para evitar prisões:

> Na ida para um desses treinamentos, um acidente com o carro que os conduzia matou Virgínia Carneiro. Sérgio Furtado conseguiu escapar vivo do desastre. A partir dali, vários militantes tiveram que se tornar clandestinos, entre os quais, além de Furtado, Juca e Santa Bárbara. Alguns, como Juca, para uma clandestinidade heterodoxa: uma casa em Arembepe, cedida por Ildásio Tavares[177] e Fernando Batinga [178]. A situação apertou para Juca. Anteriormente, apesar da militância política, mantinha -se na legalidade e descolava um dinheirinho como assistente do professor Istvan Jancsó.[179]

---

[176] Lembranças do mar cinzento (XVIII). Disponível em http://www.emilianojose.com.br.Acessado em 16 de ago de 2022.

[177] Ildásio Tavares era natural da cidade de Gongogi, região do cacau da Bahia, nasceu em 25 de Janeiro de 1940. Veio para Salvador, formou-se em Direito e em Letras pela UFBA, tendo feito o mestrado na Southern Illinois University, o doutorado na UFRJ e um pós-Doutorado na Universidade de Lisboa. Ildásio integrou a geração da *Revista da Bahia*, juntamente com outros autores baianos, como Cyro de Matos, Marcos Santarrita, José Carlos Capinam e Ruy Espinheira Filho, entre outros. Ildásio Tavares morreu no dia 31 de outubro de 2010, aos 70 anos, em consequência de um quadro grave de Acidente vascular cerebral, no Hospital Jorge Valente em Salvador.

[178] Fernando Braga Batinga de Mendonça nasceu em 13 de setembro de 1943 em Salvador. Foi o primeiro exilado político a retornar ao Brasil, antes da anistia em agosto de 1978. Poeta e militante comunista, pertencente aos quadros da VAR-Palmares, tinha o codinome de "Patrício". Batinga cursou Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia -UFBA em 1963 e concluiu em 1966, como sociólogo. Em seguida dedicou-se ao magistério, lecionando em dois colégios públicos, no Manuel Devoto, bairro do Rio Vermelho e Duque de Caxias, no bairro da Liberdade, ambos em Salvador. Fernando Batinga faleceu em Brasília, a 19 de dezembro de 2019, vítima de depressão, que ainda vivia nele a ansiedade dos presos exilados, os conflitos de viver num país corroído pela desigualdade social, pela corrupção e pelo caos urbano. Disponível em https://evidencie-se.com/apontamentos-sobre-o-poeta-fernando-batinga-1/ Acessado em 18 de jul de 2024.

[179] István Jancsó foi um historiador e professor universitário hungáro-brasileiro. Nasceu em Miskloc em 18 de março de 1938. Com seus pais emigrou para o Brasil em 1948. István Jancsó Ingressou na Universidade de São Paulo em 1960, no curso de História, onde foi aluno de Emília Viotti da Costa, Fernando Novais, Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Candido e Florestan Fernandes. Já na vigência do

> Depois de Arembepe, foi para uma casa precária no bairro da Liberdade, que se tornou um aparelho frequentado por muitos militantes da organização. Um precário aparelho, diga-se: num dia de chuva mais intensa, e a imensidão de documentos clandestinos viu-se arrastada pela enxurrada que levava tudo.[180]

Além do falecimento dos dois militantes da DI-Bahia no acidente na região de Pojuca, não existe registro de informações a respeito de "quedas"[181] de outros quadros da organização. Um dos sobreviventes do acidente, Sérgio Furtado, motorista do automóvel, ficou no local para dar assistência e esperar a Polícia Rodoviária. Carlos Moreira Villanueva [182] teria avisado aos demais militantes sobre o acidente e todos, dentre eles, Elisabeth Rebelo Correia Lima, foram transferidos para Arembepe[183]

Com relação ao treinamento com militantes das organizações de esquerda para o enfrentamento contra a ditadura, na Bahia, Franklin Martins apresentou fatos novos.

> [...] eu posso dizer que participei de um treinamento que não foi treinamento de guerrilha. Foi treinamento de tiros. Eu inclusive dei um treinamento de tiros. Foi em Alagoinhas, eu sei que não foi em Feira. Não foi um grande treinamento. Foi treinamento de tiros. Coisa de um dia. Eram os primeiros tiros. Não foi um grande treinamento sofisticado.[184]

É preciso dar um rosto e uma voz a quem a ditadura civil-militar buscou apagar, sem deixar rastro, explorando sua memória. Mas, é preciso ressaltar que também que os companheiros da organização, de Virgínia Carneiro da Rocha e Paulo Moreira de Castro, não se preocuparam em enaltecer as ações de lutas políticas e revolucionária, no confronto contra o golpe de 1964 e no enfrentamento aos agentes da repressão. Os dois

---

regime militar no Brasil, mudou-se para Salvador. Passou a lecionar na UFBA entre 1966 a 1971. Pouco mais de um ano depois, foi preso em Ijuí no Rio Grande do Sul. Seu apartamento no Rio de Janeiro foi então revirado pelas forças repressoras e vários documentos foram levados, inclusive os originais de sua tese, que já estava conclusa. Na prisão, passou a ser torturado e por em consequência das sevícias sofridas, perdeu parcialmente a audição. Em 1989, voltou a ser professor da USP, através de concurso público. István Jancsó faleceu em 2010, aos 72 anos, em consequência de complicações renais decorrentes de um câncer. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Istv%C3%A1n_Jancs%C3%B3 . Acessado em 15 de jul de 2024.

[180] Lembranças do mar cinzento (XVIII). Disponível em http://www.emilianojose.com.br. op.cit. Acessado em 16 de ago de 2023.

[181] É uma referência as prisões ou descoberta de aparelhos pelos órgãos de segurança do governo.

[182] Depoimento de Carlos Moreira Vilanueva, prestado no Departamento da Polícia Federal, em Salvador no dia 19 de abril de 1971, pp. 188-191.

[183] A vila de Arembepe fica no município de Camaçari, a 30 km de Salvador, no litoral norte. Trata -se de um lugar mágico, belo e de natureza rica, que ficou famosa em todo o mundo nos anos 70, com o movimento hippie. Disponível em https://www.tamar.org.br/centros_visitantes.php?cod=2. Acesso em 21 agosto de 2023. É uma praia que foi marcada por sua importância no movimento de contracultura, onde, militantes clandestinos, viveram por algum tempo na companhia dos hippies. A cantora e compositora Janis Joplin chegou a Arembepe em março, no verão de 1970. Janis Joplin foi considerada a mulher mais influente da era do rock, sendo apontada como a rainha do festival. *Correio Da Bahia,* edição de 31.08.2009. Disponível em https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/antigos-amigos-relembram-historias-de-janis-joplin-na-bahia/. Acesso em 21 ago de 2023.

[184] MARTINS, Franklin. Entrevista concedida para esta pesquisa em 19 de setembro de 2009.

militantes da DI-Bahia tinham uma ação de luta revolucionária. Tanto Virgínia Carneiro da Rocha como Paulo Moreira de Castro estavam na resistência à ditadura, acreditando que o confronto levaria à liberdade do povo brasileiro e à conquista do poder político. Passaram à condição de memórias subalternas, memórias escondidas e interditadas. Vários pesquisadores da história e da política da Bahia não se mostraram interessados no aprofundamento sobre as mortes dos dois militantes da DI-Bahia.

Para os militantes da DI-Bahia, o treinamento de tiros seria uma preparação para a luta armada contra os agentes da repressão. Mas um acidente com o veículo que os transportava para a área de treinamento resultou em suas mortes.

Necessário se faz o questionamento do que levou os militantes que comandavam a DI-Bahia, a não incluir os nomes das duas vítimas do acidente na memória da luta revolucionária. Por que o militante "Edson" não teve a sua identificação revelada em anos posteriores? É preciso ressaltar que alguns que estavam no veículo acidentado, muito embora em anos seguintes fossem presos e torturados por ações contra o regime ditatorial, mas, posteriormente, foram colocados em liberdade. Alguns deles ocuparam funções e cargos do poder político, até mesmo em nível ministerial, em Brasília, como foi o caso do ex-ministro da Cultura, Juca Ferreira. Contudo, jamais enalteceram as figuras dos estudantes mortos no acidente em Pojuca. Ao contrário, mantiveram o nome de "Edson" no anonimato, transformado numa "memória subterrânea".

Trago para esta problemática o entendimento de Enzo Traverso, que considera que a história é um relato, uma escrita do passado. Mas, o passado das ações e lutas revolucionárias de Virgínia Carneiro da Rocha e Paulo Moreira de Castro sofreram um apagamento. A escrita da história sofreu diversos entraves, uma vez que a prática da ocultação, de acordo com Traverso, passou pelo encerramento dos arquivos e a multiplicação dos obstáculos nas investigações praticadas por agentes da repressão. Segundo ele:

> Existem memórias oficiais, alimentadas pelas instituições, ou seja, os Estados, e memórias subterrâneas, escondidas e interditadas. A visibilidade e o reconhecimento de uma memória dependem também da força de quem a possui. Dito de outra forma, existem memórias fortes e memórias fracas.[185]

Os veículos de comunicação, os jornais *A Tarde e o Diário de Notícias* quando registraram o acidente, não sabiam que Virgínia Carneiro da Rocha e Paulo Moreira de

[185] TRAVERSO, 2012, pp.71-72.

Castro[186] eram militantes da DI-Bahia, registraram as vítimas como estudantes. Na lista de mortos por acidentes, no mês de agosto de 1969, seus nomes estavam inclusos no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues e na relação dos sepultados no cemitério do Campo Santo em Salvador.

E as mortes de Virgínia Carneiro da Rocha e Paulo Moreira de Castro passaram a ser consideradas como "memórias subterrâneas". Foram escondidas não somente por seus companheiros de militância, mas também interditadas pela ditadura. "A visibilidade e o reconhecimento de uma memória dependem também da força de quem a possui," assim entende Traverso.[187]

É necessário ressaltar que memória e história não estão separadas por uma barreira, que não possa ser inultrapassável. "Existe uma inteiração permanente, coexistindo uma relação privilegiada entre memórias fortes e a escrita da história." Este é o entendimento de Enzo Traverso.[188] Os ex-militantes do MR-8 não podem viver neste processo de apagar as memórias de Virginia Carneiro da Rocha e Paulo Moreira de Castro. Ficaram silentes e negaram o passado. É preciso historicizar as vidas de ações e lutas dos dois estudantes e militantes da DI-Bahia, para que os mesmos possam ter o reconhecimento público e institucional. O grupo de militantes do DI-Bahia e do MR-8 que sobreviveu as prisões, torturas e alguns deles na clandestinidade, devem e tem o dever de relatar tudo sobre eles.

Com a repercussão do cerco dos agentes da repressão na caça aos captores do embaixador Charles Elbrick e as prisões de Antônio de Freitas, o "Baiano" ou "Grande", Claudio Torres da Silva, de codinome "Pedro", Santa Bárbara ficou em alerta, uma vez que Antônio de Freitas integrava a DI-Bahia em Feira de Santana, antes de seguir para o Rio de Janeiro. Receava que a situação pudesse complicar para ele e outros militantes da célula feirense.

Antonio Freitas Silva, o "Baiano", que se passou por jardineiro do casarão da rua Barão de Petrópolis, 1026, recortara um anúncio de quarto de aluguel da edição do *Jornal do Brasil*. A Marinha vasculhou o aparelho, achou o jornal velho, viu o buraco, descobriu o anúncio cortado, foi à pensão onde ele se abrigara e o apanhou. Claudio

---

[186] Os nomes dos dois estudantes não constam do panteão dos heróis da luta contra a ditadura. Seus companheiros de militância, quando ouvidos na Comissão Estadual da Verdade da Bahia e na Comissão Nacional, não fizeram nenhuma referência a Virgínia Carneiro da Rocha e a Paulo Moreira de Castro. Qual o motivo da omissão do registro das ações revolucionárias deles? Se faz necessária uma explicação de ex-militantes do MR-8 para negar suas ausências nos registros históricos.

[187] Idem., pp. 71-72.

[188] Idem.,p.84.

Torres da Silva, o "Pedro", que participara do sequestro e dirigira o carro na operação de desova do embaixador, deixara um paletó no aparelho. Era roupa feita, com etiqueta. O alfaiate tinha registro de sua clientela, e no dia nove, "Pedro" estava preso. Em menos de uma semana outros sete (seis dos quais da Dissidência Guanabara) haviam sido identificados e presos como participantes do sequestro do embaixador estadunidense, Charles Elbrick.[189]

Segundo Sandra Regina da Silva, a cidade de Salvador também foi utilizada pelos militantes das organizações armadas para treinamento de tiro. Existia uma preocupação na preparação militar dos quadros de cada organização, com treinamentos de tiro, além de caminhadas em regiões isoladas, embora o foco principal fosse voltado para o trabalho estudantil, operário e de bairros.

Em entrevista à pesquisa, Maria Ferreira Santa Bárbara contou da ida do seu filho Luiz Antonio Santa Bárbara para Salvador. Em sua residência, sobre a mesa, estavam espalhados fotos e recortes de jornais. Segurando a documentação, havia um pedido de reparação do Governo Federal pela morte do filho, abaixo-assinados de mães e mulheres feirenses; moção de solidariedade e apoio da Câmara de Vereadores de Feira de Santana, e as diversas recordações do filho, Maria Santa Bárbara, foi longe nas lembranças:

> [...] quando ele foi para Salvador, naquela noite de 21 de setembro de 1969, ele disse, 'mãe entra aí no quarto que eu quero falar com a senhora e meu pai'. Eu vi umas botas embaixo da cama. E uma porção de coisas espalhadas sobre a cama. Falou que 'estava indo trabalhar em uma gráfica lá na capital'. E disse: "toda a semana eu venho visitar a senhora'. Eu fiquei chorando e ele pediu para eu não chorar. Comentou que iria 'também estudar em Salvador'. Ele foi para ficar na casa da minha irmã Rosália. Permaneceu por lá apenas uns cinco dias. Eu fui lá para me encontrar com meu filho e nada. Ela já tinha ido embora viver com o grupo que fazia o movimento contra o governo. Nada deixou para facilitar contatos. Foi embora e pronto. Com meu irmão João Bosco os contatos eram nas ruas. Jamais foi na casa de Bosco. O meu filho José Carlos nada me contava. Queria me poupar. Deraldino dizia 'calma'. Tentava me dar tranquilidade diante da situação. Eu chorava dia e noite, com aquela agonia para ver meu filho Luiz Antônio. Eu chorei desde o dia que ele saiu até a sua morte. E até hoje ainda sofro e choro por ele.[190]

Segundo Ruy Cerqueira,[191] a ida de Santa Bárbara naquela noite de 21 de setembro de 1969, deixando sua residência[192] em Feira de Santana, para Salvador, ocorreu em companhia de

---

[189] *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro 14 de setembro de 1969, p.12. Acesso digital do *Jornal do Brasil*. Disponível em https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/1477-acervo-do-jbdisponivel-na-internet. Acesso em 25 de julho de 2024.

[190] BÁRBARA, Maria Ferreira Santa. Entrevista concedida a pesquisa em 20 de outubro de 2010.

[191] CERQUEIRA, Ruy. 2002, op.cit.

[192] Rua Voluntários da Pátria, nº 101, bairro do Nagê.

outros três militantes do MR-8: "[...] alguns meses depois da sua soltura, em companhia de João Francisco [Juca Ferreira], Carlos Moreira Villanueva e Sérgio Landulfo Furtado, viajou para Salvador, onde passa a residir, encerrando assim a sua vida de estudante e começando a de guerrilheiro".[193]

Os militantes das organizações da esquerda passaram para a vida de guerrilheiros urbanos, ficando na clandestinidade, pois deixaram para trás família, amigos e antigos militantes. Usando uma identidade "fria" de fachada, Santa Bárbara agora era "Ramos", o militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) em Salvador e procurado pelos órgãos da repressão militar.

Em estudo sobre o MR-8, Daniel Aarão Reis Filho[194] destaca que a luta pelo socialismo encontrava-se na linha política[195] da organização, publicada em abril de 1969. Segundo o autor, "[...] a contradição principal da sociedade brasileira é a que opõe o proletariado à burguesia, compreende-se esta como resultante de um processo de integração/dependência entre o imperialismo e a burguesia local".[196]

Em 1969, o MR-8 estabeleceu como prioridade crescer nos grandes centros urbanos, e a partir daí buscar irradiar sua ação também para o campo. Nesse sentido, a luta revolucionária visava atrair militantes para a capital da Bahia, alguns recuados e outros avançados, como era a situação de Santa Bárbara.

Luiz Antonio Santa Bárbara, respondendo a um processo militar no 35º Batalhão de Infantaria do Exército em Feira de Santana e agindo como guerrilheiro em Salvador, agora tinha um comando do MR-8 para seguir diretrizes.

É preciso ressaltar que, após a realização da captura do embaixador Charles Burke Elbrick, a repressão contra os militantes da esquerda armada no país se intensificou. O MR-8, uma das organizações envolvidas na ação junto com a ALN,[197] foi duramente perseguido, o que resultou na prisão e morte de muitos dos seus membros.

---

[193] CERQUEIRA, Ruy. 2002, op.cit., p.74.
[194] REIS FILHO, Daniel. A; SÁ, Jair F. de. 1985, op. cit.
[195] O conteúdo, na integra, da Linha Política do MR-8, tirada no Congresso de 1967, pode ser acessada no portal Documentos Revelados. Disponível em **https://documentosrevelados.com.br/linha-politica-do-mr8-tirada-nocongresso-de-1967-na-epoca-a-organizacao-era-denominada-de-opm/.** Acessado em abr. de 2023.
[196] Apud REIS FILHO, op. cit., p.344.
[197] Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma Organização revolucionária criada em 1968 por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Defendendo a necessidade da luta armada para derrubar o regime militar instaurado no Brasil em abril de 1964 e para instalar um governo popular revolucionário.

Segundo a definição de Carlos Marighella, o guerrilheiro urbano é um homem que luta com armas contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Para ele, "um revolucionário político é um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras."[198]

Natália Bastos considera que o projeto da luta armada estruturado pelas esquerdas não tinha apenas o objetivo de derrubar o regime ditatorial, mas também o de colocar um fim à exploração de classe.[199]

Na vida de guerrilheiro, os militantes mudam de hábitos e costumes, relacionamentos e assumem vidas clandestinas. Segundo Marcelo Ridenti, após dezembro de 1968, a repressão buscou dificultar a sobrevivência política dos militantes, impedindo-os de terem uma vida cotidiana normal em família e na sociedade.[200] Por outro lado, a dinâmica das organizações armadas forçava uma militância guerrilheira clandestina. [201] Discorrendo sobre a intensidade da vida das organizações da luta armada, Sandra Regina da Silva anotou:

> Consequentemente, as organizações passaram a sediar-se, clandestinamente, nos aparelhos, dentro dos quais a dinâmica era de constantes reuniões, onde se discutiam documentos de circulação restrita aos militantes, bem como a elaboração do plano de atividades de "agitação e propaganda".[202]

Enquanto em 1969 as organizações de esquerda buscavam se armar, o governo militar, desde o golpe em 1964, montou uma enorme rede de controle sobre a sociedade brasileira.

O general Golbery do Couto Silva[203] criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), um órgão de assessoria do presidente da República, com agências espalhadas por

---

198 MARIGHELLA, 1969, p.2.

199 [...] embora houvesse divergências entre as organizações sobre como se chegaria ao socialismo. Embora, as organizações concordavam em um ponto comum: elegiam o imperialismo e o latifúndio como fatores de estagnação da economia e bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas". BASTOS, Natalia de Souza. **Mulheres em armas**: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.21.

200 RIDENTI, Marcelo S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993, p.131.

201 Id., p.132.

202 SILVA, Sandra da. 2013, op. cit., p.120.

203 Golbery do Couto e Silva foi um dos principais atores nos preparativos do golpe militar de 1964, e teve forte atuação nos governos de Castelo Branco, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Um dos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional, a qual é considerada a base ideológica do regime militar (1964-1985). Quem fez o estudo sobre Golbery foi Andressa Patacho Cafarell, mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Maior aprofundamento sobre Golbery está disponível em htpp://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto. Acessado em 12 de nov. 2024.

todo o país, que dispunha de Divisões de Segurança Interna (DSIs), junto aos ministérios, e Assessoria de Segurança e Informações (ASIs), nos demais órgãos públicos. Com o passar do tempo, o general Golbery percebeu que o raio de ação do SNI acabou por tomar proporções gigantescas e constatou que havia criado "um monstro".[204]

Em seu trabalho de pesquisa, a historiadora Sandra da Silva desenvolveu uma reflexão acerca da resistência de esquerda armada urbana ao regime militar em Salvador, restringindo-se aos limites temporais de 1969 a 1971. A autora buscou entender como eram as organizações de esquerda em Salvador, em relação à formação, estrutura e funcionamento das organizações políticas armadas urbanas, que atuaram na capital baiana, notadamente a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

O universo central da pesquisa de Silva foi a cidade de Salvador, embora, em alguns momentos, seja abordada a participação das cidades de Feira de Santana, Jequié e Alagoinhas. Para a historiadora, pesquisar essas cidades justifica-se na medida em que foram importantes para o MR-8, o PCBR e a Dissidência da Bahia (DI-BA) e a VAR-Palmares, respectivamente. A historiadora[205] ressalta que entre os estudos e pesquisas sobre as organizações de esquerda armada na Bahia, um dos destaques é aquele por nós desenvolvido.[206]

No entendimento de Sandra Silva, as ações armadas em Salvador foram, em comparação com o eixo Rio-São Paulo, significativamente menos intensas, porém não foram nulas, gerando uma curiosidade que se materializa no objetivo central deste trabalho: compreender como aconteceu a resistência armada em Salvador.[207]

Ainda em relação ao MR-8, a historiadora buscou compreender essa organização armada na Bahia[208] e ampliou seu entendimento no processo que envolve a área de

---

[204] MACIEL, Wilma Antunes. **Repressão judicial no Brasil**: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na justiça militar (1969-1971). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p.8 -9.

[205] SILVA, Sandra Barbosa da. 2013, op., cit.

[206] SILVA, Wilson Mário Pinheiro. **A guerrilha da esquerda baiana contra a ditadura** : (Des)contando a vida de Luiz Antônio Santa Bá rbara (1964-1973). Faculdade de Ensino Superior de Feira de Santana - FAESF. Feira de Santana, Bahia. Defesa em 2010. Segundo Sandra Silva, esse trabalho "imprime uma generosa contribuição à participação de Luís Barbara na resistência à ditadura militar na Bahia." SILVA, op.cit., p.22.

[207] SILVA, Sandra Barbosa da. 2013, op., cit.

[208] BNM 192/71, op., cit.

campo do MR-8, a prisão do militante Olderico Campos Barreto; no cerco à região de Brotas de Macaúbas e nas mortes de quatros outros membros da organização.[209]

O MR-8 realizou diversas ações revolucionárias em Salvador[210], e nelas se incluem pichações contra a ditadura, panfletagem, além encontros com seus militantes e simpatizantes. A historiadora Sandra da Silva traz para análise a discussão se o MR-8 da Bahia promoveu agitações nas portas das fábricas. Destaca que no geral, no plano de atuação política com os operários, as organizações armadas buscaram estabelecer contatos para a realização de um trabalho de "agitação e propaganda", baseado na atividade de panfletagem e busca de contatos em algumas indústrias sediadas em Salvador.

> Em relação ao MR-8, encontramos as evidências para essa hipótese, além das afirmações de alguns depoentes, em documentação de apreensão nos aparelhos realizada pelos órgãos de segurança e, por estes, atribuídas ao MR-8 – levantamentos de fábricas no município de Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador e indústrias têxteis, metalúrgicas, siderúrgicas e químicas do estado da Bahia.[211]

O MR-8 baiano contava, como sendo o seu principal contato operário, um simpatizante, que atuava como mecânico industrial, chefe de uma seção na Fábrica Nacional de Vagões situada em Salvador. O simpatizante, além de contribuir com recursos financeiros para a organização, também criou condições para que os militantes do MR-8 conseguissem empregos.[212]

Nos depoimentos dos militantes do MR-8, quer seja na Polícia Federal ou nos processos judiciais militares em que foram denunciados, não existe qualquer registro de assalto a banco em Salvador. Os militantes de organizações de esquerda, mesmo sob torturas, não iriam assumir ações de assaltos a agências bancárias na Bahia. Contudo, Ruy Cerqueira registra em seu livro a informação de que Santa Bárbara teria tomado parte em um assalto a banco, em Salvador, no ano de 1970.[213] Sandra Regina da Silva também destaca esta informação de Cerqueira, sobre uma ação armada contra uma agência bancária na capital da Bahia: "Luiz Antonio Santa Bárbara teria comandado uma operação de assalto a banco, provavelmente ao final de agosto de 1970, no bairro

---

209 BNM 052/71, op., cit.
210 SILVA, Sandra Barbosa da. 2013, op., cit. p.122.
211 BNM 192/71, p.99-101; FERREIRA, 2002; SILVEIRA, 2002. *Apud.* SOUZA, Op., cit., p.91.
212 BNM192/71,op.,cit.; FERREIRA, 2002. op.,cit.
213 CERQUEIRA, Ruy. 2002, Op., cit.

do Canela, em Salvador, e conclui que o episódio deste assalto nunca foi bem esclarecido."[214]

Em relação a assaltos praticados pelo MR-8 em Salvador, em 1970, existe uma informação de Lúcia Murat de Vasconcelos,[215] em entrevista que concedeu aos alunos do Núcleo de História Oral do Laboratório de Estudos do Tempo Presente, da UFRJ,[216] sobre esta ação do MR-8 na capital baiana com a participação de Zequinha Barreto:

> [...] Em outubro, o pessoal resolveu fazer uma ação em Salvador, uma cagada, e foram presos. A partir daí seguiram a gente, mas não reconheceram nem eu nem ao Zequinha. Mas a partir daí eu fiquei entocada em Salvador, eu consegui ficar entocada em Salvador, de outubro até fevereiro, esperando vir alguém do Rio, esperando ter condições para sair de Salvador. Eles faziam buscas nos ônibus só de mulheres, era barra pesada. [217]

Com esta informação de Lúcia Murat, ficou esclarecido o porquê dela ter sido substituída, em dezembro de 1970, por Solange Lourenço Gomes. Lúcia contou que morou numa favela em Salvador, e isto teria representado para ela um importante acréscimo no aspecto social e humanitário. Sobre sua vida clandestina, conta Lúcia Murat: "o permanente risco de prisão e de tortura, a necessidade do aperfeiçoamento teórico e o desenvolvimento de ações práticas exigiam disciplina, dedicação e, sobretudo, paixão. Um período de isolamento, nervosismo, solidão, tensão e medo".[218]

No entendimento das organizações armadas, bem como dos militantes que atuavam na Bahia ou em outros estados do país, a luta revolucionária iria ocorrer no campo. De acordo com Sandra Regina da Silva,

> Não obstante as organizações por nós pesquisadas insistissem que o local primordial da luta seria o campo, na Bahia, assim como em outros estados, as organizações foram desarticuladas antes que pudessem aprofundar qualquer trabalho no campo. A inserção dos grupos armados na área rural foi, com efeito, praticamente nula, tanto na organização dos trabalhadores rurais, quanto na efetiva implantação de uma base guerrilheira. [219]

Contudo, as organizações foram desarticuladas e desmontadas, antes mesmo que pudessem aprofundar qualquer trabalho no campo. A inserção dos grupos armados na área rural não obteve o efeito esperado. Além do mais, a efetiva implantação de uma base guerrilheira não se concretizou.

---

214 SILVA, Sandra Barbosa da, op. cit., p.117.

215 O pai de Lúcia Murat era ligado ao Partido Comunista e teve uma estreita relação com o PTB e o legado varguista. Op. cit., p.38.

216 Que teve a participação de Natália de Souza Bastos; Ela fez uso da mesma em sua monografia de conclusão do seu Bacharelado em História, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, entre julho de 2002 e setembro de 2003,

217 BASTOS, 2004, p. 41. *Apud*. SOUZA, Op. cit., p.41.

218 Id., 2004 p.39.

219 SILVA, Sandra Barbosa da . 2013, op.cit., p.92.

Em relação ao MR-8, a organização considerava e defendia que Salvador, como capital da Bahia, deveria ter uma importância tática. E no campo estaria a área estratégica da luta armada. Com efeito, o MR-8 executou ações revolucionárias com o objetivo de atrair as massas para a conquista do poder político. A organização armada articulou e seguiu, dentro do seu princípio ideológico, a tentativa de implantar na área rural, deslocando, no final dos anos 1970, alguns dos seus destacados quadros para o interior da Bahia.[220]

No município de Alagoinhas, sob a coordenação de José Carlos Souza e Félix Escobar, estavam os irmãos Wanderlan e Wanderley Macedo Bomfim, dentre outros. Na região do Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas, havia um outro grupo sob a coordenação de João Lopes Salgado.[221]

Em relatos do militante João Salgado para Judith Patarra,[222] detalha-se como seria a guerrilha no campo no interior da Bahia:

> O objetivo foi apenas recrutar celeiro de combatentes. A pobreza radicalizou a massa e existem condições para movimentos violentos. São pequenos proprietários, economia de subsistência. Banana, mandioca, cana -de-açúcar, rapadura. Havia um garimpo de cristal de rocha. Oportunamente iniciaremos a guerrilha, centenas de quilômetros além. Temos a planta, falta a rede de militantes.[223]

Por ocasião do desmantelamento das organizações armadas, foram apreendidos fartos materiais, a elas atribuídas pela repressão. São muitos os indícios obtidos, através da listagem de material apreendido e anexado aos processos, sobre a possibilidade do MR-8 e do PCBR terem se preparado militarmente. Numa análise desse material, evidencia-se a existência de vultosa quantidade de armas e munições. Levantam-se alguns endereços em Salvador, confirmados nos depoimentos, como sendo de "aparelhos" das respectivas organizações guerrilheiras, que serviam de residência para os militantes postos na clandestinidade, dos locais para impressão de panfletos, depósito de armamentos, além de servirem como espaços para realização de reuniões.[224]

É extensa a relação de endereços de "aparelhos" e os objetos que teriam pertencido ao MR-8 e PCBR. É preciso destacar que além do material bélico, as fontes e

---

220 BNM 192/71, op. cit.; BNM 052/71, op. cit.; RIDENTI, 1993, op. cit.; PONTES, Paulo. Entrevista a historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva em 08 de abril de 2000.; SOUZA, 2001, op.cit.

221 SILVA, Sandra Barbosa da . 2013, op. cit., p.92.

222 A jornalista Judith Lieblich Patarra escreveu o livro *Iara Reportagem Biográfica*, sobre a vida e morte de Iara Iavelberg, a companheira do capitão Carlos Lamarca , em 1993.

223 Apud PATARRA, 1993, p.449.

224 BNM 612/70, (investiga o assalto ao Banco da Bahia na Liberdade, realizado pelo PCBR); BNM 091/70, (apura a estrutura do PCBR); BNM 212/70; BNM 192/71, op.cit.

os processos militares apontam a existência de farto material para impressão de propaganda contra a ditadura, levantamentos geográficos de Salvador, região metropolitana, locais destinados a pichações e documentos que sugerem análises socioeconômicas da cidade.[225]

A listagem dos endereços dos "aparelhos" da organização e objetos encontrados e tidos como pertencentes ao MR-8 contemplava: um apartamento situado à Av. Princesa Isabel, n. 97, Edifício Rivoli, bairro da Barra; uma casa na Travessa Candeias, n.13, bairro da Liberdade; uma casa no Nordeste de Amaralina, sem indicação de endereço. Também foram encontrados livros, jornais e outros materiais de propaganda, junto com mimeógrafos, armas e munições, em poder de simpatizantes, nos seguintes endereços: Rua Tenente Pires Ferreira, n. 16, apto.307, bairro da Barra; apartamento do 2º andar da Rua Cosme de Farias, n.256; rua Gustavo dos Santos, Loteamento São Francisco, Boca do Rio; Rua Areal de Baixo, n.36, Largo Dois de Julho. Nos processos estão incluídos os aparelhos do MR-8, localizados nos bairros do Matatu e Rio Vermelho, além do existente na praia de Arembepe.[226]

Os processos também detalham um caminhão e objetos que foram encontrados e apontados como sendo pertencentes ao MR-8: uma pistola espanhola, calibre 6.35, dois revólveres, marca Rossi, calibre 22, cromado; 19 cartuchos calibre 22; dez cartuchos 32; quatro cartuchos 6.35; 55 cartuchos de marca Velodog; 167 cartuchos calibre 38; dois pacotes de pólvora; duas bombas de fabricação caseira e um mimeógrafo marca Gestetner, manual; aparelho para cópia silk-screen e um caminhão Mercedes Benz.[227]

Vivendo na clandestinidade, os militantes baianos, principalmente os que estavam atuando em Salvador, sobreviviam financeiramente com o dinheiro proveniente da colaboração de simpatizantes, auxílio da direção nacional das respectivas organizações armadas, geralmente sediadas em São Paulo ou Rio de Janeiro, como também de ações locais, voltadas para a sua própria manutenção. Foram informações passadas em depoimentos para Silva,[228] além daquelas contidas nos processos.[229]

---

[225] BNM 612/70, op.cit.; BNM 091/70, op.cit.; BNM 212/70, op,cit.; BNM 192/71, op.cit.; PONTES, 2000, op.cit.; RIBEIRO, Dirceu Régis. Entrevista a historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva Souza em 06 de julho de 2001; SILVEIRA, 2002, op.cit.; FERREIRA, 2002, op. cit.

[226] BNM 192/71, op,cit.

[227] Id.

[228] Depoimentos de PONTES, 2000, op.cit; e SILVEIRA, 2002, op.cit; para SILVA, Sandra Regina Barbosa da. 2013, op.cit.

[229] BNM 091/70 (apura a estrutura do PCBR); BNM 192/71, op. cit.

A militante do MR-8 Lúcia Murat, ao chegar a Salvador, em fevereiro de 1970, encontrou a organização sem qualquer atividade política, os seus membros vivendo clandestinamente, com carências financeiras e os aluguéis dos "aparelhos" vencidos. Para resolver a situação, a organização do Rio de Janeiro teria enviado, inicialmente, Cr$1.000,00 para pagamento de aluguéis dos imóveis vencidos e, posteriormente, mais Cr$2.000,00 através do militante Marcos Dantas Loureiro.[230]

Ao final do ano de 1970, no mês de dezembro, ocorreu uma desarticulação do MR-8 em Salvador e, para substituir Lúcia Murat, chegou à capital baiana a estudante e militante Solange Lourenço Gomes, trazendo Cr$9.000,00, enviados pela organização do Rio de Janeiro, com a finalidade de manter a organização. A mesma fonte informa que teriam sido enviados Cr$5.000,00, no início de 1971, através do dirigente João Lopes Salgado, para a preparação da área de campo.[231]

Um dos exemplos de cooperação financeira da direção nacional do MR-8 com os militantes da Bahia foram as constantes somas que aqui chegavam, através dos quadros e militantes do Rio de Janeiro, para a formação e manutenção da organização armada. Contando com essa ajuda financeira recebida pelos militantes do MR-8 da direção nacional, o MR-8 baiano buscou a tentativa de captação de recursos financeiros para a organização armada no estado. Um dos exemplos foi a montagem de uma gráfica, sob a responsabilidade de Renato da Silveira, após o recebimento da quantia de Cr$4.000,00, enviados pela organização guerrilheira do Rio de Janeiro. Segundo Renato da Silveira, ao expor suas experiências como militante, a estrutura logística do MR-8 na Bahia era precária, fazendo com que muitas reuniões ocorressem nas praias de Salvador.[232]

Houve um período em que o MR-8, no Rio de Janeiro, estaria passando por dificuldades financeiras, principalmente para manter a organização no Estado da Bahia, tendo, por isso, orientado os militantes baianos a produzir um negócio próprio, em forma de uma pequena empresa, com a finalidade de empregar os lucros desta na manutenção dos quadros do MR-8.

---

[230] Marcos Dantas Loureiro atualmente é professor titular da Escola de Comunicação da UFRJ, lecionando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECA-UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ. Conselheiro do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br) e do Conselho de Administração do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto (NIC.Br), também integra a Diretoria Executiva do Centro Internacional Celso Furtado pra Estudos do Desenvolvimento. Disponível em https://www.escavador.com/sobre/2101947/marcos-dantas-loureiro. Acessado em 19 ago. 2023.

[231] BNM 192/71, op. cit.

[232] SILVEIRA, 2002, op.cit.

Renato da Silveira relatou que teve a ideia de montar uma gráfica, em sociedade com mais dois simpatizantes, cujos lucros seriam revertidos para a organização.[233] Essa gráfica seria utilizada especificamente para fins de financiamento da organização guerrilheira, sem, contudo, pretenderem empregá-la na impressão de jornais e outros documentos, em virtude da máquina adquirida ter sido de impressão off -set, facilmente identificável pelos órgãos de repressão da ditadura.[234]

Na preparação de novos quadros o MR-8 buscava estimular a leitura de textos de Georg Lukács,[235] de Karl Marx,[236] Friedrich Engels,[237] e, até mesmo o livro *Questão de Método,* de Sartre[238]. Contudo, isto não ocorria de forma sistematizada. Outra opção de leitura do grupo eram as narrações dos tipos de torturas praticadas pelos agentes da repressão contra os militantes das organizações de esquerda.[239]

Através dos depoimentos, é possível entender que o processo de recrutamento teria sido uma das atividades mais importantes das organizações guerrilheiras. Daniel Aarão Reis Filho destaca que o trabalho de arregimentação de novos quadros e simpatizantes implicava na aproximação e no convencimento, sobretudo em momentos politicamente desfavoráveis.[240] A atividade de recrutamento de quadros foi uma das principais tarefas das organizações que, clandestinamente, atuaram em Salvador, com o objetivo de ampliar o contingente de militantes nos meios estudantil e operário.

Na leitura dos depoimentos, pode-se evidenciar que as formas de recrutamento aplicadas não variavam muito, concentrando-se na abordagem dos indivíduos que se destacavam nas atividades político-estudantis e naqueles que, em debates abertos sobre a resistência à ditadura militar, apresentavam simpatia pelo tema e uma disposição

---

233 SILVA, Sandra Regina Barbosa da. 2013, op.cit., p.96.

234 BNM 192/71, op.cit.; SILVEIRA, 2002, op.cit.

235 Georg Lukács teve uma intensa e longa vida de filósofo, professor e teórico da literatura e da estética, tendo atuado igualmente, entre 1919 e 1929, como um dos líderes do movimento comunista húngaro.

236 Cientista social, historiador e revolucionário, Marx foi um pensador socialista que maior influência exerceu sobre o pensamento filosófico e social e sobre a própria história da humanidade. Quase metade da população do mundo vive hoje sob regimes que se pretendem marxistas.

237 Friedrich Engels foi um escritor, jornalista, economista, filósofo e teórico político alemão. Engels escreveu, em parceria com Marx, o Manifesto comunista, e desenvolveu o materialismo histórico dialético, também com a parceria de Karl Marx contribuiu substancialmente para a obra conjunta e inacabada em que ele e Marx expuseram a nova concepção: *Die deutsche Ideologie (A ideologia alemã*, 1845-1847).

238 Filósofo, romancista, dramaturgo, ensaísta e crítico literário. Sartre foi o intelectual mais influente e conhecido dos tempos modernos do ponto de vista do impacto imediato de sua atuação sobre os acontecimentos.

239 Silveira, 2002, em entrevista a SILVA, Sandra da, op.cit.: RIDENTI, Marcelo S. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

240 REIS Filho, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990.

favorável à militância política. Após o recrutamento, a fase inicial de ingresso do recrutado se caracteriza por mais discussões, dessa vez, em torno da linha política da organização.[241]

No processo 271/70 do Fundo Brasil Nunca Mais, existem referências de que as apostilas e jornais de divulgação das ideias da organização, que seriam utilizados nos recrutamentos de indivíduos em seus locais de trabalho, privilegiavam, sobretudo, a discussão de temas gerais como: o imperialismo, socialismo, capitalismo e classes sociais.[242]

O que predominava nas induções das leituras sistemática e orientada, nos aparelhos do MR-8, era uma grande quantidade de apostilas sobre teoria, de circulação restrita aos militantes e periódicos da organização guerrilheira. Uma numerosa parte deste material, jornais clandestinos, considerado subversivo pela repressão civil-militar, acabou lançada em uma outra relação apreendida em poder de um simpatizante, intitulada: *Resistência*, *Venceremos*, *Avante* e *Bandeira Vermelha.*[243] A existência desses periódicos sugeria uma preocupação com a preparação política do militante do MR-8.[244]

É preciso ressaltar que a quantidade de materiais encontrados na residência do coordenador de um dos setores do MR-8 foi bem superior ao encontrado em todos os aparelhos da organização. Foi um total de 65 títulos entre documentos teóricos, planos de estudo, jornais, panfletos, cartazes, questionários para levantamento de dados socioeconômicos de bairros, habitados pelas camadas empobrecidas de Salvador.

O MR-8 baiano tinha no aparelho do bairro periférico da Liberdade uma vasta documentação, que incluía: 10 folhetos intitulados *Crítica e Autocrítica* de Mao Tsé Tung; estudos sobre a Revolução Russa, Chinesa, Cubana, Vietnamita e situação internacional; alguns textos de Che Guevara, Régis Debray e Carlos Marighella; estudos sobre a Revolução Russa, Chinesa, Cubana, Vietnamita e situação internacional; 212 exemplares das edições 1, 2, 8, 11 e 12 do periódico *Avante*; 19 exemplares dos panfletos *Luta camponesa, Vida do agricultor, A farsa da eleição*; o periódico *União Operária* e os estatutos da VAR-Palmares; relatórios sobre falsificação de documentos;

---

[241] CARVALHO, Luiz M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo,1998.; ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Entrevista a Sandra Regina Barbosa da Silva em 29 de setembro de 2000 e em 04 de outubro de 2000; PONTES, 2000, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.; VALENÇA, 2002, op.cit.; SILVEIRA, 2002, op.cit.

[242] BNM 271/70, (funcionamento da VAR-Palmares na Bahia), p.52.

[243] Jornais clandestinos editados pelos militantes do MR-8 na Bahia.

[244] BNM 192/71, op.cit.; SILVEIRA, 2002, op.cit.; FERREIRA, 2002, op.cit.

apostila sobre tiro e explosivos; cinco croquis de bairros da cidade, cinco levantamentos de locais, com sugestões para sequestros, 57 exemplares do panfleto *Trabalho legal-Trabalho ilegal*; dez exemplares do panfleto *Anule seu voto assim* e editoriais do *Venceremos*.[245]

Como pertencentes ao PCBR da Bahia, a repressão diz ter apreendido em aparelhos: cadernos datilografados contendo programas de curso para formação; esboço de aula sobre materialismo histórico; planos de militarização dos quadros; normas para a clandestinidade; noções de primeiros socorros; textos de autoria de Mao Tsé-Tung, Stálin, Lenin, Carlos Marighela, Che Guevara e Régis Debray, além de recortes de jornais locais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, e, inclusive duas edições de *Resistência Estudantil* e três edições dos periódicos *Avante*. Com relação a campanha em favor do voto nulo, foram relacionados os seguintes panfletos intitulados: "Eleições livres?", "Campanha para voto nulo", "Vestibular e Eleições" e "Vote nulo contra a ditadura".[246]

Em um outro auto de apreensão, que está incluso no processo relativo ao PCBR, foram encontrados periódicos datilografados, com informações sobre a situação internacional; discussão sobre a luta no campo e na cidade; teses de Régis Debray;[247] cultura marxista, mais edições dos periódicos *União Operária*, da VAR-Palmares, e *Resistência*, *Venceremos* e *Avante* do MR-8.[248] Em poder de um sapateiro, simpatizante do PCBR,[249] também foram apreendidos 38 exemplares de folhetos intitulados o "Caráter da revolução brasileira"; 19 sobre "Normas de segurança"; 122 "sobre Bahia – 1970" – "movimento de resistência universitária"; 20 exemplares com título "Aos bancários baianos"; "Primeiro de maio, dia de luta"; mais folhetos com noções de primeiros socorros; normas de sequestros, além de estatutos e programas do PCBR, e cinco exemplares do número III e IV do periódico *O Círculo*.[250]

---

245 BNM 192/71, op.cit.

246 BNM 212/70, op.cit. Informações resumidas, retiradas da relação de material apreendido no prédio Solar Boa Vista, Engenho Velho de Brotas, em Salvador.

247 Descendente de uma família burguesa abastada, Regis Debray doutorou-se na Escola Normal Superior de Paris. Foi seguidor do marxista Louis Althusser. Amigo de Fidel Castro e de Ernesto Che Guevara, nos anos 1960 acompanhou Che na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967 junto com Irineu Guimarães. Nesse mesmo ano, escreveu sua primeira obra, *A revolução na revolução,* cuja repercussão no Brasil acabou resultando no engajamento na luta armada contra a ditadura militar por parte de muitos jovens.

248 Dados resumidos, extraídos da relação de material apreendido na Rua Coqueiros da Piedade, n. 15, em Salvador.

249 BNM 091/1970, op.cit. PONTES, 2000, op.cit.; RIBEIRO, 2010, op.cit.

250 O periódico foi indicado nos depoimentos e ao longo dos processos como pertencente a uma organização, provavelmente ligada à Igreja Católica, (BNM 612/70, op.cit; BNM 091/70, op.cit.) Consta

O cerco, prisões de militantes e as apreensões de todos os materiais do acervo das organizações serviram para direcionar o planejamento das ações dos agentes da repressão e do serviço de inteligência do Exército na Bahia, principalmente em Salvador, contra aqueles que se opunham ao regime ditatorial que predominava no país naquela época, após o golpe de 1964 no Brasil.

CAPÍTULO 2: RECUO DA MILITÂNCIA DA ESQUERDA PARA A BAHIA

Centenas de estudantes brasileiros aderiram às organizações de esquerda, em enfrentamento e luta contra a ditadura civil-militar. Eles contavam com o apoio de várias lideranças sindicais, mesmo agindo na clandestinidade, e de alguns políticos. Estavam sob intensa ameaça da repressão. Toda esta situação foi provocada pelo golpe de 1964 no Brasil, que resultou na tomada do poder político e na decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, pelo presidente Artur da Costa e Silva, acarretando prisões, torturas e mortes. Juntam-se também as medidas restritivas impostas aos estudantes após as prisões dos delegados presentes ao 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP), em outubro de 1968.

Num clima de repressão após a decretação do AI-5, foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros oposicionistas. Agravou-se o caráter ditatorial do governo, que colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos estados; a censura impôs um controle à imprensa e a vida cultural do país foi asfixiada pela ditadura. Era a situação que faltava para empurrar os estudantes e seus apoiadores para a luta armada.

Marcelo Ridenti destaca que as organizações que já vinham realizando algumas ações armadas ao longo de 1968— como a ALN e a VPR — "concluíram que estavam no caminho certo, e intensificaram suas atividades em 1969. Outros grupos também passaram a não ver outro modo de combater a ditadura, a não ser pela via das armas."[251]

---

o resumo do material apreendido na barraca do sapateiro Gervásio Rodrigues na rua J. J. Seabra, 358, em Salvador.

[251] RIDENTI, Marcelo S. **Que história é essa?** In:Versões e Ficções: O sequestro da história. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo - 1ª edição, 1997, p.21.

Este capítulo discute Salvador e outras cidades da Bahia, como sendo ou não, áreas de recuo de militantes das organizações da esquerda[252] que contestavam a ditadura em suas lutas revolucionárias. Nesta abordagem, trago para a discussão depoimentos de ex-militantes, pesquisadores e teóricos que trataram da questão dos recuos; o que está contido em documentações das organizações, nos inquéritos da Polícia Federal, processos judiciais militares, envolvendo os militantes do MR-8, PCBR[253] e VAR-Palmares[254]. Vamos também abordar neste capítulo o sequestro ou captura do embaixador estadunidense Charles Elbrick no dia 4 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro, por militantes da luta armada, do grupo DI-Guanabara, que passou a se chamar MR-8 e ALN.

Para a historiadora Sandra Silva, a Bahia não teria sido apenas uma área de recuo. Nesta discussão, ela traz a posição dos diversos militantes das organizações que entrevistou, em seu trabalho, segundo a qual Salvador deveria ser considerada área de recuo, no sentido de ser preservada de ações que atraíssem a atenção da ditadura militar.[255]

Na análise das entrevistas realizadas pela historiadora, ela concluiu que a tônica da luta em Salvador teria sido de reação, de uma defesa dos direitos democráticos

---

252 Ridenti define esquerda como igualitária e coletivista, tendo como principal propósito a diminuição das desigualdades sociais e a extinção da propriedade privada. O termo "esquerda" é usado também para nomear as "forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social." RIDENTI, Marcelo S. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.17.

253 O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário-PCBR resultou da luta interna do PCB, intensificada desde maio de 1965, quando o Comitê Central do PCB, pela primeira vez reunido depois do golpe de 1964, confirmaria a linha política de 1960, atribuindo a desvios esquerdistas a responsabilidade pela derrota. A Organização do PCBR como Partido, formou-se a partir de uma comissão, destinada a preparar a constituição do novo Partido, o que se efetivaria na I Conferência Nacional, em abril de 1968, que fundou o PCBR e aprovou sua Linha Política. PCBR participou das lutas estudantis de 1968 e desenvolveu algum trabalho em áreas rurais e nas fábricas. Em outubro de 1968 publicou a Linha Militar e, em julho de 1970, uma série de textos, conhecidos como Documento de Julho. AARÃO, Daniel; FERREIRA, Jair, 1985. **Imagens da Revolução**. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos de 1961 a 1971. Marco Zero, p.160 -161.

254 A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR- -Palmares), em nível nacional, surge da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no início de julho de 1969, que tinha a liderança do capitão do Exército Carlos Lamarca. Neste processo de discussões para a formação da VAR-Palmares, com abrangência nacional, houve um amadurecimento no sentido de conquistar a adesão de pequenos grupos em outros estados, como Goiás e Bahia. CHAGAS, Fabio A. G. **A Vanguarda popular revolucionária:** dilema e perspectiva da luta armada no Brasil (1968-1971). 2000. 156 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

255 SILVA, Sandra, Regina Barbosa da . **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971) Prefácio, p.24.

cerceados pelo poder ditatorial implantado[256], sobretudo após o Ato Institucional n. 5 (AI-5).[257]

A direção do MR-8 na Bahia considerava que Salvador, como capital da Bahia, deveria ter uma importância tática. No campo, estaria a área estratégica da luta armada.[258] Em nível nacional, o MR-8 executou ações revolucionárias com o objetivo de atrair as massas na conquista do poder político. Na execução do seu princípio ideológico, a organização armada planejou e articulou a tentativa de implantar na área rural, a luta armada a partir do final de 1970, deslocando alguns dos seus destacados quadros para o interior da Bahia.[259]

Sandra da Silva destacou que, ao questionar seus depoentes das três organizações estudadas sobre a denominação de Salvador como área de recuo, eles revelaram que havia sim uma preocupação das organizações que atuavam no Sudeste em não fazer ação armada e preservar a cidade do Salvador.

> Pelo que nos foi relatado, à exceção do PCBR, que não respaldou esse comportamento, a VAR-Palmares e o MR-8 consideravam Salvador um local neutro, que devia ser preservado para possíveis recuos, de militantes "queimados", vindos de outros estados perseguidos pela repressão.[260]

A pesquisadora relata também situação inversa, de alguns casos de quadros baianos "tidos como 'queimados' em Salvador que buscaram segurança em estados que viviam uma rotina de ações armadas, como o Rio de Janeiro e São Paulo".[261]

Foram as situações vividas por Jurema Valença, Carlos Sarno e Israel Pinheiro, os quais, para evitar a prisão, foram integrar-se à VAR-Palmares em São Paulo e Rio de Janeiro, cidades tidas como áreas para recuo em relação aos militantes baianos, ainda que cotidianamente fossem locais de intenso confronto armado. A historiadora cita também os militantes do MR-8, Sérgio Furtado, Juca Ferreira, Elisabeth Rebelo Correia

---

256 Ibid., p.24.

257 Promulgado em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n. 5 representou o completo fechamento do regime militar. Não havia prazo estipulado para sua vigência e passariam a ser permanentes os controles e a suspensão de garantias institucionais. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964- 1984). 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

258 Ridenti (1993) define a luta armada como um movimento de resistência democrática.

259 BNM 192/71; BNM 052/71; RIDENTI, **O fantasma da revolução brasileira**, op. cit.,1993; PONTES, Paulo. Entrevista cedida a Sandra Regina Souza. 08 abr. 2000; SOUZA, José Carlos. Entrevista cedida a Sandra Regina Souza. 16 nov. 2001.

260 SILVA, Sandra, Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), p.111.

261 Idem, p.111.

Lima e Maria Lúcia Cerqueira Santana, que deixaram Salvador e se abrigaram no Rio de Janeiro.[262]

Naquela situação de ações revolucionárias de contestação à ditadura, era uma prática dos militantes das organizações procurados transitar entre os estados, dificultando sua identificação pelos agentes da repressão, quando corriam perigo de vida na época de grande cerco por parte da repressão militar. Sobre essa questão, segundo a historiadora, o ex-militante Juca Ferreira, ao lhe conceder entrevista, afirmou que realmente havia, dentro do DI-BA, a predisposição à preservação de Salvador para recuo de militantes, e que, a partir da captura do embaixador norte-americano, houve uma troca de quadros entre Salvador e Rio de Janeiro, embora não tenha sido somente este o único motivo para se tentar evitar ações armadas em Salvador.[263]

Para Ferreira, também é importante perceber que a não realização de ações armadas em Salvador foi muito mais o resultado da percepção da fragilidade orgânica do seu grupo e da efetivação do trabalho político em ações de propaganda:

> [...] não era bem a noção de recuo, era mais o entendimento de que nós éramos frágeis, como estrutura clandestina, tínhamos saído recentemente do movimento de massas e todos nós havíamos participado dos movimentos de massa aqui na Bahia, desde 1966 até 1968, onde estávamos expostos. Todavia, faz-se necessário registrar uma suposta tentativa de Solange Lourenço Gomes junto à Direção Nacional de formar um Grupo Político Militar em Salvador, tendo, inclusive, orientado a execução de levantamentos para futuras ações de expropriações (assalto à mão armada). Para dificultar a ação policial, passariam a impressão de ter sido assalto praticado por marginais comuns.[264]

2.1 Captura do embaixador americano pela ALN e MR-8

Cid Benjamin ex-preso político, ex-exilado e integrante do MR-8, conta em detalhes o planejamento da captura do embaixador Charles Elbrick e as negociações

---

[262] Em entrevista à historiadora, Juca Ferreira confirmou estes nomes como militantes baianos que recuaram para o Rio de Janeiro, além de outro militante da base de Feira de Santana, Antônio de Freitas, "Baiano e "Grande," que atuou como caseiro, enquanto o embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, ficou em cativeiro, durante a sua captura em setembro de 1969. Juca Ferreira, preso em outubro de 1970, foi solto em dezembro desse mesmo ano, com a obrigação de comparecer toda quinta -feira à sede da Polícia Federal para assinar o ponto. Com a prisão de um militante da base de Feira de Santana e a consequente colaboração deste, confirmam -se as suspeitas da polícia em relação a Juca que, na iminência de ser preso, seguiu rapidamente para o Rio de Janeiro. Alguns meses depois, com a prisão de um militante nesta cidade, a polícia teria tido a certeza da participação de Juca Ferreira no MR -8.

[263] Na articulação da direção nacional do MR-8 em relação às trocas de quadros e recuos, vieram para Salvador César Queiroz Benjamim, João Lopes Salgado e Felix Escobar. Ver entrevistas de Juca Ferreira e José Carlos Souza.

[264] BNM 192/71.

com a ditadura pela libertação de 15 presos políticos que estavam sendo torturados nos presídios.

> Umas duas semanas antes, eu estava com Franklin Martins na rua Marques quando passou o carro do embaixador, devidamente ornamentado com a bandeirinha dos Estados Unidos de cada lado do capô. A falta de cuidado nos chamou atenção. Meses antes, o embaixador norte-americano na Guatemala fora metralhado por guerrilheiros urbanos. Ao ver o seu colega no Brasil circular de forma despreocupada, não passou pela nossa cabeça um atentado contra sua vida, mas capturá -lo[265] para servir como moeda de troca por Vladimir Palmeira [266]

Segundo Cid Benjamin, ele percebeu, juntamente com Franklin Martins, a possibilidade de sequestrar o embaixador, trocando-o por Vladimir. Logo em seguida, porém, se deram conta de que poderiam pedir bem alto, dada a importância do refém. Assim, foi aprovada a proposta da ação pela Direção Geral da organização, integrada na ocasião por Daniel Aarão Reis, Claudio Torres e Franklin Marins. Passaram então aos preparativos para a operação de captura, surgindo a opção de convidar a organização ALN. Claudio Torres levantou a possibilidade de um militante daquela organização no Rio de Janeiro, ligado a Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, participar da ação.

> A partir daí, ficou acertada uma reunião em São Paulo, para onde viajei dias depois. Lá, estive com Câmara Ferreira e com o comandante do setor armado da ALN, Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, que viria a comandar o sequestro. Também participou da reunião realizada num carro em movimento, um dos dois lugares-tenentes de Virgílio, Carlos Eduardo Fleury. Nela ficou acertada que realizaríamos a ação na semana seguinte.[267]

Sobre a decisão de fazer a captura do embaixador americano, o jornalista Franklin Martins contou detalhes da ação revolucionária e seu entendimento na época.

> Quando a Dissidência decidiu, em 1969, ir no caminho da luta armada, ela achava que no médio prazo íamos nos juntar com a VAR-Palmares-Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, com a VPR, com a ALN, com outras organizações. Quando fizemos a captura do embaixador americano Charles Elbrick – naquele tempo não se falava 'sequestro', hoje em dia todo mundo fala em sequestro, naquele tempo era 'captura' –, chamamos outras organizações para participarem do sequestro junto com a Dissidência e acabamos fazendo junto com a ALN, que era dirigida pelo Marighela.[268]

Ainda segundo Cid Benjamin, da organização ALN, vieram de São Paulo, para participar da captura de Charles Elbrick, os militantes Câmara Ferreira, Virgílio Gomes

---

[265] BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**: Memórias de um militante. 1ª. ed.- Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013, pp.105-106.

[266] Vladimir Palmeira era o mais importante líder das manifestações estudantis contra a ditadura em 1968, sendo o principal quadro político da Dissidência Guanabara -(DI-GB) na época. Vladimir estava preso há 11 meses, desde outubro do ano anterior, quando do Congresso da UNE, em Ibiúna, em São Paulo

[267] BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**, Op.cit., p.107.

[268] MARTINS, Franklin. Entrevista cedida para Angélica Muller e Ana Paula Goulart. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 06 dez. 2004. p.23.

da Silva, Paulo de Tarso Venceslau e Manoel Cirilo de Oliveira. Pela DI-Guanabara tomaram parte Claudio Torres, João Salgado, Vera Sílvia Magalhães, Franklin Martins, Sérgio Rubens Torres, José Sebastião Rios de Moura, Fernando Gabeira e Antônio de Freitas, além dele. O levantamento das informações, segundo Benjamin, já tinha sido concluído pelos militantes da DI-GB.

> Eu e Vera Sílvia costumávamos passar diante da casa do embaixador, às vezes acompanhadas de um sobrinho dela, na época com três anos, no carrinho de bebê. Ele é hoje o advogado André Barros, um destacado integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ.[269]

O prazo que havia para o sequestro seria até a Semana da Pátria e detalhou Benjamin que eles não conseguiram alugar um local em condições de ser o cativeiro. Teria que ser uma casa, com garagem fechada. "Não poderia estar próxima demais do local da captura, mas tão pouco deveria ser muito longe, para não termos que circular com o embaixador num carro pela cidade depois do sequestro".[270]

E o plano da ação de captura do embaixador Charles Elbrick foi mantido. Era o embaixador do país mais poderoso do mundo, sendo a primeira vez que um diplomata virava refém da guerrilha urbana. Um ano antes, em agosto de 1968, um colega de Elbrick, John Gordon Mein, havia morrido na Guatemala, ao reagir a uma tentativa de sequestro.

> Assim, ou adiávamos a ação, deixando de realizar lá na Semana da Pátria, ou buscávamos um imóvel, já usado por outro setor da organização. O desejo de realizar logo a operação não nos fez vacilar: escolhemos como cativeiro uma casa já utilizada como aparelho, na Rua Barão de Petrópolis, 1026, uma das subidas do Catumbi para Santa Teresa. Ela estava preparada para abrigar uma gráfica clandestina e tinha acabado de receber uma impressora *offset*, usada para confecção de jornais e panfletos.[271]

Informou ainda Cid Benjamin que, na casa, estava morando o militante Fernando Gabeira, que editava o jornal *Resistência*, voltado para setores da classe média. Também na casa vivia Antônio de Freitas, "Baiano", um operário que fingia ser caseiro para os vizinhos. Antônio de Freitas ficara "queimado" devido a sua militância política em sua cidade [Feira de Santana] e fora transferido para o Rio, pela organização. "Baiano" operava a máquina impressora.

> Com a escolha daquele local para cativeiro, rompemos uma importante norma de segurança: a compartimentação entre os diferentes setores de uma organização clandestina. Não foi a primeira vez que o sentimento de

---

[269] BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**, Op.cit., p.107.
[270] Ibid, p.108.
[271] Id., pp. 108-109.

> urgência nos fez atropelar uma regra fundamental da clandestinidade. Tampouco seria a última.[272]

Esclareceu ainda Cid Benjamin que Gabeira e "Baiano" foram informados do uso que a casa teria apenas na antevéspera do sequestro, sendo orientados a manter a rotina diante dos vizinhos. Embora nunca tivessem participado de ações armadas, portaram-se com tranquilidade durante toda a execução do plano de ação da captura de Charles Elbrick.

A casa da rua Barão de Petrópolis, 1.026, que serviu para esconder o embaixador Charles Elbrick, após a sua captura, foi alugada por Helena Bocayuva Khair,[273] militante da organização da esquerda armada, junto a Valdemir Pinheiro Fonseca, dono do imóvel. Foi assinado um contrato com duração de um ano, no dia 5 de agosto de 1969. Helena Bocayuva Khair pagou NCr$ 900,00 e deixou NCr$ 2.700,00 como depósito de três meses, porque não apresentou fiador. A informação da negociação do aluguel foi prestada por Valdemir Pinheiro Fonseca à reportagem do *Jornal do Brasil*, ainda no domingo, logo após a libertação do embaixador. Segundo uma vizinha do imóvel, Maria do Carmo, moradora da casa 1.010, Helena Bocayuva Khair lhe revelou que estava se desquitando do marido, o arquiteto Marco Antônio.[274]

Ruy Cerqueira em seu livro *Santa Bárbara: o estudante da Guerrilha,* apresentou a versão de que Santa Bárbara indicou para tomar parte do sequestro do embaixador um frentista de Feira de Santana, Antônio de Freitas, que atuava numa célula da Dissidência do PCB na Bahia, a DI-BA.

> Antônio de Freitas fora recrutado por Santa Bárbara. Era de uma inteligência singular e possuía a têmpera de aço para certas ações. [...] Não só o seu recrutamento para o MR-8, mas também, o seu escalonamento para participação no episódio do sequestro foram decisões da afirmação da onipotência de Santa Bárbara, que ascendia no interior da organização guerrilheira [...] [Paulão, militante do PCB, que estava na contra -mão das ações armadas, ao tomar conhecimento da designação de Freitas para a ação do sequestro, ficou totalmente contra... [A defesa intransigente do nome de Antônio Freitas foi bancada por Santa Bárbara, levando assim, a direção

---

[272] BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**, Op.cit., p.109.

[273] Helena Bocayuva é filha do ex-deputado federal Fernando Bocayuva Cunha, que foi cassado em 1964, e Vera Simões Cunha, filha do jornalista Ernesto Simões, dono do jornal *A Tarde*, em Salvador. Helena era casada com o arquiteto Marco Antônio Khair, do qual se desquitou. Helena Bocayuva é doutora em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ. Fez graduação em Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social - Iedes - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) em 1978. Conclui o mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2000 e doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2006.

[274] *JORNAL DO BRASIL*. Segunda-feira, 09 de setembro de 1969. Rio de Janeiro. Ano LXXIX, edição 120, p.3.

> nacional do MR-8, no Rio de Janeiro, a endossar a proposta e a eleger o militante Antônio Freitas como um dos homens designados para a ação.][275]

Franklin Martins, em entrevista cedida a esta pesquisa, em 17 de setembro de 2009, na cidade de Brotas de Macaúbas, esclareceu sobre a participação de Antônio de Freitas na captura do embaixador Charles Elbrick. Contestou o que está contido no livro:

> Não houve esta indicação para participar do sequestro. O Antônio Freitas foi para o Rio de Janeiro para trabalhar numa fábrica, fazer o trabalho operário. Posteriormente, ele acabou participando do sequestro do embaixador americano. Ele não foi para lá por isso. Tanto que entre uma coisa e outra deve ter aproximadamente seis meses.[276]

O cineasta Silvio Da-Rin, em uma entrevista para o Instituto Humanistas Unisinos,[277] contou como foi a sua ideia e planejamento para a produção do filme documentário *Hércules 56*,[278] que conta a história da captura do embaixador num encontro com nove presos políticos libertados e ainda vivos. Revelou que o encontro e as entrevistas foram em 2007. Incluiu a narração do manifesto do MR-8 e da ALN, juntamente à exibição de imagens e vídeos de arquivo da época. Foi um reencontro de Cláudio Torres, Daniel Aarão Reis e Franklin Martins pelo MR-8 e Manoel Cyrillo e Paulo de Tarso Venceslau, estes da ALN. Eles foram as cinco cabeças da operação. Aconteceu em volta de uma mesa redonda, em clima descontraído de recordação, com direito a risadas, lavação de roupa suja e discussões sobre o que de fato aconteceu. Isso tudo na frente do diretor Silvio Da-Rin, que gravava e comentava as conversas. O destaque é que a memória de cada um é diferente da do outro. Quase 40 anos depois, cada um relembra sua própria experiência da captura, apesar de todos reiterarem ter sido um momento muito tenso em suas vidas, de profunda exposição: ao mesmo tempo em que realizaram o maior ato da oposição ao regime ditatorial em toda a história do país, passaram a ser alvo direto da ditadura civil-militar.

---

[275] CERQUEIRA, Ruy. **Santa Bárbara:** O estudante da guerrilha. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2002. p.91.

[276] MARTINS, Franklin, em entrevista cedida a esta pesquisa, em 17 de set. 2009.

[277] Instituto Humanistas Unisinos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos–Unisinos, em São Leopoldo no Rio Grande do Sul.

[278] *Hercules 56* é o nome do avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que, em 7 de setembro de 1969, levou para o México quinze presos políticos do Regime Civil-Militar (1964-1985). Foram soltos em troca da libertação do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, capturado pelas organizações de resistência de esquerda Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e Aliança Libertadora Nacional (ALN). O acordo, imposto pela guerrilha, incluía também a leitura em rede nacional do manifesto que apresentava a situação do sequestro para o país e a defesa do posicionamento contra a ditadura, defendendo a luta armada.

Intercalados a essas entrevistas, são escutados, individualmente, nove dos 15 presos resgatados: Agonalto Pacheco, Flávio Tavares, José Dirceu, José Ibrahin, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, a única mulher libertada, Mario Zanconato, Ricardo Vilas, Ricardo Zarattini e Vladimir Palmeira. Outros já falecidos, quando da produção fílmica estiveram presentes por imagens de arquivo da época, sendo eles: Luís Travassos, Onofre Pinto, João Leonardo Rocha e Ivens Marchetti.

Nesta entrevista para o Instituto Humanistas Unisinos, Silvio Da-Rin esclareceu por que não incluiu no encontro o jornalista Fernando Gabeira, para falar sobre a operação.

> Meu critério era político, queria aqueles que decidiram politicamente que a ação seria feita. Não convidei pessoas de importância fundamental para a operação de captura, como João Lopes Salgado, Cid Benjamin ou a Vera Silvia Magalhães. Então, não convidei pessoas que tiveram uma participação fundamental e não iria convidar justamente o Gabeira que só soube que a ação ia ser feita na manhã da captura. Não soube previamente, não participou do planejamento porque não era da frente de trabalho armado. Era responsável pela edição e distribuição do jornal-panfleto da organização. Tinha alugado uma casa onde estava um mimeógrafo, onde era produzido esse jornal, quando o comando decidiu que o cativeiro seria essa casa, ele, então, que era a pessoa conhecida como o morador da casa para a vizinhança, continuou a fazer a "fachada", entrando e saindo da casa. E foi essa a participação dele.[279]

Para comandar a operação, revelou Cid Benjamin que, reconhecendo a maior experiência militar da ALN, foi oferecido à organização o comando operacional da ação. A condução política da operação ficou a cargo de Câmara Ferreira e Franklin Martins. Benjamin esclarece que apresentaram também à ALN uma proposta do *Manifesto*, cuja divulgação ampla em jornais, revistas, rádio e televisão, seria uma das condições para a libertação do embaixador. O texto do *Manifesto*, redigido por Franklin Martins, sofreu pequenas modificações, a partir de sugestões de alguns deles e de Câmara Ferreira. Em seguida, passou-se à confecção da lista dos presos a serem libertados. Tendo sido consenso que tivesse um caráter amplo, contendo integrantes de vários partidos políticos e organizações revolucionárias. A proposta foi aceita por Câmara Ferreira, com entusiasmo. Pontuou ainda Benjamin que a relação dos presos políticos fosse aberta com o nome de Gregório Bezerra, veterano militante comunista, que estava preso desde 1964 e que enfrentara as torturas sofridas com bravura.[280]

---

[279] BENJAMIM, Cid. Entrevista cedida ao Instituto Humanitas Unisinos, 2007. Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/8497-documentario-hercules-56entrevista-com-o-diretorsilvio-da-rin.Acesso em 30 out. 2024.

[280] BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**, Op.cit., p.109.

A espera da saída do embaixador Charles Elbrick da sua residência, no dia da sua captura, foi demorada. Detalhou Cid Benjamin:

> O fato de não ter saído de casa na parte da manhã, no dia do sequestro, não foi o único imprevisto. Em meio à espera na Rua Marques, recebemos o aviso de dois companheiros que estavam na esquina com São Clemente, José Sebastião Rios de Moura e Sérgio Rubens de Araújo Torres. O jornal elevado acima da cabeça significava que o alvo se aproximava. Franklin que dirigia o Volkswagen em que eu estava como copiloto, portando uma metralhadora Ina, simulou estar manobrando para estacionar uma vaga da rua Marques. Com isso fechava a passagem. Eis que de repente, vemos novos sinais, desesperados, de Rios e Sérgio Rubens. Não era o embaixador norte-americano que vinha, mas outro carro diplomático muito parecido. Por pouco o embaixador português não foi levado por engano. Seria um prato cheio para piadas.[281]

Segundo ainda Cid Benjamin, somente no início da tarde, os militantes das duas organizações revolucionárias retomaram suas posições de ação. Por volta das 14 horas, surgiu o carro do embaixador, que teve a passagem bloqueada pelo veículo Volks e a captura de Elbrick foi fácil.

> As portas do carro diplomático sequer tinham trancas. Cláudio Torres entrou pelo lado esquerdo, pôs na cabeça seu quepe e assumiu o volante do carro. Virgílio foi pela outra porta, mantendo o motorista entre os dois. Atrás, entraram Cirilo e Paulo de Tarso, deixando Elbrick no meio. Efetuada a captura, partimos. O nosso carro à frente, o carro do embaixador em seguida e um terceiro, de cobertura, dobraram, à esquerda, na rua Capistrano de Abreu e, depois, na Conde de Irajá, pegando de novo a São Clemente. Depois do Quartel dos Bombeiros da rua Humaitá, entramos à direita na Vitória da Costa, passando por cima do túnel Rebouças. Já na rua Maria Eugênia, abandonamos o carro oficial e passamos o diplomata para o chão da Kombi que ficava normalmente no aparelho da rua Barão de Petrópolis e era usada para transportar estoque de papel e material impresso. Nesse momento, Elbrick se assustou, talvez achando que seria morto, e tentou se atracar com Jonas, mas uma coronhada de Cirilo o fez aquietar-se. Ficou com a testa cortada e a camisa manchada de sangue.[282]

A ação da captura do embaixador apresentou também suas falhas e Cid Benjamin destaca uma delas. O motorista Custódio Abel da Silva, que dirigia o Cadillac preto, de placa CD-3, ocupado pelo embaixador Elbrick, deveria ser posto para dormir, com o uso clorofórmio embebido num lenço. Mas, no momento, o responsável por neutralizá-lo não se lembrou da providência, e ele foi solto na rua. Assim, viu o embaixador sendo levado numa Kombi. Para Benjamin, esta situação acabou ajudando as investigações pelos agentes da repressão.[283]

> Eu tinha conseguido clorofórmio dois dias antes com a minha mãe, química do Laboratório Nacional de Análise do Ministério da Fazenda. Claro que ela não sabia a que esse destinaria. Mas as notícias nos jornais no dia seguinte a

---

281 Ibid., p.111.
282 Id., pp.111-112.
283 Idem., p.112.

> respeito de um vidro de clorofórmio abandonado no carro do embaixador fizeram com que ela deduzisse que eu estava envolvido no sequestro, como conta em seu livro "*Ofício de mãe"*[284]*,* escrito em 1982.[285]

Foi uma ação de captura ágil e rápida, pois 10 minutos depois de atravessar o túnel Rebouças, os militantes estavam com Charles Elbrick no "aparelho" da rua Barão de Petrópolis. No carro do diplomata foi deixado o *Manifesto*, cuja publicação em jornais e revistas, leitura nas rádios e TVs era uma das condições para libertação do embaixador. Nele estava a informação, também, que os guerrilheiros urbanos divulgariam os nomes dos presos a serem soltos logo que os militares se comprometessem publicamente a aceitar as condições impostas por eles.[286] Para Cid Benjamin, "a sorte estava lançada". Os guerrilheiros consideraram que a mais espetacular ação da guerrilha urbana no Brasil tinha sido realizada.

O texto do *Manifesto* na sua abertura contestava a ditadura e ameaçava de justiçamento os carrascos e torturadores dos presos políticos.

> Grupos revolucionários detiveram hoje o Sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde o mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados, ocupação, armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura, invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo, explosões de prédios que simbolizam a opressão, e o justiçamento de carrascos e torturadores.

Anunciava que era um ato da guerra revolucionária a captura do embaixador e que seria possível vencer a ditadura.

> Na verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural. Com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza de vitória para o meio dos explorados.

O *Manifesto* denunciava que Elbrick representava os interesses do imperialismo, com o apoio de um regime de opressão e exploração do povo brasileiro.

> O Sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes

---

[284] O livro *Ofício de Mãe* - A saga de uma mulher foi escrito por Iramaya Benjamin e publicado em 1982 pela Editora Marco Zero.

[285] BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**, Op.cit, p.112.

[286] Ibid., p.112.

> banqueiros nacionais, mantêm o regime de opressão e exploração. Os interesses desses consórcios, de se enriquecerem cada vez mais, criaram e mantêm o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta e a repressão institucionalizada. Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta.

Como a captura do embaixador ocorreu na Semana da Pátria, os guerrilheiros urbanos contestavam as comemorações promovidas pela ditadura, para esconder a vida de miséria, exploração e repressão que viviam os brasileiros.

> A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifício e prega cartazes. Com isso ela não quer comemorar coisa nenhuma; quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão que vivemos. Pode-se tapar o sol com a peneira? Pode-se esconder do povo a sua miséria, quando ele a sente na carne?

Ameaçavam alertando que a vida e a morte do embaixador estavam nas mãos da ditadura. Se fossem atendidas suas exigências, Elbrick seria libertado. Caso contrário, iriam cumprir a justiça revolucionária.

> Na Semana da Independência, há duas comemorações: a da elite e a do povo, a dos que promovem paradas e a dos que raptam o embaixador, símbolo da exploração. A vida e a morte do Sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ele atender a duas exigências, o Sr. Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária.

Os guerrilheiros faziam três exigências a ditadura para a libertação do embaixador.

> a) A libertação de 15 prisioneiros políticos. São 15 revolucionários entre milhares que sofrem torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses 15 homens, líderes da luta contra a ditadura. Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração. b) A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país. c) Os 15 prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial, até um país determinado — Argélia, Chile ou México —, onde lhes seja concedido asilo político. Contra eles não devem ser tentadas quaisquer represálias, sob pena de retaliação. A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos 15 líderes revolucionários e esperaremos 24 horas por seu transporte para um país seguro. Se a resposta for negativa, ou se não houver resposta nesse prazo, o Sr. Burke Elbrick será justiçado. Os 15 companheiros devem ser libertados, estejam ou não condenados: esta é uma "situação excepcional". Nas "situações excepcionais", os juristas da ditadura sempre arranjam uma fórmula para resolver as coisas, como se viu recentemente, na subida da Junta Militar.

O *Manifesto* finalizava advertindo que as conversações entre os revolucionários e a ditadura deveriam ser públicas e oficiais e que os prazos seriam improrrogáveis.

Exigiam o fim das torturas, espancamentos e mortes de seus companheiros, o que consideravam como prática odiosa. Sendo o último aviso. “Agora é olho por olho, dente por dente.”

> As conversações só serão iniciadas a partir de declarações públicas e oficiais da ditadura de que atenderá às exigências. O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisto por nossa parte. Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas. Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente.
> Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

É preciso esclarecer aqui como foi que a Dissidência Guanabara (DI-GB) passou a ser denominada de Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) definitivamente, quando da captura do embaixador estadunidense Charles Elbrick.

No dia 27 de julho de 1969, os veículos de comunicação do Sul do país informavam, em suas edições, que a Marinha, o DOPS e o Grupo de Operações Especiais da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, haviam localizado 29 membros do Movimento Revolucionário Oito, assim denominado em “homenagem ao aniversário da morte de Ernesto ‘Che’ Guevara”, em 8 de outubro de 1967.” A Dissidência Comunista de Niterói a organização de Niterói. O jornal *Estado de São Paulo,* em sua edição de 27 de julho, destacava a operação e informava que foram localizados 29 “aparelhos” (apartamentos e casas) estourados pela Polícia em ocasiões diversas:

> [...] os aparelhos compostos de casas de casas e apartamentos, localizavam - se: 18 na Guanabara, 5 no Estado do Rio de Janeiro e 6 no Estado do Paraná. A medida que as autoridades policiais realizavam a prisão dos membros do MR-8, iam apreendendo farto material que pode ser assim relacionado: plantas de planos destinados a assaltos aos Bancos Nacional e Brasileiro (Rio) e Banco do Brasil, Florianópolis, Ribeirão Preto e Bauru, cujos assaltos não chegaram a ser realizados [...] grande quantidade de armas, inclusive uma metralhadora “Ina”, calibre 45, grande quantidade de munição, revistas, livros e apostilhas de caráter subversivo. Os livros de cabeceiras do grupo eram “Textos Libertários” de Mão Tse-tung; textos de Ernesto Che Guevara e “Análise Crítica da Teoria Marxista de Louis Althouser.[287]

A cobertura jornalística do *Estado de São Paulo* informava ainda que continuavam as buscas destinadas a localizar três homens e uma mulher, que, de acordo com as informações obtidas pelos órgãos de segurança,

---

[287] *FOLHA DE SÃO PAULO*, 27 de julho de 1969, p.5.

> completaria a célula subversiva do MR-8, da qual já teriam sido presos 29 membros, que estavam detidos na Ilha das Flores. Os foragidos, integrantes do MR-8 eram Josef Bartolo, "Paulo", Mauro Fernandes Souza, o "Silas", Ronaldo Pinheiro, "o Luís" e Zenaide Machado, a "Andréia".[288]

As reportagens da mídia impressa e eletrônica, com uma cobertura e divulgação em nível nacional, estavam creditando que a ditadura havia colocado fim a mais uma organização de esquerda.[289]

Mas, a Dissidência Guanabara (DI-GB), segundo seu ex-militante Claudio Torres revelou no filme-documentário *Hércules 56*[290], que a organização tinha realizado algumas ações e até mesmo uma expropriação de valores financeiros, em um banco, assumindo a ação como sendo MR-8. Ainda nesta produção fílmica, Claudio Torres detalha que, ao assumir a denominação Movimento Revolucionário Oito de Outubro-MR-8, "nome que não era nosso", a organização DI-Guanabara queria demonstrar para a ditadura que "a guerrilha estava viva".

Para detalhar sobre assumir a denominação MR-8, trago as informações prestadas por Franklin Martins:

> Na hora de assinar o manifesto, o pessoal da ALN perguntou: "Como é que vocês assinam? Dissidência Comunista? Mas isso não quer dizer nada!" [...] Então, dissemos: "Vamos assinar MR-8." Por quê? Porque existia uma organização revolucionária que tinha sido dizimada pela polícia meses antes [...] tinha sido formada na sua origem por militantes da Dissidência Comunista do Rio de Janeiro, um pessoal que era da UFF [Universidade Federal Fluminense]. O principal líder deles, o Reinaldo Pimenta, tinha sido assassinado. Primeiro, a ditadura tinha se vangloriado de ter destruído o MR-8, que o MR-8 não existia mais. [...] Então, resolvemos colocar este nome. E foi também uma forma de prestar homenagem ao pessoal que tinha sido morto ali. Não era para ser MR-8, mas esse nome acabou ficando, o MR-8 mesmo era aquela outra organização; nós éramos a Dissidência Comunista da Guanabara, a dissidência do setor universitário do Partido Comunista da Guanabara, uma coisinha desse tamanho, com, no máximo, 70 militantes. Passamos a ser chamados de MR-8 a partir dali.[291]

Escolhemos o *Jornal do Brasil* para destacar a cobertura do sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick na imprensa, pelo fato que foi o veículo de comunicação escolhido pelos militantes da ALN e do MR-8 para estabelecer as comunicações entre eles e a ditadura, e até mesmo o envio dos bilhetes de Elbrick para sua esposa Elvira. Além disso, seus repórteres foram os primeiros a chegar à casa que serviu de cativeiro para o diplomata, após a libertação da autoridade norte-americana.

---

288 Ibid.,p.5.

289 Id., p.5.

290 *Hércules 56* o filme/documentário disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sX5vYUdpnZ8&t=16s. Acessado em abr. 2024.

291 MARTINS, Franklin, Op. cit., p.23.

Na mesma noite da ação revolucionária dos guerrilheiros urbanos, a Junta Militar anunciava que, "por razões humanitárias", aceitava as exigências. Para uma cobertura legal à saída dos presos, foi editado o Ato Institucional nº 13, publicado no dia 5 de setembro de 1969, no Diário Oficial da União, criando a pena de banimento perpétuo do país, à qual seriam "condenados" os presos libertados.

> **ATO INSTITUCIONAL Nº 13, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969**.
>
> Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências.
> **OS MINISTROS DE ESTADO DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR**, no uso das atribuições que lhes confere, o art. 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:
> Art. 1º - O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional.
> Parágrafo único - Enquanto perdurar o banimento, ficam suspensos o processo ou a execução da pena a que, porventura, esteja respondendo ou condenado o banido, assim como a prescrição da ação ou da condenação.
> Art. 2º - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como os respectivos efeitos.
> Art. 3º - Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
> Brasília, 5 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.
> AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
> AURÉLIO DE LYRA TAVARES
> MÁRCIO DE SOUZA E MELLO[292]

Segundo relato de Cid Benjamin, na manhã do dia seguinte, 5, uma sexta-feira, o militante Fernando Gabeira, por ser morador da casa que servia de "aparelho" onde estava capturado o embaixador Charles Elbrick, deixou a residência, levando a lista dos presos políticos[293] que deveriam ser libertados.[294] A lista foi deixada na loja 2 da rede de Supermercado Disco. Além da lista dos presos políticos, o envelope branco também continha um bilhete do embaixador Elbrick para sua esposa Elvira.

---

[292] ATO INSTITUCIONAL Nº 13, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-13-69.htm. Acessado em 31 de out. 2024.

[293] A lista dos 15 presos políticos libertados pela ditadura, no final das negociações foram Gregório Bezerra (líder comunista), Vladimir Palmeira (líder estudantil). José Ibrahim (líder operário de Osasco), Ivens Marchetti (arquiteto carioca), Flávio Tavares, (jornalista), João Leonardo Rocha (advogado baiano que atuava em São Paulo), Ricardo Zaratini (estudante carioca), Mário Roberto Galhardo Zanconato, "Chuchu" (estudante de medicina mineiro), Onofre Pinto (ex-sargento do Exército de São Paulo), Maria Augusta Carneiro (líder estudantil carioca), Luís Travassos (líder estudantil), José Dirceu (líder estudantil), Argonauta Pacheco (ex-parlamentar paulista), Rolando Fratti (operário paulista) e Ricardo Villas-Boas (estudante carioca).

[294] BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**: Memórias de um militante.1ª. ed.-Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013, p.113.

> Deixou na caixa de correspondência de um supermercado, no Leblon, a lista dos presos a serem soltos. Em seguida, telefonou para o *Jornal do Brasil* dando a indicação. Era nossa intenção que a imprensa tivesse em mãos a relação antes dos militares. Isso diminuiria o risco de represálias.[295]

O veículo de comunicação da mídia impressa, *Jornal do Brasil*, em sua edição da sexta-feira, 5 de setembro de 1969, tinha como manchete de capa: "Governo fixa hoje sua posição sobre o sequestro." Na página 5, o veículo de comunicação destacava no título: "Governo divulga mensagem dos sequestradores pela TV" e no corpo do texto informa a posição do Governo:

> A posição do Governo diante do sequestro do embaixador Charles Elbrick será divulgada hoje em nota oficial redigida pelos ministros Magalhães Pinto e Gama e Silva. A decisão foi tomada ontem à noite, em reunião com a Junta do Governo no Itamarati.
> Nesta reunião decidiu liberar a mensagem deixada pelos sequestradores, mais nada foi dito por uma das exigências para que o embaixador dos Estados Unidos seja posto em liberdade: a libertação de 15 presos políticos, ainda não nomeados, que devem ser conduzidos ao México, Chile ou Argélia como exilados.[296]

A decisão de dar publicidade à nota foi tomada durante uma reunião dos ministros militares com o chanceler Magalhães Pinto, o ministro Gama e Silva, o general Jaime Portela e o chefe do SNI, Carlos Alberto Fontoura, no Itamarati. Abaixo desta abertura estava o *Manifesto* da ALN e do MR-8 na íntegra.[297]

No dia seguinte, o *Jornal do Brasil,* em sua manchete de capa da edição do sábado, 6 de setembro de 1969, informava: "Conselho de Segurança examina situação amanhã". O título da página três, destacou: "Lista de presos a libertar encampa vários grupos". Trazia também os bilhetes e não cartas, que foram escritos em inglês pelo embaixador Charles Elbrick para sua esposa Elvira. Num box, à direita da reportagem, uma outra informação das agências noticiosas *AP-UPI e JB*, que os governos chileno e mexicano aceitaram conceder asilo políticos aos presos brasileiros que seriam trocados pelo embaixador. O teor dos dois bilhetes foi transmitido à Sra. Elbrick pelo *Jornal do Brasil,* que as recolheu em dois pontos da cidade, após telefonemas anônimos dos sequestradores para a redação do jornal.

> O conselho de Segurança Nacional está convocado para se reunir esta manhã, às 9h30m, a fim de examinar a situação brasileira. [Às 13h30m de ontem, na presença do ministro Gama e Silva, o chanceler Magalhães Pinto anunciou a decisão governamental de aceitar as condições propostas pelos

---

[295] Ibid., p.113.
[296] *JORNAL DO BRASIL.* Ano LXXIX, edição 129, sexta-feira, 05 de setembro de 1969. Rio de Janeiro. Manchete de capa da edição.
[297] *JORNAL DO BRASIL.* – Ano LXXIX - Nº 129. Rio de Janeiro, sexta-feira 05 de setembro de 1969, p.5.

> sequestradores, frisando que se visava impedir o sacrifício do embaixador norte americano.][298]

No primeiro bilhete, encontrado numa das caixas de esmolas da Igreja Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado. Está escrita em inglês e tem a seguinte tradução:

> Querida Elvira.
> Estou bem e espero ser libertado e vê-la em breve. Por favor não se preocupe. Também procuro fazer o mesmo. As autoridades brasileiras foram informadas das exigências feitas pelas pessoas que me detêm. Não devem tentar me localizar, o que poderia ser perigoso, mas se apressarem em satisfazer as condições impostas para a minha libertação. Este pessoal, sem dúvida, é muito decidido. Todo o meu amor querida – esperando que breve estaremos juntos.
> Burke[299]

Após um telefonema anônimo, às 15h32m, para a chefia de Reportagem da Rádio *Jornal do Brasil,* os repórteres do *JB* encontraram, às 16 horas, uma outra mensagem dos militantes da ALN e do MR-8, com os nomes dos 15 presos políticos que seriam libertados e um bilhete do Sr. Elbrick para sua esposa.

> A mensagem e a carta estavam dentro de um envelope na caixa de sugestão para o programa de televisão *Cariocas e Paulistas*, na entrada do Supermercado Disco, na esquina da avenida Ataulfo Paiva com a rua João Lira. O envelope branco estava com a ponta para o lado de fora da urna e foi facilmente retirado pelo repórter do JB.[300]

No segundo bilhete de Elbrick para sua esposa, que foi encontrado numa caixa coletora de correspondência, do Supermercado Disco, no Leblon, o embaixador Elbrick manifestava satisfação pelo encaminhamento que o Governo brasileiro deu à questão. Ele se manifesta assim:

> Querida Elvira.
> Acabei de ser informado que o governo aceitou as condições das pessoas que me têm em seu poder. Esta é uma notícia muito boa, porque significa que serei sôlto (**sic**) tão logo seja confirmado que os 15 prisioneiros chegaram no México. Espero estar com você, muito breve. Com todo o meu amor,
> Burke.[301]

Cid Benjamin revelou alguns detalhes que ocorreram durante a permanência do embaixador Charles Elbrick, na casa do bairro de Santa Tereza. Contou que sem que o diplomata tivesse percebido, gravaram algumas das conversas mantidas com Elbrick. Num desses diálogos, o norte-americano elogiava o trabalho de dom Helder Câmara.

---

298 *JORNAL DO BRASIL.* – Ano LXXIX - Nº 130 - sábado, 06 de setembro de 1969, p.1.
299 Ibid., 1º Caderno. Sequestro p.3.
300 Id., p.3.
301 Idem., p.3.

Contou mais: que o embaixador era contrário à censura à imprensa e à tortura de presos políticos.

> Essas gravações, às quais tencionávamos dar uso político, caíram nas mãos da repressão. E foram tratadas como segredo de Estado. Quando eu estava sob tortura, um dos militares perguntou sobre elas. Vi a chance de poder discorrer a respeito do assunto e, com isso, interromper os choques elétricos. Quando comecei o relato, o tenente Magalhães voltou a me espancar afirmando que eu mentia. Outro oficial interferiu, dizendo:
> _ Não, não, deixa ele falar. Parece que era isso mesmo.[302]

Até mesmo charutos foram dados ao embaixador Elbrick, além de terem lhe presenteado com o livro *Poemas do cárcere*, de Ho Chi Min, edição em português. Franklin Martins escreveu a dedicatória: "Ao nosso primeiro prisioneiro político, com os cumprimentos pela forma digna como se comportou. Assinado: ALN e MR-8". Contou Cid Benjamin que assim fizeram para manter uma boa relação com o embaixador.[303] "Fui muito bem-tratado. Eles até me deram uns charutos e lavaram a minha camisa", disse aos jornais.[304]

Com a libertação dos 15 presos políticos pela ditadura, era a vez das duas organizações da esquerda revolucionária cumprirem a negociação pela liberdade de Charles Elbrick. A ALN e o MR-8 já tinham a confirmação da chegada dos presos políticos ao México. "A bola voltou a ficar conosco. Tínhamos que libertar Elbrick e tratar de escapar ilesos."[305]

No domingo, dia 7 de setembro, segundo Cid Benjamin, tomou-se a decisão pela saída da casa, de Santa Tereza, dos militantes Câmara Ferreira pela ALN e, Fernando Gabeira e Antônio de Freitas, "Baiano", do MR-8. Eles não eram quadros militares das organizações. Havia a possibilidade de um confronto entre os agentes da ditadura e os militantes que ficariam na casa, até a saída do embaixador americano: "no caso de Câmara Ferreira havia a questão de sua importância como dirigente da ALN. A rigor não deveria sequer ter ficado no cativeiro. Como a casa não estava cercada, mas apenas vigiada de longe pelo Cenimar, todos saíram sem problemas."[306]

Uma das falhas cometidas pelos militantes na ação revolucionária da ALN e do MR-8, ainda no interior da casa, foi destacada por Cid Benjamin. Isto resultou nas

---

302 BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**: Memórias de um militante.1ª. ed.- Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013, p.117.
303 Ibid., p.116.
304 *JORNAL ÚLTIMA HORA*, edição de oito de setembro de 1969. In. BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**: Memórias de um militante.1ª. ed.- Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013, p. 117.
305 BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida,** Op., cit., p.118.
306 Ibid., pp.118-119.

primeiras prisões dos que tomaram parte da captura e na manutenção de Charles Elbrick no cativeiro.

> Cláudio Torres pediu a Gabeira que levasse seu paletó, confeccionado sob medida num alfaiate, pois, a partir dele, poderia ser identificado. Por descuido, o paletó foi esquecido e apreendido pelo Cenimar. O alfaiate foi interrogado, e Claudio, que tinha vida legal, acabou preso em casa na noite seguinte.
> Baiano, por sua vez, cometeu uma imprudência, fruto da inexperiência na vida clandestina. Recebeu certa quantia em dinheiro e a orientação de buscar um quarto para alugar nos classificados de um jornal. Mais tarde encontraria a organização num ponto de rua. Viu alternativas de quartos a alugar e levou consigo os endereços recortados, mas deixou o jornal com os buracos nas páginas numa lata de lixo. O Cenimar o procurou nos endereços que faltavam nos jornais recortados, e ele foi preso.[307]

Na tarde do domingo, tomou-se a decisão de libertar o embaixador Charles Elbrick. Cid Benjamin detalhou como comemoraram as ações da ALN e MR-8, que, segundo ele, submeteram a ditadura a uma enorme humilhação.

> O diplomata foi no banco de trás de um primeiro carro, dirigido por Cláudio Torres, no qual estava Virgílio. Num carro de cobertura dirigido por mim, levávamos duas metralhadoras e granadas caseiras. Não confiava muito nestas últimas e achei ótimo que não tivéssemos precisado usá -las. Neste segundo carro estavam Manoel Cirilo, Franklin e Salgado. Atrás de nós, veio a Rural-Willys do Cenimar.
> Meia hora depois, com o embaixador libertado nas cercanias do Maracanã, nos encontramos num ponto previamente marcado na rua Haddock Lobo, na Tijuca, e festejamos o sucesso da empreitada. [...] Além da libertação dos presos, obtivemos a mais ampla divulgação do manifesto e submetemos a ditadura a uma enorme humilhação, passando, inclusive para o país, a imagem de uma força que a guerrilha não dispunha.[308]

No entendimento de Cid Benjamin, a operação de captura do embaixador Charles Elbrick, sem dúvida para eles do MR-8, foi um divisor de águas, uma vez que a partir dali eles entraram na "alça de mira dos órgãos de repressão como um dos seus prioritários".[309]

A pesquisa levantou que cerca de 11 militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) deixaram o Sul do país e vieram em recuo para a Bahia. Incluem-se entre eles Lúcia Murat de Vasconcelos, João Salgado, Solange Lourenço Gomes, Eliana Gomes de Oliveira, Cesar Queiroz Benjamin, Marcos Dantas Loureiro, Félix Escobar e Nilson Venâncio. Zequinha Barreto, que era do VPR em São Paulo, veio também para a Bahia, onde militou na VAR-Palmares, em Salvador, por pouco tempo, ingressando depois no MR-8.

---

307 Ibid., p.119.
308 Id., pp.120-121.
309 Idem., p.122.

Sobre o recuo de João Salgado para a Bahia, é preciso entender que a captura do embaixador americano Charles Elbrick implicou em consequências para as organizações ALN e MR-8. Ocorreram constantes cercos e caças aos seus militantes, prisões, torturas e até mortes, principalmente para os que estiveram envolvidos na ação revolucionária. A situação exigiu um recuo estratégico dos militantes. Eles tiveram que ficar "entocados" em aparelhos, enquanto outros fizeram a opção de deixar clandestinamente o país. A captura do embaixador, além de objetivar libertar companheiros que estavam presos, sendo torturados, tinha também a finalidade de tornar públicas, em nível nacional, as torturas contra os militantes das organizações de esquerda nos presídios, pelos agentes da ditadura. Mas, também visava tornar de conhecimento do povo brasileiro as conquistas que a luta armada vinha obtendo.

> O rapto, ideia desenvolvida dentre os quadros do MR-8, visava um duplo objetivo: por um lado, deveria divulgar os feitos da luta armada, rompendo a censura, demonstrando a possibilidade de enfrentamento ao regime. Por outro, intentava libertar presos políticos em troca da vida do embaixador. Pelo prisma desses objetivos táticos, a ação foi um sucesso incontestável. A ditadura cedeu às exigências, com a divulgação do manifesto nos principais meios de comunicação e libertação dos 15 presos políticos pedidos. No entanto, a partir daquele momento, os militares contra -atacariam, com uma política repressiva mais articulada e eficaz, amparada em uma legislação ma is rígida, como a nova Lei de Segurança Nacional[310], que, entre outros fatores, instituía a pena de morte para crimes políticos[311].

Houve um contra-ataque do estado ditatorial, trazendo para a ditadura resultados práticos em curto prazo. Pelo MR-8, Cláudio Torres, dirigente da organização e participante da captura do embaixador Charles Elbrick, foi preso no dia 9 de setembro de 1969. Pela ALN, resultados mais desastrosos. Virgílio Gomes da Silva, comandante militar da operação, foi capturado pelos agentes da repressão no dia 29 do mesmo mês, resultando em severas torturas que o levaram à morte no mesmo dia. Além dele, pela ALN, "caíram" Paulo de Tarso e Manoel Cyrillo. Como se não bastasse, o final do ano de 1969 traria uma outra grande perda para as organizações armadas. O principal líder da ALN, vanguarda no processo de ruptura com o PCB e adesão à luta armada, Carlos Marighella, acabou assassinado em uma emboscada realizada pelo delegado Sérgio Fleury, em São Paulo, em 4 de novembro.[312]

---

[310] Para maior profundidade a respeito do desenvolvimento da estrutura repressiva de Estado imposta pela ditadura, cf. Fico (2001).

[311] CODARIN, Higor. (2019). Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1971). *Diálogos*, *23*(2), p.150.

[312] Ibid., p.150.

Imerso nesse contexto, o MR-8 teve de se retrair. A totalidade dos militantes passou a viver na clandestinidade. A organização voltaria às atividades somente no início de 1970. João Salgado, também participante da ação do MR-8, altamente procurado pela repressão, foi deslocado para a Baixada Fluminense, com objetivo de auxiliar Felix Escobar na arregimentação política, mas também para diminuir as possibilidades de ser preso. Escobar levou Salgado para a região da Fazenda São Lourenço, ficando hospedado na casa de Francisco José da Silva, que havia sido presidente da Associação de Lavradores de Duque de Caxias no biênio de 1961-1962, participante dos levantes na fazenda São Lourenço.[313]

Em entrevista para Vera Sílvia Magalhães e Daniel Aarão Reis Filho, João Salgado retratou qual foi sua primeira impressão ao chegar à área. Com as recomendações de Felix, pôde desenvolver um trabalho político na região. Porém, os militares acompanhavam o cotidiano da localidade, que havia sido palco de grandes mobilizações dos trabalhadores:

> Lá no campo ele [*Félix*] foi logo me dizendo: "Olha, a melhor forma de você ficar aqui é você chegar com alguma coisa... pelo menos ser empreiteiro. Nós arranjamos umas pessoas para trabalhar pra você". Realmente, arranjou umas duas pessoas que trabalhavam.[314]

Salgado contou como era o seu dia a dia, na fazenda São Lourenço, junto aos trabalhadores no corte de cana.

> Realmente, arranjou umas duas pessoas que trabalhavam. Umas semanas depois, comecei a participar. Até para ficar parecido com eles. [...] A área demonstrou que tinha um potencial grande. A rede que ele [Félix] tinha demonstrava um potencial muito grande. Era tudo muito 'queimado'. [...] nós víamos que a polícia estava presente. Tanto é que detectou minha presença lá. Nos deslocamos para a serra, ficamos clandestinos no meio do mato. [...] lá eu tenho um contato com um moço da serra, posseiro plantador de bananas. Ficamos no mato e o moço nos deu apoio.[315]

Assim, a organização MR-8 buscava uma nova composição de militantes nas figuras de Felix e João Salgado, para influir na mobilização de trabalhadores na perspectiva da luta armada. Contudo, outras organizações também tentavam, no mesmo período, realizar um trabalho na região, mas com perspectivas distintas. Segundo

---

313 BNM 190/71, p.96.

314 SALGADO, João Lopes. Entrevista cedida a Daniel Aarão Reis e Vera Sílvia Magalhães, 17 de julho de 1988. In: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, caixa 02, doc. 28.

315 Ibid., p.60.

depoimento atribuído a Francisco José da Silva, a Frente de Libertação Nacional (FLN) o procurou para ingresso na organização, fato que negou.[316]

Salgado ofereceu para seus entrevistadores mais detalhes sobre a perspectiva de atuação da FLN. Segundo ele, um dos membros dessa organização lhe relatou que a área seria utilizada para guardar embaixadores capturados, contrariando a perspectiva de trabalho político do MR-8. Francisco José da Silva teria ficado apreensivo com a atuação daqueles militantes da FLN na área:

> O Chico disse pra mim: "essa coisa vai feder". Andavam armados, de jipe para cima e para baixo com o revólver no corpo. Tivemos uma reunião com eles. Nessa reunião eles disseram: "Bom, vocês chegaram depois." Eu argumentava que ali era uma área de trabalho político importante, tinha muita massa e não seria bom fazer um "aparelho" para sequestrar ninguém, pedi para que ele analisasse com a direção, dizendo que o trabalho político seria longo, que estávamos ali há vários meses. Ele me respondeu: "Não, aqui é uma área militar".[317]

Diante de uma situação de perigo, correndo risco de ser preso por agentes da repressão, João Salgado teve de fugir da área, voltando para a Guanabara, deixando para trás o trabalho desenvolvido na fazenda São Lourenço juntamente com Félix Escobar.[318] Apesar de, neste momento, ser procurado em diversas regiões da Baixada Fluminense, Felix Escobar continuou o processo de reorganização dos militantes envolvidos nos levantes pela posse da terra, tentando agregá-los ao MR-8. Em meados de 1970, já havia recrutado dois novos militantes para a organização: Nilson Venâncio e José Gomes Teixeira, ambos de Duque de Caxias. Nilson, trabalhador da FNM, também havia participado dos levantes contra o despejo na fazenda São Lourenço.[319]

2.2 O outro MR8

Foram duas organizações, com a mesma denominação, MR-8. A Dissidência Interna do Rio de Janeiro (DI-RJ), era integrada por militantes e simpatizantes, na sua maioria estudantes, que romperam com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e passaram a integrar a Dissidência Interna do Rio de Janeiro (DI-RJ), surgida em Niterói. E a outra era Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), que já abordamos acima, sobre a sua origem como organização de esquerda, no confronto contra o Golpe de 1964 e a ditadura.

---

316 BNM 190, p.95.
317 Ibid., pp.62-63.
318 BNM 231, p.442.
319 CODARIN, Higor. (2019). Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1971). *Diálogos*, *23*(2), p.152.

Aluízio Palmar[320], que conta que desde o golpe de 1964 esteve envolvido no debate sobre a linha política a ser seguida e que em função da luta interna no PCB, os setores universitários e secundaristas romperam com a posição nacional do partido. Acrescentando mais detalhes, que passaram a contar com o "apoio de operários navais e começaram a caminhar em direção a etapa socialista da revolução brasileira e a luta armada".[321]

No entendimento de Aluízio Palmar foi a partir deste confrontos entre os estudantes e a direção do PCB em vários estados do país, que a situação foi sendo radicalizada e as dissidências do PCB, em vários estados, começaram a defender que a revolução não seria nacional-democrática, nem nacional popular, mas sim socialista, e que para fundamentar suas posições, passaram a fazer uso da obra de Caio Prado Júnior, "A revolução Brasileira",[322] livro lançado em 1966, era uma crítica incisiva à tese do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional anti-imperialista. Além da fazer uso da base teórica de "A revolução Brasileira", segundo Palmar, os dissidentes de Niterói também discutiam a experiência revolucionária de Cuba, para defender que era possível fazer a revolução socialista a partir do foco guerrilheiro. Também através dos escritos de Che Guevara, tiveram influência nas posições dos dissidentes, mas o "livro "Revolução na Revolução", de 1967 do teórico francês Régis Debray, foi decisivo na tomada de posição pela implantação do foco guerrilheiro".[323]

A escolha do nome da organização da esquerda armada, para substituir a Dissidência Interna do Rio de Janeiro (DI-RJ), ocorreu por ocasião de "um assalto a

---

[320] Aluízio Ferreira Palmar, nasceu em 24 de maio de 1943, em São Fidélis, Rio de Janeiro Estudou Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense. No processo de esfacelamento do PCB após o golpe, Aluízio, juntamente com Milton Gaia Leite, Nielse Fernandes, Umberto Trigueiros Lima e Iná Meirelles, formou a Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), mais tarde batizada de MR-8, o primeiro surgido em Niterói. Seguindo a orientação foquista (guevarista) do MR-8, Palmar se deslocou para o oeste paranaense a de averiguar o terreno e organizar a Resistência à ditadura Militar no Paraná. Por consequência da sua militância revolucionária foi preso e banido do país, após ter sido trocado pelo Embaixador da Suíça no Brasil, juntamente com outros 69 presos políticos. Depois de passar oito anos entre o exílio e a clandestinidade, deu início, após a Anistia Política, a carreira jornalística. Na prisão, Palmar tentou o suicídio temendo não resistir às torturas. Porém, apesar de sua resistência, um grupo de quatro membros do MR-8 foi preso no interior do Paraná. Com essas prisões e outras ocorridas no Rio de Janeiro o velho MR8 caiu.

[321] PALMAR, Aloízio. **Falando um pouco de mim**. Disponível em:https://documentosrevelados.com.br/falando-um-pouco-de-mim-2/. Acessado em 22 de abr. 2025.

[322] PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

[323] Nós conhecíamos a teoria do foco através dos escritos de Che Guevara, mas foi a fotocópia de um livrinho mimeografado que o Umberto Trigueiros Lima conseguiu com o pessoal da Polop e me entregou certo dia no campo de São Bento, em Niterói, que suscitou nosso entusiasmo para "subir a serra". PALMAR, Aloízio. Falando um pouco de mim. Disponível em:https://documentosrevelados.com.br/falando-um-pouco-de-mim-2/. Acessado em 22 de abr. 2025.

banco, foi batizada de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), homenagem à data em que Che Guevara foi capturado e morto na Bolívia, em 1967".[324]

Contou Palmar que ao receber a fotocópia de um livrinho mimeografado, a "Revolução na Revolução" que o Umberto Trigueiros Lima conseguiu "com o pessoal da Polop e me entregou certo dia no campo de São Bento, em Niterói, que suscitou nosso entusiasmo para "subir a serra". E disse mais: que sentou-se num banco da praça, fazendo uma leitura de supetão de toda a brochura e depois falou para Umberto Trigueiros Lima

> É isso aí, está tudo escrito aqui. Debray havia resumido e sistematizado da seguinte forma a teoria guevarista: o foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa e ataques relâmpagos às forças do Exército. Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocariam da região inicial, levando a luta armada a outras regiões. Outra novidade foi a idéia (**sic**) da primazia do fator militar sobre o fator político e da prioridade do foco sobre o partido.[325]

Com o codinome "André", Aluízio Palmar participou de ações que "expropriaram" fuzis de unidades militares no Rio de Janeiro. Posteriormente foi designado pelo MR8 para comandar um grupo armado no Oeste do Paraná, criando focos de guerrilha. O MR8 chegou a comprar dois sítios, administrados por Palmar, que serviriam de QG para os novos guerrilheiros. O militante Aluízio Palmar revelou que sua opção pela luta armada se efetivou no ano de 1967, quando abandonou a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal Fluminense, onde cursava Ciências Sociais e foi morar no Oeste do Paraná. Considerava que estava "queimado" para continuar o trabalho de massa e como dirigente da organização e responsável pela implantação do foco guerrilheiro no Oeste do Paraná, como sendo a melhor opção de militância.[326]

Jacob Goronder,[327] observa que antecipando-se a quase todas as organizações, a Dissidência Estudantil de Niterói, no final de 1968, decidiu por se afastar das cidades. Seus militantes foram transferidos "para duas fazendas, que foram compradas em Cascavel e Montelândia, no Paraná". Ainda segundo Goronder, a Dissidência

---

[324] PALMAR, Aloízio. Entrevista para a revista *Piaui.* Disponível em*:* https://piaui.folha.uol.com.br/aluizio-palmar-mr8-guerrilha-ditadura/. Acessado em 22 de abr. 2025.

[325] PALMAR, Aluízio. **Falando um pouco de mim.** Disponível em:**https://documentosrevelados.com.br/falando-um-pouco-de-mim-2/.** Acessado em 22 de abr. 2025.

[326] Ibid.

[327] GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990, p.156.

fluminense projetava nesta área a base do foco guerrilheiro, que devia atuar na região de Foz do Iguaçu.

Mas os planos dos militantes do MR8 duraram pouco tempo. Numa manhã de abril de 1969, Aluízio Palmar e seu companheiro Mauro Fernando de Souza foram encarregados de evacuar a casa de um "contato" na cidade de Cascavel no Paraná. Eles suspeitavam de que o endereço estava na mira da polícia. Quando passavam perto da rodoviária da cidade, no entanto, o jipe conduzido por Mauro Fernando de Souza bateu em outro veículo. Aluízio Palmar permaneceu no local do acidente, enquanto Souza percorria as redondezas, em busca de um mecânico. Um segurança da *Pinho e Terras*, uma das companhias colonizadoras daquela região, suspeitou do militante e chamou a polícia. Os agentes, ao chegarem ao local vasculharam o jipe e encontraram um manual de guerrilha, uma pistola e papéis do MR8, comprometedores contra eles. [...] O segurança da companhia mandou a polícia me prender. Mandou! Quem tinha dinheiro mandava na polícia. Ele pensou que eu era o Vladimir Palmeira [...] Quando a polícia viu aquilo, percebeu que eu não era um simples agricultor [...].[328]

O guerrilheiro do MR-8 foi preso em flagrante sendo conduzido para a delegacia de Polícia de Cascavel. As torturas contra Palmar começaram de imediato. [...] submetido a choques elétricos, sessões de afogamento e espancamentos. Passei uma noite pendurado no "pau de arara". No dia seguinte, fui despertado com um balde de água. Tiveram que fazer massagem nas minhas pernas, porque eu estava semiparalisado [...][329]

Somente depois de alguns dias, Aluízio Palmar foi retirado da Delegacia de Polícia de Cascavel. Passou por várias unidades de carceragens no estado do Paraná, até ser finalmente enviado ao Presídio do Ahú, em Curitiba. Palmar ficou preso no Fundão da Quatro – como era chamada a cela solitária da quarta galeria. Até que um grupo de

[328] PALMAR, Aluízio. Falando um pouco de mim. Disponível **em:**https://documentosrevelados.com.br/falando-um-pouco-de-mim-2/. Acessado em 22 de abr. 2025.
[329] Ibid.

estudantes,[330] que ali estavam presos, descobriram que Palmar estava sob tortura, desencadearam uma campanha para que ele fosse alojado numa cela comum.[331]

Depois que o foco guerrilheiro do MR8 foi desbaratado no Paraná, Aluízio Palmar foi transferido para o Rio de Janeiro.

> "Ali a coisa foi bem pior. Os interrogadores eram profissionais", contou. Passei pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), pela prisão de Ilha das Cobras e pela base naval da Ilha das Flores. Sofri torturas em todas elas. Sendo ateu, busquei algum tipo de referência espiritual para suportar a dor. Tentei me segurar em Lênin, não deu. Depois em Marx, não deu. A família foi um referencial importante. Mas, por incrível que pareça, me apeguei à questão religiosa." O ex-guerrilheiro conta que, nas horas mais duras, pensava consigo mesmo: "Se Jesus Cristo aguentou, eu vou aguentar." [332]

Aluízio Palmar ganhou a liberdade através de um sequestro em 14 de janeiro de 1971. Palmar estava entre os setenta presos políticos que a ditadura libertou em troca do embaixador suíço Giovanni Bucher, que havia sido sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) uma organização de luta armada brasileira de extrema-esquerda, que lutou contra a Ditadura. A operação do sequestro foi liderada pelo capitão Carlos Lamarca. Os presos políticos foram banidos do Brasil. Todos os setenta presos foram deportados para Santiago, no Chile.

No ano de 1970, a repressão contra as organizações de esquerda que contestavam a ditadura se intensificaram ainda mais, impondo grandes perdas ao MR-8 na Guanabara. Ao longo dos meses de março e abril, muitos militantes da organização foram presos, incluindo todos os dirigentes. Segundo Codarin,[333] coube a João Salgado, Carlos Alberto Muniz, Stuart Angel e Sérgio Araújo Torres iniciar um processo de reorganização do MR-8. Os militantes estavam encurralados, presos em seus "aparelhos", se isolavam cada vez mais dos setores sociais que buscavam mobilizar. No entendimento de Codarin, foi diante dessa nova conjuntura, em que estavam mais

---

330 Um desses estudantes, Políbio Braga, escreveu anos mais tarde o livro *Ahú: Diários de uma prisão política*. Nele, relatou que Palmar tinha o olhar parecido com o de Antônio Conselheiro ou de "qualquer outro tipo de fanático". O ex-guerrilheiro corrobora. "Me tiravam do coletivo, me levavam pro pau de arara e me devolviam no dia seguinte. Quando eu chegava, estava desfigurado, com os olhos arregalados." A primeira filha de Palmar nasceu enquanto ele estava preso.

331 PALMAR, Aluízio. Falando um pouco de mim. Disponível em:https://documentosrevelados.com.br/falando-um-pouco-de-mim-2/. Acessado em 22 de abr. 2025.

332 Ibid.

333 Id., p.152.

distantes dos trabalhadores, que a ditadura impunha derrotas constantes às organizações, com prisões, torturas e mortes à esquerda armada no geral.

> [...] a direção reconstituída viu-se obrigada a discutir os rumos políticos da organização. Dessas discussões, iniciadas em setembro de 1970, surgiria uma nova tática de atuação junto aos trabalhadores. Marcada por um compromisso ético de manutenção da luta armada – a despeito das evidências que apontavam a falência da empreitada – e da expectativa sobre a possibilidade de desenvolver um trabalho na região rural da Bahia, a mudança representaria uma nova função aos militantes da baixada fluminense, que, além do recrutamento de novos trabalhadores da região, passariam a integrar os grupos responsáveis pelas ações armadas e/ou seriam deslocados para a Bahia, em prol do desenvolvimento da guerrilha rural [...][334]

Algumas situações e motivos levaram militantes do MR-8 a recuar para a Bahia, entre eles Félix Escobar e Nilson Venâncio. Segundo consta no processo judicial militar contra os militantes do MR-8, que está no acervo do Brasil Nunca Mais,[335] no início de 1971, ocorreu uma dinamização nas ações armadas do MR-8, para atender à demanda de sobrevivência dos militantes na clandestinidade. Há também informações em relação à liberação de recursos financeiros para as áreas rurais onde a organização desenvolvia trabalho político na Bahia.

De acordo com Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa[336], logo após a ida de Félix Escobar para a Bahia, os agentes do Exército fizeram uma grande operação em Duque de Caxias para capturá-lo. Segundo o relato dos pesquisadores:

> [...] em fins de 1970, durante 15 dias, a rua onde morava Felix Escobar com sua família permaneceu ocupada não por 100, mas por uns 200 homens armados de metralhadoras, rifles, fuzis. Isso causou tão grande susto nos vizinhos da família de Felix a ponto de ter gente que passou alguns dias sem sair de casa temendo ser preso ou espancado. Afinal, vários vizinhos ouviram os urros de um dos filhos do operário ao ser esbofeteado violentamente pelos homens do Exército.[337]

A situação era insustentável em Duque de Caxias, e a família de Félix se deslocou para Feira de Santana, alguns meses depois. Ainda no fim de 1970, José Gomes Teixeira passou a viver na Guanabara, onde se integrou a um dos GPMs. Realizou, em 29 de dezembro, sua primeira ação armada, expropriando um carro pagador da fábrica Moinho de Luz.[338] Nilson Venâncio, integrado ao mesmo GPM,

---

334 CODARIN, Higor. (2019). Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1971). *Diálogos*, *23*(2), p.152.

335 BNM 638/71, p.325.

336 CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.). **Desaparecidos Políticos.** Rio de Janeiro: Opções/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

337 Ibid., p.124.

338 BNM 036, p.447.

realizaria sua primeira ação no dia 1º de fevereiro, em expropriação ao supermercado Ideal, no Irajá.[339] No início de 1971, houve uma dinamização nas ações armadas do MR-8 para atender à demanda de sobrevivência dos militantes na clandestinidade e, além disso, poder fornecer recursos para a área rural em que o Oito desenvolvia trabalho político.[340]

Ainda no ano de 1970, após algumas prisões de militantes do MR-8 na Guanabara, a direção nacional da organização, Carlos Alberto Muniz, João Salgado e Stuart Jones, decidiram por incorporar mais quadros da Bahia ao MR-8.

> [...]Visando completar a incorporação, Lucia Murat Vasconcelos viajou a Salvador e ali se encontrou com Zequinha, representante da VAR. Zequinha, como já vimos em São Paulo nas agitações do 1º de maio de 1868 e da greve de Osasco, se sentia decepcionado pelo estado das coisas na sua organização e pelo curso geral da esquerda armada. Convencido por Lúcia, aceitou a proposta do MR-8 e se transferiu para ele [...][341]

Lúcia Murat pertencia ao grupo de Ação e Propaganda, integrando a Unidade Interna da Frente Operária. Ainda no ano de 1970, pediu afastamento da linha de tiro[342] da organização, após falhas pontuais nas ações armadas no Rio de Janeiro, sendo deslocada para Salvador. Segundo informa a historiadora Sandra Silva, a militante Lúcia Murat chegou à capital baiana em fevereiro de 1970, juntamente com Marcos Dantas Loureiro. Com a reestruturação do MR-8, após a captura do embaixador norte-americano, Murat recebeu como tarefa o recrutamento de simpatizantes para a militância da organização, assumindo a sua direção regional. Murat buscava contatos, inclusive, com outros grupamentos armados em Salvador.[343]

A militante relatou como teria encontrado o MR-8 da Bahia: “a organização em Salvador estava sem nenhuma atividade, com quase todos os membros ‘entocados’ em aparelhos.” Existia uma carência financeira, os aluguéis dos “aparelhos” estavam vencidos. Para resolver a situação, a organização do Rio de Janeiro teria enviado, inicialmente, Cr$1.000,00 para pagamento das dívidas imobiliárias e, posteriormente, mais Cr$2.000,00[344] através do militante Marcos Dantas Loureiro.[345]

---

339 BNM 638.

340 CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.), **Desaparecidos Políticos,** Op. Cit, p.155.

341 GORENDER, Jacob. **Combate na Trevas A Esquerda Brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada (1987) p.185.

342 A expressão "linha de tiro" era usada para se referir à violência e à utilização de armas de fogo como forma de resistência política.

343 BNM 192/71; FERREIRA, 2002.

344 BNM 192/71, p.431-432.

Mais adiante, vamos abordar com mais profundidade os recuos dos militantes do MR-8 para a Bahia a partir do ano de 1970, detalhando como se deram e suas consequências para a organização de esquerda.

Muitos dos recuos acabaram com prisões, torturas e mortes. Preso no bairro do Rio Vermelho, em Salvador**,** César Benjamin, que era militante do MR-8 no Rio de Janeiro, foi ouvido no dia 11 de setembro de 1971, na sede da Polícia Federal. Segundo seu relato, ele chegou à Bahia entre os meses de março e abril de 1971. Na capital, teve o seu primeiro encontro com João Salgado, "Fio", em um ponto no Largo da Lapinha. Sua vinda para Salvador foi determinada por Carlos Alberto Muniz, "Pedro", que era quem comandava em nível nacional o MR-8. Falou Benjamin que em Salvador foi apresentado ao militante "Manoel" *[era o codinome de Félix Escobar],* com quem passou a residir na cidade de Alagoinhas, na localidade conhecida como Cangula. Cesar Benjamin descreveu "Manoel" como sendo branco, aparentando ter 50 anos de idade, com aproximadamente 1,70 metros de altura, cabelos levemente grisalhos nos lados e olhos castanhos.

Em entrevista para esta pesquisa, o professor de história e ex-militante do MR-8 José Carlos de Souza, "Rocha", contou como foi o processo de implantação de uma área de campo no município de Alagoinhas, na área quilombola do Cangula para o Movimento Revolucionário Oito de Outubro-MR-8 na Bahia.

> Fui eu quem dei, digamos assim, o ponta pé inicial. Os primeiros contatos com os camponeses de Alagoinhas e ali logo depois quando vai chegar, me parece que é o Félix [*se refere a "Manoel"*]. Eu também estava no momento da implantação, somente eu. Era o único quadro, eu não era direção, que é que estava nessa frente.[346]

Contou ainda José Carlos de Souza que, embora não fosse camponês, a escolha para o trabalho recaiu sobre ele: "Eu fiz os primeiros contatos. A escolha recaiu sobre mim, para fazer esse contato, direção Bahia e direção nacional era pelo fato de ser uma pessoa que poderia passar meio batida sem nenhuma desconfiança".[347]

José Carlos de Souza detalhou que, após os primeiros contatos com camponeses do Cangula, levou para a área o Félix Escobar e foi necessário permanecer na cidade de Alagoinhas.

---

[345] Atualmente é professor titular da Escola de Comunicação da UFRJ, lecionando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECA-UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ.

[346] SOUZA, José Carlos de. Entrevista para a pesquisa. 28 out. 2022.

[347] Ibid.

> [...] fui com o Felix, a gente terminou se hospedando na casa do camponês, uma noite ou alguma coisa. Não me lembro do nome. Ele era ligado ao partidão. A gente começou a construir a casa, de sopapo, participei desse iniciozinho. Armamos um "Jirau", era uma cama assim, lá em cima, era horrível a dormida. Eu lembro que eu dormia algumas noites lá. Passei algum tempo nessa área de campo. Eu creio que levamos umas duas semanas. Eu acompanhei a construção da casa.[348]

Informou ainda José Carlos de Souza que deixou Félix Escobar na área de campo, com autonomia para desenvolver o trabalho de conscientização junto aos agricultores e na conquista de simpatizantes.

> Eu deixei Félix lá com autonomia. Não entreguei simplesmente. O João Salgado me passou o contato (*se refere a Felix Escobar*) e depois passou para o Cesar. Foi decidido que o Cesar ficaria com a região metropolitana e com esta área de campo.[349]

Sobre a vinda de Félix Escobar para a Bahia, quem contou mais detalhes foi a sua companheira Irani das Graças Honório, "Maria", não somente para pesquisadores, como também nos seus relatos para a Polícia Federal em Salvador, quando foi presa em Feira de Santana. Relatou "Maria" que, em fevereiro de 1971, veio com Félix Escobar e seus dois filhos menores, Márcio e Claudia, morar no bairro da Caixa D'Água, em Salvador, a convite de "Rocha", ali permanecendo durante um mês. Durante sua estadia, conheceu um elemento chamado "Fio" [*era o codinome de João Salgado*]. Félix se reunia com "Fio" e "Rocha", em longas conversas, mas que ela desconhecia do que tratavam. "Rocha" foi quem determinou que ela fosse chamada a partir de então como "Maria".[350]

> [...] que em Salvador, Félix não exercia nenhuma atividade profissional sendo mantido pelo amigo Nilson Venâncio que agora fica sabendo que é subversivo de nome *Clodô* ou *Clodoado*. Que Clodoaldo fora trazido por Felix do Rio de Janeiro para Feira de Santana. Que do bairro da Caixa D'Água foram para Feira de Santana, passando a residir numa casa alugada, na rua Barra, no bairro Jardim Cruzeiro. Que o aluguel era pago Nilson Venâncio, *Clodô.*[351]

Irani das Graças Honório, revelou que no mês de setembro, Félix falou para ela que iria ao Rio de Janeiro, acertar uns problemas seus e até então não retornara, nem mandara notícias. Que no mês de outubro último foi presa, juntamente com Nilson

---

348 Ibid.

349 Id.

350 HONÓRIO, Irani das Graças, Termo de Declarações na Delegacia Regional da Polícia Federal em Salvador, no dia oito de novembro de 1971.

351 Ibid.

Venâncio, "Clodô", e um seu enteado, numa diligência policial que estava à procura de Félix.

> Que ignorava que "Clodô" andava envolvido em atividades subversivas, vindo a saber somente nesta Delegacia Regional. Que a declarante embora vivesse com Félix não tem nenhuma vinculação com atividades ou grupos subversivos, que não sabia que Felix era codinominado "Manoel".[352]

Quem também relembrou o período em que seu pai Félix Escobar, passou na Bahia foi o seu filho Antônio José Cardoso Escobar, "Seo Binha", numa entrevista cedida ao historiador Fabrício Teló, detalhando como foi a ida da família para Salvador.

> [...] meu pai mandou um recado para minha madrasta (*se refere a Irani das Graças Honório, "Maria*"), para se encontrar com ele, e mandou ela para Feira de Santana na Bahia, com um casal de filhos pequeninos, um de quatro e outro de seis anos. Depois de uns quatro a cinco meses ele me levou também. Meu pai já morava lá na Lapinha em Salvador.[353]

Sem condições financeiras e sem contato com Félix Escobar, foi difícil para a família deixar Feira de Santana e retornar para o Rio de Janeiro. Por ser o elo que vinculava César Benjamin, João Salgado, Nilson Venâncio, Luiz Antônio Santa Bárbara e Iara Iavelberg. "Manoel" teve sua família apreendida pelos agentes de repressão, juntamente com Nilson Venâncio.

> [...] Estavam à procura dele. Ele viajou para cá em setembro. Ele falou para os filhos, se não voltasse até o dia 15 que era para a gente arranjar um jeito e vir embora. Aí viemos saber que ele já estava preso. Foram à procura do Nilson que era colega dele. Que vivia junto na nossa residência, ele trabalhava lá em obras de construção. E na procura prenderam o Nilson e o filho de Félix, que sou eu e a minha madrasta Irani.[354]

Félix Escobar recomendava sempre à sua família nada falar sobre suas atividades. Antônio José Cardoso Escobar disse que não conheceu Lamarca, mas que Iara Iavelberg conviveu com eles na casa em Feira de Santana.

> [...] o pai recomendava que não deviam falar nada. Se perguntando responder: 'não sei de nada'. "Meu pai nunca passou nada para mim" e "se não falar apanha e se falar apanha também e apanha mais. Se perguntar responde: 'não sei, não sei, não sei'. Nunca passou nada dele para os filhos, para não ter problemas.
> Lamarca eu conhecia por nome. A Iara eu conheci. O Lamarca nunca foi na minha casa lá [*se refere ao "aparelho" do MR-8, no bairro Jardim Cruzeiro, em Feira de Santana*]. A Iara ficou lá, uns dois meses, morando lá. Depois ela foi para Salvador, onde morreu".[355]

---

352 Ibid.
353 ESCOBAR, Antonio José Cardoso. Entrevista cedida a Fabrício Teló, 01 jun. 2019.
354 Ibid.
355 Id.

"Seo Binha" contou que foi levado pelo pai para treinamento de tiros, na Serra das Agulhas, no distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana: "A Serra da Agulhas, em Feira de Santana, era área de treinamento de tiros. Uma área sem povoação era escolhida. Ele me levava. Era o meu pai, mas eu não queria me envolver com nada disso."[356]

Revelou César Queiroz Benjamin, ainda na PF, que chegou a Salvador no mês de abril, para um encontro com João Salgado e José Carlos de Souza, em um "ponto" marcado por "Manoel". Foi levado de olhos vendados para um "aparelho" de José Carlos, situado na rua Joana d'Arc, conforme ficou sabendo depois. O objetivo era discutir sobre as prisões de elementos da organização na área. Também foi debatida a unificação de áreas do MR-8 na Bahia.

> Tendo João Lopes Salgado decidido fazer uma proposta à direção nacional no sentido que fosse unificado o trabalho de Alagoinhas com o que estava sendo realizado em Salvador. Que aproximadamente entre maio e junho, Manoel veio para Salvador, passando a residir juntamente com a sua família no "aparelho" de José Carlos de Souza, face a falta de segurança em Alagoinhas. Que em junho Manoel e a família passaram a residir em Feira de Santana, em endereço ignorado. Que logo depois viajou para o Rio de Janeiro com a finalidade de levar a proposta de unificação dos trabalhos de Alagoinhas e Salvador, lá se encontrando com Carlos Alberto Muniz.[357]

A definição sobre a implantação da primeira área de campo do MR-8 na Bahia foi relatada por José Carlos de Souza em seu depoimento à Polícia Federal, no dia 19 de agosto de 1971. Contou que João Luiz (Juca Ferreira) lhe informou que ele ia trabalhar no novo organismo, tendo sido colocado em contato com Santa Bárbara e com Lúcia Maria Murat de Vasconcelos, "Cristina", chegada do Sul havia poucos dias.

> Que "Cristina" passou a dirigir os trabalhos da Organização e as reuniões eram feitas no "aparelho" da Boca do Rio ou nas praias desta capital. Que participavam das reuniões o declarante, o Santa Bárbara, "Ramos", Carlos Moreira Vilanueva, "Samuel" ou "Cunha", Elizabeth Correia Lima, "Kátia" ou "Betica" e Lúcia Murat, "Cristina", ficando o declarante e Santa Bárbara no trabalho externo. [...] e também o declarante e Santa Bárbara à disposição do Setor de Campo.[358]

Revelou José Carlos de Souza que o Setor de Campo ficou por uns dois meses aguardando a chegada de um elemento, de codinome "Jorge" ou "Manoel" [*os codinomes de Félix Escobar*]. Enquanto esperava, o grupo de Setor de Campo se limitou a discussões políticas, ao mesmo tempo em que entrou em contato com "Afonso" [Wanderlan Macedo], através de um "ponto" dado por "Cristina".

---

356 Idem.
357 BENJAMIN, César. Depoimento à Polícia Federal. Salvador, 11 fev. 11971.
358 SOUZA, José Carlos de. Depoimento à Polícia Federal. Salvador, 19 ago. 1971.

Contou “Rocha” que no encontro com o Wanderlan, em Alagoinhas, as conversas foram rápidas, em virtude da escassez de tempo. Mas, mesmo assim, falou com o simpatizante chamado “Nesito”, em Alagoinhas. No dia seguinte à noite, reuniu-se com um homem

> que mora no campo há cerca de sete quilômetros da cidade de Alagoinhas, na estrada que demanda a Pedrão, num sítio, que fica à margem direita dessa estrada. Que o declarante se recorda do nome desse aliado e sabe mesmo chamasse Alfredo, que é velho de cerca de 50 anos, de cor preta, para o qual expuseram suas teses de luta armada, de guerrilha urbana e rural, expropriação de bancos e sequestros. Que eu declarante na cidade manteve conversa semelhante com algumas pessoas, podendo citar entre elas o Nesito e com um ferroviário aposentado da Leste Brasileira de nome Arnaldo, com um seu filho, conhecido por Mundinho, Além de dois irmãos de Wanderlan, “Afonso”, de nomes Wanderlei e Bica, (*apelido*). Que os contatos com esse pessoal duraram menos de um mês, em virtude de Nesito ser um burguês e não querer perder a sua posição social, pois é conceituado na cidade, porém aceitava receber o jornal *Avante*.[359]

Relatou “Rocha” quando foi ouvido na Polícia Federal, em Salvador, que por ocasião da chegada de “Jorge”, não tendo a Organização um local onde ele pudesse ficar, o “Ramos” [*era um dos codinomes de Santa Bárbara*] conseguiu a chave de uma casa, localizada em Grajiu, em Alagoinhas, de um homem chamado Dendê, mas que era de propriedade de um outro chamado Carlinhos. A história dessa casa provocou uma certa confusão, obrigando-os a desocupá-la e se mudar para outra, situada em Arembepe e alugada em nome de “Jorge”. Esse imóvel era de propriedade de um tal de “Lourinho”, que nada sabia das atividades da Organização. Mas uma ação que seria executada pelo PCBR alterou os planos, tendo Lúcia Murat alertado aos militantes da organização.

> Que a Lúcia Murat, “Cristina”, comunicou ao declarante e ao “Ramos” que o PCBR iria sequestrar uma pessoa nessa capital, possivelmente, o cônsul americano, motivo pelo qual apressou-se a ida para a área de campo, por questão de segurança, visto que a área onde estava morando, consequentemente seria vasculhada. Que por ocasião o “Dino”, João Lopes Salgado ainda não se encontrava nesta região. Que “Jorge” foi então para a casa do camponês Alfredo, localizada perto de Alagoinhas, sendo que este não gostou e motivou o retorno de “Jorge” para Arembepe, enquanto o declarante permanecia hospedado numa pensão em Alagoinhas. Que cerca de uma semana após, o “Jorge” que adotara novo nome “Manuel”, retornou a área de campo para construir uma casa num terreno devoluto, que fica nas proximidades do sítio de Alfredo, destinada a servir de base para os militantes do Setor de Campo, nessa região, principalmente após a chegada de João Lopes Salgado, “Dino”, que estava anunciada.[360]

---

359 Ibid.

360 Id.

Ouvido pela Polícia Federal, em Salvador, César Benjamin relatou que, quando ia a Feira de Santana, mantinha encontros com João Salgado e que este se hospedava no Hotel Grapiúna ou na pensão Tupiniquim.

Já o militante do MR-8 Nilson Venâncio, "Clodoaldo" e "P2", detalhou como foi a sua atuação pela organização em Feira de Santana, em depoimento à Polícia Federal, em Salvador, no dia 10 de novembro de 1971. Informou também que sua vinda para a Bahia foi determinada por João Salgado, que usava o codinome "Zé Mineiro", e César Queiroz Benjamin, "Junior", para atuar em área de campo. Em Feira de Santana, ficou hospedado na casa de Félix Escobar, sendo informado que deveria comprar um sítio e a renda seria revertida para a organização e para manutenção de sua família, mulher e seus cinco filhos. A aquisição do imóvel seria com dinheiro dado pela organização.

> Mas, que isto não aconteceu, uma vez que o emissário foi preso durante a viagem, com a importância de seis mil cruzeiros, que era destinado ao declarante. Que recebia mensalmente a importância de quinhentos cruzeiros, entregue pelo militante "Ferreira". Que aqui no Estado da Bahia adotou o codinome Clodoaldo, que foi dado por Felix Escobar. Que a organização MR-8 da qual o declarante era quadro, propunha -se a tomada do poder pela "luta armada."[361]

Nilson Venâncio também revelou que a última vez em que esteve com Félix Escobar, foi quinze dias antes de sua prisão, e desde então não teve mais notícias dele.

Com relação à prática de ações armadas, João Salgado faz uma análise das que foram executadas pelo MR-8 em nível nacional.

> A gente tinha muito cuidado com esse negócio das ações armadas, porque elas podiam ser muito positivas e muito negativas do ponto de vista de consciência daquela região onde a gente ia exercer aquele trabalho. Eu não sei exatamente em relação a Salvador, porque eu não estava na direção da Organização. Não sei se havia essa ideia. Agora a gente tratava com muita cautela a realização de ações armadas que não tivessem perfeitamente inseridas dentro de um contexto que valia a pena praticá -la.[362]

Considerava Salgado que Salvador deveria ser preservada e continuar a ser uma área de recuo estratégico para os militantes das mais diversas organizações de esquerda contrárias à ditadura.

> [...] a gente era contra as ações armadas em Salvador. Primeiro a gente não estava organizado suficientemente para poder fazer ações armadas e o contexto de consciência do local, acho que não era adequado. Nós éramos contra aquela ideia de Marighella. Ninguém precisa de autorização para fazer a revolução. Ninguém precisa, mas é preciso que seja feita dentro de uma linha, de um determinado objetivo. A gente era totalmente contra o

---

361 VENÂNCIO, Nilson. Depoimento à Polícia Federal. Salvador, 10 nov. 1971.

362 SALGADO, João. Entrevista para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.

> voluntarismo exacerbado. Apesar de termos praticado muito. São erros que a gente comete pensando que não tá praticando mas tá.[363]

Salgado ressaltou em sua análise a posição contrária que assumira a uma ação armada na capital, que estava sendo planejada por Lúcia Murat, liderança do MR-8 na Bahia: "eu me lembro da Lúcia Murat ter projetado uma ação. E eu discuti particularmente com ela e fui contra a ação. Uma ação de expropriação aqui em Salvador."[364]

Um grupo da Dissidência Comunista da Bahia, que, posteriormente, se integraria à VAR-Palmares[365], estruturou-se em Salvador, a partir de março de 1969[366], marcando o seu início em uma reunião realizada no bairro de Pirajá, na qual foi definida a linha de atuação da organização clandestina. Naquela reunião de fundação, primeira etapa de estruturação, que, segundo informações de um dos participantes, durou quatro dias, teriam acontecido apenas discussões teóricas sobre problemas regionais, brasileiros e internacionais. Num segundo momento, alguns dias depois, em outra reunião, numa fazenda localizada em Inhambupe, interior do estado, de propriedade do pai de um dos militantes, foram acordadas as bases da organização e definidos seus modos de atuação, assim como a distribuição de tarefas e a divisão hierárquica entre os participantes.[367]

Existem inúmeros exemplos de Salvador como área de recuo, e a sua quase inexistência no empreendimento de ações armadas, o que pode ser comprovado pelas narrativas de ex-militantes de organizações da esquerda, entrevistados por diversos pesquisadores.[368] A historiadora Sandra Regina da Silva ao estudar três organizações — MR-8, PCBR e VAR-Palmares — e entrevistar alguns de seus ex-militantes, identificou

---

363 Ibid.

364 Id.

365 A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em nível nacional, surge da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no início de julho de 1969, que tinha a liderança do capitão do Exército Carlos Lamarca. Neste processo de discussões para a formação da VAR-Palmares, com abrangência nacional, houve um amadurecimento no sentido de conquistar a adesão de pequenos grupos em outros estados, como Goiás e Bahia. CHAGAS, Fabio A. G. **A Vanguarda popular revolucionária,** op.cit., 2000.

366 Não foi possível obter informações mais detalhadas sobre como estavam estruturadas a VAR-Palmares em Salvador. Sabe-se apenas que estaria dividida entre os setores: Financeiro, de Imprensa e de Contatos, coordenados por Maria Olívia Chagas Nogueira de Souza, que mantinha ligações com a Guanabara. Por sua vez, Antonio Nahas Junior e José Campos Barreto coordenavam o Setor de Recrutamento da organização (BNM 271/70).

367 Dessa fase de integração e estruturação da organização em Salvador, participaram apenas Chantal Russi, Marie Hélène Russi, Nemésio Garcia, Jurema Valença, Antonio Argolo, Getúlio Gouveia, Carlos Sarno, Denílson Ferreira de Vasconcelos, Wanderlan Macedo e Wanderley Macedo (estes dois últimos originários da militância de Alagoinhas) (BNM 192/71).

368 SILVA, Sandra, Regina Barbosa da . **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador.2013.

que Salvador era considerada uma área de recuo. Os entrevistados relataram que as organizações que atuavam no Sudeste tinham a preocupação de evitar ações armadas na capital baiana, buscando preservá-la. Uma única exceção ocorreu e foi por parte do PCBR, que não respaldou esse comportamento. A VAR-Palmares e o MR-8 consideravam Salvador uma área neutra, que devia ser preservado para possíveis recuos de militantes "queimados", vindos de outros estados perseguidos pela repressão.[369]

Amílcar Baiardi salientou, em sua entrevista realizada em 16/08/2002, o fato da Bahia ter sido território neutro, e que, em 1970, a VAR-Palmares enviou para uma fazenda em Vitória da Conquista militantes em situação de risco, recém-chegados de São Paulo e Rio de Janeiro. Completou ainda informando que o norte do país seria a região apropriada na perspectiva de montagem de uma base guerrilheira. Segundo Sandra da Silva, a VAR-Palmares sugeriu que não se realizassem ações armadas em Salvador, apenas ações políticas. Contudo, de acordo com a historiadora, ambas as organizações teriam executado ações alternativas de resistência à ditadura em Salvador.[370] A ex-militante da VAR-Palmares Jurema Valença, entrevistada pela historiadora, revelou que sua organização não teve a pretensão de formar agrupamentos militares nessa cidade, com a perspectiva de realizar ações armadas e sim, a ideia de ingressar em grupos maiores, para atuar dentro de uma lógica mais nacional. Valença contou que: "[...] não havia ações internas aqui [em Salvador], a gente não tinha a pretensão de montar nada isoladamente, a gente não se achava em condições de fazer isso. Então, nos dedicávamos ao trabalho de massas [...]"[371]

Os militantes da VAR-Palmares Fernando Luis Nogueira Souza e Maria Olívia das Chagas Nogueira Souza, procurados pela polícia paulista e com a segurança comprometida, vieram para Salvador, entre os meses de junho ou julho de 1969. No entendimento da direção nacional da organização, Salvador era uma cidade turística, visitada por inúmeras pessoas de diversas partes do país. Isto facilitaria a vinda e a permanência do casal, sem levantar a suspeita dos órgãos de segurança. Foi uma alternativa segura de refúgio. Salvador era considerada uma cidade secundária para a luta revolucionária e oferecia todas as vantagens para a situação de reclusão de militantes procurados pela repressão em outros estados brasileiros.[372]

---

369 Id., p.111.
370 Ibid., p.113.
371 VALENÇA, Jurema Ribeiro. Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva, 28 jul. 2001.
372 BNM 271/70; VALENÇA, 2001.

O ex-militante Rui Paterson sustentou a mesma argumentação em relação às multiplicidades de turistas, o que facilitaria a clandestinidade, portanto, deveria ser preservada, evitando ações armadas e a atenção da repressão[373].

Tratando-se da VAR-Palmares, as bases da organização no interior espalhavam-se pelas cidades de Cruz das Almas, Feira de Santana, Vitória da Conquista, além dos contatos que foram herdados da Dissidência em Alagoinhas. Em Itabuna, houve uma tentativa de implantação, porém sem sucesso. Rui Paterson apontou um número de 10 a 12 cidades, nas quais essa organização teria simpatizantes.[374]

A VAR-Palmares em seu programa de setembro de 1969 define o caráter da revolução e destaca [...] "que somente a revolução socialista poderá libertar os trabalhadores do campo da miséria e assegurar a expansão das forças produtivas na indústria, propiciando melhores condições de vida às massas trabalhadoras. Este objetivo, resultado da vitória da guerra revolucionária de classes, será concretizado com a formação do Estado Socialista, dirigido pelo Governo Revolucionário dos Trabalhadores, expressão da Ditadura do Proletariado"].[375]

No programa da VAR-Palmares de setembro de 1969, o caráter socialista da revolução está evidente, o qual coloca, claramente, que o "[...] objetivo da revolução brasileira é, assim, o da conquista do poder político pelo proletariado, com a destruição do poder burguês, que explora e oprime as massas trabalhadoras".[376]

A VAR-Palmares tinha em seu programa a necessidade ou não da estrutura orgânica partidária nos moldes marxista-leninistas clássicos – para fazer um trabalho junto às massas e realizar a revolução, a partir da guerra de guerrilhas no campo e das ações armadas nas cidades – foi outra linha divisora entre os grupos armados urbanos.[377] A organização possuía como proposta a efetivação de um trabalho mais

---

373 SILVA, Sandra, Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), p.113.

374 BNM 192/71; BAIARDI, Amílcar. Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva. Salvador, 16 ago. 2002; PATERSON, Rui Pinto Paterson. Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva . 08 jun. 2002.

375 REIS, Filho.; SÁ, Jair F. de. **Imagens de revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971.Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.265.

376 REIS FILHO, op.cit, 1985, p.265; CHAGAS, Fabio A. G. **A Vanguarda popular revolucionária,** op.cit.**,** 2000, p.76.

377 Para maior esclarecimento sobre a definição de marxismo-leninismo, vejamos esta citação de Daniel Aarão (1990, p.172): "Como definir o marxismo-lenismo? Tantos o invocam. Onde encontrar seus fundamentos? Em Marx? Na atualização de Lenin? Na tradução de Stalin? A confusão não impede dizer que se baseia numa certa concepção do devir histórico (determinismo histórico, inevitabilidade da revolução), numa visão do papel histórico da classe operária (messianismo operário) e numa concepção dos comunistas como vanguarda revolucionária, entre outras referências." A esse respeito, ver também Ridenti (1993).

profundo da vanguarda junto às massas, e, paralelamente, o desenvolvimento de ações armadas urbanas e rurais.[378]

No segundo semestre de 1969, o grupo baiano da VAR-Palmares, sob a liderança de Carlos Sarno, Chantal Russi, Jurema Valença, resolveu enviar Getúlio Gouveia e Marie Hélène Russi, considerados os principais "quadros" da organização, para fazer contato e discutir formas de inserção política com a direção nacional da VAR-Palmares. Não se concretiza a inserção, naquele momento, por consequência das prisões de ambos, quando tentavam embarcar na Rodoviária de Salvador, no dia 2 de setembro de 1969.[379]

Seguiram-se, no mês seguinte, outras prisões: Nemésio Garcia e Chantal Russi, no município de São Miguel das Matas, onde se encontravam foragidos. As detenções influíram na desarticulação do grupo e no afastamento de alguns outros militantes de Salvador. Em relação a Carlos Sarno e Jurema Valença, a cidade escolhida para recuo foi São Paulo. Esta decisão evidenciou a adesão à VAR-Palmares, não somente por afinidades políticas, mas também por questões de segurança.[380]

As prisões anteriores dos militantes baianos tiveram influência em relação à integração antecipada à VAR-Palmares dos quadros que sobreviveram às quedas: Carlos Sarno, Jurema Valença e Israel Pinheiro, em São Paulo, no mês de novembro de 1969. Uma outra situação é referente aos treinamentos de tiros, que tiveram as participações de Nemésio Garcia e Getúlio Gouveia, ocorridos no primeiro semestre de 1969, contando com a presença de Amílcar Baiardi, dirigente da VAR-Palmares, em Salvador.

As ações dessa organização vinham sendo monitoradas por agentes dos órgãos de informações da 6ª Região Militar.[381] O trabalho de inteligência desenvolvido pelos agentes da repressão do Centro de Operações de Defesa Interna – CODI/6 resultou nas prisões de Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, Maria Olívia Chagas Nogueira de Souza e Antonio Nahas Júnior, em setembro de 1970, no Largo de Amaralina. Os militantes foram identificados como pertencentes à VAR-Palmares.[382]

---

[378] CHAGAS, Fabio A. G. **A Vanguarda popular revolucionária,** op.cit.; RIDENTI, **O fantasma da revolução brasileira**, op. cit., 1993.

[379] CONSELHO..., 1970; OUVIDOS..., 1970; *A TARDE*,19/02/1970; BNM 192/71; JOSÉ, Emiliano. **Galeria F**, op. cit., 2000a, p. 87; VALENÇA, 2001; PATERSON, 2002.

[380] *JORNAL DA BAHIA*, 18/10/1969; BNM 192/71; VALENÇA, 2001.

[381] "[...] imediatamente foi determinando [...] investigações e os procedimentos legais para identificá -los e prendê-los." SOUZA, Sandra, Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), p.161.

[382] BNM 271/70, p.78-81, 179-180; *JORNAL DA BAHIA*, 05/09/1970; EMISSÁRIOS..., 1970, p.1.

As ações de inteligência dos agentes do CODI/6 também levantaram que existia uma aproximação de alguns remanescentes da VAR-Palmares com outros militantes do MR-8, como, por exemplo, José Campos Barreto.[383] Com esta situação de cerco e prisões, encerra-se o trabalho de luta e resistência da VAR-Palmares na Bahia.[384]

Os militantes Marie Hélène Russi, Chantal Russi, Getúlio Gouveia, Rui Paterson e Nemésio Garcia ficaram presos no 19º BC até o mês de julho de 1970, época do julgamento, realizado na Auditoria Militar de Salvador, localizada na Cidade Baixa, próximo da Feira de São Joaquim. Eles foram condenados pelas acusações de terem cometido crimes contra a segurança nacional: portar arma privativa das Forças Armadas e pertencer a organização revolucionária.[385]

Já os militantes Carlos Sarno e Jurema Valença, que foram presos em São Paulo em setembro de 1970 e em abril de 1971, aguardaram julgamentos dos processos em Salvador. Carlos Sarno na Penitenciária Lemos de Brito, e Jurema Valença numa cela do Quartel do 19º, BC da 6ª Região Militar.[386]

Enquanto isso, Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, Maria Olívia Chagas Nogueira de Souza e Antonio Nahas Junior, presos em Salvador em setembro de 1970, foram indiciados pelos crimes previstos nos itens I, II, III e IV do Artigo 38 da Lei de Segurança Nacional

> Art. 38. Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional: I – a publicação ou divulgação de notícias ou declaração; II – a distribuição de jornal, boletim ou panfleto; III – o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino; IV – comício, reunião pública, desfile ou passeatas; [...] [387]

Os militantes Rui Pinto Paterson, Getúlio Gouveia e Nemésio Garcia foram transferidos para a Penitenciária Lemos de Brito, na Mata Escura, e Marie Hélène Russi e Chantal Russi para a Detenção.[388]

A historiadora Sandra da Silva (2013) apontou que as ações armadas em Salvador foram, em comparação com o eixo Rio-São Paulo, significativamente menos intensas, "porém não foram nulas, gerando uma curiosidade que se materializa no

---

383 José Campos Barreto, inicialmente dirigente da VAR-Palmares na Bahia, posteriormente liga-se ao MR-8 e morre em Pintada ao lado de Carlos Lamarca.

384 PINHEIRO, Israel Oliveira. Entrevista cedida em 31/03/2000.

385 JOSÉ, Emiliano. **Galeria F**, op. cit., 2000a; ACUSADOS..., 1970a; ACUSADOS..., 1970b; OUVIDOS..., 1970.

386 *JORNAL DA BAHIA*, 06/04/1970; ESTUDANTES..., 1971; VALENÇA, 2001; SARNO, Carlos José. Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva. 29 set. 2001 e 26 mar. 2002.

387 BRASIL, 1967, p.756.

388 BNM 271/70; EMISSÁRIOS..., 1970; *JORNAL DA BAHIA*, 05/09/1970.

objetivo central deste trabalho: compreender como aconteceu a resistência armada em Salvador".[389]

É preciso destacar um grupo de mulheres, na Bahia, que até o final do ano de 1969 esteve em torno da VAR-Palmares: Chantal Russi, Marie Hélène Russi e Jurema Valença Ribeiro. Elas se destacavam pela liderança exercida no entorno de grupo de estudantes, coordenando discussões sobre filosofia marxista e política. Acabaram presas no 30º Congresso da UNE em Ibiúna.[390]

Maria Olívia Chagas foi um quadro recuado do Rio de Janeiro para Salvador, onde coordenou o setor Financeiro e de Imprensa da VAR-Palmares. Maria Lúcia Santana Cerqueira e Maria Célia Magalhães, enquanto militantes da Dissidência Comunista da Bahia, já exerciam forte influência sobre esse grupo.[391]

Carlos Sarno, atualmente publicitário, foi responsável pela coordenação de um grupo que incluía Jurema Valença e Chantal Russi, membros da VAR-Palmares. O segundo grupo foi liderado por Fernando Luis Nogueira Souza e sua esposa, Maria Olívia Chagas Nogueira de Souza. Entre os integrantes estavam José Campos Barreto (Zequinha), Antonio Nahas Junior, Negão, Agenor, Neguinho, Arnaldo, Vicente, Fausto e Patrício - sendo que os sete últimos utilizavam codinomes. Por razões de segurança, Fausto, Vicente e Patrício foram transferidos para a Guanabara. Além disso, Sônia Lacerda Macedo, Fernando Carlos Mesquita Sampaio e Flavio (codinome) chegaram do Rio de Janeiro para reforçar esse grupo.[392]

Nos estudos e análises de Sandra Regina da Silva a caça aos militantes das organizações de esquerda no país obrigou muitos deles a recuos para outros estados e até mesmo países, num autoexílio. O mesmo ocorreu com os militantes do MR-8 baiano, quando Sérgio Furtado, Juca Ferreira, Elisabeth Rebelo Correia Lima e Maria Lúcia Cerqueira Santana se abrigaram no Rio de Janeiro.[393]

Quando do aniversário da morte de Che Guevara, em 8 de outubro de 1970, a VAR-Palmares desenvolveu atividades de panfletagem e pichações em alguns bairros de Salvador, segundo depoimento de Amílcar Baiardi à historiadora Sandra da Silva. De acordo com o depoente, não houve publicação local. O jornal *União Operária*, editado

---

[389] SILVA, Sandra, Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), p.24-25.
[390] BNM 212/70; PINHEIRO, 2000; ARAUJO, 2000; RIBEIRO, 2001.
[391] SILVA, Sandra, Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), pp.148-149.
[392] BNM 271/70.
[393] Ibid., pp.111-112.

pela Direção Nacional, teria sido o único periódico da organização a circular em Salvador.[394]

No início do ano de 1969, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário-PCBR era mais uma organização de esquerda na capital da Bahia, formada através da junção de dissidentes do PCB com um grupo de jovens oriundos do movimento estudantil secundarista entre 1967 e 1968, sobretudo do Colégio de Aplicação de Salvador e da cidade de Jequié. O grupamento era integrado também por alunos da faculdade de Direito, Filosofia, Geologia e Economia da Universidade Federal da Bahia-UFBA. É importante observar que todos estavam sob a orientação de quadros do PCBR de Pernambuco, deslocados para organizar e estruturar a base de Salvador. Paulo Pontes foi um dos "quadros" remanejados de Recife para a Bahia.[395]

Segundo consta no relatório final do BNM-212/70, de abril de 1971, também houve a participação de antigos colegas do Colégio Central, que se reencontraram na Faculdade de Economia e se reuniram novamente, para trabalhar juntos, como militantes do PCBR.[396]

Nas pesquisas relacionadas aos movimentos internos da esquerda armada baiana, referentes às reuniões das organizações, é possível perceber que elas aconteceram em locais combinados com certa antecedência, situação confirmada ao se confrontar as relações das reuniões das três organizações armadas, MR-8, VAR-Palmares e PCBR. Uma outra observação é que ocorreu uma constante determinação das tarefas, como: levantamento de locais de pichações e panfletagens, sequestros e a preocupação com a conduta pessoal do militante. As revelações dos militantes e as informações que estão contidas nos processos demonstram que, em relação ao MR-8, no Setor de Camadas Médias, os encontros ocorriam duas vezes por semana: em um deles, eram discutidos o plano de estudos, que abrangia a análise da realidade nacional e internacional; no outro, realizava-se o balanço das práticas dos organismos.[397]

---

394 Ibid., p.126.

395 BNM 212/70; BNM 612/70; CARVALHO, Renato José Affonso de Carvalho. Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva. 11 jun. 1999; RIBEIRO, Dirceu Régis. Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva, 06 jul. 2001; PONTES, Paulo. Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva. 28 ago. 1999.

396 BNM 612/70; RIBEIRO, 2001; PONTES, 2000; BNM 212/70; CARVALHO, 1999. Os militantes da base estudantil foram recrutados por Renato Affonso de Carvalho e Maria Lúcia Santana Cerqueira.

397 BNM 192/71; ARAUJO, 2000; PONTES, 2000; VALENÇA, 2001; RIBEIRO, 2001; FERREIRA, João Luís da Silva Ferreira (Juca Ferreira). Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva . 18 abr. 2002; 31 mai. 2002; SILVEIRA, Renato Amorim da Silveira. Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva. 19 mar. 2002.

As três organizações faziam suas reuniões em locais ou "pontos" de encontros, que podiam ser nos "aparelhos", ou bancos do jardim do Campo Grande, área central de Salvador, nas praias do subúrbio de Salvador, Ribeira, no morro do Cristo na Barra, Ondina, Rio Vermelho, Amaralina, Jardim de Alá, Piatã e Boca do Rio.[398] E também no bairro de Nazaré.[399]

Paulo Pontes conta em detalhes sobre sua chegada a Salvador, nos festejos do Carnaval, para atuar como dirigente do PCBR:

> De camisa de malha, manga longa, coincidindo com as cores da Bahia, cheguei a Salvador no sábado de carnaval de 1970 na antiga rodoviária perto das Sete Portas. Às 16 horas, em frente ao elevador Lacerda, deveria me dirigir a um cidadão de chapéu de palha e dizer uma senha para ouvir uma contra-senha. [...] Tomei a primeira cerveja na Bahia, para fazer hora, em um boteco nas proximidades do Corpo de Bombeiros e subi a Ladeira da Praça para o encontro.[400]

Logo ocorreu uma reunião com a participação de Dirceu Régis, Frederico Menezes de Oliveira, Renato Ribeiro da Costa – os dois últimos do Comando Regional de Pernambuco – e Getúlio Oliveira Cabral, Dirigente Nacional, ficando estabelecida a tarefa de dinamizar as atividades do PCBR na capital baiana, além de ampliar os contatos já existentes da base estudantil: "uma das primeiras reuniões formais que fiz como PCBR, aqui em Salvador, foi com grupo formado por Renato Afonso, Roberto Albergaria e o casal Carlos Henrique (Painho) e sua mulher Glória no apartamento onde moravam na Ladeira da Barra".[401]

O dirigente do PCBR informou também sobre as dificuldades financeiras que teve, nos seus primeiros 20 dias na capital baiana. Após pagar a pensão da Avenida Sete, foi levado por Renato Afonso para uma casa de nativos no bairro de Itapuã, alugada para ficar com seu irmão Marcos e outros dois estudantes, que haviam passado no vestibular.[402]

Relatou também Pontes que depois de sua experiência na pensão e do estágio com os vestibulandos, "[...] fui morar no fim de linha do bairro do Pau Miúdo, em uma

---

398 BNM 612/70; BNM 192/71. A maioria dos ex-militantes das organizações, em seus depoimentos, mencionaram esses locais como "pontos" de encontros e reuniões.

399 Na praça principal do bairro, Conselheiro Almeida Couto, nas proximidades da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, também teria sido um ponto comum das três organizações.

400 PONTES, Paulo. **Memória da Resistência na Ditadura e Depois**. Recife, MMM Produtos Culturais, 2018, p.115.

401 Ibid., p.119.

402 Id., p.115.

casa alugada por Dirceu. Inicialmente, ficaram lá comigo Frederico Menezes, Dirceu Régis e Getúlio Cabral."[403]

Acrescenta Pontes que montou outra morada no fim de linha do bairro da Cidade Nova, com móveis usados, procurando uma situação de normalidade junto aos novos vizinhos. Mas a casa abrigava, eventualmente, outro clandestino que estivesse de passagem, como foi com o militante Alberto Vinícius, de Recife, a caminho do Paraná.

> Cheguei como casado, porque Lurdinha já havia chegado do Recife. Apesar de ter pago a fiança com dinheiro, adiantando três meses de aluguel, fizemos contrato formal em nome de Dirceu, como se fosse irmão de Lurdinha. Assinei José Fernandes da Silva, como suposto fiador. O proprietário não morava nas imediações, o que tranquilizava quanto a pequenas incoerências.[404]

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) não teria considerado o princípio da preservação de Salvador como cidade de recuo a ser preservada da luta armada. Com a chegada de parte de militantes da direção nacional à capital baiana, a organização se viu na necessidade de levantar fundos para organizar a estrutura e viabilizar o sequestro do cônsul norte-americano em Salvador, Alexander F. Watson. Paulo Pontes revelou, em entrevista a Sandra da Silva (2013), que a ação revolucionária teria objetivo da troca do sequestrado pela liberdade de membros da organização, que foram presos no início de janeiro em São Paulo, entre os quais, os dirigentes nacionais Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mário Alves.[405]

Ainda segundo Paulo Pontes, então dirigente regional, chegaram a Salvador, por volta do mês de março de 1970, uma média de doze importantes militantes, para um recolhimento provisório. Posteriormente, eles seriam redistribuídos em outros estados, onde houvesse atuação do PCBR[406].

Naquela situação, para o PCBR, Salvador torna-se uma alternativa para a reconstrução do setor militar da organização. Paulo Pontes contou que, no entendimento do PCBR na época, a guerra acontecia em todo o país, portanto, não existiria área neutra. Revelou, inclusive, que ocorreu um encontro dele com Lúcia Murat, então

---

403 Ibid., p.116.

404 Id., p.116.

405 SILVA, Sandra Regina Barbosa da. "**Ousar lutar, ousar vencer"**: Histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), 2013, p.116.

406 Foram identificados os seguintes quadros do PCBR que vieram para Salvador recuados do Rio de Janeiro: Bruno Maranhão (dirigente nacional), Suzana Maranhão, Fernando Augusto da Fonseca (Comando Político-Militar), Antonio Prestes De Paula (Comando Político-Militar).

dirigente do MR-8, para discutir a questão da neutralidade de Salvador, no qual ele defendeu que a luta deveria acontecer em qualquer parte do Brasil.[407]

As divergências sobre a Bahia como área de recuo, envolvendo o MR-8 e o PCBR, foram motivos de confronto entre Paulo Pontes e Lucia Murat. Sobre esta situação ele conta em seu livro de memórias:[408]

> Outra questão que nos dividia era a destinação do território do território baiano. Na sua visão deveria ser uma espécie de área de recuo para as organizações com problemas graves de segurança em outros estados. Nós, eu dizia isso com muita ênfase, insistimos (**sic**) em que "a Bahia é Brasil, portanto, em que, devemos combater a ditadura". Outro exagero de ambas as partes. A esquerda não tinha capacidade de se posicionar em conjunto sobre quase nada, portanto, não teríamos como entender o território baiano como de suposta neutralidade. De nossa parte, pecávamos verbalmente, porque, na verdade, em nenhum estado houve esse combate generalizado.[409]

Os processos militares e os depoimentos de ex-militantes do PCBR à Polícia Federal revelaram que o assalto à agência do Banco da Bahia, localizada na Avenida Lima e Silva, no bairro da Liberdade, em Salvador, realizado pelo partido em 25 de maio de 1970, foi uma alternativa para garantir a manutenção do partido no Estado. Essa decisão foi motivada, sobretudo, pela presença da direção nacional em Salvador naquele período, o que gerou um aumento considerável das despesas relacionadas à manutenção dos aparelhos.[410]

O PCBR, representado por Dirceu Régis Ribeiro e Paulo Pontes, no momento da sua implantação na Bahia, recebeu da direção nacional a quantia de Cr$2.000,00 para aluguel de aparelhos, compra de móveis e outras despesas.[411]

Paulo Pontes, Dirceu Régis e Renato Ribeiro da Costa entraram em desacordo com o setor militarista do PCBR, por considerarem prematura a ação de expropriação[412] do Banco da Bahia. Na ocasião, Paulo Pontes fora recrutado pelo Comando Político-Militar da organização e terminou por participar dessa ação, em respeito à posição da Direção Nacional, que se mostrara intransigente.[413]

---

407 SILVA, Sandra Regina Barbosa da. "**Ousar lutar, ousar vencer"**, Op. cit., 2013, p.117.

408 PONTES, Paulo. **Memória da Resistência na Ditadura e Depois**. Recife, MMM Produtos Culturais, 2018.

409 Ibid., p.122.

410 BNM 91/70; CARVALHO, 1999; PONTES, 2000; RIBEIRO, 2001.

411 PONTES, 2000; RIBEIRO, 2001; BNM 91/70, p.109; SILVA, Sandra, Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), p.96.

412 Assalto a banco era uma das maneiras das organizações adquirirem dinheiro para financiamento das suas estruturas, como aparelhos, armas, munições, viagens, entre outras necessidades.

413 BNM 612/70; BNM 91/70; GORENDER, **Combate nas trevas,** op.cit., 1990; JOSÉ, Emiliano. **Galeria F**, op. cit; PONTES, 2000; RIBEIRO, 2001.

O PCBR apresentava uma inclinação mais militarista do que as outras organizações. Naquele período, parte da direção nacional vivia clandestinamente em Salvador e não acatou as orientações passadas por Dirceu Régis e Paulo Pontes de evitar ações armadas. Os militantes preferiam voltar-se para uma política pelo recrutamento de estudantes, através de atividades de panfletagem e pichação e ações de agitação e propaganda, que visavam sua expansão.[414]

A preparação dos militantes do PCBR para o sequestro do cônsul norte-americano em Salvador prolongou a permanência na cidade, por quase um ano, do Grupo Político Militar, responsável pelo assalto ao Banco da Bahia da Liberdade. Mas a ação de sequestro foi abortada em decorrência do PCBR ter sido descoberto antes, impulsionando, assim, o remanejamento de quase todo o grupo para outros estados como Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco.[415]

Paulo Pontes recebeu o aviso de um quadro do MR-8, afirmando que os órgãos de segurança da repressão estavam levantando a estrutura de uma organização, possivelmente o PCBR. Este fato obrigou a organização guerrilheira a, rapidamente, realizar uma operação parcial de desmonte da sua estrutura, afastar os militantes da casa da Cidade Nova e dispersar o grupo de dirigentes nacionais que ainda permaneciam em Salvador. Em seu livro de memórias, Pontes (2018) revela que foi a organização MR-8.

> O MR-8, através de Lúcia Murat, que informou-nos que o nosso aparelho na Cidade Nova estava sob observação, com isso conseguimos nos dispersar de todas as organizações, ficando apenas pontos pendentes, sobre os quais a repressão nem saberia como perguntar.[416]

Com esta situação em curso, o militante Getúlio de Oliveira Cabral permaneceu em Salvador, para um encontro com os companheiros Theodomiro Romeiro, Paulo Pontes e Dirceu Régis Ribeiro, para discutir e restabelecer um plano de trabalho e ações revolucionárias para o movimento estudantil.[417]

> [...] Getúlio Cabral ficou para organizar o recuo, fazer os contatos, ele ia posteriormente, mas ficou para arrumar as coisas [...] para estabelecer os contatos, para não deixar o negócio, assim, meio no abandono, para a gente não debandar, a gente não debandava, para a gente o recuo tinha que ser um recuo organizado [...][418]

---

414 PONTES, 2000; RIBEIRO, 2001.
415 SILVA, Sandra, Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), p.162.
416 PONTES, Paulo. **Memória da Resistência na Ditadura e Depois**, op. cit., 2018, p.123.
417 BNM 91/70; PONTES, 2000; RIBEIRO, 2001; VALENTE, Carlos. Entrevista cedida a Sandra Regina da Silva. 4 ago. 2001; 10 ago. 2001.
418 VALENTE, 2001.

As atividades das organizações de esquerda em Salvador estavam sendo investigadas pelos órgãos de segurança da Bahia, representados pelo CODI/6, possivelmente a partir de setembro de 1970. Agentes da Polícia Federal receberam ordens do delegado de Polícia Federal para continuarem as observações, que estavam sendo realizadas há mais de 30 dias, com o monitoramento de alguns de seus militantes:

> [...] levantamento da estrutura de uma organização clandestina, possivelmente terrorista e ligada a uma das citadas em informações confidenciais dos órgãos de Segurança Interna da Área, tais como VPR, VAR-Pa lmares, ALN ou PCBR [...] e caso fossem encontrados, a partir daquele momento, nos pontos já conhecidos das investigações anteriores, os elementos já observados e considerados suspeitos pelos órgãos de informações componentes do CODI/6, efetuassem a prisão dos mesmos [...] os três agentes já conheciam um dos acusados como sendo José Fernandes da Silva [Paulo Pontes da Silva] em decorrência dos trinta dias de observações.[419]

As investigações estavam sendo executadas sob o comando do sargento da Aeronáutica, Walder Xavier de Lima, contando com a colaboração dos agentes da Polícia Federal Amilton Nonato Borges e José Felipe Filho, além da participação do cabo do Exército Odilon Oliva Costa. Os levantamentos efetuados pelo CODI/6 levaram às prisões, no dia 27 de outubro de 1970, de Paulo Pontes da Silva e Theodomiro Romeiro dos Santos, nas margens do Dique do Tororó, na avenida Vasco da Gama. Os dois militantes do PCBR foram presos e algemados no banco de trás do Jeep. Os agentes continuaram a perseguição contra Getúlio Cabral, que fugiu escapando ao cerco. No instante em que o sargento Walder Xavier de Lima parou o Jeep Willys e abre a porta para saltar e tentar prender Getúlio Cabral, que continuava correndo, Theodomiro Romeiro dos Santos, com o seu braço direito algemado ao braço esquerdo de Paulo Pontes da Silva, mas, com a mão esquerda livre, retira da sua pasta um revólver Taurus, calibre 38, disparando contra os agentes, matando o sargento Walder Xavier de Lima e ferindo Amilton Nonato Borges. Apesar de ferido, com o auxílio de José Felipe Filho, consegue desarmá-lo, vencendo a resistência de Thedomiro Romeiro dos Santos, que, aos 19 anos, foi o primeiro prisioneiro político condenado à morte, e seu companheiro, Paulo Pontes, à prisão perpétua. Este fato foi amplamente noticiado pelos jornais em nível nacional. Posteriormente, no entanto, o Superior Tribunal Militar comutou as penas de Theodomiro Romeiro dos Santos[420] para prisão perpétua e de Paulo Pontes para 30 anos de reclusão.[421]

---

[419] BNM 91/70, pp.17-23.

[420] Theodomiro Romeiro teve a pena reduzida para prisão perpétua, depois para 30 anos de reclusão e, no final, para oito anos, o que totalizava 16 anos, seis meses e 25 dias somados a outras duas penas – assalto

Na sua última entrevista na prisão, ao jornalista Fernando Escariz em 1979, além do seu depoimento na clandestinidade, ao também jornalista Emiliano José, o militante Theodomiro Romeiro dos Santos contou como tudo aconteceu, naquele 27 de outubro de 1970.

> Eu fui sequestrado em plena rua, enquanto esperava um ônibus, por quatro indivíduos à paisana, que utilizavam um carro particular, e que não se identificaram. Reagi, como qualquer pessoa reagiria, a um ato de violência e arbitrariedade, ainda mais numa época daquelas em que eles estavam torturando e assassinando quantos fossem de oposição à ditadura [...] Foi por volta das 21 horas do dia 27 de outubro de 1970. Eu tinha ido encontrar alguns companheiros, lá no Dique do Tororó. Ao todo éramos quatro, mas um deles, Dirceu Régis Ribeiro, saiu logo. Ficamos então, eu, Paulo Pontes e Getúlio. Mal começamos a conversar, acertando os detalhes sobre a viagem de Getúlio, aproximou-se rapidamente um Jeep Willys. Eu e Paulo estávamos de costas para a rua, em cima do meio fio. Getúlio, de frente para a rua, ao ver o Jeep disse: 'Olha esse Jeep parando aí'. Mas já era tarde. Os quatro caras, sem se identificarem [o sargento da aeronáutica Walder Xavier de Lima, o cabo do exército Odilon Oliva Costa, e os agentes federais Amilton Nonato Borges e José Freire Felipe Filho], foram chegando e agarrando imediatamente, eu e Paulo, porque Getúlio conseguiu fugir, trocando tiros. Eu estava com uma pasta preta na mão, com um revólver calibre 38 dentro. Paulo estava com um pacote de roupa. Eles tomaram a pasta e o pacote e, depois de colocar as algemas, nos jogaram no fundo do jeep. Três entraram no carro, ficando um [o cabo Odilon] do lado de fora, trocando tiros com Getúlio. O Jeep andou alguns metros até alcançar uma pequena ponte sobre as águas do dique, por onde fugia Getúlio. Em meio ao tiroteio, eles me devolveram a pasta sem nem abri-la, o mesmo acontecendo com o pacote de Paulo. Walder tinha saltado e estava na porta do jeep quando consegui, com a mão esquerda, abrir a pasta e pegar o revólver. Tentei acertar o Walder, mas o primeiro tiro falhou. Criou-se um pânico dentro do carro, agravando o clima já tenso pela troca de tiros. Dei um segundo tiro e acertei o Walder, e um terceiro em direção ao outro policial (José Felipe), mas a bala alojou-se no teto do jeep. Ainda dei dois tiros, acertando um deles no Amilton Nonato [...]. Tão logo fui desarmado e, definitivamente preso começaram as torturas, distribuíram coronhadas, do Dique do Tororó até a sede da Polícia Federal, na Cidade Baixa [...] Fomos torturados na Polícia Federal e no Forte do Barbalho com os métodos de sempre: espancamento, pau-de-arara, choque elétrico e ameaças permanentes de morte e mutilações [...].[422]

Paulo Pontes considerou que uma das possibilidades da polícia ter chegado até a casa da Cidade Nova poderia ter sido por infiltração ou a partir da identificação de

---

a banco e tentativa de organização de partido extinto – levando para quase nove anos de detenção na Penitenciária Lemos Brito, no bairro da Mata Escura, em Salvador. O seu pedido de liberdade condicional, a qual tinha direito por lei, foi negado em agosto de 1979. Não estando incluído no projeto de anistia do governo, o preso político Theodomiro Romeiro fugiu da penitenciária dando continuidade à sua luta em favor da anistia ampla, geral e irrestrita, consequentemente contra o caráter restritivo do projeto de anistia aprovado pelo Congresso em 1979. CARVALHO NETO, Joviniano S. de. **Theodomiro:** os limites da mídia e da anistia: a imprensa baiana e o primeiro condenado a morte na República. 2000. 502 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

[421] BNM 612/70; BNM 091/70; THEODOMIRO..., 1971; STM..., 1971; *JORNAL DA BAHIA* 19 a 26/03/1971; GORENDER, **Combate nas trevas,** op.cit., 1990; PONTES, 2000.

[422] ESCARIZ, Fernando. **Por que Theodomiro fugiu**. Editora Global. São Paulo. pp.5,33-48; JOSÉ 2000a, pp.24-26.

algum militante, caminhando pelas ruas de Salvador. Paulo Pontes foi monitorado e fotografado por agentes da repressão, que realizaram um levantamento detalhado sobre suas atividades no PCBR antes de efetuar sua prisão:

> Certamente, a polícia me seguiu a partir de algum dos meus contatos. As possibilidades seriam a de estarem a seguir Zequinha ou Lúcia, desde o nosso primeiro encontro na praia do Jardim dos Namorados. Mas, nesse caso, fica a dúvida do porquê eles não foram presos. Nos meus contatos, o mais suspeito é mesmo Noel, pois o comportamento dele tornou-se muito contraditório. O certo é que tem uma enorme responsabilidade, porque nunca notei que era seguido. Como já havia ocorrido em Natal, a redução dos prejuízos se deu por incapacidade da repressão. [...] Quando fui preso me questionaram sobre esconderijo e saídas secretas, exclusivamente para encobrir suas próprias falhas. Numa ocasião seguiram-me num ponto caminhando com Natur na Rua Djalma Dutra, saindo das Sete Portas. Adiante, intuitivamente, resolvemos contornar o posto de gasolina. Os seguidores da frente voltaram e os de trás começaram a subir a ladeira sem perceber que apenas havíamos contornado oposto. Enquanto, se nos atentarmos, voltamos para a Rua Djalma Dutra, saindo da Sete Portas. [...]
> No bairro da Calçada, fomos fotografados Getúlio Cabral, Bruno Maranhão, Prestes de Paula, e eu. Nenhum deles foi seguido e ficaram com registro que não identificava ninguém. Claro que me deram porrada para eu dizer onde morava cada um deles. Mas isso seria impossível. Eles só souberam que tínhamos uma rigorosa separação de estrutura com a minha prisão. Levei muita porrada para se convencerem, mas, doeu um pouco também neles, quando se viram aprendizes de algo que dominavam há mais tempo.[423]

Algumas horas depois do cerco aos militantes do PCBR, Dirceu Régis, que também esteve no encontro do Dique do Tororó, ouviu a notícia das prisões pela televisão. Os jornais de Salvador, do dia 29, destacaram as prisões daqueles militantes do PCBR e o sepultamento do sargento morto.[424]

Paulo Pontes relatou como ele e seus companheiros foram cercados e presos pelos agentes da repressão próximo ao Dique do Tororó:

> Naquele 27 de outubro de 1970, Theodomiro e eu, que acabávamos de ocupar o aparelho na Fazenda Grande, cuja precariedade lembrava o "X-30" de Natal", vamos nos encontrar com Dirceu e Getúlio. O ponto era no Dique do Tororó, caminhando, vindo do lado da Avenida Centenário. Dirceu recebeu o dinheiro e instruções para voltar para Remanso. Após ele sair, com Theodomiro e Getúlio, continuei caminhando pela borda direita do dique no sentido Fonte Nova. Na entrada da Avenida Vasco da Gama, onde hoje há um viaduto, um jeppe parou bruscamente e ouvi as palavras de alerta de Getúlio, enquanto sacava pistola e corria no sentido contrário do que caminhavam. Quando me dei conta, estava suspenso no ar por um abraço que imobilizava minhas mãos.[425]

Nos meses seguintes, foi deflagrada uma intensa investigação pelos órgãos de segurança, ocorrendo inúmeras operações de busca de outros militantes e simpatizantes

---

423 PONTES, Paulo. **Memória da Resistência na Ditadura e Depois**, op. cit., 2018, p.141.
424 PONTES, 2000; RIBEIRO, 2001.
425 PONTES, Paulo. **Memória da Resistência na Ditadura e Depois**, op. cit., 2018.

do PCBR, que prosseguiram até fevereiro de 1971, quando ocorreram as últimas prisões.[426]

As prisões de Paulo Pontes e Theodomiro Romeiro[427], em 27 de outubro de 1970, marcaram o declínio do PCBR na Bahia, como o segundo momento da derrota das organizações de esquerda que optaram pela resistência armada contra a ditadura em Salvador, sendo este o entendimento da pesquisadora Silva, com o qual também concordo.

Em relação às ações armadas executadas pelo PCBR em Salvador, que foram motivos de contestações de outras organizações de esquerda, provocando ações mais ofensivas da repressão na Bahia, Paulo Pontes apresenta sua posição:

> Em depoimentos de companheiros da época, ouvi restrições ao fato de termos feito ações armadas aqui, como uma espécie de atração e voluntária da repressão. Minha sensação é que agimos coagidos pela emergência. Usamos o espaço do baiano para o proselitismo e o recrutamento. Mas também, por fragilidade nacional do PCBR [...][428]

Apesar de seguirem linhas políticas e ações revolucionárias distintas, as três organizações de esquerda na Bahia mantiveram alguma interação. Essa aproximação pode ter contribuído para a adoção de uma política de frente, especialmente na campanha pelo voto nulo.

Essa campanha foi amplamente discutida, em uma reunião da qual participaram Lúcia Murat (MR-8), Paulo Pontes (PCBR) e José Campos Barreto, naquele momento, militante da VAR-Palmares. Foi decidido que o PCBR ficaria com a responsabilidade de imprimir cinco mil exemplares de panfletos, o MR-8, seis mil e a VAR-Palmares teria alegado falta de condições para fazê-lo. Ao que parece, o original do panfleto da referida campanha foi objeto de discussão entre os representantes das três organizações, ficando decidido que o aparelho da Cidade Nova, do PCBR, seria o local provável da impressão. Entretanto, Paulo Pontes, preso em outubro de 1970, perderia contato com os dois militantes mencionados, interrompendo a contribuição de sua organização na campanha.[429]

---

426 Encontram-se nos processos BNM 212/70 e 91/70 as prisões de quase todos os militantes do PCBR, nos meses após as prisões de Paulo Pontes e de Theodomiro Romeiro. Nos meses de março a junho de 1971, a imprensa baiana dava destaque sobre as audiências de Theodomiro Romeiro e Paulo Pontes o que teria contribuído para ser mais uma alternativa de fonte para acompanhamento dos desdobramentos desses processos.

427 Detalhes sobre a fuga de Theodomiro Romeiro dos Santos, indico assistir o filme *Galeria F*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lLAvZOLjIAI . Acessado em 20 jan. 2024.

428 PONTES, Paulo. **Memória da Resistência na Ditadura e Depois**, op. cit., 2018, p.123.

429 BNM 612/70; BNM 192/71; PONTES, 2000.

Em sua entrevista a Sandra Silva o dirigente do PCBR Paulo Pontes detalhou como ocorriam as comunicações entre as organizações guerrilheiras:

> Eu tinha ponto com Lúcia Murat, do MR-8 e Zequinha [José Campos Barreto] era outro contato que eu tinha aqui, só que ele, na época, era da VAR-Pa lmares [...] eu tinha contato com Orlando pelo POC, tinha contato com Tibério Canuto pela AP [...] emprestar ou dar dinheiro se fosse o caso. [...] Foi o MR-8 que avisou que a minha casa estava sendo investigada pela polícia. Então, esse tipo de informação existia, [...] por exemplo, se a gente fosse fazer uma ação armada e não tivesse arma suficiente, podia pedir emprestada. Sobretudo aqui na Bahia, era uma relação que não tinha os ranços pessoais, ou seja, um chega do Rio, eu era de Pernambuco, Zequinha [José Campos Barreto] chegara de S. Paulo, nós não tínhamos militância anterior, o nosso objetivo era o mesmo, por caminhos diferentes [...][430]

No entanto, as evidências levam ao entendimento que a mais constante forma de interação entre as organizações refere-se à solidariedade decorrente dos riscos e perigos de prisões de militantes. Tome-se como exemplo a informação dada pelo MR-8, através de Lúcia Murat, ao PCBR, de que a casa, ou seja, "o aparelho" do bairro da Cidade Nova, estava sendo observada pelos agentes da repressão. [431]

Na edição do jornal *Resistência,* de 1970, um órgão clandestino do MR-8, destacava-se que era preciso

> [...] Superar o distanciamento das camadas exploradas e oprimidas ganhar-lhes o apoio material, concreto, tudo isso depende de uma aproximação maior entre as organizações. Porque tudo isso implica em encaminhar uma série de tarefas que, sozinha, nenhuma organização tem condições de encaminhar mesmo."[432]

As desarticulações ocorridas após algumas quedas reforçavam a necessidade de acolhimento por parte da organização que tivesse estrutura para abrigar militantes em situação de vulnerabilidade devido à falta de segurança. Amílcar Baiardi ressaltou a solidariedade entre as organizações nesses momentos de dificuldade. Sandra da Silva, em sua pesquisa, também concluiu que houve uma aproximação entre as três organizações.

As frequentes dissidências e cisões entre militantes e organizações revolucionárias foram alertadas por Jacob Gorender. Inúmeras situações deram ao militante, em sua trajetória individual, a possibilidade de ter passado por duas, três ou mais organizações. Por isso, ao serem detidos e torturados, fizeram revelações acerca de todas elas. Os processos que envolveram as três organizações em Salvador e os

---

430 PONTES, 2000.

431 PONTES, Paulo. **Memória da Resistência na Ditadura e Depois**, op. cit., 2018, p.123.

432 *RESISTÊNCIA*, Edição N° 20, Ano II de 15 de outubro a 15 de novembro a 1970 - Editorial, p.02. Era um jornal clandestino da organização.

depoimentos de seus militantes registram as condições de alguns militantes que participaram inicialmente da DI-BA (da tendência coordenada por Chantal Russi, Jurema Valença e Carlos Sarno). Com a desarticulação desta, ainda no ano de 1969, se aproximaram do PCBR, desenvolvendo atividades até o final de 1970, período em que a repressão prendeu os seus principais quadros, quando atuavam no MR-8, em 1971. Viveram essa experiência os militantes: Antonio Leopoldo Meira, Manoel Barreto da Rocha Neto, Maria Lúcia Santana Cerqueira e Aldo da Silva Vieira, os quais transitaram pela DI-BA, PCBR e MR-8; Maria Célia Mascarenhas Magalhães, passado da DI-BA para o PCBR e Palmiro Torres de Oliveira, Denílson Vasconcelos e Jaileno Sampaio da Silva, que iniciaram suas militâncias na DI-BA e, posteriormente se integraram ao MR-8. José Campos Barreto, "Zequinha", num primeiro momento em Salvador, pertencia a VAR-Palmares e ingressou depois no MR-8, compondo a área de campo da organização armada.[433]

O apoio entre as organizações de esquerda que atuaram na Bahia, com ações revolucionárias de combate e enfrentamento à ditadura, em Salvador, se processou de maneira natural, em situações de insegurança. Isto ocorria quando o militante perdia o contato com sua organização de origem, buscava apoio e abrigo em outra, evitando ser preso, para não comprometer a segurança da organização a que estava ligado.[434]

A colaboração entre o PCBR e o MR-8, buscando apoiar ações e manter um sistema de comunicação, para estar sempre alerta contra as ações dos agentes da repressão, foi assim detalhada por Paulo Pontes. Com o MR-8, adotou-se uma postura de cooperação entre companheiros, com ajudas mútuas a partir da necessidade de um e a disponibilidade do outro, considerando o uso de aparelho, algum dinheiro ou armamento. Como "Zequinha" logo deixou de comparecer nos encontros com os militantes de outras organizações, Pontes considerou que aquele deveria ter mudado da VAR-Palmares para o MR-8.

> Com Lúcia Murat, apareceram as divergências mais comuns. Ela dizia que orientavam seus companheiros, em caso de prisão, a preservar a organização nas primeiras 48 horas e preservasse a partir daí. Eu dizia que nenhuma organização tinha estrutura tão eficiente. Logo a orientação do PCBR era não falar nem o próprio nome para repressão. A realidade mostrou, tragicamente, como ambos estávamos errados.[435]

---

433 BNM 192/71; BNM 052/71; FERREIRA, 2002; PATERSON, 2002.

434 BNM 192/71; BNM 052/71.

435 PONTES, Paulo. **Memória da Resistência na Ditadura e Depois**, op. cit., 2018, p.122.

Numa análise junto às fontes documentais, processos judiciais militares e entrevistas cedidas por ex-militantes das organizações, ficou evidenciado que foi o MR-8 a organização guerrilheira que mais apoiou militantes clandestinos, nos seus momentos de dificuldades, e também a que incorporou um maior número deles em sua estrutura. Vale ressaltar que foi o MR-8 a última organização armada desarticulada pela repressão em Salvador.

É preciso entender que as organizações VAR-Palmares e PCBR, ainda naquele ano de 1970, tiveram inúmeros dos seus militantes presos. Já o MR-8 foi definitivamente desarticulado em 1971, primeiro com a morte de Iara Iavelberg, em agosto, em Salvador, e, posteriormente, em setembro, com o desmantelamento do Setor de Campo da organização na região de Brotas de Macaúbas. Esse desfecho incluiu as execuções de quatro militantes: o capitão Carlos Lamarca, José Campos Barreto, seu irmão Otoniel Campos Barreto e Luiz Antônio Santa Bárbara. Em Salvador, a estrutura do MR-8 já estava seriamente comprometida, com as prisões de alguns de seus militantes, entre os meses de março e abril daquele ano.[436]

No capítulo 3, numa abordagem historiográfica vamos apresentar as questões que envolveram as delações, os cercos policiais, as prisões, torturas e as mortes de alguns militantes baianos do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) na Bahia.

CAPÍTULO 3: CERCOS, PRISÕES, TORTURAS, DELAÇÕES E DESMONTE DO MR-8 EM SALVADOR

A decisão de Carlos Lamarca de romper com a Vanguarda Popular Revolucionária-VPR e ingressar em uma outra organização de esquerda, juntamente com Iara Iavelberg, foi comunicada pelo capitão a Alfredo Syrkis, "Felipe*",* militante da VPR:

> As divergências insuperáveis no interior do CN (Comando Nacional) e com outros companheiros que agora formavam a coordenação provisória. Ele não queria mais ser comandado de porra nenhuma. Queria fazer trabalho de base, no campo, junto com o povão.[437]

---

[436] BNM 192/71; PONTES, 2000; SOUZA, 2001.

[437] SYRKIS, Alfredo. Os Carbonários: **Memórias da guerrilha perdida**.1980. Global Editora e Distribuidora Ltda.6ª ed. São Paulo. SP., p.317.

Alfredo Syrkis entendia que a VPR vivia uma crise tanto orgânica quanto material e que seus militantes, incluindo membros da direção, corriam o risco de serem presos pelos agentes da repressão, devido ao cerco e à perseguição contra eles.

> Tínhamos poucos aparelhos e estes estavam bastante sobrecarregados. A repressão era cada vez mais intensa e eram de prever quedas. Ele devia ficar no aparelho totalmente desvinculado das estruturas operacionais. No entanto, estava no aparelho onde se reunia o Comando Nacional. Lá moravam Alex, Lúcia e Iara, essa reunião também Daniel, e Inês Moises.[438]

Em um encontro com Cesar Benjamin, "Cesinha", Alfredo Syrkis detalha ter recebido garantia de que o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) tinha aparelhos muito mais seguros, com simpatizantes não visados e esquemas totalmente por fora da estrutura dos grupos de fogo para abrigar Carlos Lamarca e Iara Iavelberg. "Era essa a providência urgente que eu sugeriria na minha missiva a Lamarca. Propusera também que ele saísse para o exterior. A minha ideia era que ele ia *sifu* em breve."[439]

Insistiu Alfredo Syrkis que seria mais seguro para Lamarca deixar o Brasil, evitando sua queda e execução pelos agentes da repressão e destacando que a maioria dos quadros da VPR já estavam no exterior, sendo a opção de deixar o país a mais acertada naquele momento[440]:

> "Negão, você pode ser um gatilho mais rápido do país dentro de 90 milhões de brasileiros. Mas isso não vai adiantar nada o dia que estiver cercado por 150 caras, e o mesmo que você consiga levar junto, uns sete ou oito, no revolvão e nas duas bombas anarquistas, não vai valer a pena. A tua vida pelas deles. A grande maioria dos nossos quadros está no exterior, talvez lá se possa iniciar um processo crítico, fazer um congresso da organização. Pense".

Lamarca não aceitou a sugestão de Alfredo Syrkis de deixar o Brasil, dizendo que não temia a morte e que continuaria ao lado do povo, na luta pela Revolução. Já tinha vivido muito, já vira que tinha que ver, e o que importava era a emoção de agora estar do lado do povo, até o fim.

> Posso apodrecer morto, cheio de chumbo no bucho, mas não vou apodrecer vivo. E mesmo que me agarrem e torturem eu vou para o "método turco", e enquanto tiver uma célula nervosa viva no meu cérebro, vai estar com a Revolução.[441]

Embora não tivesse aceitado a sugestão de Syrkis de deixar o Brasil, Lamarca acatou a ideia de passar para um aparelho do MR-8 por questão da sua segurança.

---

438 Id., p.317.
439 Ibid., p.318.
440 Id., p.318.
441 Idem., p.318.

> Mas aceitava a sugestão de passar para um aparelho do MR-8. Pedia que eu lhe providenciasse um contato com a DG [*Direção Geral*] daquela organização. Além disso, queria bater um papo pessoal comigo, assim que fosse possível, na nova infra. Acertar os detalhes relativos ao exterior e uma conversa de despedida. Era tudo muito urgente. Me invadiu a sensação de que a luta prosseguia, a emoção de seguir atuando. Para assegurar a retirada do Lamarca, valia a pena adiar a viagem, correr novos riscos. Antes de viajar eu tinha que concluir tudo direito. Sair dignamente.[442]

Alfredo Syrkis já tinha tomado a decisão de desligar-se da VPR e seguir para o exterior, o que já era de conhecimento da direção da organização e de Carlos Lamarca. Mais tarde, "Cesinha", que tinha se deslocado para Bahia, vindo de 20 em 20 dias ao Rio de Janeiro, se encontrou com Syrkis para tratar da situação de Carlos Lamarca.

> Cesinha estava muito contente com o trabalho por lá. Cesinha ficou todo excitado quando anunciei que em breve poderiam receber um reforço de Carlos Lamarca em pessoa. Ele me marcou um ponto, como membro da DG. Não precisava de senha, eu reconheceria.

Foi então acertado um novo encontro, agora com a Direção Geral do MR-8, e um ponto foi passado para Alfredo Syrkis:

> Cesinha me passou o ponto com a DG. Foi no dia seguinte, na Rua Marquês de Olinda, em Botafogo. Veio Muniz, ex-presidente da UME, das velhas agitações, na época da semana Rockfeller. Estava muito engraçado. Com terno escuro, pastinha, minúsculo bigodinho de burocrata, parecia um gerente de banco. Elogiei o disfarce, trocamos os folclores e fomos logo ao x da questão. Eles aceitavam acolher Lamarca no aparelho seguro e discutir a hipótese de trabalho conjunto no campo. Marquei para o dia seguinte de noite o contato entre ele e a companheira de Lamarca. Ela acertaria os detalhes da mudança de aparelho.[443]

O encontro entre Iara Iavelberg e o militante que estava deixando a VPR, Alfredo Syrkis, o "Felipe", foi contado em detalhes:

> Sentou-se à minha frente na mesinha do Limão Sul, bar dos velhos tempos estudantis. Tirou os óculos escuros, redondos, e colocou na bolsa. Tinha os olhos claros, grandes, um rosto bonito, com sardas. Um sorriso muito doce. Ficamos batendo papo sobre as coisas. A mudança de aparelho, a crise da VPR, a minha viagem. Ela também se desligará da organização, tinha consciência da derrota, da necessidade de mudar tudo, da dificuldade, naquelas alturas do campeonato, de mudar o que fosse naquela esquerda.[444]

Syrkis tomou a decisão de apresentar a Iara a sugestão do casal se exilar:

> Acho que vocês dois deviam sair para o exterior. Lá fora, com todo nosso pessoal, talvez ainda se possa fazer um processo crítico, um balanço. Traçar uma nova orientação. Pensar no trabalho de reimplantação a longo prazo. Cláudio tem consciência disso, mas subestima seu próprio papel. Quer apenas fazer trabalho de campo; mas acho que a situação está muito

---

442 Id., p.318.
443 Idem., p.322.
444 Id., pp.322-323.

> precária. Todos esses trabalhos de campo dependem de esquemas na cidade e acabamos sendo afetados por quedas na cidade. O cerco tá cada dia maior.[445]

Contou Alfredo Syrkis que Iara lhe olhou muita séria e lhe revelou sua decisão:

> Eu sei tá muito difícil. Essa de trabalhar com MR-8, não sei, não. Pelo menos é um esquema de campo, o que é bom para o nível de queimação do Cláudio, mas eu não me adapto bem. Lá no Vale da Ribeira já foi uma loucura. Saí os meses antes da queda. Fiquei doente. Acho que sou um quadro da cidade, mulher urbana. Às vezes tenho vontade de ir para o exterior, ainda mais que meus dois irmãos estão no Chile. Mas ao mesmo tempo quero ficar com Cláudio, ele precisa de mim. E eu dele. É um cara incrível, muito bom, sincero, como um livro aberto. E talvez valha a pena continuar tentando fazer um trabalho. Alguém tem que continuar.[446]

Segundo Syrkis, entre um gole e outro da batida de limão, Iara ficava pensativa e falava: "Por outro lado, as perspectivas são fodas. Imagine se caio viva nas mãos deles. O que não vão querer fazer com a companheira de Lamarca? Mas acho que morro antes…"[447]

Relatou ainda Syrkis que, assim que terminou a batida, Iara pediu outra, e passaram a tratar de assuntos mais amenos. Para ele, Iara era daquelas pessoas que inspiram a amizade desde o primeiro contato. Syrkis também contou, que levou Iara para o ponto com Muniz "que vinha com outro companheiro, loiro, forte, pinta de Charles Heston. Parecia um galã de filme americano, perdido na selva de asfalto patropi. Stuart."[448]

> Ele seria o meu contato para a prometida reunião com Lamarca. Levaram Iara para o ponto, aonde Alex o levava de carro. Lamarca saiu do Fusca bege e entrou em outro, cor de vinho, onde estavam Iara e os dois companheiros. Assim foi que saiu de uma organização e entrou em outra.[449]

Judith Patarra também apresenta sua versão sobre os encontros de Iara Iavelberg e Carlos Lamarca com a direção do MR-8, para discutir a situação de ficar algum tempo em aparelhos do MR-8, fugindo ao cerco dos agentes da repressão ou até mesmo, deixar a VPR e ingressar na organização.

> Ainda em fevereiro, Carlos Alberto Muniz, da coordenação nacional do grupo, recebeu o recado. Queriam conversar e marcar um ponto que o espantou pela inadequação: o barzinho de mesas no Maracanã, a poucas quadras do DOI-CODI e Polícia do Exército. Um companheiro apresentou-o

---

445 Ibid., p.323.
446 Id., p.323.
447 Idem., p.323.
448 STUART, Angel Jones .... Para maiores detalhes sobre o caso de Stuart Angel e a trajetória de sua mãe, Zuzu Angel, em busca da localização de seu corpo, cf. BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Op. Cit., 2007, pp. 160 -162; VALLI, Virginia (org.) Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 1987.
449 Ibid., p.324.

> a Iara. Observou-a, curioso: elegante e num tailleur marrom. Sentaram-se a tomar refrigerantes. Pareceu-lhe apreensiva, porém não acuada [450]

Neste encontro, segundo Patarra, Iara detalhou a situação que enfrentavam:

> A VPR enfrenta cerco apertado, sem aparelho seguro para alguém como Lamarca. Vocês vêm argumentando a favor do trabalho no campo. Tentamos introduzir alguns desses pontos na discussão interna da VPR. Há grande resistência, insistem em um congresso fora do Brasil. Lamarca nega-se a sair e pensa numa linha semelhante a do MR-8. As condições mudaram. Ele gostaria de discutir com vocês.[451]

De acordo com a autora, Carlos Alberto Muniz, da coordenação nacional do MR-8, delineou para Iara as ideias da organização para a implantação do trabalho de campo. "É um esforço político sério, sem menção de guerrilha."[452] Mas deixou evidente o interesse em absorver o casal, trazendo alento e novos militantes. Marcaram um novo encontro numa transversal da Dias da Cruz, perto do Méier, direção do Engenho de Dentro, no qual apareceu o militante Stuart:

> Stuart Angel Jones, da coordenação regional, ajudou no transporte de Lamarca e Iara à casa de aliados, em dois carros. Não se tratava ainda de trazê-los ao MR-8, mas de facilitar o debate político em local seguro e apoiá - los no momento difícil da VPR. O apartamento ficava na Rua Barão do Flamengo. Iara aspirou a brisa. Que bom, Zona Sul. Intenso tráfego na Avenida à beira -mar. Especialmente convocado - falaria do trabalho no campo e o projeto de guerrilha - veio da Bahia seu responsável, João Lopes Salgado, o "Fio". Sentia-se premiado. Direção nacional, 28 anos, conheceria a principal liderança revolucionária.[453]

Em entrevista para esta pesquisa[454], João Salgado detalhou como foi o seu primeiro encontro com Carlos Lamarca e Iara Iavelberg, no Rio de Janeiro, em maio de 1971:

> Muniz me chamou. A gente tinha, a cada mês e meio, uma reunião de comando nacional. Muniz me convocou para essa reunião. A gente passou dois dias e duas noites conversando, com Lamarca e Iara. Eu tentava explicar. Ele estava muito ansioso para saber qual era o nosso trabalho. E eu mostrando para ele que era um trabalho muito incipiente, que a gente tinha começado em Cachoeiras de Macacu,[455] no Estado do Rio de Janeiro, em Xerém, tinha dado água, não tinha dado certo. Eu comecei a dizer "olha, é um trabalho. Não é uma área.[456]

Ressaltou João Salgado que a área não se adaptava para a luta armada:

---

[450] PATARRA, Judith. Iara: **reportagem biográfica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos,1993, p.448.

[451] Ibid., p.448.

[452] Op, cit., p.448.

[453] Ibid., pp. 448-449.

[454] SALGADO, João Entrevista concedida por João Lopes Salgado, "Fio", Dino" comandante da área de campo do MR-8, em Buriti Cristalino na Chapada Diamantina, na região oeste da Bahia em 1971. Entrevista dia 16 de set. 2018. Brotas de Macaúbas.

[455] Cachoeiras de Macacu é um município brasileiro situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Localiza-se às margens da rodovia RJ-116.

[456] SALGADO, João em entrevista para pesquisa.

> Quando eu comecei a descrever para ele a incipiência do nosso trabalho. Que era uma área que não se adequava à luta armada aberta. Mas que seria uma boa área de recrutamento. Que já existia um trabalho. Já existia um militante, uma pessoa com certeza experiência na área. E eu sem querer descrevi Zequinha, um agitador.[457]

Foi então, segundo Salgado, que Carlos Lamarca pediu para ele parar com a descrição: "Para, para, que eu já sei onde é que é. Eu sei mais ou menos. Não é bom que eu tenha conhecimento. Eu estou começando a discutir. Não sou da Organização, então eu não quero saber."[458]

De acordo com João Salgado, o encontro da direção nacional do MR-8 com Carlos Lamarca e Iara Iavelberg durou dois dias, no aparelho de um militante da Organização, com demoradas discussões da linha política do Movimento Revolucionário Oito de Outubro e da luta revolucionária para guerrilha no campo.

> Então foi isso, dois dias e duas noites discutindo a nossa linha política e a nossa linha para o campo particularmente, que eu defendia naquela época. Eu era defensor da teoria de grupos guerrilheiros regulares e irregulares. Que aqui não seria, nem um grupo de guerrilheiros táticos, nem grupo tático irregular. Aqui seria uma área de recrutamento [*se refere a área de campo de Buriti Cristalino*]. A gente podia fazer um grupo tático mais lá pro lado de Salvador, entre a área urbana e rural. Com as pessoas perfeitamente legalizadas, sendo estudantes, médicos bancários. Que de noite faziam as ações revolucionárias e de dia no trabalho deles. Nós não podíamos mais queimar as pessoas.[459]

Neste encontro, João Salgado fez a defesa de que a área de campo de Buriti Cristalino deveria ser apenas de recrutamento:

> Tinha sido militar muito anos, tinha um conhecimento razoável de armamentos. [...] Vivi intensamente, foi uma experiência no grupo armado. Eu defendia essa tese. Que aqui não seria nenhuma e nem outra (refere-se a Buriti Cristalino em relação a grupos guerrilheiros). Lá de Cotegipe, para lá, a gente poderia fazer grupos armados regulares inclusive. Se aproximando de Goiás e de Barreiras e tal. Mas aqui só recrutamento mesmo.[460]

Naquele mês de maio, Carlos Lamarca e Iara Iavelberg passaram a viver de "aparelhos" em "aparelhos" de militantes do MR-8. Teve uma vez em que ficaram separados. Stuart levou Lamarca para um local, enquanto Iara foi para a casa de Muniz. A mulher dele ignorava a identidade de Iara.

> Eu sabia que era muito procurada. Contou-me que mesmo estressada cuidava de si [...] A questão do filho aparecia muito, incansáveis tentativas. Pareceu-me aceitar viver hoje aqui, amanhã ali. Simpática, nenhuma preocupação em aparentar a dureza estereotipada de militante. Nada agressiva.[461]

---

457 Ibid.
458 Id.
459 Ibid.
460 Id.
461 PATARRA, Judith., p.459.

A cada dia, a situação de Carlos Lamarca e Iara ia se complicando devido à perseguição contra os militantes do MR-8. Segundo Patarra, Muniz soube que um contato de Ângela caiu. Apreensivo porque poderiam prendê-la, finalizou rapidamente as tarefas. Iara estava nervosa em casa. Ângela não voltou no prazo, e era preciso abandonar o aparelho. Antes, Muniz passou um revólver para Iara e embrulhou algumas bombas.[462]

> No ponto diário, Muniz e Stuart resolveram esconder Iara no local de emergência enquanto avisavam aos companheiros da queda de Ângela. Tudo sobre controle, Stuart obteve abrigo para Iara e Lamarca em casa de aliados, Renato e Geiza Laforet,[463] futura funcionária do Ministério da Economia. Muniz dirigiu-se a um aparelho em Ramos perturbado. A prisão de Ângela pesava-lhe muito. Não era clandestina, mas enfrentaria o inominável por causa dele.[464]

O casal Laforet morava perto do Largo do Machado, num pequeno apartamento de frente, no quinto andar, na rua Conde de Baependi. Por volta das duas da manhã, receberam Lamarca e Iara.

> Dormiram no colchão de solteiro na sala. Haviam almofadas, mesa e quatro cadeiras, geladeira, toca-discos e rádio. Na cozinha sem área de serviço cabia uma pessoa.
> - Não mudamos hábitos da casa - recusou Lamarca.
> Iara ia de vez em quando ao médico, segundo informava. Acordavam tarde, exceto Geísa que saia cedo para trabalhar no ministério da Indústria e Comércio. Renato diagramar um boletim cambial, esporádico. O primeiro a levantar-se no apartamento escuro, iluminação artificial, no meio da tarde, era Lamarca. Não queria bater a máquina de madrugada. Capaz de escrever até às 22 horas, fumava incessante cigarros a tomar bules de café, quase um quilo de açúcar por dia. Também liam, sentado nas almofadas. Geisa admirava o carinho entre os dois, as longas discussões políticas, o ciúme amoroso de Iara, atenta em deixá-lo seguro de si. [465]

A situação de "entocados" em aparelhos do MR-8 foi cada vez mais se complicando para Carlos Lamarca e Iara. Os agentes da repressão conseguiram prender Alex Polari[466] e Stuart Angel e a situação deixou Muniz, Lamarca e Iara em alerta.

> Queda de Alex engendrou a prisão de Stuart.[467] No apartamento da Conde de Baependi embalde o aguardaram. No dia seguinte Renato recebeu a notícia.

---

462 Ibid., p. 459.
463 A jornalista Conceição Lemes, entrevistou Geísa Holanda Marinho, em Brasília.
464 PATARRA, Judith, pp.459-460.
465 Op. Cit., p.460.
466 Quando jovem, ingressou na militância política e fez parte da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em 1970, ajudou a planejar o sequestro do embaixador alemão no Brasil, Ehdenfrico Aton Von Holleben, que ocorreu em junho daquele mesmo ano. Uma semana depois o sequestro resultou na extradição de 40 presos políticos para a Argélia, na África. Cerca de um ano depois, em 12 de maio 1971, Alex foi preso e condenado à prisão perpétua. Polari tinha 20 anos. Foi libertado aos 29 anos, em novembro de 1979 pela Anistia. Alex Polari testemunhou a repressão, a censura, a clandestinidade, o sequestro, a tortura, a ameaça, a violência física e a psíquica, além da precária condição de vida no cárcere e o assassinato de seu amigo Stuart Angel.

> -Iara ficou nervosíssima e triste. Lamarca reagiu com maior preparo. Sofri muito. Eu era amiga dele e encarregaram–me de informar a família - registrou Geísa.
> Embora convicto de que Stuart não abriria o paradeiro de Lamarca, Muniz levou o casal ao seu refúgio, em Ramos. Iara despediu-se de Geisa, abraço longo. Queriam-se. Ficaram amigas.[468]

Em maio de 1971, no Rio de Janeiro, Stuart Angel estava "abrigado" na residência de Sebastião Braz, um mecânico e ex-sindicalista piauiense, que foi filiado ao PCB, através da Juventude Comunista em 1953, logo depois que chegou ao Rio. Em 1964, acabou preso como dirigente sindical, quando os militares fecharam os sindicatos.

Numa entrevista que concedeu ao jornal *Folha de São Paulo*,[469] Sebastião Braz revelou que conheceu Stuart Angel em 1969, através de um taxista de nome Pedro. Contou Braz que o militante do MR-8 também se identificava como "Pedro", abrigando-se em sua casa com frequência. Relatou que sabia da participação de "Pedro" na luta armada contra a ditadura. "Mas essa era a única informação que tinha sobre sua vida".

De acordo com Braz, na entrevista: "Crime político foi esquecido," no dia 13 de maio, ficou até tarde da noite em sua casa, discutindo com "Pedro" a situação política do país. Informou que na manhã do dia 14 de maio de 1971, "acordei no horário do trabalho, ele acordou também, tomamos um cafezinho e descemos juntos até o ponto do ônibus." E contou mais: "me lembro que, quando eu entrei no ônibus, eu dei tchau para ele e aquela foi a última vez que eu o vi." Naquela manhã do dia 14 de maio de 1971, horas depois de se despedir de Braz, Stuart seria preso por agentes da repressão e levado à Base do Galeão, onde foi visto pela última vez.

Em relação às atividades de Stuart, Braz disse que não sabia detalhes das ações ou paradeiro do militante do MR-8 quando este deixava sua casa. "As questões que nós falávamos eram os acontecimentos gerais, mas da luta armada, dos encontros, por questões de segurança, não falávamos". Ressaltou Braz que "nós sabíamos do risco, mas achávamos que tínhamos a obrigação de fazer aquilo". Contou que na época, ele

---

[467] Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Disponível em https://www.google.com/search?q=comiss%C3%A3o+nacional+da+verdade+relat%C3%B3rio+final&sca_esv=7871e83a82f86ad9&sxsrf=ADLYWIJTpv-. Acessado em 20 de set. 2021.

[468] Op.Cit., p.464.

[469] *Folha de São Paulo.* Disponível: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/crime-politico-foi-esquecido-diz-mecanico-que-abrigou-vitimas.shtml. Acessado em 20 set. 2022.

tinha quatro filhos – uma delas, Linda, também militante, morreu em 1981 em um acidente de carro, que Braz acredita ter sido planejado.

Sebastião Braz disse ter descoberto, apenas em 1979, que o verdadeiro nome de "Pedro" era Stuart Edgard Angel Jones, uma das 434 pessoas que perderam a vida ou desapareceram por perseguição política durante os governos militares no país, segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade.[470]

Segundo Higor Codarin, Lamarca, muito procurado, era trocado constantemente de aparelho pelos dirigentes do Oito na Guanabara. Em maio, ocorreram novas prisões: Zaqueu Bento e Manoel Henrique, no dia 7, Alex Polari dia 12 e Stuart Angel, no dia 14. Stuart, um dos dirigentes na Guanabara, iria assumir a reorganização do trabalho em Salvador, desmobilizado após a prisão de Solange Gomes.

> Contudo, em um ponto com o militante Alex Polari, da VPR, foi preso em Vila Isabel. É quase certo que Stuart sabia a localização de Lamarca, e os torturadores sabiam disso. Diante de diversas sessões de tortura, relatadas por Alex Polari, não expôs as informações que tinha sobre Lamarca. Por isso, foi assassinado e seu corpo nunca foi encontrado.[471]

Muniz lamentou a morte de Stuart, recordando que era um companheiro de luta desde o ano de 1967, "os anos mais intensos da vida da gente, e agora reorganizando as coisas, se vendo diariamente, segurando tantas barras". De acordo com Muniz, Stuart foi assassinado no dia 14 de maio.

> Então, Stuart foi ter encontro com um rapaz que era dirigente da VPR na época, o Alex Polari, que tinha sido preso e abriu o encontro e o Stuart foi assassinado no Galeão nos dias subsequentes. E eu deixei Stuart perto do encontro, depois tínhamos encontro às 6 horas, ele já não foi, voltei no dia seguinte, ele não abrira o ponto, escapei. Mas voltei e conversei com Lamarca sobre a perda do Stuart. Foi um período muito importante para mim, porque minha mulher estava presa, barbaramente torturada e eu sabendo.[472]

O ex-preso político, jornalista e escritor Emiliano José relata sua versão sobre a prisão de Stuart. No mês de maio, a situação também se agravou para o MR-8 do Rio de Janeiro. Sobre a prisão de Stuart Edgar Angel, ele destaca:

> [...] na manhã do dia 14 [...] num grande cerco policial montado na avenida Sete de Setembro, em Vila Isabel, na zona norte do Rio. Preso é transportado dentro de um porta-malas de um Opala amarelo, para a base do Galeão.

---

[470] Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Disponível em https://www.google.com/search?q=comiss%C3%A3o+nacional+da+verdade+relat%C3%B3rio+final&sca_esv=7871e83a82f86ad9&sxsrf=ADLYWIJTpv- . Acessado em 20 de set. 2021.

[471] Op.cit., p.272. Para maiores detalhes sobre o caso de Stuart Angel e a trajetória de sua mãe, Zuzu Angel, em busca da localização de seu corpo, cf. BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Op. Cit., 2007, pp. 160-162; VALLI, Virginia (org.) Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho. 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

[472] Idem.

> Estava nas mãos do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).[473]

Ainda segundo Emiliano, com a queda de Stuart Edgar Angel, os agentes da repressão rapidamente chegariam ao capitão Carlos Lamarca.

> Torturado, com a pele esfolada, Stuart Angel é amarrado na traseira de um jipe oficial da Aeronáutica e arrastado de um lado para o outro com a boca colada no cano da descarga do veículo. Asfixiado e intoxicado pelo monóxido de carbono, o prisioneiro morre. Eles tinham certeza de que Stuart sabia onde estava Lamarca.[474]

Numa entrevista que Carlos Alberto Muniz concedeu a Judith Patarra, contou detalhes da sua convivência com Lamarca e Iara, na casa de José Gomes Teixeira, ex-marítimo aposentado que foi do Partido Comunista, e sua mulher Zeni. O MR-8 havia recrutado alguns quadros da Baixada Fluminense. José Gomes foi um deles.

> [...] vieram morar comigo num bairro do subúrbio, humilde, em Ramos, à beira da favela, mas uma casa direitinho, quintal bom, com um casal que tinha na época cinco filhos, talvez seis, e ali vivemos juntos creio que uns dois meses. [...] Nessa época, vivemos ali juntos, só eu, de vez em quando, saía de casa, e esse operário, o José Gomes Teixeira. Mataram ele, inclusive quando estávamos na casa dele. Ele tinha dois garotos e quatro garotas.[475]

Muniz detalhou que foi ali naquela casa em Ramos que se deu a entrada de Carlos Lamarca e Iara no MR-8, além da decisão de deixar o Rio de Janeiro e recuar para a Bahia.

> Na casa em que vivíamos, com seis crianças, havia poucos recursos. A organização participava também, mas a vida era bem humilde. Foi ali que aprofundamos nossas conversas políticas e aí que se deu a definição do Lamarca e Iara para passarem a militar conosco, e a ida deles para o interior baiano. A Iara rapidamente se interessou em participar no estudo das crianças. Ensinava. Orientava as crianças, conversava muito com elas também. Lamarca escrevia muito. E ela estava se dedicando a fazer um trabalho sobre o comportamento psicológico do militante. Não sei separar o que era pensamento dela e meu. Nós tínhamos em comum a reflexão sobre a situação de cerco em que se vivia e como isso interferia no comportamento. E ela projetava muito, na análise, a vivência que ela tinha tido com o pessoal da VPR. Que de fato estava atravessando uma fase difícil.[476]

Na entrevista, Muniz informou como era o dia na casa em Ramos, a rotina e o trabalho desenvolvido junto ao casal, uma vez que José Gomes Teixeira era um alcóolatra.

> O trabalho nosso, nossa convivência, eu saía e a convivência ali – a Iara fazia também um trabalho com o casal por causa do alcoolismo. Ela estabeleceu uma relação muito próxima com a mulher, fazia esse trabalho mais com ela,

---

[473] JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. Lamarca: **o capitão da guerrilha**. 17ª Edição, Global Editora, São Paulo 2015, p.111.
[474] Idem., pp. 111-112.
[475] Muniz, Carlos Alberto, entrevista sem data para Judith Patarra .
[476] Ibid.

> com ele, eu e Lamarca é que conversávamos mais, ela também participava. O José Gomes tinha consciência do problema, já era uma esfera da doença, da miséria. Nós nos revezávamos na cozinha. Lamarca e eu éramos melhores que ela. Ela cuidava da educação, principalmente das meninas. Eles escreviam, liam muito, conversavam.[477]

As atividades de leitura, revisão política, a mudança para o campo e de comportamento de Carlos Lamarca e Iara foram abordados por Carlos Alberto Muniz na entrevista a Patarra.

> Eles tinham muito o sentimento de ter rotina. Acordavam cedo, mais o Lamarca, fazia ginástica, leituras. Muito preocupados com o processo de revisão política. Ao mesmo tempo, os dois conversavam muito sobre o futuro, a hipótese de mudar para o campo, determinava mudanças de comportamento. Na época havia dose grande de romantismo em relação ao que era o campo, a vida do camponês. Mas que era por si só muito distinto do que a gente vivia na cidade. Então, eram longas conversas sobre isso.[478]

Ainda na casa de Ramos, segundo Muniz, foi decidido que Carlos Lamarca iria para a área de campo, enquanto Iara ficaria numa cidade intermediária.

> Chegamos então a uma fórmula, o Lamarca iria primeiro para o campo, a Iara, que via mais dificuldade nisso, ficaria numa cidade intermediária, até ver como se daria tudo. Eu me lembro de algumas vezes discutirem sobre a separação, como encarar isso, mas acho que o diário [*se refere às cartas de Lamarca para Iara que foram apreendidas pela repressão*] expressa isso com muita precisão.[479]

Segundo Muniz, Iara Iavelberg não demonstrava aceitar deixar o Brasil, seguindo com Lamarca até o final:

> Iara era uma companheira cujo grau de identidade, quer dizer, ela era uma pessoa muito ativa na época do movimento armado, mas representava uma pessoa muito inquieta sobre o futuro. Eu não diria que ela tinha a mesma confiança que eu e Lamarca tínhamos, aparentemente, sobre o que estávamos fazendo para a frente. Ela tinha simpatia pela reformulação política que propúnhamos, concordava, mas ela demonstrava ter um pouco mais de interrogações se esse negócio ia dar certo ou não. Ela tinha uma posição um pouco mais instigante que nós. Achava que era perto do que devia ser. Ela devia debater com Lamarca, debateu comigo, também. Era um questionamento pertinente. Mas nós procurávamos nos comportar com mais certezas. Mas isso não significasse que ela estivesse manifestando qualquer sentimento de querer sair do país, de recuo, de que não valia pena fazer. Tanto que ela seguiu.[480]

Para Carlos Alberto Muniz, o casal passava uma relação muito tranquila, forte e segura. E ressalta seu entendimento sobre Iara Iavelberg:

> Ela era uma pessoa de convivência agradável, mesmo na situação difícil que a gente vivia, interessada, participava das coisas de igual para igual, não

---

477 Idem.
478 Id.
479 Ibid.
480 Idem.

> havia reuniões separadas, ela era uma militante igual ao Lamarca e a mim. Debatíamos os mesmos problemas pari passo, muito bem humorada.[481]

Emiliano José destaca que o cerco dos agentes da repressão, com a participação do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), foi se fechando e no dia 24 de junho, dia de São João, mais um militante do MR-8 foi preso: José Gomes, um companheiro que abrigava em sua casa o capitão Carlos Lamarca e Iara.

> Avisados a tempo, eles escapam e passam a noite inteira rodando de táxi e ônibus pelo Rio de Janeiro. A queda de Lamarca era questão de horas. No dia seguinte partem em direção à Bahia, juntos, vencendo a resistência da organização que não queria permitir a ida de Iara. Diziam não ter como absorvê-la no trabalho de campo.[482]

Na longa entrevista concedida para Patarra, Muniz relatou que a queda de José Gomes Teixeira ocorreu próximo à data da partida de Carlos Lamarca e Iara para a Bahia. Um dos vários presos da organização PCBR, que o conhecia de contatos anteriores, abriu seu nome e a condição de aposentado. Isto facilitou as investigações dos agentes da repressão, que conseguiram localizá-lo na lista do INPS. José Gomes Teixeira foi preso no interior de uma agência bancária, no dia 24 de janeiro de 1971, numa fila para receber sua aposentadoria. Levado para ser interrogado e torturado, não revelou seu endereço, pois acabou morto em meio às sevícias.[483]

> Quando José falhou no teto, a casa viveu momentos de grande apreensão. Deveriam sair imediatamente, sem abrigo. Foram -se à noite, nenhuma bagagem, tristes abraços em Geni, nas crianças. Amigos de Muniz concordaram em recebê-los, separados. Entregou Iara, depois Lamarca. [...] Quando se encontraram dois dias depois, que carinho, mútua preocupação! Estavam tensos e foi muito bonito.[484]

A situação de Lamarca ficava, a cada dia, mais insustentável na Guanabara. Todos os militantes do MR-8 que tinham contato com ele, quando presos, eram severamente torturados ou mortos.

> Foi o caso de José Gomes Teixeira, militante operário da base de Felix Escobar, que hospedou Lamarca em sua casa, dias antes do ex-capitão ser deslocado para a Bahia. Depois de preso, ao que tudo indica no dia 23 de junho, segundo os relatórios do DOPS, cometeu suicídio.[1485] Neste contexto de caçada, ficou definido que Lamarca e sua companheira, Iara Iavelberg, não poderiam mais ficar na Guanabara. Deveriam ser transferidos para a Bahia.[486]

---

481 Ibid.

482 EMILIANO, José; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha, Op.Cit, p.112.

483 MUNIZ, Carlos Alberto; MUNIZ, Maria Ângela C. O. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

484 Ibid.

485 BNM 036, p.135.

486 CODARIN, Higor. **O MR-8 na luta armada**: as armas da crítica e a crítica das armas.1ª Ed.- Alameda. São Paulo, 2019, p.192.

Os últimos encontros com Carlos Lamarca e Iara Iavelberg ocorreram no final de junho de 1971, após deixarem a casa de José Gomes Teixeira e se alojarem em residências de aliados, antes de partirem para a Bahia. Esse momento marcou o início do recuo do casal para evitar a prisão pelos agentes da repressão. Carlos Alberto Muniz relembrou esses acontecimentos em sua entrevista para Patarra.

> Quando passou o tempo limite, vimos que tínhamos que evacuar a casa. Deixamos lá um dinheiro e uma forma de contato com a mulher (*se refere a Geni*) e saímos os três. Na mesma hora. Não tínhamos bagagem. Saímos e deixei os dois num lugar alternativo, me separei deles e fui para outro lugar, marcamos encontro. Mas não com eles, mas a pessoa com quem os deixei. Voltei a encontrá-los umas duas vezes na casa em que ficaram até a ida deles. Porque isso já foi perto da ida deles. Acho que não ficaram nesse lugar mais de uma semana. Vi até o encontro que os levaria para Bahia.[487]

Existem várias versões em relação ao recuo do capitão Carlos Lamarca e Iara Iavelberg para o interior da Bahia, no final de junho de 1971. Vamos apresentar as versões relatadas por José Carlos de Souza, em suas várias entrevistas a pesquisadores e nos seus depoimentos quando foi preso e posteriormente respondeu aos processos na justiça militar, além das entrevistas de Carlos Alberto Muniz, "Pedro", João Salgado, "Fio", Ruy Berford Dias (2023), Judith Patarra (1993), Emiliano José; Oldack Miranda (2015), Higor Codarin (2019) e da documentação do Cisa (1979) e o que está contido do livro *Orvil* (2012), além do recente livro de Marcelo Godoy (2024), "Cachorros: a história do maior espião dos serviços secretos militares e a repressão aos comunistas até a Nova República".

Em entrevista a Judith Patarra, João Salgado contou que se iniciou, então, o planejamento da ação de deslocamento de Carlos Lamarca e Iara, com o envolvimento de militantes dos dois estados. Sob sua coordenação, foi providenciado um veículo, que deveria sair da Bahia em direção ao estado da Guanabara.[488] O motorista seria José Carlos de Souza, militante baiano da organização desde os 17 anos. Após a chegada de "Rocha" ao Rio de Janeiro, para fazer o trajeto já com Lamarca e Iara, foi designado outro integrante ao grupo: Waldir Fiock da Silva. Seu nome, entretanto, não foi revelado por Salgado ou José Carlos, que a ele se referiram sempre como

---

[487] MUNIZ, Carlos Alberto; MUNIZ, Maria Ângela C. O. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[488] SALGADO, João Lopes, s.d., op. cit. Maria Ângela C. O. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

"simpatizante" e "quase quadro", respectivamente. A divulgação de sua identidade foi feita apenas pelo livro *Orvil*[489]. Sobre o Orvil.[490]

José Carlos de Souza,[491] militante do MR-8 em Salvador, foi encarregado de ir ao Rio de Janeiro, num caminhão da Organização, a fim de trazer materiais do Movimento Revolucionário Oito de Outubro para a Bahia, em junho de 1971.

> Quando a gente saiu daqui para o Rio, a ideia era ir com o caminhão vazio batendo na carroceria, como chamavam e lá a gente ia trazer, uma ideia que eu tinha aí que nós iremos trazer alguns documentos, armas de lá para cá. Não era assim uma coisa definida para mim. Foi aí que faltou freio na estrada, passei por um aperto razoável e decidimos. Eu decidi. O caminhão volta.[492]

Relatou "Rocha" que no caminhão estavam ele, o simpatizante, que era um motorista, com experiência em viagens para o Rio de Janeiro, além de Wanderlei Macêdo, um quadro do MR-8, com atuação na cidade de Alagoinhas. Questionei se lembrava quem era o simpatizante e como foi a seguir as decisões e rumo da sua viagem.

> Não lembro o nome. Recordo que era um moreninho. Era magrinho e ele tinha a manha da viagem. Aí eu decidi. O caminhão volta para consertar. E eu tenho que seguir. Porque eu tenho o ponto lá já marcado, eu não posso faltar. Daí eu segui e o caminhão voltou para Feira de Santana. Eu segui, fui para Jequié e de lá peguei um transporte para Vitória da Conquista. Em Conquista eu dormi. No dia seguinte eu peguei outro ônibus e fui para Governador Valadares. De lá peguei um outro ônibus para o Rio de Janeiro e saltei na Baixada Fluminense. Não saltei direto na rodoviária do Rio de Janeiro. Sempre saltava na entrada do Rio de Janeiro. [493]

Informou "Rocha" que logo ao chegar ao Rio de Janeiro, teve um primeiro encontro com Sérgio Landulfo Furtado: "tive o primeiro encontro quando cheguei, para dizer que o caminhão não estava vindo, porque teve a dificuldade. Daí foi feita esta outra operação com dois outros carros, o Fusca e a Kombi."[494]

"Rocha" revelou que não sabia que iria trazer dois quadros do MR-8 para a Bahia. Somente no encontro com a direção da Organização, foi informado da operação de recuo dos militantes.

> Daí que eu vou receber essa tarefa de trazer dois quadros, que eu não sabia quem eram. Primeiro eu não os vi. Eu estava no *Fusca* no banco da frente,

---

489 NASCIMENTO, José; MACIEL, Lício**. Orvil:** Tentativas de tomada do poder. São Paulo: Schoba, 2012, p. 64.

490 O livro foi produzido para defender e sustentar as versões dos militares e dos agentes da repressão que atuarão contra os militantes das organizações da esquerda armada.

491 SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.

492 Ibid.

493 Id.

494 Idem.

> em São Cristovão,[495] me parece. Eles entraram no banco de trás, e eu não tenho que ficar olhando para trás. Então eu não os vi. Seguimos, eu acho, que imaginei que era um homem e uma mulher, mas eu não posso nem lhe dizer tão claramente, que eu soubesse que era uma mulher. Eles estavam conversando, alguma coisa assim que eu dei para saber. Mas, eu não os vi. Entraram e eu segui.[496]

Segundo "Rocha", quem estava na liderança da operação de recuo de Carlos Lamarca e Iara Iavelberg para a Bahia era o Sérgio Landulfo Furtado, "Tom". Procurei saber de "Rocha" se este foi o primeiro encontro dele com Sérgio Furtado, no Rio de Janeiro.

> Quem liderava toda essa operação era o Sergio Furtado. Naquele momento eu não sabia que Sérgio Furtado estava na direção da organização. Eu sabia, imaginava que ele estava naquela operação. Eu já tinha tido outros encontros anteriores lá no Rio. Mas eu acreditava que ele estava fazendo esse meio de campo, porque ele foi o cara que me recrutou, a gente era do Central [*se referia ao colégio que estudaram em Salvador*] e era baiano. Então eu achava que era por conta disso. Não que ele fosse quadro de direção naquele instante. Então, ele sempre foi uma pessoa muito dura, firme e isso ficou muito claro, da forma como ele asseverou. Que era importante, dando uma responsabilidade muito grande, aquela operação.[497]

O historiador e escritor Higor Codarin também relatou os detalhes da viagem de Lamarca e Iara para a Bahia em 25 de junho de 1971.

> Muniz, partidário do transporte de Lamarca a qualquer custo, antevendo a possibilidade de sua prisão, ofereceu a "Rocha", codinome de José Carlos, dois veículos para realizar a viagem, um para verificar as possíveis barreiras policiais e outro para efetivo transporte dos dois militantes. Sendo assim, "Rocha", no dia 25 de junho, encontrou-se com Sérgio Landulfo, que trouxe consigo "Pagão" e "Clara", codinomes de Lamarca e Iara para serem levados para à Bahia.

Segundo Patarra, no dia 25 de junho, uma sexta-feira, Lamarca e Iara deixaram o Rio. A jornalista e escritora descreve como estava a companheira do capitão Lamarca:

> Iara, cabelo solto à altura dos ombros, pouca bagagem de mão, acomodou -se com Lamarca no banco traseiro [...] na rodoviária [*em Vitória da Conquista*] desceram Iara e Sérgio Furtado.[498] Pegariam o ônibus para Salvador, via Feira de Santana. Lamarca e José Carlos partiram de carro.[499]

Patarra aqui comete um erro. Iara não estava em companhia de Sérgio Furtado. Ela teve como companheiro de viagem, a partir dali, Waldir Fiock da Silva. Sobre ele falaremos mais adiante.

---

[495] O Bairro Imperial de São Cristóvão é um bairro da Zona Norte, do município do Rio de Janeiro. Seu povoamento lusitano começou com a fundação da Igreja de São Cristovão em 1627, então à beira -mar.
[496] SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.
[497] Ibid.
[498] SERGIO Furtado. **Memorial da Resistência São Paulo.** Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/sergio-furtado/. Acesso em 20 abr. 2024.
[499] PATARRA, Judith L. **Iara:** reportagem biográfica. 3.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.475.

Numa entrevista que concedeu para a historiadora Juliana Marques Nascimento, José Carlos de Souza, detalhou como foi a saída do Rio de Janeiro para a Bahia, trazendo Carlos Lamarca e Iara:

> Encontrei Sérgio Furtado, que parece era comandante, junto com Carlos Alberto Muniz e tinha outras pessoas que eu não conhecia, então daí eles já tinham preparado tudo e me deram tudo preparado. Já na saída do Rio de Janeiro. Lá na região acho que de Bonsucesso, São Cristóvão, por ali. Agora não me recordo se foi num lugar ou no outro. Mas já na saída mesmo do Rio de Janeiro. Então isso já no final, à noite, já começando à noite. E tinha dois carros, um Fusca e que eu era o segurança do Fusca. E na frente tinha uma Kombi, quem vinha dirigindo era um paraquadro, um quase quadro.[500]

"Rocha" ressaltou a situação que ocorreu quando Iara pediu para dirigir um dos veículos.

> Fomos tomar café já dentro de Minas Gerais e almoçamos. Já no final de Minas Gerais, acho que um lugar chamado Pedra Azul, alguma coisa assim. Aí já no café, aí eu conheci os dois, continuava sem nenhuma ideia do quem seria, o que significam aqueles dois, não tinha nenhuma ideia, mas já tava um tanto mais descontraído, mas eles mais recatados, mas já conversavam mais tranquilamente. Bom, daí eu já tinha deixado um pouco o Fusca, já fui pra Kombi, pra revezar porque não era muito fácil você dirigir o tempo todo. E teve um outro incidente no final de Minas Gerais quando um desses postos de polícia estadual que fica somente achacando o motorista pra levar uma gorjeta aqui, acolá. Iara até tava dirigindo porque ela tava numa descontração, ela tava bem descontraída mas como se ela quisesse também ajudar na dirigibilidade. Mas isso não foi complicado, a gente desceu, conversou com o guarda, só foi dar uma pouca grana, não foi grande coisa, e seguimos.[501]

Vamos retomar a entrevista que "Rocha" me concedeu. Questionei quem estava na Kombi, se ele sabia quem era a pessoa que dirigia o veículo e como foi a viagem até Vitória da Conquista. "Rocha" me respondeu que

> Era um simpatizante. Não sei quem era ele. Inclusive o Fusca é de Vassouras. Eu sabia que o Fusca era legal e a Kombi era também legal. A Kombi a placa era do Pará e o Fusca era de Vassouras. Chegando em Conquista o simpatizante do Fusca volta e fomos todos na Kombi. Ele segue conosco para essa pensão lá em Jequié.[502]

Relembrei, na entrevista com "Rocha", que não foi numa pensão que ficaram, mas no Hotel Palace, em Jequié. O ex-militante do MR-8 aproveitou para falar mais sobre o homem que foi com eles do Rio de Janeiro até a cidade baiana.

> Eu sabia que ele era um paraquede. Um quase quadro. Eu sabia que ele não era militante. Que não era um quadro e nem simpatizante. Era um paraquadro. Foi me dito que ele era quase quadro, para ser um militante, que a gente tinha essa denominação. Simpatizante, paraquede e quadro. E ele vai com a gente até Jequié, quando ele segue para cá, para Salvador com Iara e

---

500 SOUZA, José Carlos. Entrevista cedida para Juliana Marques Ribeiro. São Paulo, 26 mar. 2021.
501 Id.
502 SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.

> eu e o capitão vamos para a direção do Paramirim. Até então eu não sabia, além do Paramirim. Só conhecia até Paramirim. Em Jequié a gente espera eles embarcarem. Os dois embarcam. Quando o ônibus deles sai. Foi aí que a gente saiu.[503]

Procurei saber de "Rocha" o motivo da escolha de Jequié, como local de permanência, durante a noite e separação entre Carlos Lamarca e Iara no dia seguinte. Antes, foi marcado um ponto de reencontro em Salvador.

> Foi Jequié, porque Jequié você pode ir para vários lugares. E aí não daria uma indicação tão clara, que seguiríamos em direção da BR-242. A gente sabia que Iara estaria indo para Salvador. A gente marcou ponto, para quando eu voltasse. A gente vai fazer o ponto e a gente vai seguir, dentro de todas as normas.[504]

Ao conceder entrevista para Juliana Marques Nascimento, José Carlos revelou:

> Eu fiz o ponto direitinho e, para a minha surpresa [disseram], 'seguinte, tem que sair daqui com dois companheiros que estão sendo ameaçados'. A gente tinha que esperar o caminhão para que eles fossem no caminhão porque ia ser mais seguro, mas tinha que ser dessa maneira. Encontrei Sérgio [**Landulfo**] Furtado, que parece que era comandante junto com Carlos Alberto Muniz, e tinha outras pessoas que eu não conhecia, então daí eles já tinham preparado tudo e me deram tudo preparado.[505]

Neste sentido, João Salgado, em depoimento à historiadora Juliana Marques Nascimento, também recordou a situação que enfrentavam no plano de recuo:

> Zé Carlos, assim mesmo, vem para o Rio se encontrar com Muniz e dizer 'furou esquema, espera uns dias para remontar o esquema'. E foi aí que Muniz disse 'não tem condição, eles têm que ir porque não tem condições nem de dormir aqui no Rio'.[506]

Carlos Alberto Muniz, no entanto, deu outro ponto de vista à Judith Patarra:

> [*Lamarca e Iara*] tinham que sair da cidade e, sob esse ponto de vista, era uma corrida contra o tempo. Não que criasse incômodos a quem tinha a responsabilidade ou para as pessoas que estavam cuidando da infraestrutura deles. Isso era uma tarefa como outra qualquer.[507]

Outro personagem que participou da operação de recuo de Carlos Lamarca e Iara Iavelberg para a Bahia, novos quadros do MR-8, foi Rui Berford Dias, hoje um renomado jurista no Rio de Janeiro. Por indicação deste pesquisador e com base em documentos do Ministério da Aeronáutica, obtidos através do CISA[508] no acervo do

---

503 Ibid.
504 Id.
505 SOUZA, José Carlos. Entrevista cedida para Juliana Marques Ribeiro. São Paulo, 26 mar. 2021.
506 SALGADO, João s.d., op. cit.
507 MUNIZ, Carlos Alberto; MUNIZ, Maria Ângela C. O. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
508 O Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) foi um órgão interno da Força Aérea Brasileira, extinto em 13 de janeiro de 1988. Foi precedido pelo Serviço de Informações da Aeronáutica (1968), pelo Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (1969) e pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (1970). O CISA era parte da rede de serviços de informação constituída por

SNI[509], ele foi entrevistado pela historiadora Juliana Marques do Nascimento. Recentemente, ela defendeu a tese ***Além da "musa da esquerda***": uma biografia histórica de Iara Iavelberg *(1944-1971)*, no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, em 2023. Inclusive, sou citado em sua tese.[510]

Uma documentação "Confidencial" do Ministério da Aeronáutica/CISA, produzida em 16 de maio 1979 e encaminhada para o SNI/Agência Central, sob número 0154, em 18 de maio de 1979, traz as seguintes informações:

> Na época este Centro levantou os seguintes dados sobre esse Volkswagen: Ano: 1971, placa de Vassouras/RJ branco-lotus. Proprietário: Rui Berford Dias, CPF 018388517. Residência: Rua Dr. Bezerra de Menezes, 147 Vassouras/RJ. RUI BERFORD DIAS, militante do MR-8, é filho de José Aguiar Dias (ex-juiz do TFR aposentado pelo AI-1) e de Hilda Berford Dias, nascido em 27 mar 47 no Rio; profissão: advogado, residência atual: rua Jequitirá nº 1, bloco 2, aptº 202, Rio. Trabalha no escritório de advocacia de seu pai, na rua México 90/109, fone 252 -6499. Casou-se com Regina Maria Mascarenhas Ramos Reca em 29 jun 73, em 03 jul 73 viajaram para a Argentina e Chile, regressando em 30 jul 73. Antes de casar-se RUI BERFORD DIAS residia, sozinho, na rua Aprazível 8/102, em Santa Tereza/Rio, local onde pernoitaram, por diversas vezes, militantes do MR-8. Em 1968 RUI BERFORD DIAS esteve indiciado em inquérito Policial, na SR/DPF/RJ, que apurou atividades de militantes da Ação Popular. Foi citado diversas vezes nos depoimentos de NORMA SÁ PEREIRA (DOI/II Ex em abr 74 como militante do MR-8, tendo, inclusive homiziado o militante SERGIO RUBENS DE ARAÚJO TORRES (marido de NORMA) na casa de seu pai, JOSÉ DE AGUIAR DIAS, na rua Marquês de Abrantes 107/405 fone 265-8769, Rio. Homiziou NORMA SÁ PEREIRA e com ela, e outros, fez treinamentos de tiro, no Carnaval de 1970, em uma fazenda, em RJ. REGINA MARIA MASCARENHA RAMOS militou no "movimento secundarista, em 1968, como representante do Grêmio do Colégio Sacrecoeur de Marie. Em 1972 guardou, segundo NORMA SÁ PEREIRA, documentos da organização MR-8. RUI BERFORD DIAS foi o elemento que, ao volante do VOLKSWAGEN de sua propriedade, transportou Carlos Lamarca e IRA IAVELBERG do Rio de Janeiro à Bahia. O ponto de embarque, no Rio, foi em frente à loja do BOB'S, na Av. Brasil, próximo à entrada para Ilha do Governador.

Na entrevista que concedeu à historiadora Juliana Marques Nascimento, Rui Berford Dias[511] contou que não estava oficialmente ligado a qualquer organização, apenas atuava como simpatizante em atos menores – como transporte de documentos,

---

unidades especializadas nas Forças Armadas e concebidas para colher informações de interesse da segurança nacional. Integrava, portanto, o Sistema Nacional de Informações, cujo principal órgão era o Serviço Nacional de Informações (SNI).

509 O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um órgão de inteligência e repressão do regime militar brasileiro, criado em 1964. O SNI era responsável por coordenar e supervisionar as atividades de informação e contrainformação no país.

510 CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Entrevista concedida a Wilson Mário Pinheiro. Santa Terezinha, 4 mai. 2023. 1 transcrição, acervo pessoal de Wilson Pinheiro.

511 DIAS, Rui Berford. Entrevista concedida de forma remota a Juliana Marques do Nascimento. Madrid, 20 abr. 2023. 1 arquivo audiovisual, 33'08", acervo pessoal. Cedida para este pesquisador.

armamentos e objetos – quando solicitado por amigos, embora não soubesse para qual grupo a atividade era destinada. No caso específico de Lamarca e Iara, quem lhe fez o pedido foi a atriz Isolda Cresta,[512] ligada ao MR-8. E detalhou como foi o pedido dela:

> "Olha, Rui, um favor... Você pode até recusar, mas é muito importante, é ... Tirar uma pessoa..." Disse nem quem era, eu não sabia quem era, só fiquei sabendo durante a viagem... "É uma pessoa aqui do Rio de Janeiro, porque a repressão está chegando perto dele". Eu falei: "tudo bem, vamos fazer".[513]

A viagem de recuo se iniciou durante a noite, na Avenida Brasil, com o Fusca de Rui Berford Dias, que forneceu seu carro legal para o transporte e uma Kombi improvisada, com placa do Pará. Por estar sem um dos retrovisores, foi parada em uma barreira, assustando a todos. Mas, ocorreu um pagamento, ou seja, o patrulheiro rodoviário aceitou o suborno, segundo José Carlos de Souza.[514]

Rui Berford Dias dirigia seu carro, o Fusca, com José Carlos de segurança no banco do passageiro e, atrás, o casal. José Carlos de Souza, que nesta viagem de recuo tinha o codinome "Kid", relatou no documentário *Em busca de Iara*: "a gente combinou os sinais, caso haja alguma dificuldade, a Kombi... Ela vai sinalizar e a gente, que está logo atrás, a gente deve saber o que fazer".[515]

José Carlos de Souza relembrou ainda o clima no carro:

> Até o amanhecer, não se falou nada. Só fomos conversar alguma coisa no café da manhã, num posto em Minas Gerais, antes de Governador Valadares. Mas, não tenho certeza. Aí, conversamos o óbvio, descontraídos. Nada de política. Sobre o tempo, a paisagem, a viagem.[516]

Numa entrevista concedida à historiadora Juliana Marques Nascimento, Rui Berford Dias relatou como foi a despedida, em Vitória da Conquista, do grupo que ajudou a transportar em seu Fusca. Ele se separou e retornou ao Rio de Janeiro. Na época não sabia que entre eles estavam o capitão Carlos Lamarca e Iara Iavelberg. Em sua memória, ficou marcada a despedida do capitão:

---

512 Na época, utilizava o nome de casada "Isolda Costa Pinto". Em 1969, a atriz atuava como simpatizante da ALN, mas, a partir da morte de Marighella, passou a colaborar com o MR -8. Cf. CRESTA, Isolda; SILVA, Luiz Sérgio Lima e. **Isolda Cresta**: Zozô Vulcão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

513 DIAS, Rui Berford. Entrevista concedida de forma remota a Juliana Marques do Nascimento. Madrid, 20 abr. 2023.

514 SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.

515 EM BUSCA DE IARA. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min).

516 SOUZA, s.d., EM BUSCA DE IARA. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min).

> quando nós chegamos a Vitória da Conquista, ele foi extremamente carinhoso e me deu um abraço que nunca vou esquecer, e me deu dinheiro para eu botar gasolina para retornar para o Rio [...] Me deu um abraço apertado, agradeceu muito, me chamou de companheiro[...].[517]

Ainda segundo Juliana Marques Nascimento, o casal seguiu viagem junto por mais 155 km, com José Carlos de Souza, "Kid", e Waldir Fiock na Kombi, até a cidade de Jequié, onde pernoitaram. Na manhã seguinte, houve a despedida que, não sabiam naquele momento, mas seria definitiva: Iara, "Clara", iria para Salvador de ônibus com Waldir Fiock, para receber atendimento médico; Carlos Lamarca, "Pagão", seria conduzido para o interior baiano por José Carlos de Souza, até um local intermediário, onde seria recebido por outro militante, que o levaria à área.[518]

É necessário esclarecer as informações que foram levantadas sobre Waldir Fiock da Silva. Salgado o classifica como "simpatizante"; José Carlos como "paraquadro". Segundo documentação dos órgãos de segurança, o combatente da operação de recuo de Carlos Lamarca e Iara Iavelberg foi um quadro do MR-8, que traiu a Organização.

João Salgado, "Fio", por mensagem de texto pelo WhatsApp que trocou com Ricardo Corrêa Pimenta, afirmou:

> As dúvidas sobre esse tal Waldir Fiock persistem e cada dia ficam mais suspeitas. (...) As informações que tenho, sem nenhuma confirmação, é de que ele não era propriamente um infiltrado. Foi preso e virou "cachorro", como os traidores eram chamados pelos torturadores. Ele saía com a polícia correndo os lugares onde os militantes de seu relacionamento costumavam marcar pontos. Há uma suspeita muito grande de que tenha sido assim a queda e a morte do Sérgio Landulfo Furtado ("Tom ") que era da Direção, o Paulo [*militante do MR-8*] que tinha contato com o Fiock. É tudo que sei sobre o cara. Mas a queda dele e sua suposta transformação em cachorro, foi 10 meses depois da queda na Bahia.[519]

Mas, na entrevista que João Salgado, "Fio", concedeu à historiadora Juliana Marques Nascimento, as suspeitas não foram mencionadas. O próprio Salgado dá caminhos para compreender o motivo: "quanto ao Fiock, continuamos a investigação

---

517 DIAS, Rui Berford. Entrevista concedida de forma remota a Juliana Marques do Nascimento. Madrid, 20 abr. 2023. 1 arquivo audiovisual, 33'08", acervo pessoal.

518 NASCIMENTO, Juliana Marques do. **Além da "musa da esquerda"**: uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944-1971). Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

519 SALGADO, João Lopes. [*Informações sobre Waldir Fiock*]. WhatsApp: Conversa com Juliana Marques do Nascimento, em 25 abr. 2023. 02h20. 1 mensagem de WhatsApp. In: NASCIMENTO, Juliana Marques do. **Além da "musa da esquerda"**: uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944 - 1971). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2023. p.585.

porque até esta notícia aparecer, o MR-8 seria a exceção que não havia sido infiltrada".[520]

Nos trabalhos de investigações dos órgãos de segurança da ditadura civil-militar, a partir de uma lista de 1972, um deles desenvolvido pelo Centro de Inteligência do Exército-CIE, Waldir Fiock era considerado militante do MR-8 na Guanabara.[521]

Em levantamento documental, a única outra referência encontrada sobre Fiock pode ser indício de sua atuação dupla. Trata-se de uma citação a ele em depoimento atribuído à Ana Maria Teixeira dos Santos, militante ou simpatizante do MR-8 presa em junho de 1972. Ao relatar suas atividades, menciona uma pessoa cujo codinome era "Pantera", escrevendo: "o mesmo que me apontou à polícia". A lápis, consta a anotação: Waldir Fiock.[522]

Buscando aprofundar as questões das escolhas de Rui Berford Dias e Waldir Fiock da Silva, para o transporte do capitão Carlos Lamarca e de Iara Iavelberg para a Bahia, trago para esta dissertação fatos novos sobre Rui Berford Dias e Waldir Fiock da Silva, resultado de um trabalho de investigação, com duração de 10 anos de pesquisa, desenvolvido pelo jornalista e escritor Marcelo Godoy[523] e publicado no livro "Cachorros". É um livro contendo entrevistas, com militares, militantes das organizações armadas, "infiltrados" ou "cachorros" e transcrições de documentos essenciais, para sustentar a confiabilidade do seu conteúdo. O foco central do trabalho de Marcelo Godoy é o de contar a história da repressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), levado a cabo pelos serviços de segurança da ditadura civil-militar (1964-1985) e da Nova República, mais que também alcançou as organizações da esquerda armada, que atuaram contra o golpe de 1964 e a ditadura. Sendo que Severino Theodoro de Mello, "integrante do Comitê Central do PCB, o agente "Vinicius" ou "Pacato", foi o instrumento central que levou à morte e ao desaparecimentos de uma dezena de

---

[520] Ibid.

[521] DOSSIÊ-Gabinete da Presidência da Petrobras. 1970 -1977. Arquivo Nacional: Fundo Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, BR RJANRIO HF.0.SEG.5., p. 75.

[522] INFORMAÇÃO n° 0222/CISA-ESC RCD. Rio de Janeiro, 27 jun. 1972. Arquivo Nacional: Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72047375. 79; DIAS, Rui Berford. Entrevista concedida de forma remota a Juliana Marques do Nascimento. Madrid, 20 abr. 2023.; *Em busca de Iara.* Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min).

[523] O livro de Marcelo Godoy foi publicado em agosto de 2024, pela editora Alameda. " **Cachorros**: A história do maior espião dos serviços secretos militares e a repressão aos comunistas até a Nova República", é um livro com 550 páginas, contendo entrevistas, com militares, militantes das organizações armadas, "infiltrados" ou "cachorros" e transcrições de documentos essenciais, para sustentar a

dirigentes do PCB e manteve ao alcance dos militares alguns dos maiores segredos do partido nas duas décadas seguintes."[524]

Marcelo Godoy ressaltou que o seu trabalho de investigações buscou ouvir três dezenas de homens que atuaram na repressão. Esclareceu que a maioria dos entrevistados ainda cultivavam as mesmas crenças que fundamentaram suas ações do passado. [...] revelaram segredos, contaram torturas, desaparecimentos e mortes, como as de Sérgio Landulfo Furtado e de Paulo Costa Ribeiro Bastos, do Movimento Revolucionário -8 de Outubro (MR-8) [...][525]

A caça aos opositores do regime militar e a ditadura, anos depois do golpe de 1964, mudaria seus métodos de ações E o PCB pagou com prisões, torturas, desaparecimento e mortes por não ter percebido as mudanças.

> A repressão mudaria aos poucos, conforme a doutrina francesa da guerra revolucionária se espalhava entre militares e policiais, deixando de ser um objeto de oficiais, como o general Carlos de Meira Mattos, para se tornar a sustentação de todo um sistema de controle e repressão à oposição política do país.[526]

As mudanças de repressão alcançariam também as organizações armadas, entre elas ALN, a VPR e o MR-8, com mais intensidade depois das ações dos grupos de oposição ao regime. O combate aos opositores se deslocou "a partir de 1969, das mãos dos Dops para um novo tipo de órgão: o Destacamento de Operações de Informações (DOI), que nasceu em São Paulo com o nome de Operação Bandeirante (OBAN)".[527] E tinha a participação direta do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier,[528] nas prisões, torturas e mortes.

O sistema repressivo ganhou intensidade em suas ações contra as organizações de esquerda no país.

> Entre 1969 e 1976 esse sistema foi responsável por prisões clandestinas, sequestros torturas e mortes de quatro centenas de opositores dentro de uma estratégia militar que buscava neutralizar o inimigo. Pouco importava apurar responsabilidades, prender e julgar, como, geralmente, ocorria, até 1968; buscavam-se apenas informações que permitissem desmantelar as organizações, matar seus líderes e fechar suas publicações. As táticas dessa "guerra" eram, sobretudo, velhas conhecidas da polícia: a infiltração, a delação, a tortura, o fichamento, as buscas e a vigilância. Simulavam -se ainda

---

[524] GODOY, Marcelo. **Cachorros**: A história do maior espião dos serviços secretos militares e a repressão aos comunistas até a Nova República.- 1ª ed.- São Paulo: Alameda, 2024., p.16

[525] Ibid., p.19.

[526] Op.cit., p.17.

[527] Op, cit., p.18.

[528] João Paulo Moreira Burnier foi um militar, brigadeiro da Força Aérea Brasileira (FAB) e conspirador brasileiro. Disponível em: https://curtamais.com.br/goiania/joao-paulo-burnier-ainda-estou-aqui/. Acessado em 03 de abr. 2025.

> tiroteios e fugas para executar os prisioneiros até que o desaparecimento predominasse com opção para dar cabo de quem deveria morrer. Diante dos depoimentos de militares, de policiais e de seus adversários, bem como de documentos e de outras provas pode parecer incompreensível que ainda hoje exista quem tente negar os crimes de colegas, louvando-os como 'vitoriosos de uma guerra" sem máculas.[529]

Ressalta ainda Marcelo Godoy que as informações dos agentes da repressão foram confrontadas com os depoimentos de seus colegas, de seus adversários e de testemunhas, além de documentos e relatos colhidos por outros pesquisadores e pelas investigações feitas pelas Comissões Nacional e Estaduais da Verdade do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de São Paulo.

> Foi esta a forma de vencer os enganos, as mentiras e as histórias de ouvir dizer que aparecem aos pesquisadores toda vez que se está diante do desafio que as décadas lançam à memória. Ou diante de pessoas, cujas identidades e referências reconhecem como legítimo o dilema entre vencer e lutar bem, garantindo, ainda hoje, a proteção aos responsáveis por torturas e assassinatos.[530]

Os recuos do capitão Carlos Lamarca e Iara Iavelberg para a Bahia, em junho de 1971, apresentada por Marcelo Godoy, em seu livro, foi com base nas entrevistas[531] que realizou com Carlos Alberto Muniz, João Salgado, Rui Berford Dias, e com Waldir Fiock da Silva, foi assim recontada. "Muniz disse: 'Ele vai ser preso a qualquer hora. Ele tem que ir de qualquer maneira'. E aí montaram um esquema com uma Kombi e um Fusca", afirmou Salgado.[532] Era o começo de junho e a prisão do militante José Gomes Teixeira[533], que fora preso pelos agentes do CISA, complicou ainda mais a situação do casal, pois o mesmo sabia onde estavam Lamarca e Iara, segundo Marcelo Godoy.

> Muniz e Landulfo chamaram dois simpatizantes do grupo para ajudá -los a tirar Lamarca da cidade do Rio de Janeiro: Ruy Berford Dias e Waldir Fiock da Silva. Dias, filho de um juiz e era considerado um apoio da organização. Ao voltar da Bahia, seria mantido sob vigilância pelo CISA durante meses, mas não foi preso – o Centro o utilizou como montaria, para que levasse a outros militantes do grupo. Ele era o dono do Fusca no qual embarcou com Lamarca e com o professor de história José Carlos de Souza, o "Kid", que militava na organização, em Salvador, e fora enviado ao Rio de Janeiro para a missão. Fiock[534] era o dono da Kombi, com placas de Belém do Para, usada como transporte. Landulfo entregou o casal a Kid, e todos se encontraram em uma lanchonete, na Avenida Brasil, antes de seguirem para a Bahia. As

---

529 Ibid., p.18.
530 Ide., pp.19-20.
531 Waldir Fiock, entrevista em 16 de jun de 2016. Para o acordo, Antônio Pinto entrevistas de 16,17,19 e 27 de dez de 2016; 20 de mai. 2016 e 17 de jun. 2016. Para o apelido *Gota Serena*, entrevistas com Fiock e com Carlos Alberto Muniz e João Lopes Salgado sem datas marcadas. p.119.
532 Ibid., p.118.
533 Segundo Marcelo Godoy, a versão oficial é que fora encontrado enforcado em sua cela no Galeão, em 23 de junho de 1971.
534 Considerado um "paraquadro do MR-8", ele se ligara à organização por meio de Stuart Angel Jones. p.119.

> identidades de Fiock e Dias só eram conhecidas até agora em razão do relato colhido pelos militares do Projeto Orvil. A descrição da viagem ocupa a página 677 do documento e tem como fonte as revelações de Fiock.[535]

Em seu livro Marcelo Godoy traz informações que Fiock, manteve contatos com Landulfo e acabou preso no Rio de Janeiro pelos agentes da Aeronáutica, pouco depois de voltar da Bahia. Fez um acordo, segundo o "doutor Pirilo" [*é o capitão da Aeronáutica Antônio Pinto*] e concordou em trabalhar para o CISA. Participou de diligências, apontou militantes e provocou quedas na Organização [*se refere ao MR-8*]. Depois de mais de um ano de serviço como cachorro, foi libertado e autorizado a voltar a sua terra natal, Belém, no Pará, onde se ligaria ao mundo das escolas de samba e do jogo do bicho, sendo investigado pela Polícia Federal nos anos 2000. Sua prisão não constou de um documento secreto sequer – seu nome não aparece nos processos reunidos pelo projeto Brasil Nuca Mais.[536]

Em relação a sua prisão pelos agentes da Aeronáutica em 1971, revelou Waldir Fiock da Silva, numa entrevista para Marcelo Godoy. Confirmou ter sido preso, "coisas que depois a gente procura esquecer". Contou que no MR-8 era conhecido como "Gota Serena" e que conheceu "Kid" e ajudado a transportar Iara e Lamarca para a Bahia. Já o professor José Carlos de Souza, "Kid", em 2018 "viu uma grande semelhança entre "Gota Serena" que conheceu e duas fotografias de Fiock encontradas na Internet".[537]

Retomando a viagem de recuo de Lamarca e Iara para a Bahia, detalhou Marcelo Godoy que

> O plano era que Iara ficasse em Salvador, enquanto o capitão seria integrado ao grupo de Salgado. No trajeto para a Bahia, o casal ocupou o banco traseiro do Fusca, enquanto Dias dirigia o carro e Kid sentava ao seu lado. Fiock seguia na frente, para verificar possíveis bloqueios e blitze (sic) da polícia. Dirigiram a noite toda, sem parar. Em um ponto da estrada, Kid passou para a Kombi para se revezar com Fiock ao volante. Ao amanhecer, ainda estavam em Minas Gerais. Almoçaram perto da divisa da Bahia, por volta do meio-dia. No meio da tarde, o grupo chegou a Vitória da Conquista. Ali Dias retornou com o Fusca para o Rio de Janeiro e o casal, Fiock e Kid seguiram para Jequié, aonde chegaram à noite. Dormiram e, na manhã de 26 de junho, os quatros se separaram. Iara seguiu de ônibus com Fiock para Salvador, enquanto Kid e Lamarca foram com a Kombi até a ponte da BR-242 sobre o rio Paramirim. Chegaram antes da hora marcada para encontrar José Campos Barreto, o Zequinha. [...] Dali, os três foram até Brotas de Macaúbas. Para não levantar suspeitas na cidade, disseram que Lamarca era um geólogo. Ao anoitecer, Kid voltou a Salvador com a Kombi, onde ia se encontrar com Iara e Fiock, em frente ao Cine Capri, às 14 horas do dia seguinte.[538]

---

535 Op.Cit., pp.118-119.
536 Ibid., p.119.
537 Id. p.119.
538 Idem., pp.119-120.

Marcelo Godoy contou em seu livro "Cachorros" que tudo parecia bem em relação a viagem de recuos de Lamarca e Iara Iavelberg, exceto pelo fato de "Kid" saber onde estava o capitão.

> Ele deveria tê-lo deixado sobre a ponte do Paramirim. Não deveria jamais acompanhado Lamarca até Brotas e, principalmente, ter conhecimento de que o capitão estava com Zequinha. Por causa disso, Salgado encontrou-se com o chefe do MR-8 no Recôncavo baiano, César Queiroz Benjamin, e pediu para que Kid fosse retirado de Salvador e enviado ao exterior ou mandado para Brotas.[539]

Após retornar de Brotas de Macaúbas para Salvador, na Kombi, com placa do Pará, José Carlos de Souza, "Rocha", teria que cumprir um ponto com "Clara" [Iara Iavelberg], que estava acompanhada do paraquede, [Waldir Fiock], no Largo 2 de Julho, na frente do Cine Capri: "[...] A gente desceu e foi almoçar no Apolo. A gente vai para o Apolo, porque tinha um 'quadro' que eu tinha recebido há um tempo atrás, e que ele marcou lá no Apolo."[540]

Questionei "Rocha" se ele sabia que ali no restaurante Apolo faziam ponto agentes da Polícia Federal. Ele disse que não tinha conhecimento, que foram para o local usando a Kombi: "A gente vai para o Apolo, porque tinha um 'quadro' que eu tinha recebido há um tempo atrás, e que ele marcou lá no Apolo. A gente vai de Kombi até Feira de Santana para despistar o paraquede. Lá eu cometi uma pequena infração."[541]

"Rocha" ressaltou que por consequência desta infração de trânsito, foi repreendido posteriormente por Sérgio Landulfo Furtado: "Porque foi relatado para Sergio, que eu tinha cometido um liberalismo. Colocou em risco. Não tinha risco nenhum. Você sabe as manhas do lugar. Era para o pessoal estranho. Foi facilmente contornado."[542]

A operação de ir para Salvador e depois retornar para Feira de Santana, com a Kombi, tinha a finalidade de confundir Waldir Fiock, segundo "Rocha": "essa operação toda, era para deixar que o paraquede voltasse para o Rio de Janeiro, de Feira de Santana. Como se a gente tivesse ficado em Feira de Santana e não em Salvador."[543]

---

539 Idem., pp.120-121.
540 SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.
541 Ibid.
542 Id.
543 Idem.

Ainda de acordo com José Carlos de Souza, na entrevista para esta pesquisa, o paraquede retorna de Feira de Santana, com a Kombi, para o Rio de Janeiro. Já José Carlos, juntamente com Iara, "Clara", pega um ônibus na rodoviária da cidade direto para Salvador, pois tinham outro ponto marcado com João Salgado, "Fio", na capital.

Procurei saber de José Carlos de Souza onde ocorreu o encontro deles com João Lopes Salgado, em Salvador, e se teve a participação de Cesar Benjamin. Ele detalhou onde e como tudo ocorreu:

> Iara, ela vai nesse encontro no meu aparelho, lá na Caixa D'água [*um bairro de Salvador*]. Ali no edifício é Joana D'arc. Subindo, está tudo modificado ali, era subindo a *Estrada da Rainha,* que vai para Caixa D'água, aí tem a ladeira, acho que é a do P*aiva*. Nessa reunião estavam "Cesinha" [*se refere a César Benjamin*], de costas, João e Iara.[544]

Quis saber de "Rocha" por que "Cesinha" estava de costas para eles, neste encontro no "aparelho" e José Carlos de Souza esclareceu a situação.

> Nesse momento não era claro que seria ele que iria dirigir a Iara, "Clara". Ainda não estava definido. Ele veio para cá para ser direção, mas naquele momento ainda não. Eu já tinha levado para o meu *apê*, meu "aparelho" a Eliana, para uma reunião com o João Salgado. Já era um lugar que você poderia usar dessa maneira, uns meses atrás.[545]

José Carlos de Souza relatou que após o encontro dos militantes do MR-8 em seu "aparelho", no bairro da Caixa D'água, João Salgado e Iara vão embora: "Eu acho que foi o João que sai com a Iara. Eu não me recordo de ter levado Iara para algum outro lugar. Eu acho que eu fico no aparelho."[546]

Numa entrevista que João Salgado concedeu à historiadora Juliana Marques Nascimento para sua tese, cedida para este pesquisador, o ex-militante do MR-8 esclareceu que foi ele quem levou Iara Iavelberg para Feira de Santana, a fim de que a companheira do capitão Carlos Lamarca ficasse no aparelho da Organização, durante algum tempo. O aparelho do MR-8 em Feira de Santana estava situado na rua Barra, 668, no bairro do Jardim Cruzeiro, bairro residencial da cidade, próximo ao estádio de futebol Alberto Oliveira, o "Joia da Princesa". Neste local, estavam Felix Escobar, "Manoel*",* e sua família.

> Então… quando eu entreguei a Iara pra ele, eu acho, fico pensando, nunca mais eu encontrei, talvez ele pensou "ele me entregou essa mulher pra fazer dela uma operária". Eu acho que ele entendeu assim. E eu não fui

---

544 Idem.
545 Idem.
546 Idem.

> suficientemente claro pra dizer "olha, tá aqui contigo, cumpre esse papel, tal, tal, tal".[547]

Em relação às queixas de Iara Iavelberg contra as atitudes de Félix Escobar, João Salgado destacou que

> Quer dizer, ela queria ler, queria escutar rádio Tirana, queria se informar e tal. E ele [*se referindo a Félix Escobar*] achava que ela, pra ser uma militante, aquela mulher bonita, tinha que limpar o chão, tinha que lavar a louça, quer dizer… ela fazia, não é que ela não fazia não [...] Mas era um quadro com todos os vícios do militante burocrata do partidão, entendeu? [548]

Questionado pela historiadora Juliana Marques Nascimento se Félix Escobar, "Manoel", tinha conhecimento que a mulher que estava em seu aparelho era Iara Iavelberg, a companheira de Carlos Lamarca, Salgado respondeu: "Não. Pera aí, desculpe. Eu não sei se ele não sabia, não. Eu acho que ele sabia. Eu acho que ele sabia porque aquele retrato, aquela cara era muito conhecida. Eu acho que ele sabia."[549]

3.1 Desmonte do MR-8 em Salvador

A partir do dia 6 de março de 1971, com a prisão de Solange Lourenço Gomes,[550] "Emília", os órgãos de repressão da ditadura na Bahia começaram a caça contra o núcleo central do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) em Salvador. Tudo obtido com uso da tortura contra os presos políticos da Organização da esquerda armada. A situação ocorreu três meses antes do casal Carlos Lamarca e Iara Iavelberg ser deslocado do Rio de Janeiro para a Bahia. Iara Iavelberg foi levada para Salvador e depois seguiu para Feira de Santana. O capitão Carlos Lamarca tomou o rumo da Chapada Diamantina, pela rodovia BR-242, embrenhando-se na caatinga em Brotas de Macaúbas, chegando ao povoado de Buriti Cristalino, onde foi montada uma barraca de acampamento.

Vários eventos marcaram o início do desmonte do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), naquele mês de março de 1971: um ponto marcado entre

---

547 SALGADO, João Lopes. Entrevista cedida a Juliana Marques Nascimento. 08 dez. 2020. NASCIMENTO, Juliana Marques do. **Além da "musa da esquerda"**: uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944-1971). Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

548 Ibid.

549 Id.

550 Solange Lourenço Gomes era estudante de Psicologia na Universidade Federal do Rio Janeiro - UFRJ em 1966 quando passou a militar na esquerda. Em 1969 entrou para o MR-8. Esteve presa entre 1971 e 1973 em unidades militares da Bahia e Rio de Janeiro. Em 6 de julho de 1972, foi julgada pela Justiça Militar, na 2ª Auditoria do Exército, no Rio, que determinou sua internação no manicômio judiciário pelo prazo mínimo de dois anos. Depois de solta, em 1973, cursou medicina e se casou em 1980 com Celso Pohlmann Livi. Suicidou-se, no Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1982.

militantes da organização no estádio da Fonte Nova, um surto psicótico da militante do MR-8, Solange Lourenço Gomes, "Emília", que chefiava o núcleo urbano da Organização em Salvador, as revelações à polícia civil da capital e as seguidas prisões, torturas e caça aos militantes das organizações de esquerda na Bahia, pela Polícia Federal. A ação de ataque contra os principais quadros do MR-8, o último grupo armado remanescente no país, somente chegou ao final com a operação de guerra - Operação Pajussara -, executada pelo regime militar na madrugada de 20 de agosto de 1971. Sobre o assunto trataremos no capítulo 4.

Solange Lourenço Gomes, era a estudante de psicologia e, desde o mês de dezembro de 1970, estava no comando do MR-8 na Bahia. Ela foi a guerrilheira, segundo versão dos agentes da repressão da ditadura, que marcou "ponto" com um militante da Organização, em meio aos jogos de reinauguração do estádio da Fonte Nova. O encontro entre Solange e o militante nunca foi comprovado pelos agentes da repressão da ditadura e nem mesmo pelos militantes do MR-8. O militante do suposto encontro jamais foi identificado.

No dia da reinauguração do estádio Octávio Mangabeira, a Fonte Nova, em 4 de março de 1971, estiveram presentes entre as autoridades o presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, o governador Luiz Viana Filho e o presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havelange. Boatos que correram na cidade, antes da construção, serviram para criar um clima tenso durante as partidas de reinauguração entre Bahia x Flamengo e Vitória x Grêmio.

Segundo Antônio Risério,[551] fruto de um alarme falso no decorrer do segundo jogo, pânico geral e corre-corre nas arquibancadas geraram uma tragédia no Octávio Mangabeira.

> As pessoas estavam desconfiadas, diziam que a Fonte Nova não suportaria o peso de mais de cem mil pessoas. A paranoia estava na cabeça de todos. Durante o jogo principal, depois do Bahia derrotar o Flamengo com um gol de Zé Eduardo, quando o Grêmio e Vitória disputavam a bola em campo, um refletor pipocou. E alguém gritou: '**A Fonte Nova está caindo'** [grifo do autor]. O pânico foi geral. Correria. Gente pulando de cima para baixo. Poeira, pisoteio, confusão e pânico.[552]

---

[551] RISÉRIO, Antônio. Reforma e ampliação de 1971. *In*: DIAS, Karlo, OLIVEIRA, Rodrigo, VASCONCELOS, Fabio. **Fonte de emoções:** tempo e narrativa do Estádio Octavio Mangabeira, conhecido como Fonte Nova. Disponível em: http://fontedeemocoes.blogspot.com/2009/05/reforma -e-amplicacao-em-1971.html. Acesso em: 26 dez. 2024.

[552] Ibid.

Aquela tragédia em uma praça esportiva, num ambiente marcado pela ditadura, poderia prejudicar a imagem do presidente e do governador. A presença do presidente Emílio Garrastazu Médici e da sua comitiva militar na Bahia provocou um desencontro de informações quanto ao número de mortos e feridos. Um dos poucos jornais a divulgar o número de mortos e feridos foi o periódico *A Tarde* de Salvador. O veículo de comunicação, em sua edição no dia 5 de março de 1971, destacava numa reportagem especial que foram 2.086 feridos e dois mortos.[553]

De acordo com a divulgação da imprensa da época e registros nos acervos da repressão militar, Solange Lourenço Gomes, alucinada e em pânico, saiu "desembestada" pelas ruas de Salvador e se entregou à Polícia Civil, na Delegacia de Jogos e Costumes, no final da rua Chile, na entrada do Pelourinho, Centro Histórico de Salvador.

Segundo os escritores Emiliano José e Oldack Miranda, numa crise de esquizofrenia, em estado inconsciente, Solange Lourenço Gomes entregou-se à polícia, com o tumulto que ocorreu na Fonte Nova.[554] Ainda em relação aos acontecimentos no estádio e a ida de Solange Lourenço Gomes à Polícia Civil, Emiliano José e Oldack Miranda registraram:

> "Eu sou uma subversiva, eu sou uma subversiva." Ela chegou assim na Delegacia de Jogos e Costumes, em Salvador, balbuciando coisas incompreensíveis; o delegado não conseguia entender nada. Vinha do Estádio da Fonte Nova, pomposamente reinaugurado naquele dia, 4 (sic) de março de 1971, com 80 mil pessoas aplaudindo de pé o presidente Médici [...] aos 21 minutos do segundo tempo um ruído qualquer estoura a boiada – a Fonte Nova transforma-se num pesadelo: os torcedores atropelando-se, uma infernal correria. Dois mil feridos, dois mortos. Solange Lourenço Gomes, dirigente do MR-8, estava lá para encontra-se com um militante. Atordoada por uma crise de esquizofrenia, escapa do turbilhão, inconsciente e, nas fronteiras da loucura, entrega-se à polícia".[555]

Um outro veículo de comunicação, *CooJORNAl*,[556] também destacou os acontecimentos da Fonte Nova e a situação que envolveu Solange Lourenço Gomes:

> Solange, fora de si por causa do surto esquizofrênico, desencadeado pelo pânico, saiu errática pela cidade. Ao passar defronte à antiga Delegacia de Jogos e Costumes e ver um policial armado, entregou-se, dizendo coisas incompreensíveis, mas, afirmando sempre que era "uma subversiva".[557]

---

553 "Nem todos os casos atendidos pelo HPS foram registrados, em vista da balbúrdia reinante. Na porta do ambulatório do Hospital, soldados da Polícia Militar vedavam a passagem de jornalistas." *A Tarde*, Salvador, 05/03/1971.

554 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha, op. cit., p.188.

555 Ibid., p.188.

556 *CooJORNAL*, agosto de 1979.

557 Ibid, p.16.

Fora de controle, Solange Gomes fez revelações que colocaram em risco a estrutura da Organização, resultando em inúmeras prisões de militantes do MR-8 em Salvador.

> O delegado, ainda vacilando, resolve enviá -la para a Polícia Federal. Era verdade. Sob interrogatório do coronel Luiz Artur de Carvalho [558] ela vai revelando os nomes dos militantes e simpatizantes do MR-8, aparelhos, pontos de encontro.[559] Entre outros nomes Solange mencionou o de Eliana Gomes de Oliveira, filha de oficial da Marinha que depois de presa, passou a colaborar com os órgãos de segurança.[560]

Em seu depoimento no Departamento da Polícia Federal, no dia 10 de maio de 1971, prestado ao delegado Paulo Gomes Souza, o delegado Heleno Araújo Lima, na Polícia Civil da Bahia, contou como ocorreu a prisão de Solange Lourenço Gomes no dia 4 de março de 1971.

> Que naquele dia por volta das 14:30 horas se encontrava em sua residência, quando o telefone chama. Que o telefonema era do comissário Walmir Inácio Diniz, de plantão naquele dia na Delegacia de Jogos e Costumes. Que o comissário Valmir transmitiu ao depoente que ali se encontrava uma moça de nome Solange Lourenço Gomes que se dizia subversiva e que desejava se apresentar às autoridades competentes, a fim de se desligar do movimento subversivo a que pertencia.[561]

Em suas informações para o delegado Paulo Gomes Souza, o policial Heleno Araújo Lima disse que

> [...] o comissário Walmir transmitiu ainda ao depoente, que Solange havia se apresentado ao escrivão Dilton, também de plantão naquela delegacia, e o mesmo incontinente se comunicou com a segunda secção da Sexta Região Militar, procurando o major Bião, a fim de solicitar deste mandar buscar Solange. Que o comissário Walmir ao transmitir essa informação ao depoente, este imediatamente deixou a sua residência e se dirigiu para a Delegacia de Jogos e Costumes, a fim de adotar as providências que o caso pudesse requerer.[562]

Contou ainda o Delegado Heleno Araújo Lima haver percebido que Solange Lourenço Gomes estava apreensiva e com esgotamento físico, tendo ele tomado a decisão de encaminhar a mesma para a sede da Polícia Feminina.

> Que ao chegar na delegacia encontrou Solange Lourenço Gomes, que se confessou subversiva e desejosa que fosse apresentada às autoridades militares. Que notou que Solange se encontrava em estado de apreensão muito acentuado, bem como demonstrando determinado esgotamento físico,

---

[558] Luiz Artur de Carvalho foi diretor geral da Polícia Federal da Bahia -Sergipe, e em 1971 comandou o cerco policial que resultou na morte de Iara Iavelberg, militante do MR-8 e companheira de Carlos Lamarca. Uma rua em Salvador, no bairro da Pituba, leva o nome do coronel do Exército.

[559] JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha, op. cit., p. 188.

[560] *CooJORNAL*, agosto de 1979, p.16.

[561] LIMA, Heleno Araújo. Depoimento à Polícia Federal. 10 mai. 1971.

[562] Ibid.

> achou por bem conduzir Solange para a Polícia Feminina, onde ali poderia sentir-se segura e na segunda-feira ser apresentada às autoridades militares.[563]

O delegado Heleno Araújo Lima decidiu, ainda naquela tarde, efetuar uma busca no imóvel onde Solange Lourenço Gomes informou que estava morando, na rua Fonte do Gravatá, no edifício Alicia, nº 44, apartamento 05, no bairro de Nazaré, em Salvador. Para esta ação policial, ele chamou o delegado João Velloso.[564] Eles foram até o imóvel, levando Solange Lourenço Gomes, antes de conduzi-la para a Polícia Feminina.

> [...] Apanhar todos os seus pertences, ocasião em que deu uma busca em seus aposentos, nada encontrando de mais, a não ser as suas roupas e objetos de uso pessoal. Que domingo, o depoente visitou Solange na Polícia Feminina e ela passava bem. Que na segunda -feira, dia oito de março, o depoente ao chegar em sua residência, cerca das 12 horas, recebeu telefonema da Polícia Feminina, dizendo que Solange tinha fugido pulando vários muros e sendo presa na avenida Sete de Setembro, com auxílio de investigadores e policiais femininas.[565]

O delegado Heleno Araújo Lima e seu colega João Francisco de Almeida Velloso, ambos da Polícia Civil da Bahia, não encontraram no apartamento em que Solange Lourenço Gomes estava morando, nenhuma prova documental que a ligasse ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro-MR-8. A Polícia Civil baiana dispunha apenas da declaração de Solange, de acordo com a qual se dizia terrorista e que queria se desligar da Organização a que pertencia. Informação posteriormente repassada para a imprensa. Muito estranho que nenhum papel, panfleto ou outro material do MR-8 estivesse escondido no aparelho ocupado por Solange.

Esclareceu o delegado Heleno Araújo Lima que Solange Lourenço Gomes não ofereceu nenhuma resistência ao ser presa pelos policiais, sendo então conduzida para a sede da Delegacia de Jogos e Costumes, em sua companhia. “Que por volta das 16:00 horas, Solange Lourenço Gomes foi entregue ao major do Exército Bião, que a conduziu à Polícia Federal”.

Historiadores, pesquisadores, escritores e até mesmos os veículos de comunicação da mídia impressa, que trataram sobre a prisão de Solange Lourenço Gomes, não se atentaram ao conteúdo do Auto de Qualificação ao qual a dirigente do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) foi submetida no Departamento de Polícia Federal em Salvador, em 30 de março de 1971. É na página 9 que Solange Lourenço Gomes informa, sob tortura.

---

563 Id.

564 João Francisco de Almeida Velloso, delegado aposentado da Polícia Civil, bacharel em Direito, é sogro do atual governador da Bahia, Jeronimo Rodrigues e reside em Feira de Santana.

565 LIMA, Heleno Araújo. Depoimento à Polícia Federal. 10 mai. 1971.

> [...] Que devido a "queda" de alguns militantes, entre eles "Gilberto" e "Walter", a declarante pensou em levar os remanescentes do Grupo para a Guanabara, por eles estarem "queimados" aqui em Salvador, ou até mesmo trazer da Guanabara alguns elementos para ajudar essas pessoas. Em dúvida sobre o caminho a seguir, a declarante consultou João Lopes Salgado sendo aconselhada por este a ir até a Guanabara avistar-se com Muniz, [*se refere a Carlos Alberto Muniz, que dirigia em nível nacional o MR-8*] elemento da Direção da Organização, que decidiria o que deveria ser feito, o que não chegou a ser consumado, que a declarante durante a época do carnaval, ao perceber que estava sendo seguida pensou em se ausentar por algum tempo desta capital e, dirigir a Guanabara. Pois, nessa viagem despistaria seus possíveis seguidores. Ao retornar entraria em contato com os elementos do seu grupo. Pensou em entregar-se à polícia. Que teve certeza que realmente estava sendo seguida e sentiu-se temerosa, com tal situação.[566]

Solange Gomes, segundo o que está contido no documento, revelou ter buscado ajuda junto à dona do apartamento em que estava residindo, Dona Valmira, contando-lhe sua situação: "Procurou obter conselhos de Dona Valmira. Procurou seus conselhos e recebeu de Dona Valmira sugestão no sentido de não se entregar de imediato, porque ela, Dona Valmira, iria antes consultar com uma certa pessoa a respeito."

Cabe questionar por que os agentes da repressão da ditadura jamais identificaram formalmente, prenderam e ouviram a Dona Valmira, a dona do apartamento alugado a Solange? Outro questionamento é que Dona Valmira jamais foi procurada por historiadores, escritores, pesquisadores e jornalistas, para confirmar ou não a versão contada pela depoente.

Um dos fios do novelo desta trama apresentada pelos agentes da ditadura na época é a figura do policial que, segundo Dona Valmira, era seu parente e teria a intenção de aconselhá-la, junto com Solange, sobre a melhor decisão a ser tomada. Denilson Vasconcelos, dirigente do MR-8 que era companheiro de "Emília", sempre achou que era uma "história muito nebulosa". Vejamos então o que Solange Lourenço Gomes conta, em seu relato à Polícia Federal.[567]

> Que esta certa pessoa, segundo lhe declarou Dona Valmira, era um seu parente que pertencia à Polícia e poderia aconselhar o que fosse mais conveniente. Que a declarante não esperou por essa solução, apresentando -se antes na Delegacia de Jogos de Costumes, onde foi atendida por um funcionário e posteriormente ao doutor Heleno, terminando por ser apresentada à Polícia Federal.[568]

Por que o delegado Heleno Araújo Lima, da Polícia Civil da Bahia, e o inspetor da Polícia Federal Paulo Gomes de Souza não detiveram nem tomaram depoimento de

---

[566] GOMES, Solange Lourenço. Auto de qualificação na PF Inquérito Policial 11/71. Salvador, 30 mar. 1971, p.9.
[567] Ibid.
[568] Id., p.9.

Dona Valmira e de seu parente — que, segundo ela, era policial — para confirmar ou refutar a versão de Solange Lourenço Gomes e da própria Dona Valmira? Essa é uma das muitas pontas soltas desse novelo.

O relatório da Operação Pajussara[569] faz referências sobre Solange Lourenço Gomes, apresentada a versão da repressão militar, sobre a prisão da dirigente da Organização em Salvador.

> No mês de março SOLANGE LOURENÇO GOMES, ("Emília") (sic), coordenadora do MR-8 na BAHIA E SERGIPE, entregou-se aos Órgãos de Segurança, CODI/6- SALVADOR. Em face do seu depoimento e dos trabalhos desenvolvidos pelo CODI/6, foi levantado e praticamente desbaratada o MR-8 nesta cidade. Entretanto, não conseguiu o CODI/6 levantar a área onde se desenvolvia o trabalho de campo, daí por que permaneceram na clandestinidade alguns dos seus elementos, entre os quais JOSÉ CARLOS DE SOUZA, ROCHA; JAILENO SAMPAIO FILHO, "RAIMUNDO", "ORLANDO", MILTON MENDES FILHO, "DICO", DIOGO ASSUNÇÃO, "TUCA"; LUIZ ANTÔNIO SANTA BÁRBARA, "MERENDA', "RAMOS", e NILDA CARVALHO CUNHA, "ADRIANA"; todos com prisão preventiva decretada pela 6ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR, à exceção de "ADRIANA". Segundo ainda depoimentos de MARIA LÚCIA MURAT, 'CRISTINA', e SOLANGE LOURENÇO GOMES, 'EMILIA', esta área do MR- 8 já existia há mais de um ano.[570]

No dia 12 de março, foi preso Denilson Vasconcelos, que tinha um ponto marcado com Solange, às quatro horas da tarde, no bairro da Caixa D'Água. Solange chegou ao encontro levada pelos agentes da repressão e Denilson acabou preso: "entre os agentes, reconheceu o cabo Dalmar Caribe,[571] da 4ª Companhia de Guardas do Exército, famoso lutador de karatê na Bahia. A tortura começou ali mesmo no carro e continuou no Quartel da PE, no Barbalho."[572]

Após a prisão de Denilson e aplicando tortura, os agentes da repressão queriam arrancar dele os nomes dos outros militantes do MR-8. Os codinomes de alguns militantes já eram conhecidos: "sabiam do nome 'frio' de Diogo Assunção de Santana – "Josemar" – Sabiam de Milton Mendes Filho,[573] de Jaileno Sampaio. Diziam isso ainda

---

569 RELATÓRIO da Operação Pajussara. Ministério do Exército. Sexta Região Militar-Quartel General Regional Operação Pajussara. Salvador. 30 de setembro de 1971, assinado por Adail Coaracy de Aquino - Tenente-Coronel Aviador Chefe da 3ª Seção do COMCOS.

570 RELATÓRIO da Operação Pajussara, pp.1-3.

571 Dalmar Caribe, juntamente com o major do Exército Nilton Cerqueira, foi um dos executores do capitão Carlos Lamarca, em 17 de setembro de 1971, em Pintadas. Foi Caribé quem deu uma rajada de metralhadora em Zequinha, quando ele corria pela caatinga. Foi usado pela repressão como torturador de presos políticos na Bahia.

572 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha, op. cit., p.188.

573 Milton Mendes Filho morou em Feira de Santana, na praça da matriz, a atual praça Monsenhor Renato Galvão. Em 1968, foi para Salvador como militante de esquerda. No ano seguinte, ingressou no MR-8. Preso e condenado pela Justiça militar, após cumprir pena na Penitenciária Lemos Brito, entrou para atuar

dentro do Volks."[574] Por volta das seis horas, prenderam Eliana Gomes de Oliveira, que fez um escândalo e chegou apanhando. Solange a entregara.[575]

Mesmo sob tortura, Denilson continuava resistindo a delatar seus companheiros do MR-8:

> Queriam Jaileno, não entendia por que cargas d'água queriam Jaileno. Ele resolve levar os agentes para um ponto frio, nas pedreiras do Iapi. Ficaram irritados, ameaçaram jogá -lo do alto da pedreira [...] Achavam o prisioneiro importante porque, além de dirigente, era companheiro de Solange, também da direção. Na tortura, ela, Solange, estava presente e não esboça qualquer reação. Os agentes torturando Denilson, ela impassível. Olhando, o olhar vazio, distante. E isso lhe doía. Solange com aquele vestido longo, só confirmando, assentindo com a cabeça, calada, sempre com o olhar louco, completamente louca.[576]

Sempre que o assunto é regime militar no Brasil, não se pode omitir a questão da tortura contra presos políticos ou simpatizantes das organizações da esquerda armada, que se opuseram contra o golpe em 1964, e continuaram resistindo à ditadura. O crime de tortura era uma prática de rotina pelos agentes da repressão.

> A tortura, como método de informação, tinha um efeito devastador para a pessoa do preso, tanto física quanto psicologicamente. Nos interrogatórios, o preso se encontrava só e indefeso, e uma luta interna era travada no embate com o torturador.[577] "[...] O mais terrível da tortura política é o fato de que ela obriga o torturado a lutar contra si mesmo. A tortura cinde a pessoa ao meio [...] A mente quer ser fiel à causa e aos companheiros; não quer de forma alguma, entregá-lo. O corpo submetido A toda sorte de intimidação e aviltamento, para ver se livre da tortura, tende a falar e assim fazer a vontade do torturador". [578]

Somente após 25 horas da sua prisão, Denilson Vasconcelos, sob tortura, abriu para os agentes da repressão a localização do seu aparelho. Era uma casinha situada na Travessa Candeias, n. 13, no bairro da Liberdade, em Salvador. A repressão invadiu o aparelho, assustando os moradores próximos. Alguns deles informaram para os agentes que conheciam Denilson como o "cara" que trabalhava no *Jornal da Bahia*, casado com uma mulher vivendo no interior.

> Mas a casa era um depósito da Organização. Lá tinha de tudo: desde material de imprensa, mimeógrafo, máquina de escrever, documentos políticos, até

---

na imprensa baiana como fotógrafo profissional. Trabalhou por alguns anos no jornal *Tribuna da Bahia*. Atualmente está vinculado ao MST. Mora num acampamento do MST na cidade de Pojuca.

574 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha, op. cit., p.189.

575 Ibid., p.190.

576 Id., p.190.

577 MACIEL, Wilma Antunes. **Repressão judicial no Brasil**: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na justiça militar (1969-1971). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p.48.

578 BOFF, Leonardo. Prefácio. *In:* ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1987, p.13.

> armas e munições – oito revólveres. No noticiário da imprensa, um arsenal. Um estardalhaço.[579]

Segundo os escritores Emiliano José e Oldack Miranda, o militante do MR-8 Denilson Vasconcelos vinha se saindo bem em meio às torturas, apesar das delações de Solange e Eliana Gomes. Mas, por consequência da localização do seu aparelho e o que nele foi encontrado em seu interior, os castigos foram intensificados.

> Os depoimentos foram se contradizendo e as histórias de Denilson iam por água abaixo. Uma semana depois, ele cede novamente e são presos os simpatizantes Edson Argolo e Carlos Moreira Villanueva. Ainda tentaram pegar Diogo Assunção: levaram Denilson à Escola Técnica Federal da Bahia e descobriram que não estudava mais lá. Denilson entregou o endereço de Diogo – da família – mas não o encontraram. Também não deu para segurar o plano de ação armada. Eles sabiam. A mulher de Diogo trabalhava na casa de um homem com muita grana e fez um levantamento. Os agentes percebem que o serviço só podia ser feito por pessoa de dentro da casa e identificaram Lourdinha. Denilson confirma o endereço e logo eles tem o nome: Maria de Lourdes Santana.[580]

Com apenas uma semana de caça aos militantes do MR-8 na capital baiana, os órgãos de segurança conseguiram prender Edson Argolo e Carlos Moreira Villanueva, estouraram "aparelhos" e localizaram os endereços de outros militantes que fugiram.

> Àquela altura, os órgãos de segurança estavam com o perfil completo do MR-8 na Bahia: Denilson, Solange e Eliana, direção urbana. Alguns simpatizantes presos e os nomes dos casais Jaileno e Nilda, Diogo e Lurdinha, mais Milton Mendes [...] Tinham também identificado José Carlos de Souza, o encarregado das comunicações – e até o dirigente da zona rural, "Dino", com o nome verdadeiro e tudo, João Lopes Salgado, além de Zequinha – José Campos Barreto – que deveria estar no interior da Bahia, segundo as informações que dispunham. Isso, no final de março de 1971, três meses antes de Iara chegar em Salvador e Lamarca ao acampamento de Brotas de Macaúbas.[581]

Nos estudos e pesquisas desenvolvidas para esta dissertação, na documentação da Polícia Civil, Polícia Federal e nos processos judiciais militares, consta que os órgãos da ditadura em Salvador tinham então conseguido monitorar, efetuar prisões de militantes da organização MR-8, submetê-los a torturas psicológicas e físicas, em suas unidades prisionais, resultando no desmantelo do núcleo central do Movimento Revolucionário Oito de Outubro-MR-8 na Bahia.

Denilson Vasconcelos foi ouvido na 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva, presidida pelo deputado Adriano Diogo (PT). Não estava preso e sendo torturado. Denilson pode esclarecer muitas das situações em

---

[579] JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha, op. cit., p.190.
[580] Ibid., pp.190-191.
[581] Id., p.191.

que esteve envolvido, que resultaram na prisão, tortura e a morte de Solange Lourenço Gomes, “Emília”.

> Eu conheci Solange nos anos 70, quando ela substituiu a Lúcia Murat no trabalho do MR-8 de Salvador. A última vez que eu vi Solange em liberdade foi cerca de 15 dias antes da minha prisão que foi no dia 12/03/71, em uma quarta-feira de cinzas. Ela deveria ter ido ao Rio de Janeiro discutir inclusive a sua transferência de Salvador, e a volta seria no dia 12 à tarde, exatamente no ponto que eu tinha com ela. Dia 12 à tarde, quando houve a minha prisão. Solange era minha namorada. Ela foi um dos grandes amores da minha vida. Foi um impacto muito grande o estado que ela ficou. Eu soube da história cheia de sombras, para mim continua cheia de sombras de que ela estaria presa, tinha sido entregue por um funcionário da Polícia Federal, que nos viu no elevador Lacerda, de uma distância muito grande. Mas como ele tinha boa memória, ele a reconheceu. Eu duvidei. Levei a discussão com os companheiros essa história e ninguém acreditou. Mas mesmo assim eu fui encontrá -la, até porque tinha além do interesse político, o interesse pessoal. Fui encontrá -la com certas cautelas. Tinha o encontro 10 minutos depois nas proximidades com outro companheiro, [*era com Renato da Silva que iria se encontrar, em ponto marcado*] porque se houvesse alguma coisa os demais companheiros seriam informados.[582]

Vasconcelos não acredita na versão apresentada pelos agentes da repressão de que Solange Lourenço Gomes se entregou na Delegacia de Jogos e Costumes, em Salvador, depois da queda de parte da arquibancada da Fonte Nova, quando foi para um encontro com um militante do MR-8.

> Essa história da panfletagem no estádio da Fonte Nova, eu fiquei sabendo já preso, é uma história estranha porque ela não deveria nem estar em Salvador no período. É muito difícil falar dessas coisas. E só fui saber dela tempos depois, em um encontro rápido com Lúcia Murat. Eu estava preso no quartel da Aeronáutica, antes de ser transferido para a penitenciária, a Lúcia Murat estava em trânsito, através de um soldado, eu consegui um rápido contato com a Lúcia Murat e foi quando ela me fez um relato das situações, da própria Solange. Mas essa história dela ter se entregue, é uma história que para mim continua nebulosa, mesmo tanto tempo depois. O princípio desse processo. E fiquei muito tempo sem saber notícias, até porque tudo aquilo me pesou muito, e eu só fui saber (pausa). É difícil falar. Eu não sei o que falar.[583]

As torturas e pressões que sofreu quando esteve preso foram relatadas por Denilson na audiência:

> Fui preso no dia 12 de março de 1971, alguns dias depois fui levado com outro companheiro preso, Renato da Silveira para um simulado de enforcamento no quartel da Polícia do Exército em Barbalho, Salvador, e foi quando eu tive a última vez que eu vi Solange. Eles já levaram [*se refere a Solange*] com uma roupa estranha, uma roupa , vestido, que cobria grande grande parte do corpo, eu não sei se marcas de sevícias, e aí eu tive certeza de que ela estava louca. Porque eles simularam o enforcamento e ela não esboçou a menor reação. Para uma pessoa que além dos laços políticos tinha

---

[582] VASCONCELOS, Denilson Ferreira . Depoimento à 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev. 2025, p.32.

[583] Ibid, p.33.

> laços afetivos muito fortes, ela foi usada como instrumento de tortura também.[584]

No entendimento de Denilson Vasconcelos, o risco de desabamento no estádio da Fonte Nova já vinha sendo amplamente abordado pela imprensa de Salvador cerca de 15 dias antes do ocorrido. Diante disso, ele descarta a possibilidade de que o acidente tenha sido causado apenas pela lotação do estádio, apontando para outros fatores relacionados à sua estrutura e segurança.

> O problema na Fonte Nova, uns 15 dias antes das ocorrências na Fonte Nova, a Imprensa local começou a criar um clima de insegurança muito grande. Eu me lembro disso. De insegurança muito grande e que iria acontecer algum acidente. Quer dizer, foi se criando um clima de que teria problema na Fonte Nova. Estava na boca do povo essa história da Fonte Nova. Quando aconteceu, o impacto foi muito grande, mas se fizer uma pesquisa nos jornais da época, você vai encontrar alguns dias antes do acontecimento da Fonte Nova, aquele clima de que vai ter problema. Aliás, se criou de novo quando teve um problema na Fonte Nova recentemente antes da demolição do estádio. Quer dizer, tava na cabeça de todo mundo. Dali a fazer parte de algum delírio era uma coisa muito possível de acontecer. Então, essa história para mim continua cheia de sombras. Mas também o problema maior são as consequências de todo esse processo.[585]

Para Denilson Vasconcelos, a versão que os agentes da repressão passaram para a imprensa na época, de que Solange se entregou à polícia, é muito mal contada.

> A Solange que eu vi em liberdade antes da minha prisão, não tinha nada a ver com a Solange que eu vi alguns dias depois da minha prisão. Nada, absolutamente nada, a não ser a semelhança física. Porque era uma pessoa com uma enorme vitalidade. Não por acaso fazia o que fazia. Daí, as minhas dúvidas todas em relação a essa história que eu não sei se acabou influenciando a visão da (ininteligível) a partir dessa história da Fonte Nova, é uma história muito mal contada. Ainda, para mim continua sendo uma história muito mal contada. Eu falo isso o tempo inteiro para companheiros. Eu falei isso para o Emiliano quando ele me entrevistou para escrever o livro Lamarca, falei isso para outras pessoas. Eu continuo dizendo, será que nós não estamos espalhando, reforçando a versão que eles queriam que a gente aceitasse? Porque alguns companheiros de militância, a gente não sabia dessa história, desse ato na Fonte Nova até porque não batia com o trabalho que a gente estava desenvolvendo na cidade. Então, eu não sei se isso já é parte de loucura dela ou se é parte de uma história que era conveniente que a gente aceitasse.[586]

Gilberto Gomes informou também, na 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva, em meio ao depoimento de Denilson Vasconcelos, que Solange dizia aos familiares ter se apresentado à polícia:

> Pois é. Mas era apenas o que ela mesma nos relatava. Quer dizer que, aparentemente, ela relatava essa questão de ela ter se entregue nessa Delegacia de Costumes. Ela relatava isso. E ela relatava que depois dali, inclusive, ela conseguiu escapar. Ela se entregou, mas depois resolveu fugir.

---

584 Id., p.32.
585 Idem., p.40.
586 Idem., p.39.

> Fugiu efetivamente. Teve até peripécia de ter andando em cima de um telhado, coisa desse tipo, e pretendia se suicidar no mar, se jogar no mar e tal. E depois, eu não me lembro mais dos detalhes, ela foi recapturada e foi encaminhada. Isso é relato dela mesma.[587]

Na 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva, foi exibido um vídeo em que a ex-presa política Maria Lúcia Murat de Vasconcelos contou como conheceu Solange Lourenço Gomes e sua relação de militância política.

> Eu conheci a Solange na época do Movimento Estudantil (ME). A gente era ligada à mesma organização. Ela era uma pessoa muito bonita, muito sedutora. Ela chamava muita atenção. Depois eu sabia que ela era da minha organização. Como a gente não se viu, até a gente se encontrar uns dois anos depois na Bahia. Eu tava clandestina na Bahia. O meu nome tinha caído. Ela tinha ido meio que me substituir parcialmente lá. Eu voltei para o Rio. E na verdade ela foi presa antes da minha prisão.[588]

A ex-presa política e hoje cineasta Maria Lúcia Murat de Vasconcelos revelou como tomou conhecimento da prisão de Solange Lourenço Gomes em Salvador.

> Mas, eu não sabia disso. Quando eu fui presa e torturada, muitas coisas tinham sido abertas. Eles me falaram que ela tinha se entregado. Não entendi nada do que estava acontecendo. E na verdade foi só quando eu sa í do DOI-Codi, quando eu fui ficar nos quartéis e que eu tive conhecimento efetivamente do que tinha se passado.[589]

Para Lúcia Murat, "a repressão da ditadura cometeu atos de covardia" ao fazer aquilo com uma pessoa que estava fora de si. O depoimento de Solange Lourenço Gomes, obtido através de tortura, foi publicado nas edições dos jornais do sul do país. Entre eles incluem-se os veículos de comunicação da mídia impressa: *Jornal do Brasil, Estadão* e *O Globo*.[590]

> Tinha esse depoimento que tinha sido colocado nos jornais pela repressão, sendo dado como sendo dela. Que ela teria assinado. O depoimento era uma loucura. Uma loucura, uma total loucura que desmoralizava todo mundo. Todos nós, a ela mesmo, aos pais, a relação com os pais. Era uma coisa tão maluca. Porque a repressão foi de uma covardia. Ao fazer aquilo com uma pessoa, que tava claramente fora de si, e usar essa pessoa sem o menor

---

[587] GOMES, Gilberto, Depoimento à 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev. 2025, p. 40.

[588] VASCONCELOS, Lúcia Murat. Depoimento à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. 7 jun. 2013. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 21 fev. de 2025.

[589] Ibid.

[590] JOVEM arrependida repudia terrorismo. *Jornal do Brasil*, Ano LXXXI, Nº 95, 28 de jul. 1971, página 14-1º Caderno. Disponível em: https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19710728&printsec=frontpage&hl=pt-BR. Acesso em 15 mar. 2024; TERRORISTA arrependida revela: Sexo é a arma para atrair jovens à subversão. *O Globo*, 28 de jul. 1971, p.8. Acervo pessoal.
; JOVEM denuncia o terror que a usou. *O Estado de São Paulo,* 28 jul. 1971, p.12. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710728-29543-nac-0012-999-12-not. Acesso em 16 mar. 2024.

> critério. A sensação que eu tenho assim, que eles usaram a Solange até um determinado limite, depois jogaram fora.[591]

Nas edições dos jornais do dia 28 de julho de 1971, havia destaque para a militante do MR-8 Solange Lourenço Guimarães, que estava presa e acusava a sua organização de abusos e terrorismo. *O Estado de São Paulo* [*Estadão*] na sua página 14 destacava: "Jovem denuncia o terror que a usou" em sua página 12. O jornal *O Globo*, na edição de quarta-feira, dia 28 de julho, na página 8 da edição, trazia a manchete: "Terrorista arrependida revela: Sexo é a arma para atrair jovens à subversão". A edição do *Jornal do Brasil*, também do mesmo dia, tinha como manchete da página 14: "Jovem arrependida repudia o terrorismo".[592]

Lúcia Murat questionou o depoimento de Solange Lourenço Gomes pelo fato dela estar fora de si, acusando até o pai de chefiar uma organização de esquerda. Mas, no vídeo, ela sustenta que a repressão sabia que aquilo tudo era mentira.

> Só que com ela, pelo fato dela estar realmente fora de si, era de uma covardia muito grande. E nesse depoimento, era uma coisa tão maluca, tão absurda. Que ela acusava os pais, de serem os autores da organização, dirigentes de organização. E os pais dela nunca foram presos. A repressão sabia que aquilo tudo era mentira. Hoje você lê esse depoimento, você vê o grau de loucura que vivia na minha época. A loucura que o país vivia naquele momento. Porque absurdo, alguém pensar que aquilo ali podia ser verdade, era claramente uma pessoa que estava fora de si. Ela acusava todos os amigos.[593]

O reencontro de Solange Lourenço Gomes com Lúcia Murat ocorreu em um presídio no Rio de Janeiro, quando Solange chegou de Salvador. Lúcia Murat relembrou esse momento e destacou que a relação entre elas se tornou bastante difícil.

> Depois disso eu tive com Solange, assim que ela chegou de Salvador. Ela foi ficar presa com a gente, foi um susto. Ela chegou muito dopada, muito dopada. Muito abatida e principalmente muito dopada. A partir daí, quer dizer, ficou muito difícil a relação, muito difícil a relação. Tentei defendê-la muito. Tentei defendê-la de mim mesmo, entendeu. Mas, a grande dificuldade é que para ela puder justificar tudo aquilo, ela criou uma história. Que é uma história na qual nenhum de nós, éramos pessoas da direita. Éramos pessoas da repressão, que tínhamos sofrido operação plástica. Que

---

[591] VASCONCELOS, Lúcia Murat. Depoimento à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. 7 jun. 2013. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 21 fev. de 2025.

[592] JOVEM arrependida repudia terrorismo. *Jornal do Brasil,* Ano LXXXI, Nº 95, 28 de jul. 1971, página 14-1º Caderno. Disponível em: https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19710728&printsec=frontpage&hl=pt-BR. Acesso em 15 mar. 2024; TERRORISTA arrependida revela: Sexo é a arma para atrair jovens à subversão. *O Globo,* 28 de jul. 1971, p.8. Acervo pessoal.; JOVEM denuncia o terror que a usou. *O Estado de São Paulo*, 28 jul. 1971, p.12. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710728-29543-nac-0012-999-12-not. Acesso em 16 mar. 2024.

[593] VASCONCELOS, Lúcia Murat. Depoimento à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. 7 jun. 2013. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 21 fev. de 2025.

> tínhamos recebido a memória original, digamos assim. Eu Lúcia Murat, eu não era eu. E a partir daí era impossível em relação.[594]

O último encontro entre Lúcia Murat e Solange Lourenço Gomes foi recontado pela cineasta: "Eu estive com ela pouco antes dela se suicidar. Me lembro que foi um momento muito legal. Porque eu tinha acabado de ter a minha filha. Ela ficou muito feliz de ver minha filha. Me disse que queria ter um filho. Infelizmente não foi possível."[595]

No Auto de Qualificação a que foi submetida Solange Lourenço Gomes, no Departamento de Polícia Federal em Salvador, no dia 30 de março de 1971, a dirigente do Movimento Revolucionário Oito de Outubro-MR-8, sob tortura ou não por agentes da repressão da ditadura, revelou

> Que deseja esclarecer: que Maria Lúcia Murat lhe forneceu os nomes de Brandão e Chico Pinto[596] [*se refere a Francisco José Pinto dos Santos, que foi prefeito de Feira de Santana*], possíveis simpatizantes da organização, a fim de que procurasse para alguma ajuda. Contudo, isso não chegou a ocorrer. Que em Salvador usou os codinomes: "Emília", "Diva" e "Cândida".[597]

Segundo o depoimento de Solange Lourenço Gomes, a fiadora de um dos aparelhos em que se manteve clandestina era Helena Bocaiuva Khair, que esteve envolvida no sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, o que já foi detalhado no capítulo 2.0 desta dissertação.

> Que em julho de 1969 a declarante saiu de casa de seus pais e foi morar com Daniel Aarão Reis Filho, "Djalma".[598] Como morava num apartamento que tinha como fiadora Helena Bocaiuva Khair, e temendo ser localizada, porque Helena que estava implicada no sequestro, mudou-se para a rua Bonsucesso, onde também se esconderam, por uns quinze dias, Vera Silvia Magalhães, Cid Queiroz Benjamin, "Bilili", José Sebastião Rios de Moura, "Anibal", e Lúcia de tal, namorada deste.

---

[594] Ide.

[595] Idem.

[596] Francisco José Pinto dos Santos, eleito prefeito do município de Feira de Santana em 1962, que foi impedido de cumprir o seu mandato, através da Resolução nº 46/A de 8 de maio de 1964, que foi aprovada pela Câmara Municipal de Feira de Santana, por determinação do Comando das Tropas das Forças Armadas, sediadas na cidade. A Resolução em Artigo Único: determina: "É declarado impedido, no cargo de Prefeito do Município de Feira de Santana, o Bel. Francisco José Pinto dos Santos." In: Acervo da Câmara Municipal de Feira de Santana -Bahia.

[597] GOMES, Solange Lourenço. Depoimento no Auto de Qualificação no Departamento de Polícia Federal. Salvador, 30 mar. 1971.

[598] Daniel Aarão Reis Filho na década de 1960, juntamente com outros militantes políticos, encampou a luta revolucionária contra a ditadura civil/militar brasileira. Daniel Aarão compunha a direção da Dissidência Comunista (futuro Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8), que juntamente com a ALN (Ação Libertadora Nacional), haviam capturado o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em 1969. Daniel Aarão Reis Filho, "Djalma", foi preso em março de 1970, aos 24 anos, no Rio de Janeiro. Em junho de 1970, Daniel Aarão Reis Filho e outros presos políticos foram libertados pela ditadura brasileira, em troca da vida do embaixador alemão Enrenfried Von Holleben, também capturado por uma ação revolucionária. Após obterem liberdade, os 40 presos políticos foram para a Argélia.

Revelou mais Solange Lourenço, sob tortura, que

> [...] em 1970 morando em um apartamento em frente da Televisão Globo, no segundo andar, já agora em companhia de "Xisto", João Lopes Salgado. [...] Que a declarante deseja esclarecer que João Lopes Salgado, usava ainda em 1969, o codinome "Dino", segundo lhe informou o próprio, após fazer uma operação plástica, passou a usar o codinome "Xisto", que desta forma, "Dino" e "Xisto" são codinomes da mesma pessoa, ou seja João Lopes Salgado. Que o mesmo participou de diversos assaltos e tomou parte no sequestro do embaixador americano no Brasil, Burke Elbrick. Que em dezembro de 1970 em combinação com João Lopes Salgado "Dino" e "Xisto", veio para a Bahia com um ponto previamente marcado com Maria Lucia Murat Vasconcelos Dantas, a fim de substitui-la na coordenação dos trabalhos de massa nos bairros.[599]

Em relação ao Auto de Qualificação a que foi submetida Solange Lourenço Gomes, no Departamento de Polícia Federal em Salvador, chama atenção sua formação política, quando ainda era estudante. Há uma menção a Gorender, que pode ser o jornalista e escritor Jacob Gorender, mas ele jamais fez qualquer referência de ter ministrado aulas de marxismo para a Solange Lourenço Gomes, seu irmão Gilberto Gomes ou outros estudantes em 1964.

> Que em 1964 influenciada pela irmã (Helena Lourenço Gomes) participou de algumas reuniões de caráter esquerdista que se realizava na casa de uma Sônia de tal, na rua Bolívar. Eram reuniões coordenadas por Jorge Eduardo Saveira Durão,[600] que era da mesma turma de sua irmã. Sendo que na casa de Sonia recebiam aulas de marxismo ministradas por um cidadão de nome Gorender. Que posteriormente afastou-se desse pessoal. Foi fazer cursinho pré-vestibular no PSI-PI conhecendo Carlos Augusto Zílio,[601] com o qual passou a namorar. Que nessa época já se considerava esquerdista, juntamente com o seu namorado. E com ele assistia a comícios que se realizavam na porta da Faculdade de Filosofia.[602]

A informação de que Solange Gomes tomou parte de reuniões de caráter esquerdista foi confirmada pelo seu irmão Gilberto Gomes, na 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva.

> [...] Minhas irmãs e eu frequentamos um curso de Marxismo, na casa de uma pessoa amiga. Nesse curso nos ensinaram que a forma de realizar esse sonho seria implantar no Brasil uma ditadura do proletariado. Não sei até que ponto ela ficou convencida nesse momento, mas, certamente acreditou nisso quando em 1969, resolveu entrar na luta armada. Nesse meio tempo tinha havido o golpe de 64 e o AI-5 em 68. Essa luta não precisava derrubar a ditadura para restaurar um regime democrático. Minha irmã e seus

---

[599] GOMES, Solange Lourenço. Depoimento no Auto de Qualificação no Departamento de Polícia Federal. Salvador, 30 mar. 1971.

[600] Jorge Eduardo Saveira Durão atualmente é diretor-geral da Associação Brasileira de ONGs.

[601] Carlos Augusto da Silva Zílio iniciou sua vida artística em 1962, quando ingressou para o Instituto de Belas Artes, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O jovem era também leitor dos jornais do Partido Comunista: *Semanário* e *Novos Rumos*. Com o golpe, Zílio respondeu ao seu primeiro Inquérito Policial Militar no Instituto de Belas Artes, mas em nada resultou.

[602] GOMES, Solange Lourenço. Depoimento no Auto de Qualificação no Departamento de Polícia Federal. Salvador, 30 mar. 1971.

> companheiros que iriam instaurar no país um regime marxista leninista, que representava seus ideais de justiça social, liberdade e fraternidade. Ela tinha 22 anos.[603]

O irmão de Solange ainda faz algumas revelações contadas por Solange à família.

> Eu posso fazer uma intervenção aqui? Eu não tenho lembrança de ela falar da panfletagem, mas eu tenho lembrança dela falar que tinha sido culpada, evidentemente, de forma delirante, essa atribuição de culpa por aquilo que tinha acontecido, por aqueles, com aquelas pessoas que tinha sido feridas e mortas naquele tumulto. E sobre a própria prisão dela, o fato de ela ter se entregado, ela dizia que, realmente, ela tinha se entregado e que, na ocasião que ela tinha se entregado, ela já estava dominada pelo delírio de que os companheiros não eram mais eles mesmos, e que eles já tinham sido substituídos por outras pessoas. Enfim, isso que já foi falado aqui.[604]

Adriano Diogo, que presidia a audiência pública, procurou saber de Denilson Vasconcelos quem foi a última pessoa que esteve com Solange Gomes em liberdade e quanto tampo em relação à questão da Fonte Nova. Denilson informou: "Olha, segundo informações que a gente tem, informações da imprensa, da polícia e tudo, a Solange se entregou no começo de março."[605]

Em relação ao último contato que teve com Solange Gomes, antes dela ficar sob o controle dos agentes da repressão, em Salvador, informou Denilson que

> Eu estive com ela uns 15 dias. Eu fui preso no dia 12. Eu estive com ela cerca de uns 15 dias, mais de 15 dias, mas varia em torno de 15 dias antes do dia 12. É só fazer uma... Quer dizer, foi no final de fevereiro. Ela deveria ir para o Rio de Janeiro. Ela tinha. Tanto é que a minha prisão e a de uma outra pessoa – agora me deu branco – que era de uma outra parte da organização foi no mesmo dia. Eliana, a da Eliana foi no mesmo dia. Eu fui preso de tarde e a Eliana foi presa logo depois. Eles tinham muita pressa. Eles começaram a me espancar na rua. E eu achei que tinha sido uma coisa interessante que eles pararam no Hospital Ana Neri, onde eu tinha um encontro marcado com o companheiro exatamente para confirmar se estava tudo bem, se não estava. Eles estavam com muita pressa. Eles me jogaram no quartel da Polícia do Exército e saíram atrás de... Então, houve uma sequência de prisões a partir daquele dia. Eu tive encontro com a Eliana dias antes da minha prisão e não se falou nada em relação a essa atividade na Fonte Nova. Então, e acho estranho. O nosso ponto de contato com a Organização era a Solange. A Solange coordenava esse trabalho. [...] Em relação a essa atividade na Fonte Nova. Então, eu acho estranho e eu era, o nosso ponto de contato com a direção da Organização era a Solange, a Solange coordenava esse trabalho. Então, eu cuidava de imprensa e trabalho político em bairros populares, e a Eliane em camadas médias. Não se comentou nada sobre isso. É estranho que

---

[603] GOMES, Gilberto, Depoimento à 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev. 2025, p.7.

[604] Ibid.

[605] VASCONCELOS, Denilson Ferreira. Depoimento à 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev. 2025, p.32.

> ela não tivesse falado nada para a gente, muito estranho essa atividade na Fonte Nova, e essa atividade não tivesse participado também.[606]

A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva, através de Ana Miranda, questionou com quem Solange Gomes iria se encontrar no Rio de Janeiro. Denilson Vasconcelos respondeu que não sabia. A seguir, Ana Miranda questionou

> Porque a gente podia refazer isso. Era uma coisa importante para a Comissão, porque se ela tinha um ponto no Rio de Janeiro com a organização, em que dia? Esse ponto ela furou. Isso é cerca de 15 dias antes da prisão de você. Então, teriam duas hipóteses que a gente já teria pensado inclusive quando estava nas conversas com a Solange, porque teriam duas possibilidades. Ou a Solange teria que ir para o Rio de Janeiro e não foi. O que a Solange explicou com isso, teria uma explicação rápida de suspender tudo quando ela fez, não foi no ponto do Rio de Janeiro. Caiu então porque não chegou. E ela não tendo dado notícia de vida, ou ela estava presa e podia estar até morta, ou ela conta, mas pode ser realmente falso. Ou ela ficou em Salvador já com surto fazendo o que ela conta, que as pessoas seguiam ela e ela pode ter ido já até a Fonte Nova. Essa é uma possibilidade que é a versão da repressão. E ela pode realmente ter sido presa, e a organização naquele momento, era bom que a Lúcia estivesse aqui para saber por que a organização naquele momento não avisou a família, não avisou imediatamente que ela tinha furado os pontos e onde ela estava, porque a prisão de vocês.[607]

Em seus relatos, Denilson Vasconcelos esclareceu a CEVSP que

> a nossa ligação com o Rio de Janeiro era a Solange. Isso tudo é para reforçar o seguinte, tem um período de sombras e exatamente essa fase da Solange ter se entregue na polícia e tudo que vem depois."[608]

Na audiência da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva, Ana Miranda volta a questionar Denilson Vasconcelos se ele sabia que Solange Gomes estava presa e ele esclarece que

> É muito próximo do dia 12 de março, depois. Eu já estava preso e eles usaram a figura da Solange como parte, era uma loucura porque a gente tinha sido levado para simulação de enforcamento. E foi aí a constatação de que Solange estava louca realmente, porque ela não esboçou nenhuma rea ção, [*se refere a simulação de enforcamento dele e Renato da Silveira*] o que seria natural em qualquer pessoa que não estivesse desequilibrada, não só pelo envolvimento político daquelas pessoas. Sabia. Eu comecei falando o seguinte. Alguns dias antes da minha prisão, um funcionário da Polícia Federal descreveu essa história que a mídia divulgou dela ter se entregue... E que ele dizia, 'aquela é a sua namorada porque eu vi ela uma vez.'[609]

Sobre ter sido informado da prisão de Solange Gomes através de terceiros, Denilson Vasconcelos contou em detalhes como foi:

---

606 Idem. pp. 41-42.

607 MIRANDA, Ana. 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade São Paulo/Rubens Paiva . Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev. 2025, pp.42-43.

608 VASCONCELOS, Denilson Ferreira. Depoimento à 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev. 2025.

609 Idem, pp.46-47.

> Eu fui preso depois, inclusive, ele já morreu, Temístocles Argolo, que era funcionário público da Polícia Federal. E foi lotado na Polícia Federal, pais de militantes políticos e nós discutimos isso na organização, essa história que era uma história muito maluca, e todos nós não acreditamos que fosse possível ser a Solange, dada a distância em que ele tinha visto. Ele estava ali, onde é hoje onde é o Mercado Modelo, perto da Alfândega, ele estava ali e eu estava com ela , na frente do Elevador Lacerda. É uma distância muito grande para alguém memorizar. Mas, mesmo assim, quando eu fui me encontrar com Solange, a gente estava com desconfiança. Eu tinha um ponto de confirmação 10 minutos depois de encontrar com ela. Exatamente não voltando, estava confirmado que era verdadeiro. E ela foi ao ponto [...] [610]

Ouvido na Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva, no dia 7 de junho de 2013, o psiquiatra Gilberto Lourenço Gomes, irmão de Solange Lourenço Gomes, apresentou o perfil da militante do MR-8. Denunciou as torturas sofridas pela militante na prisão, além de trazer situações que Solange contou para a família quando foi colocada em liberdade.

> Solange se entregou à polícia na vigência de um surto psicótico em março de 1971.Só após três meses, nós, de sua família, fomos informados pelo Exército de sua prisão. Ao chegarmos a Salvador, ela tinha começado a ser atendida por um psiquiatra do Exército e estava medicada. Seu estado menta l, entretanto, era péssimo.[611]

Relatou Gilberto Gomes o estado de saúde de Solange na prisão e o tratamento que ela recebia:

> O psiquiatra indicou uma série de aplicações de eletroconvulsoterapia, o que trouxe uma significativa melhora no seu quadro. Após algum tempo, conseguimos transferi-la para o Hospital Psiquiátrico Santa Mônica, onde as visitas eram mais frequentes. Minha mãe alugou um pequeno apartamento por temporada em Salvador para puder dar assistência a ela.[612]

Em relação às torturas a que Solange Lourenço Gomes foi submetida durante sua prisão e o tempo em que ficou incomunicável, Gilberto Gomes denunciou:

> Solange, ao que eu saiba não sofreu as torturas físicas que tantos outros sofreram [...] ela ficou três meses sem contato com a família, sem direito de defesa, enfim, em circunstâncias que caracteriza uma tortura psicológica. Além do estado mental dela que era talvez a maior tortura.[613]

No entendimento do psiquiatra Gilberto Gomes, os agentes da ditadura se aproveitaram da perturbação mental da irmã para obter informações de Solange.

> Como se entregou em uma delegacia comum [*Delegacia de Jogos e Costume, localizada na Rua Chile*] e estava visivelmente perturbada, devem ter custado a dar crédito à sua história. Ela chegou a fugir da delegacia onde se entregou,

---

610 Idem, p.47.

611 GOMES, Gilberto Lourenço. Depoimento à 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev. 2025.

612 Idem.

613 Idem.

> e pensou em se matar no mar. Mas acabou recapturada. Encaminhada finalmente ao órgão de repressão do Exército, não devem ter tido dificuldade em extrair dela todas as informações que queriam, da sua perturbação mental.[614]

Denunciou Gilberto Gomes que as revelações de Solange Gomes eram histórias delirantes de uma pessoa em estado mental abalado, condição aproveitada pelos agentes da repressão para obter informações sobre as ações revolucionárias no MR-8, seus companheiros de militância e até mesmo de seu pai, como chefe de uma Organização subversiva.

> Ela narrou aos investigadores uma história delirante de que meu pai, que nunca teve qualquer atuação política, sendo apenas simpatizante da Esquerda, era o chefe de uma organização subversiva. Eles sabiam evidentemente que era delírio. Tanto assim que nunca o incomodaram. Entretanto, depois publicaram esse relato nos jornais sem referência à sua doença mental, comprometendo mais ainda sua imagem pública. As informações que Solange forneceu levaram a várias prisões. Ela narrou toda a sua trajetória no movimento, incluindo, os vários assaltos à mão armada de que participou. A repressão pode então unificar as diversas identidades cujos nomes ela teve, das quais eles já tinham conhecimento por depoimentos extraídos de outros e saber que elas todas eram Solange Lourenço Gomes cuja participação no movimento político nunca havia sido identificada.[615]

Durante seu relato, o psiquiatra Gilberto Gomes questionou o fato da irmã Solange Lourenço Gomes ter se entregado numa delegacia da polícia civil em Salvador em 1971.

> O que levou Solange a se entregar à polícia? Certamente, o fator primordial foi o surto psicótico que sofreu. Se estivesse normal, mesmo que quisesse abandonar o movimento, teria buscando outras alternativas, afinal não estava sendo perseguida, não estava sendo ameaçada. Podia ter pedido afastamento da organização, ter ido viver incógnita em algum lugar, ter tentado exilar-se no exterior, ter feito contato com a sua família. Na verdade, ela estava dominada pelos seus delírios, apavorada, e as alternativas que viu foram à rendição e o suicídio.[616]

Para Gilberto Lourenço Gomes, sua irmã foi uma presa política útil aos agentes da ditadura, pelo conteúdo das revelações que contou. Mas Gilberto fez questão de ressaltar que ela não revelou o ponto que tinha com o dirigente mais alto do MR-8.

> Depois de presa, Solange foi útil a seus captores ao fornecer todas as informações que pediam. Mas uma exceção foi o "ponto" do dirigente mais alto com quem tinha contato – não me lembro o seu nome – que ela não deu [*se refere a Carlos Alberto Muniz, "Pedro" ou "Cal"*].[617]

Revelou ainda Gilberto Gomes que o tratamento psiquiátrico de Solange, mesmo estando recolhida num presídio, foi bancado pela família.

---

614 Idem.
615 Idem.
616 Idem.
617 Idem

> Durante o período em que esteve presa, teve tratamento psiquiátrico particular pago por meu pai com o Dr. Campinho. Na prisão desenvolveu uma grande amizade com Inês Etienne Romeu com quem se correspondeu após ter sido solta. Em julho de 1972 foi julgada inimputável e submetida medida de segurança em manicômio judiciário. Nosso advogado conseguiu, entretanto, que ela continuasse na prisão, sendo esta melhor que o manicômio. Completado os dois anos da medida de segurança, foi submetida à perícia psiquiátrica que atestou não apresentar periculosidade e foi libertada em 1973.[618]

Ainda segundo o psiquiatra Gilberto Gomes, algum tempo depois de ter saído da prisão, sua irmã teve uma "internação psiquiátrica na Clínica Vila Pinheiros, de onde saiu em tratamento psicanalítico que se prolongou até o seu suicídio acompanhado de tratamento psiquiátrico."[619]

Nos relatos do seu irmão, Solange Gomes quis retornar aos estudos acadêmicos, em 1975, mas fez a opção em cursar medicina e não em retomar a Faculdade de Psicologia.

> Em 1975, fez curso vestibular para medicina sendo aluna de meu pai, professor de Biologia. Muito inteligente, classificou-se para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conheceu, namorou e casou-se com o Celso Pohlmann Livi. Desenvolveu novas amizades e manteve-se próxima à família. Formou-se médica em 1981. Teve alguns surtos psicóticos durante esses anos, que foram controlados com medicação.[620]

Gilberto Gomes contou em detalhes o final de vida de sua irmã, que tinha o desejo de engravidar:

> Pouco antes de seu suicídio estava bem e havia feito uma tentativa de parar os remédios com o objetivo de engravidar. Quem estava muito deprimida na época era a minha mãe. Mas Solange entrou novamente em surto em um momento em que eu estava em viagem de férias. Fui ao seu psiquiatra, mas não aceitou a dose recomendada do medicamento, pedindo uma dose menor, que não foi suficiente para controlar o surto que, em menos de uma semana, a levou ao suicídio.[621]

Mesmo tendo apresentado relativa melhora em seu estado de saúde, as consequências das torturas foram insuportáveis para Solange Lourenço Gomes. Tudo que sofreu nos porões das unidades civis e militares dos órgãos de repressão da ditadura a fez se atirar da janela de seu apartamento, no terceiro andar da rua Barão da Torre, no Rio de Janeiro, vindo a falecer, posteriormente, no Hospital Miguel Couto.

Aos seus familiares, Solange Lourenço Gomes revelou os seus arrependimentos. Sentia-se culpada pelas prisões e torturas de alguns companheiros, por ter entregado

---

618 Idem.
619 Idem.
620 Idem
621 Idem.

nomes e codinomes aos agentes da repressão, após sua prisão em Salvador. Solange ficou presa e incomunicável durante três meses. Foi o que informou Gilberto Lourenço Gomes, ao ser ouvido na Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva, no dia 7 de junho de 2013.

> Solange sentia culpa por ter entregado pessoas que foram presas e torturadas. Sentia culpa por ter participado a assaltos à mão armada. Sentia culpa pelo pânico ocorrido no Estádio da Fonte Nova em Salvador que deixou mortos e feridos. O caráter delirante da responsabilidade que se atribuía pelo último fato ocorrido dois dias antes de ela ter se entregado não diminuía a intensidade do sofrimento que experimentou por isso. Apesar das experiências terríveis que viveu, Solange manteve o seu brilho e a sua alegria de viver. [...] Quis estudar medicina, apesar de não ter grande vocação para ela, devido a seu desejo de ajudar os outros. Depois de formada, viu -se no dilema de, por sua doença, sentir-se incapaz de desempenhar adequadamente o papel de médica, uma vez que ela sempre se cobrava muito por qualquer coisa que ela se propunha fazer.[622]

O psiquiatra Gilberto Lourenço Gomes apresentou o perfil clínico de Solange após sua prisão e nos seus últimos anos de vida.

> A princípio, considerava-se maníaco-depressiva, bipolar, depois concordou que tinha esquizofrenia. Após seu suicídio eu mesmo cheguei à conclusão de que o melhor diagnóstico para a sua doença seria o de distúrbio esquizoafetivo, que é uma forma intermediária de esquizofrenia e o distúrbio bipolar. Quando estava em surto, ficava extremamente deprimida e delirante. Não parecia a mesma pessoa. Não falava muito, mas dava amostras de que os mesmos delírios voltavam.[623]

Em 5 de novembro de 2002, Celso Pohlmann Livi,[624] viúvo de Solange Lourenço Gomes, enviou correspondência ao presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, Luis Francisco da Silva Carvalho Filho, no Ministério da Justiça, anexada a uma carta explicativa e vasta documentação, requerendo o reconhecimento pela Comissão Especial Lei 9.140/95 da responsabilidade do Estado Brasileiro pela morte de Solange Lourenço Gomes e a indenização prevista em Lei nº 9.140/95. Entre as alegações para o seu pedido, Celso Pohlmann Livi informa que

> Solange Lourenço Gomes médica inscrita com o número 37.706 -2 no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro. Solange teve intensa militância em organização de oposição à ditadura, conforme se pode verificar nas fichas dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (D.O.P.S), cujas cópias, algumas das quais anexadas a esta carta, foram fornecidas pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Solange Lourenço Gomes foi presa na Bahia, em março de 1971 e transferida para o Rio de Janeiro onde foi detida em dependências dos órgãos de repressão política do regime militar. Ela foi julgada pela justiça militar em julho de

622 Idem.
623 Idem.
624 Celso Pohlmann Livi é professor de Física.

> 1972, conforme comunicação da 2ª Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, cuja cópia fornecida pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro está anexo. Segundo a certidão fornecida pelo DESIPE-Departamento Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, anexada a esta carta, Solange ingressou no Sistema Penal em 23 /02/1973, procedente do 25º Batalhão Logístico, tendo seu termino de pena em 20/09/1973 pela 1ª Auditoria do Exército.[625]

O professor Livi contestou a maneira como os agentes da ditadura apresentaram Solange Lourenço Gomes à sociedade brasileira, uma arrependida da sua militância política, através dos veículos de comunicação na época.

> Em julho de 1971, os órgãos federais de segurança divulgaram um documento, que foi publicado em diversos jornais do país, no qual consta que Solange. Que tinha tido uma intensa militância política, se dizia arrependida, renegando a sua condição anterior. Anexada a esta carta, encontram -se cópias de matérias de jornais com esse documento. Por causa desse documento difamatório e desmoralizante, Solange passou a ser malvista e até perseguida por alguns de seus companheiros de militância. Analisando os fatos, verifica -se que os órgãos de segurança do regime militar usaram Solange, que estava psicologicamente aniquilada, para fazer propaganda contra a militância política. Solange Lourenço Gomes suicidou-se no dia 1º de agosto de 1982. Anexadas a esta carta, encontram-se cópias da certidão de óbito, do registro de ocorrência policial e do autor do exame cadavérico.[626]

Para embasar a responsabilidade do Estado Brasileiro pela morte da esposa, o professor Livi ressaltou que desde a sua prisão na Bahia, Solange Lourenço Gomes estava em tratamento psiquiátrico. Anexas à sua carta, constam declarações do médico psiquiatra responsável pelo seu tratamento, Dr. Carlos Alberto Quilelli Ambrósio, com registro de número 18130-3, no Conselho Regional de Medicina do estado do Rio de Janeiro.

> Essa declaração atesta que a morte, por suicídio, de Solange Lourenço Gomes foi decorrente de grave quadro psiquiátrico, psicótico, consequência de sua prisão em 1971 e das torturas físicas e mentais a que foi submetida enquanto presa.[627]

Na condição de viúvo de Solange Lourenço Gomes, Celso Pohlmann Livi, em sua comunicação ao presidente da Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, expôs como era o seu relacionamento com Solange.

> Convivi com Solange. Na condição de namorado, companheiro e marido, durante sete anos e asseguro que os abusos e maus-tratos físicos e psicológicos sofridos por ela em dependências policiais do regime militar causaram imenso sofrimento físico e moral para Solange que acabou se suicidando e, também para sua família.[628]

---

625 LIVI, Celso Pohlmann. Comunicação ao presidente da Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos. *In:* Documentos Revelados. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-dossie-comissao-especial-mortos-desaparecidos.pdf. Acesso em 8 fev. 2025.

626 Idem.

627 Idem.

628 Idem.

Após um pedido de Celso Pohlmann Livi, como viúvo de Solange Lourenço Gomes, à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), para que o Estado brasileiro assumisse a responsabilidade na morte de Solange. A Comissão Especial da Lei 9.140/95 em sua 5ª Sessão Ordinária, realizada em 22 de abril de 2004 reconheceu Solange Lourenço Gomes como anistiada política e a responsabilidade do Estado Brasileiro pela sua morte, além da indenização prevista também pela Lei nº 9.140/95. O estrato da Ata da Sessão e uma retificação estão publicados nos Diário Oficial da União, edição de nº 78, segunda-feira, 26 de abril de 2004, Seção 1 - página 15 e na edição nº 82, sexta-feira, 30 de abril de 2004 Seção 1 - página 23.

No capítulo 4, a dissertação vai destacar a discussão sobre a montagem das áreas de campo do MR-8 da Bahia, na formação de grupos guerrilheiros para a luta revolucionária contra a Ditadura. O objetivo é de ampliar o debate entre militantes e simpatizantes com relação à política e à ideologia do MR-8, além das estratégias e táticas em relação à luta armada e o trabalho político de conscientização das massas, na localidade de Buriti Cristalino e nas cidades de Brotas de Macaúbas, Seabra, Ibotirama e Feira de Santana, assim como também em Cangula, área quilombola, no município de Alagoinhas e em Candeias, na região metropolitana de Salvador.

A abordagem do capítulo 4 traz também uma análise a partir dos estudos e pesquisas documentais realizados. Foi desenvolvido um cruzamento das informações coletadas com as fontes orais, trazendo para a História os sujeitos ou testemunhos daqueles que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos com os fatos acontecidos, mas que, de certa forma, foram excluídos e até colocados no anonimato, pelos agentes da repressão e pelos governos durante o regime de exceção, após o golpe civil-militar em 1964, como memórias subterrânea, culminando numa supressão do seu direito à memória. Neste capítulo buscamos um destaque para as entrevistas, que foram realizadas com os sobreviventes da Operação Pajussara, e com outros que direta e indiretamente, viram e ouviram tudo que aconteceu entre junho e setembro de 1971. Inclui-se até um agente do Serviço de Inteligência-SI da Polícia Federal. A Operação Pajussara teve um efetivo de 215 homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, agentes do Dops de São Paulo, das Polícias Federal e Militar da Bahia, além de agentes da repressão do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, e do uso de quatro aviões C-47, um C-130, um AS-16 e dois helicópteros, além das dezenas de viaturas. A Operação

Pajussara ocorreu durante 28 dias, se estendendo por diversas cidades da região Oeste da Bahia, entre elas Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, Seabra, Morpará, Barra do Mendes e Ipupiara, além de Salvador e Feira de Santana.

CAPÍTULO 4: ÁREAS DE CAMPO DO MR-8 NA BAHIA - CARLOS LAMARCA E A OPERAÇÃO PAJUSSARA

Com destino à região da Chapada Diamantina, em Brotas de Macaúbas, povoado de Buriti Cristalino, onde estava sendo montada uma das áreas de campo do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a viagem do capitão Carlos Lamarca, "Pagão", e José Carlos de Souza, "Kid", foi tranquila até a chegada à ponte sobre o rio Paramirim. Lá, eles se encontram com Zequinha Barreto, conhecido como "Jesse"[629]. José Carlos de Souza contou em detalhes o que ocorreu após deixar a cidade de Vitória da Conquista, transportando Carlos Lamarca.

> [...] eu e capitão vamos para a direção do Paramirim. Até então eu não sabia, além do Paramirim. Só conhecia até Paramirim. [...] A gente chegou tudo bem. A Kombi sem nenhum problema, na hora marcada, acho que o ponto era meio-dia. Zequinha chegou. Como Zequinha já conhecia o capitão de alguma maneira eles ficaram conversando. Eu não fiquei tão perto deles.[630]

Em seu relato, José Carlos, disse não saber que estava transportando o capitão Carlos Lamarca para a área de campo da Organização, mesmo tendo mantido uma longa conversa durante a viagem. Informou que jamais tinha visto Lamarca. Sabia tratar-se de um quadro "queimado" que precisava deixar o Rio de Janeiro, uma vez que estava sendo caçado pelos agentes da repressão.

> **[...]** Claro que essas coisas você vê e entende depois. A conversa que a gente teve, descrevendo como é que foi lá do Ribeira [*se refere ao Vale da Ribeira onde houve um confronto entre guerrilheiros da VPR e militares do Exército.*] essas coisas. Mas naquele momento não era possível, eu dizer assim, quem está aqui do meu lado é o capitão Lamarca. Eu não tinha nenhuma condição naquele momento de fazer, eu não tinha informações para fazer essa conclusão. Eu sabia que era um quadro, que tinha uma experiência

---

629 O uso do codinome "Jesse" era uma homenagem que Zequinha Barreto fazia a Jesse Navarro Junior [*escritor e autor de **A Voragem dos Moribundos.** 1987, pela editora Vanguarda]* amigo de Osasco e militante em lutas sindicais. "Ele tinha certeza absoluta de que era o socialismo e a via era essa. Então ele estava construindo aquilo. Ele morreu usando o meu nome. O codinome que ele usava era Jesse. Foi uma homenagem". In: MIRANDA, Orlando. **Obscuros heróis de Capricórnio**. 1987. São Paulo. Ed. Global, p.217.

630 SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.

> muito grande de luta armada e tudo mais. E que teve algum envolvimento com o Vale da Ribeira, agora dizer que eu sabia, com certeza que era o Lamarca, não sabia. Depois sim, é que quando você junta lê com crê.[631]

O chapéu e as roupas que Carlos Lamarca usou durante a viagem, ao lado de "Kid", não facilitaram identificar o quadro do MR-8 como sendo Lamarca. Segundo José Carlos, "eu vi um quadro que eu deixei lá. Um quadro que seria qualquer pessoa."

Questionado se durante a viagem discutiu com Carlos Lamarca sobre o filme *Queimada*[632], o ex-militante do MR-8 confirmou:

> Foi, discutimos. O capitão foi vendido como se fosse alguém que só tivesse formação de luta armada. Não era assim. Ele tinha uma formação teórica muito sólida, muito sólida, não era uma coisa que prestava somente por conta da pontaria dele. Ele tinha argumento, existia uma capacidade de argumentação muito boa.[633]

Este pesquisador procurou saber de José Carlos se, na sua fase de luta revolucionária, ele chegou a ler alguns textos escritos por Carlos Lamarca e Iara Iavelberg, passados por companheiros ou até mesmo pela direção do MR-8, e "Kid" relatou que teve acesso a um documento com informações, escrito por alguém identificado inicialmente como "Cirilo", embora tenha descoberto mais tarde que se tratava de Lamarca. Explicou que, à época, chamavam esse tipo de texto de documento, e que se tratava de um artigo muito bem fundamentado, defendendo a articulação entre a luta de massas e a luta armada. Afirmou ainda que o material circulou e que chegou a lê-lo.[634]

A chegada do capitão Carlos Lamarca, e de José Carlos de Souza, ao município de Brotas de Macaúbas foi antecedida por uma série de eventos que ajudam a esclarecer a fragilidade do esquema de segurança em torno do grupo. Essa vulnerabilidade contribuiu significativamente para a localização de ambos na região Oeste da Bahia, culminando na descoberta da área de campo em Buriti Cristalino. Essa base foi posteriormente desmantelada durante a Operação Pajussara, marcada pela caçada aos

---

631 Idem.

632 *Queimada* é um filme de 1969 do gênero aventura histórica dirigido por Gillo Pontecorvo, que também atuou como diretor de *A Batalha de Argel*. O filme, rodado em inglês, foi lançado com dublagem em português. O enredo é baseado, parcialmente, na história do Haiti. Marlon Brando interpreta o agente inglês Walker, enviado ao Novo Mundo para pregar a revolução nas colônias da Espanha e Portugal, oferecendo aos nativos e escravos o apoio financeiro da Inglaterra.

633 SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.

634 Idem.

militantes do MR-8, com prisões, torturas e mortes de integrantes da Organização da esquerda armada na Bahia, entre agosto e setembro de 1971.

Jurandir Martins Rosa do Espírito Santo, o dono da *Pousada da Mangabeira,* contou em detalhes sobre a chegada de Carlos Lamarca e José Carlos a Brotas de Macaúbas, numa Kombi, com placa do Pará, em 28 de junho de 1971. Revelou Jurandir que Zequinha, referindo-se a José Campos Barreto, estava a caminho de Ibotirama. Partira de Brotas e conseguiu uma carona com Antônio Barbosa, juiz de Direito no município de Brotas de Macaúbas, justamente no dia em que pretendia se encontrar com Lamarca e outro rapaz. A viagem os levou até a *Pousada da Mangabeira*, onde fizeram uma pausa para beber cerveja e comer alguns petiscos. Em determinado momento, o juiz Antônio Barbosa teria se dirigido a Zequinha, sugerindo que o acompanhasse até Salvador, mencionando que deixaria seu carro ali e que seguiriam juntos de ônibus até o destino final.

Segundo Jurandir Rosa do Espírito Santo, Zequinha não aceitou o convite de Antônio Barbosa e falou que tinha compromisso em Ibotirama, mas o magistrado continuou insistindo e Zequinha argumentou:

> [...] eu não posso ir e tal'. E o juiz insistiu no convite e Zequinha retrucou: 'que tinha um compromisso'. O juiz Antônio rebateu: '*Boneco de Zé Barreto* deixa de bestalhada, eu pago a despesa todinha. Você é meu amigo'. E Zequinha teria dito: 'eu tenho um compromisso em Ibotirama hoje e não posso falhar.' [...].[635]

José Carlos de Souza e Lamarca chegaram ao ponto marcado na rodovia BR-242, na ponte sobre o rio Paramirim, naquela manhã de 28 de agosto, para o encontro com o militante José Campos Barreto, que tinha como codinome "Jesse*"* e não Zequinha, como era conhecido na região. Carlos Lamarca a partir dali seria "Cirilo".

Jurandir do Espírito Santo contou que o juiz Antônio Barbosa seguiu num ônibus para Salvador e Zequinha tomou o rumo de Ibotirama, mas, por volta de meia noite daquele dia, percebeu que algumas pessoas empurravam um veículo na frente da pensão.

> Quando eu cheguei lá era Zequinha. Era um Kombi de cor creme [*diz não se recordar da placa.*]. Empurrei o carro e disse que o carro estava com problema na parte elétrica. Quem estava dentro, no volante, era o Lamarca. [*Afirmou que era Lamarca, depois dele reconhecer o capitão por fotos apresentadas por agentes da PF.*].[636]

---

[635] ESPÍRITO SANTO, Jurandir Martins Rosa. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 17 set. 2009.

[636] Idem.

Sua conversa com Zequinha Barreto foi relembrada em detalhes por Jurandir do Espírito Santo. Segundo ele, Zequinha explicou que trabalharia como guia de um geólogo e perguntou a Jurandir se havia algo para lanchar. Jurandir relembrou o problema elétrico no carro e ofereceu ajuda, indicando um mecânico em Brotas de Macaúbas e alguém que poderia levá-los até lá de jipe. Era Valdemar, o dono do jipe, que vendia bilhetes da Loteria Esportiva na região e estava ali na pensão. Valdemar cobrou Cr$ 70 [*setenta cruzeiros*] pela viagem [637]

Jurandir contou que teve a curiosidade de circular em volta da Kombi, mas foi flagrado por Lamarca: "Quando encostei na Kombi vi Lamarca, com chapéu de couro, bigodão, camisa vermelha. Ele olhou para mim e disse: 'você é bastante curioso, não é rapaz?'.[638] Jurandir disse que se fez de desentendido e saiu. Porém, observou o que estava dentro da Kombi. Viu uma farda verde e coturnos e pensou que Lamarca devia ser do Exército, o que o fez permanecer em silêncio. Relatou que Zequinha e Lamarca ainda dormiram por um tempo no quarto da pousada, acompanhados de outro amigo, um rapaz moreno cujo nome ele não conseguia lembrar, nem como era chamado por Zequinha ou por Lamarca.[639]

Na manhã do dia 29 de junho de 1971, Zequinha trouxe o mecânico Antônio Alves Dias, conhecido como "Toinzim", em Brotas de Macaúbas para consertar a Kombi. O mecânico e recebeu pelo conserto da Kombi a importância de Cr$ 10 [*dez cruzeiros*]. Enquanto isso, chegava à *Pousada Mangabeira* um outro personagem, que se tornaria peça histórica na caçada ao capitão Carlos Lamarca e a Zequinha Barreto. Era o cabo PM Antônio, conhecido em Brotas de Macaúbas como "Antônio soldado", rebaixando sua patente militar. Com a Kombi já funcionando, Lamarca, Zequinha, José Carlos e o mecânico "Toinzim", se prepararam para seguir para Brotas de Macaúbas, mas o cabo Antônio queria saber para onde iria o veículo. Ao ser informado por Jurandir sobre o destino da Kombi, o militar anunciou que iria também para Brotas de Macaúbas.[640]

` A versão de José Carlos de Souza para a sua permanência com Carlos Lamarca na *Pousada Mangabeira*, e em Brotas naquele dia, foi relembrada por ele na entrevista que concedeu para a dissertação. Confirmou o problema na parte elétrica da Kombi; do

---

637 Idem.
638 Idem.
639 Idem.
640 Idem.

serviço prestado pelo mecânico "Toinzim", o que atrasou a chegada a Brotas de Macaúbas, a parada na cidade, o veículo sendo visto por diversas pessoas, identificando a Kombi e seus ocupantes e a permanência na frente de uma pensão.[641]

A decisão de entrar com a Kombi em Brotas de Macaúbas, segundo contou "Kid" foi de Zequinha.

> A Kombi parada lá distante, um tanto quanto escondida. Acho que foi o Zequinha que disse bota aqui. Ele conhecia tudo. Era a confiança que tínhamos nele. E dali era para deixar a noite, para eu voltar, sem que a Kombi fosse vista na cidade, sem que ela tivesse voltando, mais seguindo adiante. Eu tive algumas dificuldades, pois a Kombi passou a ser notada.[642]

Questionado se no período em que a Kombi ficou parada em Brotas, no local determinado por Zequinha, alguém teria deixado o veículo, "Kid" relatou que permaneceram na Kombi e que não se recordava de nenhuma saída de pessoas, pois não haveria motivo para isso. Disse que retornou com o veículo para Salvador, mesmo enfrentando problemas mecânicos, já que a Kombi havia parado de gerar energia. Apesar das dificuldades, afirmou que conseguiu chegar a tempo ao ponto previamente combinado, em frente ao Cine Capri, em Salvador, onde Iara Iavelberg e o paraquadro já o aguardavam.[643]

A opção pela implantação de ações revolucionárias na área rural por parte do MR-8 somente assume uma posição em nível nacional no ano de 1971. Em um encontro num "aparelho" na zona sul do Rio de Janeiro, em fevereiro daquele ano, envolvendo os militantes João Salgado, "Fio", Carlos Alberto Muniz, "Adriano", Carlos Lamarca e Iara Iavelberg, quando foram discutidos os detalhes da montagem da área base de campo da Organização em Buriti Cristalino. João Salgado foi convocado da Bahia para falar sobre a área de campo e o projeto de guerrilha.

De acordo com o depoimento de João Salgado[644], a área do Buriti Cristalino seria utilizada pelo MR-8 somente para recrutamento de militantes e conquista de simpatizantes. A ideia de desenvolver a guerrilha na região estava descartada devido à vigilância dos agentes do CISA,[645] forçando esse recuo tático na atuação dos militantes do MR-8.

---

641 SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.

642 Idem.

643 Idem.

644 SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.

645 CISA (Centro de Informações da Aeronáutica) era parte da rede serviços de informações constituída por unidades especializadas nas Forças Armadas e concebidas para colher informações de interesse

E foi neste sentido que a Organização fez uma tentativa de se implantar em área rural, a partir do final de 1970, deslocando alguns dos seus destacados quadros para o interior da Bahia.[646]

Em relação a áreas de campo, a Organização já contava com um trabalho desenvolvido por Zequinha Barreto em Buriti Cristalino, tão logo retornou de São Paulo, desligando-se da VPR. Sobre as ações de conquistas de aliados para a causa revolucionária contra a ditadura, João Salgado destacou a atuação desenvolvida por Zequinha em Brotas de Macaúbas.

> [...] A aproximação que eu tive de recrutamento foi uma aproximação já com um trabalho político iniciado por Zequinha. Ele já vinha com um trabalho, na verdade, que o Zequinha já vinha fazendo há muito tempo. O Zequinha convencia os caras da injustiça que eles viviam lá. Você até me perguntou como é que era a luta dele pela terra. Engraçado porque a luta lá deles, a luta do pessoal da região de Brotas de Macaúbas e no Oeste da Bahia.[647]

Para entender como estava sendo articulado o trabalho de Zequinha Barreto no Buriti, João Salgado contou que foi para a região.

> [...] depois eu fui até lá ver de perto. Todo mundo já tinha suas terras. Não era uma área de latifúndios, era uma área de minifúndios. Todos eles já tinham a sua terrinha que era pequena. Tinha uma terrinha e sobrevivia muito mal dessa terrinha. A luta deles não era por mais terra, era por melhores condições de saúde, que eles não tinham. Não tinham educação. Não tinha m nada. Eles eram muito sensíveis às condições miseráveis que viviam. Passavam fome mesmo tendo um pedaço de terra. Tinham que ser garimpeiros de lasca de rocha porque não tinham condições de viver. Passavam dificuldades. Não tinha m dinheiro para comprar sal, para comprar gordura. Então, não era uma luta por mais terra. A aproximação que eu tive de recrutamento foi uma aproximação já com um trabalho político iniciado por Zequinha.[648]

Ressaltou Salgado que o povo do Buriti Cristalino não tinha repertório político ainda, mas "um certo nível de consciência de revolta", sendo importante para agir na conquista de simpatizantes para a luta revolucionária do MR-8 de confronto com a ditadura. Então passaram a dizer para os habitantes do povoado:

> Mais tem jeito de resolver isso. É lutando contra a ditadura, é lutando contra o imperialismo. Por que a gente tem essas condições de vida aqui?". Aí discorria por que eles eram tão explorados, por que cobravam imposto e ITR[649] deles. Como é que o cara tem coragem de ir lá cobrar ITR e outros impostos? Um lugar que não tem nada para o povo através do Governo. Como é que você vai lá e o cara não tem nem dinheiro para comprar sal e

---

da segurança nacional, principalmente sobre os militantes das organizações da esquerda armada, que confrontavam a ditadura . O CISA integrava o Sistema Nacional de Informações, cujo principal órgão era o Serviço Nacional de Informações (SNI).

646 SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.

647 SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida ao pesquisador Fabrício Telo. 27 jan. 2017.

648 Idem.

649 Imposto Territorial Rural-ITR

> tinha que vender uma galinha para pagar o fiscal de rendas do município ou do estado?[650]

Com a conquista da simpatia e da confiança do povo do Buriti Cristalino, segundo Salgado, foi mais fácil dizer qual era a proposta da Organização e da luta. "Eu já peguei os caras sensibilizados e já foi uma questão de apresentar para eles: olha, existe uma forma orgânica de resolver isso. Existe um partido, existe uma luta armada. Aí foi muito mais fácil".[651]

Os encontros de João Salgado com os moradores de Buriti Cristalino na busca de conquistar simpatizantes e aliados sempre aconteciam à noite, para evitar que fosse visto ou identificado por outras pessoas da localidade. Ali, a sua identificação era "Fio".

> Naquele pedacinho de terra tivemos contatos com umas 50 pessoas. Eu tinha acesso às famílias. O trabalho de conquista de simpatizantes ou aliados era feito mais de noite. Aí quando o cara já estava mesmo mais engajado, eu ia conversar com a família de noite. Com a mulher, com os filhos. Eu jantava na casa deles e já tinha uma conversa com a família deles e já tinha uma conversa com a família mesmo."[652]

César Queiroz Benjamin, detalhou onde estavam situadas as áreas de campo do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), quando ouvido por militares do Centro de Inteligência do Exército (CIE), em 12 de outubro de 1971, no Rio de Janeiro, enquanto esteve preso.

> Inicialmente *Marajó* era a codificação do início do trabalho existente em Alagoinhas, região de Cangula [653]. Com a unificação deste trabalho com o de Salvador, passamos a considerar toda a região do Recôncavo como uma área a ser trabalhada integradamente cidade-campo, por razões políticas-econômicas, sociais e militares, passando assim a toda ela ser chamada de *Marajó*, para evitar a demonização de R2, já reconhecida como Salvador. Assim, tínhamos o objetivo de estender o trabalho pelo máximo de regiões do Recôncavo, para atuar integradamente com Salvador, tudo sobre a codificação de *Marajó*.[654]

Ao ser ouvido sob tortura, César Benjamin também informou que, apesar de ser rápida sua passagem por áreas de campo do MR-8, a Organização atuava em três áreas: uma com possibilidade de trabalho político, sendo uma das mais avançadas, e uma área de treinamento militar e recuo de montagem. São elas *Marajó* [*Alagoinhas]*, *Pará* [*Xerém, Tinguá, Capavari*], *Roraima* [*desconheço a localização, sabendo apenas que é*

---

650 SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida ao pesquisador Fabrício Telo. 27 jan. 2017.
651 Idem.
652 Idem.
653 Cangula é uma localidade quilombola no município de Alagoinhas na Bahia.
654 BENJAMIN, César Queiroz. Depoimento a militares do CIE. Rio de Janeiro, 12 out. 1971.

na Bahia e é onde está concentrado o maior peso dos quadros, inclusive Salgado e Lamarca] e *Acre* [*área de treinamento – Cachoeira de Macacu]*.[655]

Relatou ainda César Benjamin como estava definido o comando das áreas de campo do MR-8:

> Quantos aos elementos em *Marajó* estava "Manoel" [*se refere a Félix Escobar.*], no *Pará* um elemento que não é quadro, que vi pouquíssimas vezes, sob o codinome de "Alemão". Em *Roraima* estão Lamarca, Salgado e mais quadros que não conheço, e no *Acre* o MR-8 não tem nenhum quadro. O encarregado geral do campo é Salgado."[656]

Sobre a denominação *Marajó* para uma área de campo, César Benjamin revelou que o objetivo era confundir os agentes da repressão.

> O nome *Marajó* não tem nenhuma relação com a região, que compreende, sem termos políticos, todo o Recôncavo, toda a área sob a influência direta de Salvador, e, que praticamente, os trabalhos de Salvador e Alagoinhas e do "Clodoaldo" [*se refere ao militante Nilson Venâncio.*] que recebeu o nome em código de *Colatina*[657]. Todos os trabalhos que por ventura a Organização abrisse na área do Recôncavo estariam ligados a *Marajó*, que futuramente formaria o comando de todas as regiões em um coletivo.[658]

A chegada de Carlos Lamarca à área de campo do MR-8 em Buriti Cristalino ocorreu na noite do dia 28 de junho. No primeiro encontro de Carlos Lamarca com João Salgado, que comandava a área de campo, o capitão manteve a decisão de não assumir posição de dirigente. Lamarca desejava experimentar a militância de base, coisa que não tinha feito praticamente desde que deixou o Exército, entrou para a VPR e assumiu comando na Organização.[659]

Questionado, na entrevista, sobre como eram desenvolvidas na área de campo de Buriti Cristalino as ações de trabalho político-ideológico, e de que forma essas discussões eram conduzidas por ele, Lamarca, Zequinha, Santa Bárbara e Olderico, e posteriormente repassadas ao comando nacional do MR-8, João Salgado informou que:

> Na verdade, a área de campo aqui de Buriti, não seria uma área de desenvolvimento de guerrilha. Era um trabalho político de crescimento de recrutamento de quadros, de militantes para a Organização. E nem Lamarca viria para cá. Não se havia definido que ele iria ficar. Em outro momento a gente explica. O trabalho era feito com este objetivo. Primeiro aprofundar a consciência das pessoas. Zequinha era aquela espécie de agitação e propaganda. No lugar que ele chegava em cinco minutos ele já conseguia conquistar um simpatizante. E todas as pessoas que têm esta característica. Do agitador, da pessoa que leva a mensagem. Ele não aprofunda muito. A característica do agitador é esta. É fazer o movimento andar, recrutar pessoas.

---

655 Idem.
656 Idem.
657 A área de campo Colatina ficava no município de Candeia, próximo a um paiol da Petrobras.
658 BENJAMIN, César Queiroz. Depoimento a militares do CIE. Rio de Janeiro, 12 out. 1971.
659 SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida ao pesquisador Fabrício Telo. 27 jan. 2017.

> Então o meu trabalho era fundamentalmente este. Zequinha ia me passando. Primeiro Olderico, depois Crispim, [*era um simpatizante da Organização*.] e outras pessoas, com as quais eu ia conversando no sentido de aprofundar a Organização. Zequinha continuava abrindo as frentes. Era esse o objetivo não só ali em Buriti Cristalino, ia a Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama e até em Seabra. Tinha lá um nucleozinho, que ele atuava e que chegamos a fazer algumas reuniões com ele. Então eu ia. O meu papel era esse, o de tentar organizar o trabalho que Zequinha abria. Foi assim que nós ficamos aqui.[660]

Segundo Salgado,[661] o entendimento em 1971 era ampliar as operações do grupamento para o lado do rio São Francisco. Ali, começariam a ser montados grupos de guerrilheiros armados regulares, para execução de ações de ataques e recuos. A escolha pela região se devia ao fato de que a nova área de campo era próxima da cidade de Barreiras e do estado de Goiás, facilitando as ações da Organização. De acordo com o militante, já havia um trabalho na cidade de Cotegipe e a ideia era a compra de uma pequena fazenda no município.

Revelou João Salgado que aprofundou discussões com novos simpatizantes da Organização em Buriti Cristalino, informando sobre uma nova área de campo, que seria implantada na região Oeste da Bahia, no município de Cotegipe. Também foram definidos quais militantes ficariam em Buriti Cristalino e quais seriam deslocados para a nova área do MR-8.

> Com alguns militantes nós aprofundamos mais, com outros nós estávamos na fase de acesso. Porque o nosso objetivo principal era que Zequinha não ficaria aqui [*refere-se à Buriti*]. Olderico a gente não tinha discutido a situação dele. Se ele ficaria aqui ou não. Mas, Zequinha não ficaria. Provavelmente, eu não ficaria também. Se ficasse, eu viria aqui de vez em quando, para atuar com Olderico e com Crispim. Santa Bárbara não ficaria aqui. Ficaria durante um tempo, apesar do trabalho dele ser muito importante aqui no Buriti como professor, por ser uma pessoa querida demais. A ideia era que a gente deslocasse ele também para outro lugar. Zequinha já tinha um nível de queimação, Santa Bárbara tinha nível de queimação. Eu não tinha. Estava clandestino lá no meio do mato. Ninguém me viu, então não tinha problema. A gente achava que não tinha problema. Até que outro militante local, possivelmente Olderico, entendeu, pudesse assumir essa tarefa de Organização. Essa era a ideia. Nossa ideia era ampliar para o lado de lá, depois do São Francisco. Havia um trabalho na terra do nosso amigo aqui, de Cotegipe. Eu cheguei a encontrar um pessoal lá. Era um comerciante. Olha a coincidência. Tinha uma terrinha. A ideia era que gente comprasse uma pequena fazenda lá. Para eu ficar baseado lá em Cotegipe.[662]

João Salgado disse não se lembrar do nome da pessoa que estava encarregada de indicar a fazenda que seria comprada em Cotegipe, para servir de área de campo do

---

660 Idem.
661 Idem.
662 Idem.

MR-8. Sobre os recursos financeiros para realizar a aquisição, Salgado informou que o dinheiro viria de ações de expropriação em agências bancárias, no sul do país.

> Não lembro o nome. Ele tinha um caminhão que transportava mercadorias e muitas outras coisas para Barreiras. Era uma pessoa muito resguardada. Nós pedimos muito a ele que não ampliasse a situação para ninguém. Quem fez o contato foi outro caminhoneiro militante de nossa Organização, ali do Recôncavo. Ele foi quem fez o contato com esta pessoa. Agora a pessoa de Cotegipe, não era só caminhoneiro, ele tinha um comércio. A gente já estava conversando com ele. Eu já tinha ido ver, assim, meio de passagem, alguns lugares mais resguardados, que a gente pudesse comprar uma terra, para fazer uma base lá.[663]

Sobre a implantação de colunas guerrilheiras na Bahia por parte do MR-8, João Salgado relatou:

> A discussão não foi aprofundada aqui no Buriti. Um pouco intencionalmente de minha parte. Não queria dispersar o trabalho em termo de recrutamento de militantes nesta região. Em segundo lugar porque a gente não tinha essa tese perfeitamente acabada ainda. Com Lamarca e com Zequinha a gente chegou a discutir, sobretudo com Lamarca. Ele achava que era um complemento importante para a montagem da coluna guerrilheira. Achava que era o instrumento estratégico, o esforço, o movimento deveria ser para puder montar a coluna estratégica. Então, a discussão não foi adiante. O tempo foi muito curto também. Com Lamarca eu discuti mais este assunto, aqui no Buriti."[664]

Sobre a linha política e de campo particularmente, que ele defendia naquela época, nos encontros com a direção do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), João Salgado revelou que discutiu muito o assunto com Carlos Lamarca e Iara Iavelberg, no Rio de Janeiro, durante dois dias e duas noites, quando foi chamado para a reunião em fevereiro de 1971, por Carlos Alberto Muniz, então no comando nacional do MR-8.

> Eu era defensor da teoria de grupos guerrilheiros regulares e irregulares. Que aqui não seria nem um grupo de guerrilheiros táticos, nem grupo tático irregulares. Aqui seria uma área de recrutamento. A gente podia fazer um grupo tático mais lá pro lado de Salvador, entre a área urbana e rural. Com as pessoas perfeitamente legalizadas, sendo estudantes, médicos e bancários. Que de noite faziam as ações revolucionárias e de dia no trabalho deles. Nós não podíamos mais queimar as pessoas.[665]

E qual seria opção de ação revolucionária de enfrentamento armado para o Buriti Cristalino? João Salgado apresentou sua posição.

> Eu defendia essa tese que aqui não seria nenhuma e nem outra [*refere-se a Buriti Cristalino em relação a grupos guerrilheiros armados.*]. De Cotegipe para lá a gente poderia fazer grupos armados regulares inclusive. Se

663 Idem.
664 Idem.
665 Idem.

> aproximando de Goiás, de Barreiras e tal. Mas aqui só recrutamento mesmo.[666]

Nas suas idas a Buriti Cristalino, quando ficava acampado com o capitão Carlos Lamarca, João Salgado contou o que eles faziam:

> A gente ficava os dois sozinhos lá. Acabávamos de tomar banho de noite e até conseguir dormir, no chão duro, era muita conversa. Conversa de todo o tipo que você pensar. Conversa pessoal, conversa ideológica, conversa política rolava até tarde da noite. É difícil você pegar no sono num terreno duro.[667]

Ainda no mês de janeiro de 1971, agentes da Polícia Federal fizeram as prisões dos simpatizantes do MR-8 da Bahia. Rocha Martinez e Carlos Orleans, "Pacote", foram detidos e presos no bairro do Tororó, em Salvador, por volta das 22 horas. Levados para a sede da PF, ficaram em celas diferentes e foram interrogados separadamente. "Pacote" foi solto dias depois e passou a colaborar com a repressão, atuando como informante.[668]

José Carlos de Souza foi preso no início da noite do dia 6 de agosto de 1971, em Salvador, na avenida Sete de Setembro, próximo da praça da Piedade, por agentes da Polícia Civil. No entendimento de César Benjamin, "Menininho", havia um cerco operando contra os militantes do MR-8.

> [...] no momento em que ele foi preso, eu estava junto com ele e consegui escapar. Quer dizer, minha presença em Salvador estava identificada. E no momento, eles estavam nitidamente operando um cerco em torno de nós. Consegui escapar com tiroteio, abri caminho à bala. Estávamos andando numa rua. Acho que foi infiltração. Fomos presos na rua. Eu consegui escapar, Zé Carlos, não.[669]

Benjamin revelou que, naquele dia, havia sido comunicado a "Rocha" que ele seria transferido de Salvador para outra área de atuação, com o objetivo de evitar sua prisão e, consequentemente, o risco de expor a localização da área de campo onde se encontrava o capitão Carlos Lamarca. Relatou ainda que, ao conduzir Lamarca, exigiu que o camponês o levasse até um ponto mais próximo do destino, pois não queria entregá-lo em plena rodovia Rio-Bahia. Essa decisão, no entanto, acabou transformando-o em um problema de segurança, já que se aproximou demasiadamente da área onde operavam.[670]

Aquele dia seria o último da permanência de "Rocha" em Salvador.

---

666 Idem.
667 Idem.
668 CERQUEIRA, Ruy. **Santa Bárbara:** o estudante da guerrilha – a vida e a trajetória política de único estudante de Feira de Santana que se tornou guerrilheiro**.** Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2002. p.108.
669 BENJAMIN, Cesar. Entrevista concedida a Judith Patarra, sem data.
670 Idem.

> Resolvemos, então – o nosso princípio era que só conhecia as áreas de trabalho político quem estava dentro delas. Fora delas, ninguém devia conhecer – deslocar o Zé Carlos para lá. Já que ficou conhecendo a área, que ficasse lá dentro. Bom, nesse dia, eu estava exatamente comunicando a ele essa decisão. E eu tinha comigo o ponto onde ele deveria se apresentar para ingressar na área. Na verdade, essa comunicação já tinha sido feita e tinha sido dado um teto para ele se desfazer da vida e tal e ingressar na área. Eu estava passando isso para ele quando nós fomos presos e consegui fugir.[671]

João Salgado esclareceu que a partida de José Carlos de Souza de Salvador para outra área de atuação do MR-8 já havia sido decidida entre ele e Cesar Benjamin, mas "Rocha" acabou prolongando sua permanência na capital, o que resultou em sua prisão.

> [...] momento em que ele ficou sabendo da área de campo, eu decidi com Cesar. Eu fui muito veemente nisso. Eu vivia mais o negócio do campo, que era fundamental que Zé Carlos saísse de Salvador. Ou seja, que nenhum risco era possível da gente correr com um militante que sabe da área. Não sabe exatamente? Pô, como não sabe exatamente? Nesse momento aparecem todas as justificativas. Então, houve uma dificuldade nesse momento, depois de uma autocrítica que nós fizemos, que chamamos de ideológica. Ou seja, a dificuldade de largar a cidade e ir pro campo. Apareceu tanto trabalho que o Zé Carlos tinha que passar para o Cesar e Cesar tinha que passar para um num sei quem. Que Zé Carlos tinha que contatar fulano e beltrano. A impressão que me dava e quando não tinha mais arranjava -se um. Inclusive eu sou cumplice disso. O cara vinha me falar que tinha um trabalho não sei onde. O trabalho com os petroleiros. E eu fui cedendo neste negócio. Quando eu tinha convicção que no dia ele devia ter vindo. Ele chegou em Salvador e ele soube que tinha acontecido isso, ele tinha que ter vindo para cá naquele dia. Isso eu lamento profundamente.[672]

Emiliano José contou como ocorreu o cerco, a prisão de "Rocha" e a fuga de César Benjamin:

> Os dois rapazes caminhavam conversando pela avenida Sete, centro de Salvador, naquela tarde de 6 de agosto de 1971. [...] Atravessavam já o trecho da Igreja do Rosário, quando dez agentes policiais surgiram, de repente, e empurraram os dois. Cesar caiu na rua, no meio-fio; Zé Carlos foi agarrado por trás, pelos braços. Ao cair César atracou-se com três agentes, tirou a arma de um deles, deu um tiro para o chão e saiu correndo para o outro lado da rua. Zé Carlos resistiu e tentou abrir o zíper da bolsa para tirar o revólver, mas, socos e pontapés, foi dominado.[673]

Com a prisão de José Carlos de Souza, a situação levou Cesar Benjamin, a tomar providências de imediato, para avisar a militância do MR-8 do que tinha acontecido, fazendo uma desmobilização da área do Recôncavo, além de ter que retirar Iara Iavelberg do aparelho em que se encontrava em Feira de Santana.[674]

---

671 Idem.

672 SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.

673 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, pp.191-192.

674 BENJAMIN, Cesar. Entrevista concedida a Judith Patarra. Sem data.

José Carlos de Souza, falou sobre sua prisão pelos agentes policiais em Salvador.

> A gente teve um encontro começando no largo de Nazaré. Nós fomos conversando sobre a situação. Fizemos o que era o básico ali. Depois saímos andando, porque eu tinha que fazer hora. Eu tinha que pegar o ônibus para Feira e, depois ia voltar e ir para Arembepe. Mas aí eu estava fazendo alguma hora, para sair de noite. Nós fomos andando, conversando, eu fazendo uma radiografia. Eu conhecia todos os quadros da minha célula. Eu era o mais antigo dessa Organização. Então, teria como fazer isso. Daí quando a gente estava ali, quase nas Mercês, entre a Piedade e as Mercês. Na verdade, a gente já estava um tanto quanto, já mais no folclore. Já tinha feito a radiografia. Ele estava indo eu não sei para onde. E aí quando a prisão acontece.[675]

O agente da Polícia Civil Waldemar dos Reis declarou no Departamento da Polícia Federal como foi o cerco e a prisão do militante do MR-8 na avenida Sete de Setembro.

> [...] no dia seis de agosto do corrente ano, por volta das 19 horas o declarante seu colega Edson Moreira Conceição saíram do seu local de trabalho, na Secretaria da Segurança Pública (SSP) e pegaram uma carona de uma viatura (RP), que naquele exato momento, estava estacionada na porta da secretaria e, pronta para partir. Que ao atingir a Avenida Sete de Setembro, a viatura estacionou, por força de um congestionamento no tráfego. Naquele momento uma pessoa aproximou-se da viatura e solicitou, aos seus integrantes que prendessem dois indivíduos, que iam com destino na Avenida Sete, pois se tratavam de elementos subversivos perigosos. Recomendando que eram procurados pela Polícia Federal e que portava uma arma de fogo. Que o dito moço, disse chamasse "Chico" e, que já vinha seguindo os indivíduos, apontados há algum tempo. Que os quatro elementos da viatura policial saltaram, sendo declarante o primeiro a fazê-lo e, "Chico" disse indicando, quais eram os dois subversivos, que na altura da Farmácia Santana, alcançaram ditos elementos, sendo que eu declarante atracou-se com um dos subversivos, enquanto seus três companheiros tentavam subjugar o outro[...].[676]

Houve uma reação por parte de César Benjamin, que lutou contra um agente, na tentativa de segurá-lo. Na luta, Benjamin atirou com um revólver que tomou de um dos policiais, abrindo o caminho para fuga à bala e escapando da prisão. O agente Waldemar dos Reis contou sua versão de como tudo aconteceu.

> Enquanto eu tentava dominar o elemento, com quem me atraquei, ouvi um disparo de arma de fogo, vindo do lado onde seus três colegas, tentavam dominar o segundo elemento. Em seguida a sua fuga, em desabalada carreira. Que com a fuga do segundo elemento, o declarante recebeu a ajuda de seus três colegas. Assim conseguiu prender aquele com a qual entrara em luta corporal. Que o indivíduo preso foi levado para a Polinter, juntamente com uma pasta preta, deixada no local da prisão, não sabendo o declarante, precisar a qual dos dois pertencia. [...] Que ao ser interrogado *[Rocha]* pelo

---

675 SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.

676 REIS, Waldemar dos. **Termos de Declarações**. Depoimento ao Departamento da Polícia Federal. 15 out. 1971.

> diretor da Polinter, o preso disse chamasse Mário Rocha Lago, nome este que figurava, em quatro diferentes carteiras de identidade que portava, mas agora o declarante fica sabendo que o seu verdadeiro nome é José Carlos de Souza e que realmente se trata de elemento subversivo integrante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro MR-8.[677]

Já o guarda civil Edson Moreira da Conceição, também ouvido no Departamento da Polícia Federal, informou detalhes sobre o cerco e as prisões dos militantes do MR-8.

> [...] participei da diligência que culminou com a prisão de um indivíduo, que depois veio saber tratar-se de José Carlos de Souza, subversivo perigoso e procurado pelos órgãos de segurança. O indivíduo estava em companhia de um outro elemento, que logrou fugir, após entrar em luta corporal com os quatro policiais, que tentavam subjugá -lo. Tendo inclusive feito alguns disparos. Possivelmente, com a arma de um dos policiais, que caíram durante o combate. Os indivíduos foram apontados por um moço, que disse se chamar-se "Chico" e que prestava serviço aos órgãos da segurança, acrescentando ainda que se tratavam de elementos perigosos e portavam uma arma de fogo. [...] que José Carlos de Souza, depois de subjugado pelo declarante, Waldemar e mais dois policiais, cujos nomes do declarante não se recordava, foi levado para a Polinter, onde disse chamasse Mário Rocha Lago. Tinha quatro carteiras diferentes e identificação como tal nome. Que durante a prisão do indivíduo e do que logrou fugir, um deles deixou no local, uma pasta.[678]

Capturado por agentes da Polícia Civil, o militante "Rocha" foi levado para a sede da Secretaria da Segurança Pública, na Piedade, depois escoltado para a Polícia Federal e a seguir transferido para o Quartel da Polícia do Exército no Barbalho.

> Quando eu fui preso eu não estava acreditando. Eles gritando, 'ladrão, ladrão'... E aí quando desci pra Polícia Federal, peguei a chave, eu fiquei sozinho na sala, eu pum, botei a chave, tinha um código. Eu acho que eu levei uma meia hora, na Polícia Federal e depois desci para o Barbalho. A barra pesada somente foram na sexta -feira e no sábado. A tortura aconteceu nesses dois dias. Porque depois eles saíram, para ver o ponto que eu inventei, em São Sebastião. Eles voltaram e eu tinha um argumento sólido. O outro avisou, ninguém vai estar lá no ponto. Quando chegou de tarde, a tortura foi mais pesada. Aí eu achava que aí eles sabiam que eu tinha uma relação com o João Lopes Salgado, "Fio" eles sabiam. Eles sabiam que a Eliana disse. Eles sabiam tudo de mim até Eliana. Daí pra frente eles não sabiam de nada. Mas eles sabiam que eu era comandado pelo João. Mas não sabiam esses espaços de meses.[679]

Quando "Rocha" foi levado pelos agentes para a sede da Secretaria da Segurança Público na praça da Piedade, com a orelha e o rosto machucados, ouviu um agente dizer: "É esse o cara que o coronel Luiz Arthur tem interesse".[680] "Rocha" não fora revistado e estava com chave da pensão e papeis no bolso. Livrou-se jogando em

---

677 Idem.

678 CONCEIÇÃO, Edson Moreira da. **Termos de Declarações**. Depoimento ao Departamento da Polícia Federal. 15 out. 1971.

679 SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.

680 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, p.192.

uma gaveta, quando já estava na sede do Departamento da Polícia Federal, na cidade baixa. Ali foi interrogado e logo lhe perguntaram se conhecia "Pacote".[681] "Rocha" foi resistindo sem entregar as informações. Porém, diante dos fatos que lhe eram apresentados, chegou a uma conclusão:

> [...] Mas quem seria o delator? Só mais tarde foi saber. Bem desconfiava. "Pacote", Carlos Orleans, era um agente infiltrado no MR-8. A coisa mudou duas horas depois, no Quartel da Polícia do Exército. Ali, o major Nilton de Albuquerque Cerqueira – alto, cabeça chata de nortista, cabelos grisalhos – chefe da 2ª Seção do Exército na Bahia, comandou as torturas e, agitado ainda picou uma cadeira na cabeça de Zé Carlos.[682]

Na sala de Comando da Polícia do Exército, pediram a José Carlos de Souza para ele contar sua vida dentro do MR-8. "Rocha" foi então montando as informações em cima dos nomes de militantes "queimados", o que dificultava a ação dos agentes da repressão e facilitava que a direção regional do MR-8, em Salvador, adotasse providências de fuga dos militantes que estavam em perigo. Continuavam com a tortura à espera de que deletasse o companheiro "Dino", outro codinome de João Lopes Salgado.

> Então eles sabiam do "Dino". Eliana e Solange tinham falado. Recomeça a tortura: pancadas, choques elétricos até as três e meia da tarde. Zé Carlos sabia onde encontrar João Lopes Salgado, como chegar a Lamarca, tinha até pontos na entrada da área de campo, mas resistia. Tinha que aguentar pelo menos por uma semana. O tempo combinado para desmobilizar uma área rural. Ás oito e meia da noite os coronéis Lima Araújo e Luiz Arthur obrigam-no a manter outra conversa amistosa. Dizem que têm absoluta convicção de que ele é o contato de João Lopes, que estavam bem informados sobre ele, Zé Carlos, sobre suas manias e reações. Queriam "Dino" – era preciso que dissesse onde estava.[683]

Com apenas uma semana de caça aos militantes do MR-8 na capital baiana, os órgãos de segurança conseguiram prender Edson Argolo e Carlos Moreira Vilanueva, estouraram "aparelhos" e localizaram endereços de outros que fugiram. Os agentes da repressão em Salvador estavam com o perfil completo do MR-8 na Bahia: Denilson Vasconcelos, Solange Lourenço Gomes e Eliana Gomes de Oliveira, da direção urbana. Alguns simpatizantes presos e os nomes dos casais Jaileno Sampaio Silva e Nilda de Carvalho Cunha, Diogo Santana e Lurdinha, mais Milton Mendes Filho.[684]

---

681 CERQUEIRA, Ruy, op. cit., 2002, p.118.

682 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, p.193.

683 Ibid., p.193.

684 "[...] tinham também identificado José Carlos de Souza, o encarregado das comunicações – e até o dirigente da zona rural, "Dino", com o nome verdadeiro e tudo, João Lopes Salgado, além de Zequinha – José Campos Barreto – que deveria estar no interior da Bahia, segundo as informações que dispunham

De posse das informações, o coronel Luiz Arthur de Carvalho acreditava que conseguiria prender João Salgado, "Fio" ou "Dino", montando uma operação que foi desencadeada na madrugada do dia 20 de agosto, em Salvador, no bairro classe média-alta da Pituba. "Rocha" presenciou os preparativos para a caça a "Dino". Pela madrugada, viu quando os agentes saíram levando armamento e bombas para o ataque.

> Entre as quatro e cinco horas da manhã, de 20 de agosto de 1971, os moradores da rua Minas Gerais, particularmente os do Edifício Santa Terezinha, na Pituba, bairro de classe média de Salvador, acordados sobressaltados pelo barulho de tiros, gritos e bombas. Os que se atreviam a chegar até a janelas da frente do prédio recebiam logo a ordem seca: Retirem - se! Retirem-se![685]

Os avisos eram do coronel Luiz Arthur de Carvalho, comandante da operação policial através de um megafone: "Afastem-se das janelas! Deixem as janelas abertas para o ar circular. Tranquem as portas à chave." Foi o cerco policial para prender os que estavam no apartamento 201. Os policiais levaram para as viaturas, estacionadas na rua, Lúcia Bernadete Cunha, inquilina do imóvel, e seu filho Antoine Cunha de Freitas, de menos de um mês de idade; sua irmã Nilda Alves Cunha, de 17 anos; o companheiro de Nilda, Jaileno Sampaio da Silva, de 18 anos, a empregada Benedita e sua filha Gracinha, de 15 anos.[686]

Dos que foram presos no apartamento do edifício Santa Terezinha, apenas Nilda e Jaileno Sampaio foram levados para o Quartel do Exército no Barbalho. Dona Esmeraldina Carvalho Cunha, 49 anos, logo que soube da prisão da filha caçula, revirou a Bahia. Foi atrás de advogado, do comandante da VI Região Militar, general Argus Lima, e do juiz de menores. Um dia, acabou sabendo que Nilda estava presa e incomunicável. Só na Base Aérea, dias depois, encontrou-se com Nilda, imprestável, sem nenhum controle. Ela falou de Jaileno, que ainda passou uns dias na Base Aérea.[687]

A morte de Iara Iavelberg, com um tiro no peito, no apartamento 202 do edifício Santa Terezinha, registrou várias versões em relação à ação da repressão dos agentes da ditadura na Bahia. Os agentes da repressão apresentaram a versão de que Iara suicidou-se. Uma perícia efetuada na ossada, anos depois, descartou o suicídio com um tiro no peito, naquela madrugada do dia 20 de agosto de 1971. Como a morte de Iara não é a

---

[...]." In: JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha-17ª. ed.- São Paulo: Global, 2015, p.191.

685 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, p.200.

686 Ibid., pp. 200-201.

687 Id., pp. 211-212.

problemática de estudo desta pesquisa histórica, não me aprofundo aqui. Faço o registro de sua morte e indico fontes para ampliar conhecimento em relação ao que aconteceu com Iara Iavelberg.[688]

Na noite do dia 21 de agosto, após a morte de Iara Iavelberg, companheira do capitão Carlos Lamarca, e com a apreensão das cartas que Lamarca escreveu para Iara, no Rio de Janeiro, os órgãos de repressão na Bahia decidem por deslocar as ações da Operação Pajussara para a região da Chapada Diamantina. Visavam encontrar os militantes do MR-8, na certeza de que Lamarca estava entre eles. Consideraram que seria necessário um cerco à área de campo do MR-8, na região Oeste da Bahia, com um efetivo militar e civil para êxito da operação.[689]

No relatório da Operação Pajussara consta que a mesma tinha a missão de "realizar operações de informações para capturar ou destruir o bando terrorista que atua na Região de Brotas de Macaúbas".[690] O comando da Operação Pajussara ficou definido como sendo da 6ª Região Militar, por intermédio da Central de Informações do CODI/6. Coube ao comandante da 6ª Região Militar, o general de brigada Argus Lima, a responsabilidade pela condução das ações na área de operações. Ao todo, o major Nilton de Albuquerque Cerqueira chefiava 215 homens, um comando difícil de ser

---

688 CODARIN, Higor. **A arma da crítica e a crítica das armas:** a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972). Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018; CODARIN, Higor. **O MR-8 na luta armada**: as armas da crítica e a crítica das armas. – 1ª. – São Paulo: Alameda. 2019; CODARIN, Higor. **A arma da crítica e a crítica das armas**: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1972) [mestrado] na Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. – Campinas, SP: [s.n.], 2018; EM BUSCA DE IARA. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min); GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990; GODOY, Marcelo. **Cachorros**: A história do maior espião dos serviços secretos militares e a repressão aos comunistas até a Nova República. - 1ª ed.- São Paulo: Alameda, 2024; JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015; NASCIMENTO, Juliana Marques do. **Além da "musa da esquerda"**: uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944 -1971). Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023; PATARRA, Judith L. **Iara:** reportagem biográfica. 3.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993; PAMPLONA, Mariana. **Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros**. 2009. 122 p. Dissertação [mestrado] - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, São Paulo; RELATÓRIO da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Disponível em:https://www.google.com/search?q=comiss%C3%A3o+nacional+da+verdade+relat%C3%B3rio+final&sca_esv=7871e83a82f86ad9&sxsrf=ADLYWIJTpv- e SOUZA, Sandra, Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador.2013.

689 RELATÓRIO da Operação Pajussara, do Ministério do Quartel General. 2ª Seção. Salvador - Bahia, 1971, p.3; pp. 35-43.

690 Ibid., p.04.

exercido. Havia elementos de todos os órgãos de segurança do país, cada um perseguindo a autoria da proeza de matar o Capitão Lamarca.[691]

A Operação Pajussara recebeu o nome de uma praia de Maceió, terra natal do major Nilton Cerqueira. A operação civil-militar teve um efetivo de 215 homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, agentes do DOPS de São Paulo, das Polícias Federal e Militar da Bahia, além de agentes da repressão do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. No sistema aéreo foi utilizado inicialmente um avião da Cia. Mineração Boquira foi colocado à disposição do Comando Costeiro, o que permitiu manter o sigilo até a utilização de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). Posteriormente foram utilizados aviões e helicópteros: quatro C-47, um C-l30, um AS-16 e dois helicópteros pelo Comando Costeiro (COMCOS). Por via terrestre, as viaturas civis empregadas pertenciam ao Departamento da Polícia Federal da Bahia, do Centro de Inteligência do Exército, da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP) e das empresas privadas: Transminas e Cia de Mineração de Boquira.[692]

A Operação Pajussara ocorreu durante 28 dias, se estendendo por diversas cidades da região Oeste da Bahia, entre elas Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, Seabra, Morpará, Barra do Mendes e Ipupiara, além de Salvador e Feira de Santana.[693] Tratava-se de um cerco e caçada na região Oeste da Bahia, contra apenas 5 militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), numa desproporção numérica e um elevado custo financeiro. Mas o povo brasileiro estava submetido a uma ditadura civil-militar.

O Relatório da Operação Pajussara destacou a participação em reforço do DOI/CODI/6, das equipes do Centro de Inteligência do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR), da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP) e posteriormente do CODI II do Exército, da Polícia Militar da Guanabara (PM/GB) e Secretaria da Segurança Pública da Guanabara (SSP/GB). A Operação foi regulada em três fases. Destaca-se a importância do trabalho atribuído à equipe Alfa, que tinha a função de levantar informes e localização de Carlos Lamarca e seus companheiros. Na primeira fase da operação, da qual dependia o êxito de toda a missão, o objetivo foi

---

691 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, p.244.
692 Id., p.16.
693 RELATÓRIO - OPERAÇÃO PAJUSSARA, 1971. p.21.

alcançado, conforme consta no relatório final. Ainda antes do lançamento das demais equipes, já havia sido delimitada a área onde se encontrava Lamarca e, além disso, identificado o "aparelho rural" localizado na Fazenda Buriti. O transporte das equipes foi inicialmente realizado com ampla cooperação da Companhia de Mineração Boquira, que não apenas cedeu sua aeronave, como também ofereceu total apoio logístico, disponibilizando viaturas para a operação e viabilizando o deslocamento terrestre e a infiltração das equipes na área.[694]

Apontou também o relatório da Operação Pajussara as dificuldades enfrentadas na execução das ações policiais, pela pluralidade de forças reunidas na operação, com equipes de diferentes origens. Era evidente a falta de urna doutrina única e de um emprego tático, já que pertenciam ao Exército, Marinha de Guerra (Armada e Fuzileiros Navais), Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Militar da Guanabara, agentes da Secretaria da Segurança Pública da Guanabara (SSP/GB) e do Grupo de Operações Especiais de São Paulo (GOE/SP) e da Polícia Militar da Bahia e agentes da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP).[695]

Ainda no ano de 1969, o Ministério do Exército editou o manual: *Instruções Provisórias: O Pequeno Escalão nas Operações de Contraguerrilhas*, através da Portaria nº 85 EME, de 24 de setembro de 1969. O general do Exército Antônio Carlos da Silva Muricy, chefe do Estado-Maior do Exército, aprova e manda pôr em prática as Instruções Provisórias, que definiam:

> 1. Generalidade: O termo contraguerrilhas faz parte de conceito global da contra-revolução. As Operações contraguerrilhas são ações realizadas contra o componente armado do elemento insurreto, a guerrilha.
> 2. Missão: A missão da tropa regular em operações contraguerrilhas é dispersar, capturar ou destruir a força inimiga e impedir o seu ressurgimento. Normalmente, o cumprimento desta missão exigirá a execução de operações que lhe são inerentes.[696]

Ao se posicionar em relação às atividades de combate armado pelos militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Marcelo Ridenti[697] apontou que a guerrilha camponesa era "um sonho numa noite de verão do diabo". Considerou Ridenti que "o MR-8 e outros grupos foram abatidos pela repressão antes que pudessem

---

694 Ibid., pp.6-7.

695 Idem, p.19.

696 INSTRUÇÕES Provisória**s**. O Pequeno Escalão nas Operações de Contraguerrilhas. Capítulo 1, p.1. Um exemplar deste manual, foi encontrado por este pesquisador, em uma das grutas existentes em Buriti Cristalino, na localidade do Boqueirão em 2018.

697 RIDENTI, Marcelo S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993, p.217.

aprofundar qualquer conhecimento da sociedade de classe em geral, e das relações no campo em particular."[698]

Resistindo a entregar a área de campo, "Rocha", acaba falando sobre onde poderia estar "Dino". Acreditava que ele escaparia ao cerco, saindo de Feira.

> No dia 7 de agosto João Lopes tinha um ponto marcado com Zé Carlos. Acertariam os últimos detalhes da sua ida para Brotas de Macaúbas para junto do capitão. Mas Zé Carlos não apareceu. Ressabiado, mas ainda acreditando que nada tivesse acontecido, resolve se hospedar, num quarto, de pensão onde Zé Carlos costumava ficar em Feira de Santana. Ele poderia chegar a qualquer momento. Aí seguiriam juntos para o campo.[699]

Ao contrário do que pensavam "Rocha" e João Salgado, os agentes da repressão seguiram para Feira de Santana e foram bater na pensão "São Francisco" onde estava "Dino". A caça aos militantes e ao comando do MR-8 estava sendo afunilada, chegando bem perto de Carlos Lamarca e de Iara.

> (...) Absolutamente! Ninguém vai revistar zorra nenhuma! Isso é hora de vir aqui no meu hotel? Voltem amanhã, depois das dez [...] Era o dono da pensão, irritado com a presença de tanta polícia incomodando seus hóspedes. Lá dentro João Lopes ouvia tudo. O cara se identificava como policial, o dono dava aquele esporro, e a polícia recuando, aceitando voltar amanhã. Os tiras saem, ficam discutindo fora. João acompanhando tudo, com as armas na mão. Lá fora, eles, esperando. Na pensão João Lopes, acordado, pensando. Esperou até as cinco da manhã, sair antes de ser visto. Levantou-se com um revólver debaixo da camisa. Observou a situação? Algumas C-14, bem equipadas, muitos tiras conversando – um cenário conhecido. Nesse momento, eles vêm caminhando em direção a pensão e nem olha João, que dá meia volta, pega o outro revólver no quarto e sai de vez. Eles entrando, ele saindo. Cruzaram-se na porta e não foi barrado. Já tinha dado um passo para fora quando ouviu, sem se virar: 'Fecha tudo, não deixa ninguém sair!'" [700]

João Salgado, escapa do cerco da Polícia Federal na pensão "São Francisco" e vai para Brotas de Macaúbas, avisar ao capitão Carlos Lamarca o que estava ocorrendo. Era preciso tomar uma decisão diante das prisões dos militantes em Salvador; da caça aos que atuavam em Feira de Santana e o perigo da repressão chegar até a área de campo em Buriti Cristalino. Em Salvador, "Rocha", cada vez mais torturado, vai abrindo pontos e facilitando a ação dos agentes da repressão. No dia 18 de agosto, confrontado com um homem que teria feito a mudança para ele, resolve assumir que contratou um camionete para transportar os móveis do seu "aparelho" no bairro da Caixa D'Água para o "aparelho" de Jaileno Sampaio, com os codinomes "Raimundo" e "Orlando". "Rocha" sabia que iria para uma área de campo, e teria que desativar a

---

698 Ibid., p.219.

699 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, pp. 193-194.

700 Ibid., p.194.

moradia anterior. Tinha apenas a certeza de que Jaileno também trocaria de "aparelho", mas isto não aconteceu.

Ao furar o bloqueio policial na saída de Feira de Santana, João Salgado pegou um táxi e mandou que o motorista fosse pela BR-116 em direção a Brotas de Macaúbas. Ao chegar próximo à ponte do Rio Paraguaçu, solicita que fosse levado à cidade de Itaberaba. O motorista fica desconfiado e não aceitou. "Dino" então tomou, dois outros transportes para chegar até Seabra. Ali se encontrou com Zequinha e relatou o que estava acontecendo. Era preciso uma reunião urgente com Lamarca. Teriam que decidir pela desativação ou não da área de campo. Agora todos correm perigo.

> Em Seabra, João Lopes se encontrou com Zequinha e foi logo informando sobre a prisão de Zé Carlos. Tinham de apressar. Por isso, pegaram um táxi até Oliveira dos Brejinhos e, na mesma noite, marcharam a pé para Buriti Cristalino. Era preciso convocar todos os militantes para uma reunião: o capitão Lamarca e o trabalho na área estava correndo perigo.[701]

Relatou João Salgado a decisão que teve que tomar quando José Carlos de Souza, não compareceu ao ponto marcado e ele conseguiu deixar a pensão, cercada pelos agentes da Polícia Federal, em Feira de Santana.

> Agora no momento em que ele não comparece ao ponto comigo em Feira, eu vim para cá. Eu tinha um ponto com Zequinha em Seabra. Eu encontrei com ele em Seabra. Já ficou decidido na minha cabeça. Não tem alternativa. Nós vamos sair. Chegar lá e em algumas horas dar o fora. A minha convicção, hoje eu tenho certeza que era a posição correta e eu tinha o controle maior da situação. Eu não tinha por que ter dúvida disso. Eu até entendo que os meninos tivessem dúvida, inclusive Lamarca. Mas, talvez não conseguissem avaliar tanto a possibilidade da abertura da área. Mas, eu vim para cá convicto. Já vim discutindo com Zequinha no caminho isso. Não me lembro. Mas, eu acho que ele não se manifestou muito claramente sobre a ideia. Aí eu cheguei e a reunião vocês conhecem [*se refere a mim e ao Taylan Santana que estávamos entrevistando*].[702]

João Salgado concedeu uma entrevista para a revista *Advir*, uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Asduerj. Ele, que estudou Ciências Biológicas na instituição, falou sobre sua militância política, detalhando o que ocorreu na Bahia e se o "Zé Carlos" sabia onde estava Lamarca. "O Zé Carlos não sabia onde estava o Lamarca, mas sabia qual a região. Eles fizeram o cerco, era uma área rural. (...) Foi muito fácil."[703]

Esclareceu João Salgado que a reunião foi na área de campo em Buriti Cristalino.

---

701 Ibid. p.234.

702 SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.

703 SALGADO, João Lopes. Eu estava lá. **Advir.** Rio de Janeiro. Nº 22, p.138, out. 2008. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/view/12687535/advir-22-asduerj. Acessada em 10 nov. 2024.

> [...] Então eu cheguei lá, nós éramos cinco ou seis pessoas nessa base. Eu informei que o Zé Carlos tinha sido preso, que ele iria resistir algum tempo, mas que a gente saísse da área porque essa era a medida mais justa. Aí o Lamarca fez uma intervenção muito profunda. Ele foi o último a intervir, eu fui o primeiro, dei o informe."[704]

Revelou João Salgado que Lamarca teria dito:

> "Pô, companheiros, não é possível que tenhamos que agir no campo como na cidade. Toda vez que cai um aparelho, a gente tem que sair. Eu acho que a gente não deve sair. Acho que o companheiro não vai trair, não vai abrir a área, essa área é muito importante, ele sabe a dimensão dessa importância. Eu sou contra a saída".[705]

João Salgado confessou seu arrependimento de não ter se posicionado contra a decisão do grupo e até conseguido retirar os companheiros do MR-8, evitando as mortes.

> [...] E aí me faltou coragem para dizer que eu era o comandante e que a gente iria sair. Essa é outra tristeza que eu tenho da minha militância [...] quando colocamos em votação eu fui voto vencido. Eu fui para direção nacional, tinha um encontro alternativo quinze dias depois aqui no Rio, durante esse ínterim, já caiu a área lá. Caiu muito em função da carta que eu trouxe e entreguei ao César. Era para ele entregar a Iara, que estava em Feira de Santana. Essa carta que estava com César acabou caindo nas mãos da polícia numa blitz. E aí, descobriram. Na carta, o Lamarca dava indicações do que Zé Carlos sabia onde era a área. A partir daí a área foi cercada e houve o que houve.[706]

Ao se aprofundar em relação ao cerco a Buriti Cristalino, numa das áreas de campo do MR-8, que acabou com as mortes de Lamarca, Luiz Antonio Santa Bárbara, e os irmãos Zequinha e Otoniel, o ex-guerrilheiro "Dino" fez uma análise crítica.

> [...] Isso acabou precipitando a morte dele. Não era para ele ir para a Bahia. Na verdade o trabalho na Bahia estava recém começado. Eu tinha ido para lá para organizar os grupos dessa região, pro lado de Barreiras, perto do Rio São Francisco. Havia uma área estratégica muito interessante do ponto de vista militar, que era a divisa da Bahia com Goiás. Mas não queríamos ir para ali naquele momento. Queríamos primeiro organizar os grupos nas regiões mais próximas para depois ter algo de maior vulto. Só que houve uma queda maciça na organização aqui no Rio de Janeiro, a ponto de Lamarca e a Iara terem que ficar andando de ônibus a noite inteira, porque não tinham para onde ir. E o dirigente daqui do Rio mandou um emissário a Bahia. Nesse encontro comigo ele disse que não tinha jeito, que o Lamarca tinha que ir mesmo.[707]

Salgado detalha na entrevista para esta pesquisa, como foi o encontro em Buriti Cristalino, para decidir que posição deveria ser tomada por consequência da prisão de "Rocha" em Salvador.

---

704 Id., p.139.
705 Ibid., p.139.
706 Id., p.139.
707 Idem., p.138.

> [...] Na primeira rodada defendi a tese, com toda a minha convicção que tinha naquele momento. Eu nunca fui muito bom, nunca fui um teórico, nunca fui muito intelectualizado. Eu não sou muito bom de argumento. Eu sou melhor de caneta do que de gogo. Eu não sei se não coloquei muito bem colocado. Certo é que o Lamarca foi o último a intervir. E todas as intervenções foram no sentido de que não, que não devia. Era a prática das Organizações todas. De racionalizar. Não, mais não vai acontecer. Em segurança não tem que ter esse tipo de discussão.[708]

O dirigente da área de campo do MR-8, em Buriti Cristalino, detalhou quais seriam as alternativas diante da situação, com o objetivo de impedir que o cerco montado pelos agentes da repressão tivesse êxito na ação contra os militantes da Organização.

> [...] nós tínhamos dois recuos. Segundo o seguinte, ir para qualquer lugar, qualquer lugar, entendeu. Nem que fosse para pegar o vapor. Nem sei se tem mais o vapor. Pegar um ônibus aqui. Eu peguei um ônibus e fui para o Rio de Janeiro. Lamarca era mais conhecido mas podia atravessar o rio São Francisco. Ficava mais difícil. Eles iam procurar por aqui. Cotegipe e Barreiras. Até Goiás nós tínhamos contato. Em Formosa, a gente tinha contato. Para qualquer lugar que a gente fosse era melhor do que ficar aí. Deixava só o Olderico. Santa Bárbara também ia sair. A minha tese era que saía Santa Bárbara, eu, Lamarca e Zequinha, entendeu. Olderico não estava muito queimado. Os caras iam chegar aqui. Provavelmente iam fazer maldade, mas não ia ter o que teve né. Então eu já vinha decidido a que a gente tinha que sair e coloquei esta tese, mas a última intervenção foi de Lamarca.[709]

Informou Salgado que a posição defendida pelo capitão Carlos Lamarca foi a que teve o apoio de todos, inclusive a dele, e a área de campo continuou a ser mantida, sem quaisquer recuos dos seus militantes.

> Tiveram várias rodas. E ele defendeu a tese de que a gente não devia sair. Eu já expliquei isto. Ele dizia que o campo poderia ser considerado um aparelho de cidade. O companheiro não ia abrir. Aquela coisa idealista mesmo da gente. E ganhou todo mundo inclusive eu. Para vocês terem uma ideia eu sai convicto daqui. Nós, não poderíamos tomar esta decisão aqui sozinhos. Teve que levar para o comando nacional decidir. Eu inclusive. Então a gente já tinha um voto que era o meu. Íamos ficar. Tomamos algumas precauções que não foram rigorosamente seguidas por eles. A partir daquele dia nem Zequinha e nem Santa Bárbara dormiriam mais lá [*se refere a casa de Zé Barreto no centro de Buriti Cristalin*o]. Nada de armas dentro de casa.[710]

Salgado ressaltou sua posição divergente de Olderico Barreto, abordada no filme/documentário[711], que ele ainda pretende aprofundar oportunamente a discussão com o irmão de Zequinha:

---

[708] SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.
[709] Idem.
[710] Idem.
[711] DO BURITI à Pintada. Lamarca e Zequinha Barreto. Direção: Renaildo Pereira dos Santos Pereira dos Santos. Salvador: Portfolium Laboratório de Imagens, 2011. 58 min.

> Tem até uma tese recentemente e eu acho que o Olderico agora já concorda comigo. Porque lá no filme nós temos uma discordância. Ele diz: 'Mas nós vamos fugir para onde? Como ir para onde?' No ano passado quando eu estive aqui. Eu falei Olderico olha, primeiro, foi tudo ao contrário. A polícia chegou tinha armas. Os caras reagiram. Eu tinha que discutir com o Olderico isso agora. Eu não quero. Uma hora vai chegar essa hora. Eu quero que vocês entendam. Eu sei que está sendo gravado, mais guardem.[712]

Salgado discordou da posição de reação dos militantes do MR-8, ocorrida quando da chegada da repressão a Buriti Cristalino, no dia 28 de agosto de 1971, com o enfrentamento armado e disparos de tiros contra os militares e os agentes da repressão na Operação Pajussara.

> Naquele momento a gente tinha tomado esta decisão, na véspera que eu saí da área de campo. E eu não entendo por que as armas continuaram. Não havia essa ideia de reagir. Não sei por que aconteceu. Acho que a coisa, passaram várias dias e tal. Acharam não vai acontecer nada. E eles estavam convictos da posição. Foram ficando e foram relaxando. Quando a polícia chegou nego reagiu. Tava lá dentro de casa Santa Bárbara, armado, com o Olderico e Otoniel. E diferente do que a gente tinha combinado. Mas isto faz parte mesmo. Eu não sei explicar.[713]

Considerava João Salgado que o MR-8 na Bahia não estava preparado para abrigar Lamarca.

> [...] Ele era uma pessoa muito interessante e o trabalho tomou outras dimensões, com a chegada dele. Mas, não estávamos preparados para abrigar uma pessoa dessa importância. E sobretudo, na ida dele, um militante acabou sabendo a região onde ele estava. Isso precipitou tudo na queda.[714]

As cartas de Carlos Lamarca para Iara, entregues a João Salgado, jamais foram recebidas pela destinatária. Elas deveriam ser levadas a Feira de Santana, através de "Rocha", encarregado das comunicações do MR-8, mas foram apreendidas no dia 21 de agosto no Rio de Janeiro.

A vigilância na área de campo precisava ser constante e reforçada. Durante 24 horas, olheiros seriam posicionados num raio de área de 30 quilômetros. O Comando Nacional do MR-8, reunido no dia 21 de agosto de 1971, tomou uma decisão que surpreendeu João Salgado. Da reunião, tomaram parte Sérgio Rubens, César Benjamin, João Salgado e Sérgio Landulfo Furtado. Carlos Alberto Muniz esteve ausente por se encontrar no Chile.

> Ao Comando Nacional do MR-8, João Lopes fez um relatório circunstanciado. Mas o comando deixou a decisão nas mãos dos que estavam na área de campo. "Eles são os que conhecem o trabalho", uma decisão unânime. Assim, o Comando Nacional reafirmava a posição dos militantes do

---

712 SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.
713 Idem.
714 SALGADO, João Lopes. Eu estava lá. **Advir**. Rio de Janeiro. Nº 22, p.138, out. 2008. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/view/12687535/advir-22-asduerj. Acessada em 10 nov. 2024.

> Buriti Cristalino: ficar na área, mesmo com os riscos. No meio da reunião, Cesar Benjamin comunica que precisava sair, voltaria rapidamente. No carro, levando as cartas de Lamarca para Iara. Entretanto, uma operação de cerco do DOI-CODI obriga a abandonar o veículo no trânsito congestionado. Escapa mais deixa para trás o diário de Lamarca. Será preso alguns dias depois, num ponto de encontro em Salvador.[715]

As cartas de Carlos Lamarca para Iara Iavelberg foram publicadas no jornal *Folha de São Paulo,*[716] na íntegra, segundo o veículo de comunicação, no caderno *Folhetim*, tornando-se um documento histórico da história recente do país. Datados de 29 de junho a 16 de agosto de 1971, os textos de Lamarca não constituem um diário, como o jornal apresentou ao seu público leitor e posteriormente a escritores e pesquisadores. Nas cartas, Lamarca contou a sua vida no interior da Bahia, comentando sobre a política brasileira e internacional da época, expôs suas saudades e seu amor por Iara, e até do filho que esperavam e não veio. Relatou também a sua rotina em Buriti Cristalino.

> Hoje à tarde discutirei com uns companheiros os documentos sobre o campo – receberei relatórios dessa área – sobre o plano de educação [*que era desenvolvido por Santa Bárbara*] que desenvolvem com os camponeses, essa discussão deve durar uns dias. Após a chegada de Fio faremos uma discussão do que fazer aqui e o desenvolvimento em outros lugares. Depois disso é que ficará decidido para onde iremos e então será planejada a sua locação próxima de mim.[717]

Lamarca denunciou a forma de cobrança dos impostos contra os camponeses.

> Os impostos são cobrados com uma escolta (*chamam de comando fiscal*) composta de militares armados de INA e fiscal- a massa já deseja emboscá - los. Agora tenho que me deslocar para dar o sinal de recepção ao companheiro **[***este é Santa Bárbara*.] que vem trazer a comida.[718]

Na carta de 3 de agosto, Lamarca relatou que foi atacado por formigas e picado por "barbeiro". Esta situação é que deve ter comprometido a sua fuga, quando caçado pelos agentes da repressão. Com a perna inchada e dolorida, teve até que ser carregado nas costas por Zequinha, na fuga pela caatinga da região da Chapada Diamantina.

> Fui atacado pelas formigas à noite, uma zona. Fui picado por "barbeiro" transmissor da doença de Chagas, sei que existem dois tipos, segue o bicho para "Fio" verificar. Mas não estou preocupado, porque se for o caso sei que

---

715 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, p.235.
716 O DIÁRIO de Lamarca. Folhetim nº 543. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 jul. 1987. pp. B1-B12.
717 Ibid.
718 Id.

> dá para viver muito tempo – o que não espero na prática revolucionária, logo...[719]

Lamarca, na carta do dia 4 de agosto, esclareceu que estava havendo uma aceitação do trabalho político junto aos camponeses. Um crescimento surpreendente.

> Aqui a área está demonstrando potencial político, tínhamos como dado que num mês o número de contatos aumentou 50% (sic) – com o relatório de hoje constatamos que atingiu 75% (sic) – vamos ter de segurar, solidificar os contatos existentes, senão estufa. Intensificaremos o trabalho político com os mais próximos, pois não necessitamos de fachada de deslocamento, e posteriormente aos demais.[720]

As preocupações de Lamarca aumentam com a chegada de "Fio" à área de campo, depois da prisão de José Carlos de Souza, conforme relatado nas cartas dos dias 10 e 11 de agosto.

> "Fio" chegou [...] Notícias tristes [...] da queda do "Kid", ainda vamos ficar mais tempo sem contato. Problemas de segurança aqui com a queda de "Kid". Recebi relato parcial, companheiros descansando e aguardando o outro para tomarmos decisões numa reunião.[721] Discutimos a segurança daqui e medidas de segurança e medidas imediatas a tomar, isto tomou todo o tempo de discussão. À noite ainda conversei com "Fio" sobre você e iniciamos discussão sobre a possibilidade de encontro nosso e até trabalho junto que poderíamos ter.[722]

Na sua última carta para Iara, datada de 16 de agosto, Carlos Lamarca menciona a reunião ocorrida na área de campo, que se alongou até as três horas da manhã e que teria sequência no dia seguinte. E no final da carta ressalta seu amor por Iara: "...segue esta carta impregnada de amor – vou te ver, nem que seja a última coisa na minha vida – mil beijos do teu Cirilo [*codinome que Lamarca usava em Buriti Cristalino*.]".[723]

A busca pela localização de Carlos Lamarca na Bahia, com seus companheiros João Salgado, Zequinha Barreto e Luís Antônio Santa Bárbara, teve início no dia 20 de agosto de 1971. O chefe do DOI-CODI na Bahia, o major do Exército Nilton Cerqueira, se reuniu com o coronel Luiz Artur de Carvalho, Chefe do Departamento da Polícia Federal, e decidiram enviar, no dia imediato, o agente federal Emanuel Cerqueira, chefe do Serviço de Inteligência da PF na Bahia, para a região da Chapada Diamantina. Examinaram as cartas de Lamarca para Iara, analisaram as referências de clima, vegetação, hábitos dos moradores e incorporados pelos militantes do MR-8, tipo de

---

719 Idem.
720 Idem.
721 Idem.
722 SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.
723 O DIÁRIO de Lamarca. Folhetim nº 543. ***Folha de São Paulo***. São Paulo, 10 jul. 1987.

alimentação e produção. A missão de Cerqueira seria percorrer Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Brotas de Macaúbas e Ipupiara.

No mesmo dia da partida de Emanuel Cerqueira para a região de Buriti Cristalino, ou seja, em 21 de agosto de 1971, João Salgado, reuniu-se com o Comando Nacional do MR-8, no Rio de Janeiro, para tomar a decisão ou não de retirar Lamarca e seus companheiros da área de campo. Com todas as informações obtidas e confirmando a presença de Lamarca e seus companheiros no município de Brotas de Macaúbas, o agente federal Cerqueira retornou a Salvador. Recebeu ordem de voltar para Brotas e continuar as investigações. Mas não regressou sozinho: com eles vieram vários agentes que se infiltraram levantando informes.

> Emanuel Cerqueira descobriu que, tempos atrás, três pessoas haviam se hospedado ali numa pensão. Um era alto, magro, com bigode e usava chapéu de couro; outro magro, estatura média, moreno, queixo angulado e cabelos lisos, o terceiro, moreno, cabelos revoltos e natural da região, bastante conhecido. E descobriu mais: depois de pernoitarem na pensão viajaram para Brotas de Macaúbas, numa Kombi creme placa de Belém do Pará [...] que o homem de chapéu de couro afirmava ser geólogo, em visita a região de garimpo.[724]

Nas suas investigações, Emanuel Cerqueira ficou sabendo, através do dono da pensão, Jurandir Martins Rosa do Espírito Santo, que "Jesse" era Zequinha, e que estava andando com um outro homem em Brotas de Macaúbas.

> [...] José Campos Barreto era primo da mulher do homem da pensão. A história mais clara, as coisas vão ficando lógicas. Cerqueira sabia que Zequinha havia morado em São Paulo onde foi preso por "subversão". Agora, estava morando em Buriti Cristalino e andava sempre em companhia de um rapaz – "Ceará". O agente mostrou uma fotografia de Luiz Antônio Santa Bárbara e o dono da pensão logo identificou: Ceará, era o professor Roberto. As informações batiam, o círculo se fechava, Lamarca estava por perto.[725]

Até o dono de um boteco, em Brotas de Macaúbas, revelou ter se infiltrado e assistido a apresentação de uma peça de teatro em Buriti Cristalino

> Informou a Cerqueira que no dia 14 de agosto havia assistido o teatrinho em Buriti e que o professor "Roberto" costumava sair sempre sozinho, ao meio-dia, como se fosse encontrar alguém escondido por ali. E ainda detalhou: para se chegar lá, por Brotas, são 18 quilômetros, a pé ou de cavalo. Mas dava também por Bom Sossego, indo pela Cachoeira e daí, seguindo a pé ou montado, uns seis quilômetros. Pelo norte se podia chegar lá através do Rio Paramirim, uns 12 quilômetros – e advertiu: a região é montanhosa, cheia de rochas.[726]

---

724 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, pp. 241-242.

725 Ibid., p.242.

726 Id., p.243.

Sem hesitar, o agente federal Emanuel Cerqueira viajou até a cidade de Ibotirama e de lá usou o sistema de rádio do Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia (DERBA), comunicando toda a situação por ele levantada na região ao coronel Luiz Arthur, diretor do Departamento da Polícia Federal. Deste, recebeu ordens de ficar na área, esperando pela chegada do major do Exército Nilton Cerqueira: "no dia seguinte, esse major – posteriormente promovido a coronel – chegou acompanhado por uma equipe do CISA do Rio de Janeiro e de outra do DOPS paulista, chefiada por Fleury. No total 47 pessoas."[727]

Ao mesmo tempo que, em Salvador, desembarcavam agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (Cenimar), do DOPS e OBAN, de São Paulo – agentes de segurança de todo o país. Com as informações confirmadas, a partir do dia 23 de agosto, o número de agentes aumenta e, nos dias 25 e 26, toda a região de Brotas de Macaúbas já estava coberta de militares, distribuídos pelos lugarejos. A presença da repressão se torna visível.[728]

Em sua primeira viagem ao município de Brotas de Macaúbas, Emanuel Cerqueira Campos tinha a missão de levantar informações sobre as presenças de Carlos Lamarca, Zequinha Barreto e de outros integrantes do MR-8 na região. Em depoimento à Polícia Federal, ele revelou que foi para a região Oeste da Bahia, mas omitiu que levou na sua companhia seu informante: Carlos Orleans Andrade, "Pacote".[729] Localizado por Emanuel Cerqueira Campos num apartamento no bairro de Amaralina, em Salvador, com problemas de saúde. Carlos Orleans recebeu assistência médica por interferência do agente federal Emanuel Campos e se tornou seu informante em relação aos militantes do MR-8.[730]

> Cumprindo ordens superiores o depoente dirigiu à Brotas de Macaúbas para localizar o vilarejo denominado Buriti, situado naquele município, esforçando-se para encontrar naquela localidade os terroristas Santa Bárbara, "Jesse" e Lamarca, que segundo "Rocha" estavam lá, visto como tinha sido deixados por ele "Rocha", naquele local. Que por intermédio de pessoas prestativas, notadamente um caçador, cujo nome depoente não gravou na memória, foi possível localizar a barraca de campanha , onde se abrigava "Jesse" e Lamarca, nas proximidades de Buriti. Que obtida a localização

727 MARCONI, Paolo. **Perseguição e morte de Lamarca**. *CooJORNAL*, ago. 1979, p.16.

728 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, pp. 243-244.

729 CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Depoimento ao Departamento da Polícia Federal-Delegacia Regional da Bahia. Salvador, 30 set. 1971.

730 CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Entrevista concedida para esta pesquisa. Santa Terezinha, 4 mai. 2023.

> desejada, o depoente deu conhecimento do cumprimento da missão ao senhor delegado regional. Que o delegado determinou o depoente aguarda -se a chegada de reforços para fins de capturar os terroristas procurados.[731]

Revelou também o agente Emanuel Cerqueira Campos que nas suas investigações, em Brotas de Macaúbas, foi possível obter informações de que Olderico Campos Barreto fazia parte de uma família residente em Brotas de Macaúbas, num povoado de Buriti Cristalino.

> Onde a casa residencial, servia de aparelho rural, para as atividades terroristas comandadas pelo seu irmão José Campos Barreto, de codinome "Jesse" e Luiz Antônio Santa Bárbara, de codinomes "Merenda", "Ceará", "Bolão" e "Roberto". Que por intermédio de "Rocha", o depoente soube da presença de Carlos Lamarca, nas imediações desse aparelho rural."[732]

Emanuel Cerqueira Campos voltou a ser ouvido sobre sua participação na Operação Pajussara, desta vez na Auditoria da 6ª Região Militar, em Salvador, no dia 21 de fevereiro de 1972. Emanuel contou mais detalhes sobre suas investigações e o desfecho da Operação Pajussara, em Brotas de Macaúbas e em Buriti Cristalino.

> Que após vários dias conseguiu chegar a localidade de Buriti, onde os pais de "Jesse", que posteriormente o depoente veio a saber chamasse José Campos Barreto, ali residiam, que após três dias de haver chegado a localidade referida, o depoente viu o cidadão de nome Antônio Santa Bárbara, a quem o depoente já conhecia. Que seguindo o referido cidadão para o lado leste da localidade onde se encontrava o depoente, vislumbrou uma barraca de campanha armada, então, o depoente iniciou um levantamento, com as pessoas que pelo local passavam, que, davam informações ao depoente, que na referida barraca se abrigava o caçador de onças. Que no segundo dia de observação o depoente conseguiu ver o cidadão de codinome "Jesse". Que com a constatação verificada, o depoente retornou e comunicou o fato, [*através do sistema de rádio*] ao coronel Luiz Arthur de Carvalho delegado Regional da Polícia Federal.[733]

O agente federal Emanuel Cerqueira Campos informou, em audiência na Auditoria da 6ª Região Militar, que soube por meio do pai de Olderico Campos Barreto que o filho levava comida de casa para um desconhecido escondido na caatinga, e que "Rocha", ao ser preso, disse que Lamarca estava na casa dos pais de "Jesse", com apoio dos irmãos e de Santa Bárbara.[734]

Francelino Gualberto da Silva, que era prefeito de Oliveira dos Brejinhos em 1971, relatou como foram as articulações para a montagem da Operação Pajussara no município, na caçada aos militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Segundo ele:

---

731 CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Depoimento ao Departamento da Polícia Federal-Delegacia Regional da Bahia. Salvador, 30 set. 1971.
732 Idem.
733 CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Depoimento à Auditoria da 6ª Região Militar. Salvador, 21 fev. 1972.
734 Idem.

> Quarta-feira, 17 de agosto, o delegado regional de Bom Jesus da Lapa esteve em minha casa, e eu o convidei para comigo ir até a cidade de Boquira. Já sabia que haviam federais à procura de comunistas; eu não gosto de comunistas; são metidos, conhecedores de tudo e tão besta quanto qualquer um."[735]

Francelino Gualberto contou que foram direto para onde estava instalado um comando militar em Boquira. Lá, mencionou ter visto dois homens na localidade de Beira Rio, na barraca de *Calça Frouxas*. Acreditava que fossem os homens procurados como comunistas. Foi questionado se conhecia Zequinha Barreto e se ele sabia o que era segurança nacional, para depois querer saber se conhecia Lamarca.[736]

Os militares pegaram um álbum de fotografias e colocaram em cima da mesa, para que o prefeito pudesse reconhecer nas fotos, se entre elas estavam os dois homens que disse ter visto e que teria ouvido um deles chamando o outro de "Dino".

> [...] eu comecei a folhear com o olhar atento. Peguei o calhamaço de fotografias no colo e passei-o com muita atenção, porém com o receio de não o conhecê-lo através das fotos. Chegado num certo ponto, parei e fiquei a reparar. Um clima de suspense calou o ambiente em atenção e eu disse: Esse é o *Dino*... o que está de bigode.[737]

Contou Francelino que um dos militares olhou atentamente a fotografia e anotou com bastante particularidade, enquanto ele continuava a folhear o álbum de fotografias. No entanto, ao identificar Lamarca no álbum, a situação mudou. A desconfiança sobre ele acabou e o tratamento também.

> Quando por uma impaciência lampejante resolveu tirá -lo de mim, ao expressar com o olhar fixo no outro: "Isso já é alguma coisa seu Francelino". Deixou o álbum em cima da escrivaninha e eu continuei folheando. Ao chegar na foto do Lamarca, uma espécie de perplexidade estampou meu rosto e com muita euforia eu repetia: - O outro é esse, não tenho dúvidas. Nessa hora o major levantou os braços e o interrogatório foi intensificando. Quiseram saber como eu havia conhecido aqueles homens. Porquanto, tive que lhes explicarem por mais outras vezes ou mais, sobre a visita ao "Calça Frouxas". Foi quando o cansaço baixou sobre meu espinhaço e indaguei: 'O senhor está desconfiado de mim? Antes de tudo sou um nacionalista convicto, não gosto de comunista e estou aqui para colaborar com vocês e o Exército Nacional, não vejo o porquê desconfiarem de mim.'[738]

Foi nesse encontro na cidade de Boquira, que o prefeito Francelino Gualberto da Silva ofereceu a cidade de Oliveira dos Brejinhos para sediar o comando da Operação Pajussara na região.

> Dessa hora por diante ele maneirou um pouco e começamos a nos entender. Os convidei a mudarem para Brejinhos: - mudaram os ares de desconfiança

---

735 SILVA, Francelino Gualberto da. In: CRUZ, Carlon. **Lamarca no Sertão do São Francisco**. Gráfica de Brejinhos; Oliveira dos Brejinhos/BA. 2011, p.16.

736 Ibid., p.17.

737 Id., pp.17-18.

738 Idem., p.18.

> para confiança e o contentamento tomou conta da sala. A mim ofereceram café, tomei. Em seguida combinamos para aguardá -los na segunda-feira dia 22 de agosto em minha casa. A mim fizeram mil recomendações em respeito ao sigilo, em seguida me dispensaram.[739]

No dia 22 de agosto de 1971, um comando militar chegou a Oliveira dos Brejinhos para o encontro com o prefeito. Ao chegar a Brejinhos, mal falaram com ele e logo perguntaram se conhecia Zé Barreto, ao que respondeu afirmativamente. Depois, os militares foram ver a pista de pouso de aviões e alegaram que era pequena. O prefeito se comprometeu em ampliar em 24 horas.

> Para mim era uma questão de honra ajudar ao Exército nessa empreitada. Pois passaria a ser conhecido por todo mundo e a verba para a prefeitura de Brejinhos poderia aumentar conforme meu desempenho na caçada aos terroristas:
> - Quantos metros mais? Perguntaram.
> - De quantos vocês precisam? Indaguei.
> - Cem metros a mais!
> - Vou crescer mais duzentos metros nas próximas 24 horas! Afirmei.
> Queixaram que não havia hotel para tantos oficiais. Em pouco tempo arranjei várias casas, mais duzentos colchões e camas de campanha. No dia seguinte chegaram, antes de meio dia, com mais ou menos duzentos homens, bem como o tenente havia dito: - fortemente armados querendo tudo nas mãos.[740]

Em seu relato, o prefeito Gualberto contou que um major do Exército, cujo nome ele não lembrava na época [*era Nilton Cerqueira*], lhe pediu que enviasse alguém a Buriti Cristalino para chamar Zé Barreto. O objetivo era ter uma conversa confidencial com o velho, na fazenda *Olhos D'Água*, que pertencia ao próprio prefeito. Gualberto informou ainda que Zé Barreto atendeu ao pedido e foi até a fazenda, mas que acabou ocorrendo um desencontro entre eles.

> Ao pensar que se tratava de negócios envolventes ao cristal ele atendeu ao meu pedido e veio até a minha casa da fazenda Olhos D'água. Como não me encontrou resolveu voltar em cima do rastro porque tinha muitos outros afazeres em casa. Os que estavam em casa não souberam como envolvê-lo até a minha chegada e deixaram o homem ir embora. Mas, dentro de alguns minutos cheguei com os policiais. Os empregados ainda tentaram ir atrás para convencê-lo em voltar, mas ele havia mudado de rota e seguido pela estrada do Pé de Serra, cortando volta pelo Jenipapo. A desgraça já estava feita.[741]

Francelino Gualberto assumiu que tomou parte no plano de enganar o velho Zé Barreto e convencê-lo a entregar seu filho Zequinha Barreto aos militares, juntamente com o seu companheiro Carlos Lamarca.

> Eu que havia chamado para convencê-lo em entregar seu filho Zequinha e seu companheiro Lamarca para que não houvesse mortes, fiquei sem ação diante de todos aqueles homens armados. Não havia mais nada que eu

739 Id., p.18.
740 Idem, p.19.
741 Idem., p.20.

> pudesse fazer por eles. Pois o comando militar havia desconfiado do velho, que poderia muito bem ter notado algo de estranho por isso voltado tão rapidamente para alertar aos terroristas. Diante de uma situação tão desconcertante tive de agir muito rapidamente, antes que os comunistas fugissem. Enquanto, eu pensava em alguma coisa, eles abriram uma mapa em cima da mesa para demarcar os quatro pontos de ataques. Ninguém pedia , só davam ordens.[742]

O cerco ao entorno de Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas, começou a ser montado. Os militares queriam surpreender Carlos Lamarca e Zequinha Barreto. Os militares e os agentes federais dispunham de mapas, cartas cartográficas obtidas junto ao IBGE[743], além de bússolas para melhor facilitar a localização dos militantes do MR-8 da área de campo do Buriti. Francelino Gualberto disse ter recebido dos militares a demanda de providenciar quatro guias[744] para facilitar a subida da fazenda *Olhos D'água* ao povoado de Buriti Cristalino, ao que ele obedeceu prontamente.[745]

A melhor alternativa para realizar o trajeto entre a fazenda e o povoado, para os militares e os agentes da repressão, seria contar com ajuda de animais, transportando munições e as armas pesadas: fuzis e metralhadoras, contando com os trabalhos e orientações dos guias. E foi assim que eles executaram o plano do cerco contra os militantes do MR-8, naquela noite do dia 27 de agosto de 1971, para a chegada em Buriti Cristalino na manhã do dia 28. O prefeito Gualberto contou como tudo ocorreu:

> Ordenei aos empregados fazerem 40 sacolões com esteiras de palhas que dispunha no depósito, para ensacar cristal, e que fossem distribuídas entre as quatros equipes. Cada equipe com seis sacolões. As armas teriam que chegar ao Cristalino camuflado bem antes do ataque, de formas não despertar curiosidades. Pois as armas dentro das sacolas até o local do ataque não poderiam levantar suspeita e os homens que iriam a cavalos não poderia carregar muito peso, para poupar disposição para o momento do ataque a Cristalino. Cá fiquei com o pensamento do banho de sangue que tomaria Cristalino, mas fiquei quieto para não dar bandeira. Como o combinado seguiram em lombos de burros até as imediações de Cristalino, uma vez que as estradas de acesso não davam condições aos soldados para andar de carro , sobre terrenos tão acidentados e muita água pelo caminho. Organizei o aparato desta maneira , por entender que os federais não tivessem traquejo para andarem montados, subindo e descendo serras. Quarenta e tantos homens por terra foram designados para o ataque. Outra equipe bem menor cobriria a ação através de helicópteros e se necessário fosse atender ao pedido do rádio. Quatro frentes já estavam prontas para apenas três estradas de acesso a Cristalino. Avançaram durante a noite para que antes do clarão do dia estivessem todos postos para o ataque. Nada poderia sair errado.[746]

---

742 Idem., pp.20-21.

743 IBGE- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica - IBGE é o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil.

744 Guias de trilhas são profissionais que auxiliam pessoas em caminhadas por matas, caatingas e florestas, oferecendo segurança, conhecimento e uma experiência de percurso.

745 SILVA**,** Francelino Gualberto da. In: CRUZ, Carlon. **Lamarca no Sertão do São Francisco**, Op.Cit., p.21.

746 Ibid., pp.21-22.

Em Brotas de Macaúbas os agentes da repressão usaram a pensão de Dona Agda Ferro, situada na rua Padre Carrilho, como o centro de operações para o cerco a Buriti Cristalino, quando ali chegaram na tarde de 27 de agosto de 1971. Maria da Glória Rodrigues Gervásio,[747] filha de Thomé Gervásio, que era oficial do Cartório Civil, contou tudo que viu e ouviu naquela tarde.

> Eu saí na sacada da prefeitura eu vi que na porta da pensão de D.Agda, tinham várias veículos *Veraneio* brancas. Chamei meu pai e disse: 'pai olha o tanto de carro (e carro era novidade naquela época) que estão ali. Ele fechou as portas da prefeitura, trancou e pegou nas mãos da gente [*eu e minhas irmãs Lícia e Terezinha*] e veio muito rápido. Passou na padaria de seo Samuel, e comprou pão, biscoitos, um litro de querosene e trouxe a gente aqui para casa. Fechou as portas de casa e ascendeu o candeeiro.[748]

Segundo contou Maria da Glória Rodrigues Gervásio, que na época tinha 15 anos, não demorou muito para que alguns homens fossem até a casa de seu pai, que era conhecido como "Tomezinho". "Bateram na porta chamando pelo nome dele: 'seo Tomé" e ele abriu a porta, meu pai respondeu: 'Boa noite, pois não'. Perguntaram a ele: 'o senhor tem uns 20 animais arriados para levar a gente no Buriti?" e aí meu pai disse: 'não. Eu só tenho uma burra'. E a pessoa falou: "Não, não serve". E a seguir perguntou: "onde é a casa de Antônio Mateiro?" Meu pai mostrou e eles foram".[749]

Depois que o homens saíram da frente de sua casa, Thomé Gervásio foi a casa de seu vizinho Sebastião Fernando Farias, "Tico", pedir que fosse rápido ao Buriti Cristalino alertar a Zé Barreto e seus filhos o que estava acontecendo em Brotas, contou Maria da Glória. "Ele foi pedir ao menino aqui Tico, para ir avisar o pessoal lá no Buriti. Avisar a Zé Barreto". Ele desconfiou que essa ação era alguma coisa para os filhos de Zé Barreto? Só que não deu tempo pra Tico ir na frente avisar. Mas, o comando chegou primeiro. Eles conseguiram os animais com Antônio Mateiro. Foi o comando que chegou primeiro".[750]

Segundo o relato de Maria da Glória, "Tico" não chegou a preparar o animal. "Não dava mais tempo. Tinha que ir na roça pegar o animal e colocar sela. Já era de noite, não dava tempo".[751]

---

747 GERVÁSIO, Maria da Glória Rodrigues, concedeu entrevista para pesquisa em 17 de set. 2019, em Brotas de Macaúbas.
748 Ibid.
749 Id.
750 Idem.
751 Idem.

Sebastião Fernando Farias,[752] "Tico", que trabalhava numa padaria, no centro de cidade, contou ter ouvido uma conversa entre alguns homens, que estavam à procura dos filhos de Zé Barreto

> Eu falei para Tomé que os homens estavam procurando o filho de Zé Barreto, o Zequinha. Não me perguntaram não, mais eu ouvi eles falando. Eu ia passando, estava saindo da padaria de Astrogildo, eu trabalhava com ele lá. Eu era padeiro. As conversas eram lá no jardim, lá na rua, perto da padaria. Aí eu vim embora para casa. Eu já querendo ir para lá, para avisar a eles [*se refere aos filhos de Zé Barreto*]. Mas não deu certo, eu estava com receio.[753]

Questionei a Sebastião Fernando Farias qual teria sido a recomendação de Thomé Gervásio para ele, naquele final de tarde de 27 de agosto de 1971. E "Tico contou que: "Era para eu ir avisar os meninos de Zé Barreto que estava cheio de polícia aqui indo para lá buscar eles. Eu o pensei de ir mais depois estava muito tarde eu não fui. Eu ia montar num burrinho que tinha. E estava no fundo da minha casa. Eu fiquei com medo de encontrar com esses homens. Eu vi, eles estavam aqui todos a paisano. Tudo com uns chapéus, com penas na cabeça."[754]

O cerco e o que aconteceu lá em Buriti Cristalino, na manhã do dia 28 de agosto, Sebastião Fernando Farias contou que somente ficou sabendo no dia seguinte. "Tico" também informou quem mais acompanhou os agentes da repressão até o povoado.

> Fiquei sabendo através de Antônio de Mateiro. Foi ele quem foi levar os homens. Os burros eram dele. Eu acho que ele foi obrigado a levar. Pegaram os burros dele tudinho. Tinha uns três burros e levaram. Foi o Antônio Monteiro e o policial militar daqui chamado Reuel e, os outros policiais que usavam chapéus também foram.[755]

Pedro Donato Ferreira era um comerciante em Brotas de Macaúbas, e mantinha no Buriti Cristalino o comércio de tecidos, em uma loja improvisada na parte lateral da casa de Zé Barreto. A loja já existia há oito anos, somente era aberta aos sábados, no dia da feira-livre do povoado. Na chegada das tropas militares e dos agentes da repressão em Brotas de Macaúbas, na sexta-feira dia 27 de agosto, alguns militares que estavam fardados foram até a residência de Pedro Donato Ferreira, na rua coronel José Campos, no centro da cidade. Zélia Donato revelou que na frente da sua residência "juntou um montão de policiais". E que maioria estava fardada de verde. Segundo Zélia Donato seu marido não foi acusado de nenhum envolvimento com Zequinha Barreto e com

---

[752] FARIAS**,** Sebastião Fernando, concedeu entrevista para pesquisa em 17 de set. 2019, em Brotas de Macaúbas.
[753] Ibid.
[754] Id.
[755] Idem.

Lamarca. Ela considera que houve alguma denúncia de informante aos militares.[756] Ela contou como tudo aconteceu:

> Eles chegaram e falaram com ele assim: 'olha gente já vem sabendo que você tem uma loja no Buriti e que você vai a cavalo. E a gente quer que o senhor vá nos levar lá'. Aí eu passei na frente e disse ele nã o vai. Não vai de jeito nenhum. Porque quando eu vi aquele tanto de soldados. E eu disse não vai. Não vai de maneira nenhuma. Eles me apoiaram e disseram: 'já que a senhora não deixa seu marido ir, pelo menos animais ele arruma para gente'. Nessa época não ia carro lá para o Buriti Cristalino. Pedro disse: 'eu tenho os animais, agora eu não vou pegar animais e entregar para vocês nã o.[757]

O major Nilton Cerqueira, comandante da Operação Pajussara, relatou os acontecimentos relacionados ao cerco ao capitão Carlos Lamarca e seus companheiros em Buriti Cristalino, em 28 de agosto de 1971. Cerqueira assumiu que ocorrera um desvio da ação policial, que, ao invés de procurar por Lamarca, foram direto para a casa de Zé Barreto. "O grupo aproximou-se da casa. Os moradores, seu pai e seu irmãos, sua irmã, procuraram resistir. Travou-se um tiroteio que resultou na morte de Luiz Antonio Santa Bárbara, também chamado de "Merenda", de Otoniel Campos Barreto, irmão de Zequinha, e ferimentos graves e prisão de Olderico Campos Barreto, também irmão dele".[758]

Contou Nilton Cerqueira que, naquele momento, estava no comando de 30 homens na ação de caça a Lamarca e seus companheiros do MR-8. Por consequência do confronto ocorrido, com troca de tiros, Lamarca foi alertado da situação.

> Com o tiroteio, o Lamarca que estava nas proximidades, evadiu -se. Abandonou sua barraca, seus pertences, carregou com ele suas armas, os explosivos. Capturamos o material abandonado por Lamarca. Alguns livros. Enfim, tínhamos certeza de que íamos pelo caminho certo. Éramos cerca de 30 homens, manhã de sol limpo, porque nessa época a caatinga estava seca.[759]

O delegado Sérgio Fleury, que chefiava os policiais do DOPS de São Paulo, chegou ao local montado numa mula gaza, do prefeito de Brotas de Macaúbas[760]. Começou a bater no velho Zé Barreto, sempre perguntado por "Cirilo", nome com que Lamarca havia assinado as cartas enviadas para Iara.[761]

---

756 DONATO, Zélia Barreto. Entrevista concedida em 18 de set de 2018, em Brotas de Macaúbas.
757 Ibid.
758 BAFFA, Ayrton. A sombra da baraúna termina caçada. ***Estadão.*** São Paulo, 18 set. 1981, p.9.
759 Idem.
760 Walter Bastos Matos era o prefeito do município.
761 MARCONI, Paolo. Perseguição e morte de Lamarca. ***CooJORNAL***, ago. 1979, p.16.

Uma das primeiras pessoas em Buriti Cristalino, a ver a chegada dos agentes da repressão, foi Maria das Virgens Maciel Barbosa, irmã de Geraldo Maciel Barbosa. Ele relembrou como foi a chegada dos homens:

> "Minha irmã Maria das Virgens Maciel Barbosa, na época tinha 14 anos. Foi aluna do "professor Roberto". Por volta das cinco horas da manhã, saiu para varrer a frente da nossa casa. Isto era costume em dia de feira. Ela viu um grupo de homens, vestidos normalmente com armas na mão. Disse que eram cerca de 40, eram altos e fortes. Ela contou para meu pai e minha mãe. Que os homens estavam com sacolas nas costas. Eu acordei e sai para frente da minha casa e vi aquela gente toda, na frente da casa do seo José Barreto e depois os tiros."[762]

Olival Campos Barreto, "Divar", o filho caçula de Zé Barreto, relatou como a casa de seu pai foi cercada na manhã do dia 28 de agosto de 1971, durante a Operação Pajussara. Este pesquisador levou Olival para o interior da casa, e no primeiro quarto, pediu que contasse como foi que tudo aconteceu.

> Eu sei que na sexta-feira, na noite do dia 27 de agosto, eu dormi só. Eu dormi sozinho, porque ele [*se refere ao "professor Roberto*"] tinha saído. Eu nem sei se ele voltava nesse dia. Ele tinha saído pro lado dos matos, do acampamento. A gente não tinha certeza absoluta onde ele estava. Por volta de meia noite, mais ou menos, eu vi ele chegando. Chegou e deitou. Quando o dia amanheceu, por volta das cinco e meia da manhã, nós acordamos aqui, com José Tadeu, um primo meu, que morava numa casa, aqui em frente, bateu na porta: 'Roberto, Roberto, a rua está cheia de polícia". Eles estão procurando Zequinha'. Roberto levantou e eu também. Tinha uma mesinha aqui, tinha um revólver em cima. Roberto de cueca, meio assustado, pegou este revólver e nem vestiu as roupas. Saiu em direção lá pros fundos. No momento em que Roberto saiu eu coloquei a cabeça do lado de fora e olhei lá pros fundos. Tava um tiroteio muito louco. Que eu só via fumaça. Meu primo José Tadeu que era mais velho do que eu, três anos. Eu tinha 11 e ele tinha 14, entrou embaixo da cama, que estava nesta mesma posição. Eu entrei também".[763]

Maria Dolores Campos Barreto, filha de José Araújo Barreto, também contou em detalhes como foi o cerco à casa de seu pai. Ela foi procurada por militares e agentes da repressão durante vários dias, no entorno do Buriti Cristalino, acusada de ser a amante do capitão Carlos Lamarca.

> A vida transcorria normalmente até o dia 28 de agosto de 1971 e como de costume levantei por volta das 6:30hs da manhã e fui ao riacho pegar água, fiquei chocada ao perceber que a região estava cercada por soldados do Exército. Nesse momento tive a nítida sensação de que a minha família corria perigo: saí correndo na intenção de avisar em casa o que eu tinha visto, porém de longe já avistei os arredores da casa completamente cercados. Não

---

762 BARBOSA, Geraldo Maciel. Entrevista concedida para a pesquisa em 16 de set de 2018, em Brotas de Macaúbas.

763 BARRETO, Olival Campos. Entrevista concedida para esta pesquisa. Buriti Cristalino, 18 set. 2009.

> consigo explicar o fato de ter passado no meio deles e chegar até a casa da vizinha mais próxima sem ser notada.[764]

Ainda angustiada com as mortes de seus irmãos Otoniel Campos Barreto, Zequinha Barreto, do "professor Roberto", dos tiros sofridos por Olderico Campos Barreto e das torturas que sofreu o seu pai, o velho Zé Barreto, Dolores relembrou os fatos:

> Mais ou menos vinte minutos depois começou o tiroteio e em alguns minutos depois fiquei sabendo que o meu irmão Olderico estava ferido e o meu outro irmão Otoniel, apelidado carinhosamente por todos nós de *Tone*, com apenas dezenove anos, tinha sido violentamente metralhado, ao correr na tentativa de avisar ao Zequinha e ao Lamarca o que estava acontecendo. Vivi momentos terríveis de angústia, de dor, de desespero, pensava ir pra casa, para ver como estava todo mundo e principalmente o meu pai que já tinha uma certa idade. Conheci o inferno naquele momento.[765]

Lúcio Valle Barroso[766], codinome "Doutor Celso", capitão aviador da Aeronáutica em 1971, relatou para a Comissão Nacional da Verdade-CNV que seu primeiro contato com o major do Exército, Nilton Cerqueira, para integrar a Operação Pajussara, ocorreu na capital da Bahia. O major Cerqueira fez uma conferência para os que iriam participar da ação, explicou tudo e dividiu a tropa. Neste encontro, foram distribuídas fotografias dos militantes do MR-8, além de informações cartográficas sobre Brotas de Macaúbas e Buriti Cristalino.

De acordo com Lúcio Valle Barroso, sua tropa era integrada somente por militares da Aeronáutica do Rio de Janeiro.

> Era uma cidade, Brotas de Macaúbas, que tinha um campo de pouso que os caras me deixaram lá, com uns 20 soldados, um monte de cabo, soldado, sargento. E nós fomos incorporados e o comando era do Cerqueira [*se refere ao major do Exército Nilton Cerqueira*]. Nós fomos até a mata. A gente já tinha alguma informação. Então, a gente já sabia o que a gente procurava. Nós começamos a fechar, fechar, fechar. Todo mundo à paisana, né? E aí, ele [*Lamarca*] estava com um cabo [*se referindo a Zequinha Barreto, que foi cabo do Exército*]. Foi a marcha mais difícil que eu já fiz na vida. Foi subir aquele coisa para chegar a povoado onde eles estavam. Tinha uma tropa que vinha de cá e a minha vinha...[...] Subiu aquela pirambeira que era feio, uma marcha difícil. Marchamos a noite toda, sem guia. Um medo de cobra, tinha cobra para cacete lá, uma hora eu tropecei e quase cai em um buraco cheio de cobra, os caras se mandaram.[767]

---

764 BARRETO, Maria Dolores Campos. Entrevista concedida para esta pesquisa. São Paulo, 21 abr. 2013.

765 Idem.

766 BARROSO, Lúcio Valle. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade-CNV. Rio de Janeiro, 9 jun. 2014. Disponível em:https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo11/Cap.%2011%20-%20Nota%2049%20-%2000092.001281_2014-40%20-%20Lucio%20Valle%20Barroso%20-%2009.06.2014%20-%20rp.pdf. Acesso em 20 fev. 2023. p.1.

767 Idem., p.27.

Lúcio Valle Barroso relatou que, logo após o cerco à casa de Zé Barreto, houve um tiroteio pela frente da residência contra ele e seus comandados. Essa versão diverge da apresentada por Olderico Barreto, que afirmou que o confronto se deu pelos fundos do imóvel, tendo ele como alvo. Barroso acrescentou que os disparos partiram do interior da casa em direção à sua equipe.

> Os caras pressentiram a chegada, então houve o tiroteio e tinha uma porta aqui para trás e tinha uma janela aqui. Eu fui para essa janela aqui. Eu ia para essa porta, [*descreve como se movimentava na ação policial*] mas quando eu ia, o sargento disse: 'Capitão!' Aí eu voltei e ele atirou. Atirou, a casa era de adobe, né? Esse fuzil nosso vara o adobe fácil. Matou o cara do outro lado [**f***oi o tiro que atingiu Luiz Antônio Santa Bárbara, "o professor Roberto"***]**.[768]

Em seu relato a Comissão Nacional da Verdade-CNV, o coronel reformado da Aeronáutica, Lúcio Valle Barroso, esclareceu os detalhes da execução do militante da MR-8 Luiz Antonio Santa Bárbara, desmontando a versão que o "professor Roberto" teria cometido suicídio, que foi apresentada em livros, em filmes/documentários e também em algumas produções acadêmicas.

> Aí eu fui para cá, abri a janelinha e olhei. Olhei e vi o outro cara lá... Esse eu sei o nome: Santa Bárbara. Esse não era o Lamarca e nem o Zequinha. Aí esse cara levou um tiro na cabeça. Quando eu arrombei a porta, tirei a granada para jogar, eu vi o cara levar o tiro.[769]

Questionado por André Saboia Martins, integrante da Comissão Nacional da Verdade-CNV, quem teria disparado o tiro que matou Santa Bárbara durante o tiroteio, Lúcio Valle Barroso respondeu não saber.[770] Afirmou ter arrombado a porta e visto que o homem havia sido baleado, e ainda notou uma cama no local, debaixo da qual havia crianças escondidas. Comentou que, se tivesse lançado a granada, poderia tê-las matado, mas, felizmente, isso não aconteceu.[771]

Segundo a versão do agente da Polícia Federal Emanuel Cerqueira Campos, ouvido no dia 30 de setembro de 1971, no Departamento da Polícia Federal, Delegacia Regional da Bahia, em Salvador, a perseguição foi iniciada com a chegada dos reforços:

> Que dessa perseguição resultou terem eles reagido à bala, dos quais vieram a morrer durante o tiroteio travado. Que os mortos durante a refrega são: Luiz Antonio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto. Que a equipe empenhada na repressão, depois das mortes dos terroristas citados, prendeu o subversivo Olderico.[772]

---

768 Idem., p.27.
769 Idem., p.27.
770 Idem., p.27.
771 Idem., p.27.
772 CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Depoimento ao Inspetor da Polícia Federal Ary Guimarães de Almeida, na Delegacia da Polícia Federal. Salvador, 30 set.1971.

Este depoimento do agente da Polícia Federal Emanuel Cerqueira Campos derruba a versão do suicídio de Luiz Antonio Santa Bárbara, sustentada durante alguns anos e que levou alguns pesquisadores e escritores ao erro em relação a morte do militante do MR-8.

Olival Barreto relembrou o que aconteceu na casa de seu pai, nos momentos anteriores à morte de Luiz Antônio Santa Bárbara. Disse que saiu debaixo da cama e foi ver o que acontecia lá fora, olhando pela janela do quarto da casa.

> [...] olhei pela fresta da janela, a rua estava cheia de polícia, e no barracão as armas apontadas para cá. Eles transitando e a gente ficou sem saber para onde ir. Voltei para debaixo da cama. Daí a pouco o Roberto voltou. O tiroteio deu uma paradinha. Ele voltou e ficou aqui em pé, atrás desta porta, que estava semiaberta [*refere-se à porta do quarto onde estava embaixo da cama, junto com primo José Tadeu*] a gente embaixo da cama. Tadeu mais para fundo e eu na frente. Um lado da porta aberta e outra fechada. Roberto olhava por aqui, para ver se vinha alguém, com um revólver na mão, nesta posição [*detalha que Roberto estava, por trás da banda porta, com a arma em punho*].[773]

Olival conta que o silêncio foi quebrado com os passos de alguém, pelo corredor da casa, em direção ao quarto, onde estavam: ele, professor Roberto e José Tadeu.

> Eu vi Roberto com a arma na mão assim [*mostra como Roberto empunhava o revólver em posição de ataque].* Aí eu ouvi o barulho em direção a gente [*descreve como sendo o caminhar de uma pessoa, em passos cadenciados*]. Aí eu vi a bota do policial. Eu via da cintura para baixo. Aí ele chutou esta porta. Deu aquele chutão né: pá [*descreve o barulho da pancada do chute que o policial deu contra a porta do quarto*] que esta porta aqui abriu [*a que estava fechada, a banda do lado esquerdo da porta, para quem está por fora do quarto*]. No que a porta abriu eu vi a boca da metralhadora apontada para mim. Cumprida né [*faz referência ao tamanho da arma*]. Aquilo foi uma rapidez tão grande e foi a hora que saiu o tiro entendeu.[774]

Questionado de onde saiu o tiro, Olival respondeu que o disparo não partiu da metralhadora que estava apontada para ele, mas provavelmente de uma arma curta. Disse não saber se o tiro veio do policial que segurava a arma ou da arma de Roberto, já que, pela posição em que se encontrava, só conseguia ver ambos da cintura para baixo.[775]

Prossegue o relato de "Divar":

> Depois daquele tiro, daquela explosão. O Roberto caiu aqui [*mostra que o corpo do militante do MR-8 havia caído com a cabeça voltada para a janela e com os pés para a parede do fundo do quarto, bem próximo da cama*] e eu embaixo da cama. Aí começou a escorrer o sangue e sujou minha roupa, aí o policial me viu que eu era uma criança e falou: 'sai daí garoto' aí eu saí e o José Tadeu saiu também. O policial perguntou para mim: 'como é o nome dele?' [*em referência a Santa Bárbara*] e eu falei: 'Roberto'. Aí chegou um

---

773 BARRETO, Olival Campos. Entrevista concedida para esta pesquisa. Buriti Cristalino, 18 set. 2009.
774 Ibid.
775 Id.

> outro policial em seguida e foi dizendo: 'é o Santa Bárbara'. Aí eles tiraram o relógio de Santa Bárbara e os pertences dele e já foram guardando no bolso, o revólver. O revólver que estava caído no chão no lado dele [*referindo-se a arma usada por Santa Bárbara*] em seguida chegou meu pai.[776]

O velho José Barreto contou ao jornalista Ricardo Kotscho como foi o cerco a sua casa em Buriti Cristalino, naquela manhã de sábado, e o que sofreu de torturas na caçada a Carlos Lamarca e ao seu filho Zequinha Barreto.

> Vi aqueles homens rodeando minha casa seis horas da manhã, um dia de sábado, bem na hora em que Maria Dolores tinha saído. Era um ataque do Esquadrão da Morte, chefiado pelo delegado Sérgio Fleury. Atacaram minha casa. Balearam o Olderico, outro filho, e Otoniel tentou fugir, foi metralhado. Me chutaram, me bateram, me penduraram ao pau-de-arara para eu contar onde estava o Lamarca e eu não sabia quem era Lamarca. Durante uma semana, todo dia fui obrigado a ir junto com o doutor Fleury para encontrar Zequinha mais esse Lamarca. O Dr. Barreto, ia montado no melhor burro da cidade, que era do Dr. Walter, o prefeito, e eu tinha que seguir num jegue atrás dele, o policiamento atrás de mim. Já tinha um filho morto, outro baleado [...]. Eu me vi na condição de procurar gente de minha família para morrer. Fazer isto comigo que sempre fui um homem religioso e não me metia em briga de ninguém. Mas o que se pode fazer contra uma ação do Exército e do Esquadrão da Morte? A gente procurar acomodar não tem outro jeito.[777]

Tomaram parte no cerco ao povoado de Buriti Cristalino os militares da Polícia Militar da Bahia, Antônio Ferreira de Souza, "Antônio Soldado", juntamente com o soldado Reuel Pereira da Silva. Os dois foram convocados pelo major do Exército Nilton Cerqueira. Em 25 de outubro de 1971, Reuel Pereira da Silva, "Reuel", foi ouvido no Departamento da Polícia Federal, na Delegacia Regional, em Salvador. E pela primeira vez contou a sua versão sobre o cerco aos militantes do MR-8, na casa de Zé Barreto.

> Por conhecer a região o declarante serviu de guia aos referidos elementos até a Fazenda Buriti. Que em Buriti o declarante e os elementos que o seguiam cercaram a casa da residência de José Campos Barreto, onde estava os elementos procurados, dentre os elementos que lá se encontravam reconheceu Otoniel Campos Barreto e seu irmão Odorico Campos Barreto. Que ambos receberam a turma da repressão à bala, usando revólveres de calibre 38 e 32. Otoniel empunhava um calibre trinta e dois e Olderico atirava com um revólver calibre trinta oito. Que Olderico alvejava os encarregados da repressão, mas não alvejou o declarante.[778]

Revelou também Reuel Pereira da Silva que Otoniel Campos Barreto tentou alvejá-lo, sem sucesso, iniciando tiroteio que matou dois terroristas. Afirmou

---

[776] Idem.

[777] BARRETO, José. Sertão baiano lembra morte de Lamarca 20 anos depois. [Entrevista concedida a] Ricardo Kotscho. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 set.1991, p.16.

[778] SILVA, Reuel Pereira da. Depoimento ao Departamento da Polícia Federal, na Delegacia Regional. Salvador, 25 out.1971.

desconhecer Santa Bárbara, mas sabia que Olderico viajava com frequência a São Paulo, ignorando o motivo.[779]

Ouvido novamente em 23 de março de 1972, na Auditoria da 6ª Região Militar, Reuel Pereira da Silva[780] informou que

> [...] no fim do mês de agosto de 1971, foi procurado em sua residência, por elementos da repressão ao terrorismo, que se instalaram em Brotas e adjacências. [...] tendo levado alguns daqueles elementos, até a Fazenda Buriti, onde se dizia estavam escondidos alguns terroristas. [...] por conhecer a região o declarante serviu de guia aos referidos elementos até a Fazenda Buriti.[781]

Reuel Pereira da Silva, disse que se deslocaram até uma casa de farinha, nos fundos da casa de Zé Barreto, que foi cercada. Após a confirmação, por um morador, que ali morava a família Barreto, os agentes da repressão e militares fecharam o cerco.

> Então, o pessoal dos Órgão de Segurança determinou que os moradores da referida casa saíssem da mesma com as mãos na cabeça, o que não foi obedecido pelos ocupantes. Que saíram com armas em empunho, atirando contra a equipe repressiva, que era contra o terrorismo na região.[782]

Olival Barreto contou que naquela situação, seu pai chegou ao quarto onde estava o corpo do "professor Roberto", ficando espantado com o que viu. Foi acusado por agentes da repressão de dar cobertura para terrorista, sendo ali espancado com tapas no rosto.

> Chegou meu pai. Apavorado, olhou o "Roberto" morto, pegou assim passou a mão nele para ver se ele estava vivo. Foi a hora que o policial pegou e bateu na cara do meu pai. Foi o momento de maior terror que eu senti foi ali. Ele deu uma pancada na cara do meu pai, com a mão aberta com a bainha de uma faca e falou: 'oh velho seu filho da puta. Você tá dando cobertura para terrorista'. A pancada foi grande e meu pai caiu aqui no chão [*aponta o local onde o velho José Barreto caiu após a agressão*]. Aí eles viraram para cima do José Tadeu que já era um rapazinho de uns 14 e 15 anos. Perguntou umas coisas para o José Tadeu, que respondeu de uma forma que eles achavam debochada, isto aqui na varanda [*nos fundos da cas*a]. O outro policial que depois eu identifiquei que era o Fleury, que usava o nome de "doutor Barreto", perguntou umas coisas para o Tadeu, e ele deu uma resposta meio irônica e ele também deu com a mão na cara do Tadeu, que fez ele cair no chão. A partir daí o meu pai ficou muito preocupado comigo e me segurou. Quis se proteger um pouco comigo, disse que era o filho menor dele. Deram uma trégua um pouco. E aí, eles arrumaram uma pessoa para tomar conta de mim, que era a esposa do seu Zé de Virgílio" [*Julind***a**].[783]

---

779 Idem.

780 O soldado Reuel Pereira da Silva foi ouvido no dia 23 de março de 1972, na Auditoria da 6ª Região Militar. Presentes estavam Antônio Brandão Andrade promotor, o acusado Olderico Campos Barreto, o advogado de ofício Luiz Humberto Agle e o Auditor Amílcar Cardoso de Menezes Filho.

781 SILVA, Reuel Pereira da. Depoimento à Auditoria da 6ª Região Militar. 23 mar.1972.

782 Idem.

783 BARRETO, Olival Campos. Entrevista concedida para esta pesquisa. Buriti Cristalino, 18 set. 2009.

Nos bolsos da roupa do "professor Roberto", os agentes da repressão não encontraram nenhum documento que o identificasse e nem mesmo no quarto, onde ele ficava na casa de Zé Barreto. Sua identificação, ocorreu através de fotos, por agentes da repressão e um deles sabia que era Santa Bárbara, o conhecia, mas sua identidade, o comando da Operação Pajussara manteve em sigilo.

Olderico Campos Barreto foi o único militante do MR-8 que estava no Buriti Cristalino em 28 de agosto e sobreviveu à execução da Operação Pajussara. Relembrou em detalhes o cerco à casa de seu pai pelos agentes da repressão e como tudo aconteceu naquela manhã. Emocionado, mas a com a voz firme e gesticulando, apontou os locais onde estava e a posição dos policiais, descrevendo a situação no fundo da residência de Zé Barreto:

> O dia 28 de agosto de 1971 foi a chegada do esquadrão da morte em Buriti Cristalino. A casa da gente foi cercada no amanhecer. Foram chegando e espancaram meu irmão, Otoniel, acharam que Lamarca estava ali. Otoniel ia saindo, na tentativa de guardar sua arma no forro ou na casa de farinha. Íamos nos livrar das armas para evitar complicação. As evidências eram de que o Buriti estava cheio de homens armados. Um primo nosso José Tadeu nos avisou. Otoniel ia guardar sua arma e no abrir do portão [*um portão lateral existente no muro da lateral direita, do fundo da casa de Zé Barreto*] foi interceptado, antes de guardar, por quatro policiais, três com metralhadoras e o outro com um fuzil. O que estava com fuzil foi aplicando uma coronhada em Otoniel. Eu vi eles, dando coronhadas e puxando e Otoniel para fora. Fecharam o portão, que ficava embaixo de uma laranjeira.[784]

Os policiais gritavam e exigiam que Olderico obedecesse a ordem e fosse para onde eles estavam. Mas ele tomou outra decisão. Caminhou e se jogou para dentro da cozinha da casa, situada no lado esquerdo da varanda coberta, do fundo da residência. Olderico relembrou sua atitude naquele momento.

> Eles se posicionaram para me atirar e pediram a minha ida para lá também. Eu estava na frente deles, no centro da sala, ao lado da mesa e tive que obedecê-los. Segui em direção deles. Só que haviam duas portas do meu lado esquerdo, a primeira da cozinha e a segunda de um quarto, e pelo calibre de suas armas, resolvi entrar na primeira [*refere-se à porta da casa*], deixando um espaço de mais de dois metros de parede para poder aguentar o impacto daquelas armas pesadas deles. Entrei na cozinha para tentar e decidir o que fazer."[785]

Olderico considerou que os homens que invadiram a casa de seu pai não eram militares ou policiais da PM. Não estavam fardados, eram barbudos e todos vestiam japonas. Supôs que se tratassem do "esquadrão da morte" de São Paulo.

---

784 BARRETO, Olderico Campos. Entrevista concedida para esta pesquisa. Buriti Cristalino, 20 set. 2009.

785 Idem.

> A casa estava cercada. E olha que havia um barulho de uma gritaria impressionante: 'sai com as mãos na cabeça. Saia, saia, saia. A casa está cercada'. Os gritos eram todos de causar medo. Mas, isto não me tirou do sério. Fiquei imaginando, pensando serenamente o que fazer. Entrego-me para esses assassinos? Primeiro rapaz, isto eu declaro. A "japona" de São Paulo eu já conhecia. O esquadrão da morte eu já conhecia. Como era uma madrugada fria. Todo mundo usava japona. O traje deles era aqueles. Eu já conhecia de São Paulo. Não havia uma farda, nada que identificasse [*queria se referi ao Exército, Marinha ou Aeronáutica*]. Confesso a você, que se eu visse ali uma farda do Exército, Marinha, Aeronáutica ou da Polícia Militar eu confiaria. Porque que eu iria reagir? Tudo bem. Mas, não tinha. Eram as japonas, todos eles vestiam. Barbas grandes de 15 e 20 dias por fazer. Sei lá, eles estavam numa operação. Até eu estava barbudo. Enquanto eles se preparavam para fechar a área eu estava me preparando para sair.[786]

A reação que Olderico tomou foi de reagir, atirando contra os quatro homens, que apontavam suas armas para a porta da cozinha, exigindo sua saída.[787]

> Após o primeiro tiro que disparei, o grupo que estava no portão, saiu, evaporou, mas, em seguida houve uma ofensiva de tiros contra mim. Eu via a fuzilaria sair dos dois cantos da casa [*se refere ao quintal da casa do pai*]. Depois veio uma fuzilaria do meio, eram três frentes de tiros em minha direção. Fiquei ali parado evitando sair, para não virar peneira, protegido pelas paredes. Eu ficava esperando a reação deles. Meu instinto, primeiro era de ver um volume maior de tiros, para acordar meus companheiros. Isto era no amanhecer e eles [*Lamarca e os companheiros do MR-8*] estavam há mais de um quilômetro e meio de distância, isto em linha reta. Eu queria que esse barulho chegasse lá. O volume do som eu ainda achava insuficiente. Aí quando eu fui tentar o segundo tiro contra aqueles caras. Nesse segundo tiro eu já encontrei o chefe da equipe, bem mais próximo de mim, com uma metralhadora na mão. Depois eu identifiquei como sendo o Fleury. Este vinha para exterminar com minha vida. Eu dei um susto nele, que nunca mais entrou na minha casa. Foi este tiro que eu dei, que acabou salvando a minha vida. Eu ia atirar contra os caras no portão, quando ele apareceu com a metralhadora e eu virei para cima dele. O movimento dele, foi uma coisa muito rápida. Se jogou no chão como um felino, se escondendo na parede, que formava no canto da casa. Ele saiu e aí recomeçou a fuzilaria dos três pontos [*fundo*] da casa. Toda a repressão já estava em volta do Buriti [*quis se referir no entorno das casas do povoado*]. Tinha mais de 60 metralhadoras e outras armas pesadas no Buriti.[788]

Relembrou Olderico que estava protegido na cozinha. Dali ele podia ver, pela fresta de uma janela, do lado esquerdo, a movimentação dos agentes da repressão, passando pelo corredor, do lado da casa do seu pai Zé Barreto. "Tinha uma fresta na janela. Eu tinha acesso à janela. Eu via a passagem destes homens todos. Aí eu decidi sair para dar um terceiro tiro, com o revólver já engatilhado."[789] Olderico não conseguiu disparar o terceiro tiro contra os homens, que estavam no fundo da casa, exigindo que se entregasse sem reação. Foi atingido pelos tiros disparados contra ele.

---

786 Idem.
787 Idem.
788 Idem.
789 Idem.

> Quando eu ia disparar o terceiro tiro com o revólver, fui atingido no rosto e na mão. Não cheguei nem a disparar o tiro. E atribuo a minha continuidade de vida aos tiros recebidos. Se tivesse saído, com o rosto limpo eu teria morrido. O tiro quebrou os ossos de uma das minhas mãos e atingiu meu rosto. Fiquei ali sangrando, caído no chão da cozinha, sozinho, mas sem ninguém para me exterminar.[790]

Informou Olderico Barreto que o delegado Sérgio Fleury, do DOPS de São Paulo, não entrou mais na área da casa de seu pai, após o tiro que disparou contra ele. "Fleury não entrava em casa, achando que eu estava escondido esperando ele," ressaltou Olderico. E detalhou como foi que saiu da cozinha para se entregar aos policiais:

> Fiquei desacordado, demorou muito para descobrir que tinha havido um tiroteio. Acordei, me perguntei: 'Porque eu vim dormir na cozinha?' Lá fora eles gritavam: 'saia com a mão na cabeça, saia, saia, saia.' Mas, não entravam mais na minha casa. Entre estes gritos foi que caiu a ficha. Eu estava deitado, estavam no chão na horizontal. Mexi com o braço direito e tive dificuldade. Quando levantei vi uma poça de sangue, sobre o fogão, jorrada de muito tempo. Foi aí que eu vi que estava ferido. Aí eu disse bem baixinho: 'to fudido'. Aí vi que tinha voz. Me levantei e fui tratar de esconder as balas do revólver. Agora estou nas mãos de bandidos e escondi até meu relógio. Mão direita quebrada e a esquerda não tinha nenhuma utilidade, a não ser auxiliar a direita. Disse: agora não tem para onde ir. É me entregar e ver o que é que acontece'. Sai com as mãos na direção da minha cintura, não na cabeça como eles tinham pedido. Quando eu saí da cozinha, saí consciente. Estes homens precisavam de mim.[791]

Olderico acrescentou que os agentes da repressão demonstraram grande euforia quando ele apareceu na porta da cozinha, com as mãos na cintura, o que foi seguido por gritaria por parte deles.

> 'Venha, venha, venha'. Foi uma euforia deles. Eu fui. Andando na direção deles. Aí fui recebido por uma equipe. Eles me juntaram a Otoniel, que veio de lá seguro e meu pai que foi trazido da frente da casa. Otoniel que estava no fundo, com eles, foi trazido. Saímos pelo portão. Acabei ficando no meio dos dois. Otoniel pela parede do lado direito, eu no meio e meu pai na outra extremidade. Cercados pelos policiais no beco entre nossa casa e outra residência.[792]

De acordo com Olderico, os policiais não revistaram corretamente Otoniel Barreto, que portava um revólver, no bolso de trás da calça:

> Foram botando a gente na parede da casa vizinha, antes de fazer qualquer pergunta. Ali eles tiraram a roupa da gente, procurando arma. Na revista em Otoniel eles não encontram nada, apenas a calça e o cinto. Ao soltar o cinto, o peso do revólver ajudou a descer a calça. Encontram apenas short de Otoniel. Ele ficou sentado na posição de jogar bola. Com a calça arriada nos pés. Eles viraram para mim, abriram a minha calça e encontram a capa do revólver, presa no short. Pegaram a capa do revólver e perguntaram pelo revólver e eu disse: "não peguei, deixei lá, onde caí". Passaram para o velho,

---

[790] Idem.
[791] Idem.
[792] Idem.

> mas, o velho não tinha nenhuma suspeita. Meu pai, com 64 anos, não tinha nenhuma suspeita de arma".[793]

Com os três Barretos presos, os policiais começaram a interrogá-los para saber onde estavam Lamarca e Zequinha Barreto. As perguntas eram intercaladas por espancamentos. Olderico Barreto alterou a voz, num tom de angústia, e contou por que seu irmão Otoniel usou o revólver para abrir o caminho de fuga, atirando contra os agressores.

> Começaram a nos interrogar por Otoniel: 'Cadê Cirilo?' Otoniel disse: 'não sei', muito sereno. Eles pareciam não ter dúvida que Otoniel não conhecia. Viraram para mim e fizeram a mesma pergunta. Respondi mais enfático: 'Não conheço ninguém com este nome.' Com esta resposta fui revirado várias vezes, no chão. Me deram chutes e me jogaram no chão. Chutavam meus rins. De vez em quando, eu observava meu pai e Otoniel, que estavam ali sem esboçar nenhuma reação. Eles vendo a serenidade em meu comportamento e de Otoniel, [*mesmo sendo agredidos*]. Resolveram pegar o velho. Falaram: 'você seu velho descarado.' Foram puxando o velho e dando coronhadas. Eu estava deitando no chão e Otoniel observando as agressões contra nosso pai. Olhei para Otoniel e vi ele pegar a calça. Tinha um cara sentado num torro de "*pequi*". Ele foi um dos que arrastaram agredindo meu pai. Vejo Otoniel com o revólver e detonou contra o cara que estava no pé de "*pequi*". Otoniel nunca tinha dado um tiro, não tinha nenhum treinamento. Ele levantou e atirou ao mesmo tempo, num gesto só. Eu não queria que ele matasse ninguém. Mas aí a inexperiência era grande e o impacto naquele momento. Otoniel deu um tiro, o cara tomou um susto. Otoniel saiu correndo no rumo oposto ao de meu pai. O tiro dele não feriu o cara. Os que seguravam e espancavam meu pai, largaram meu pai e saíram atrás de Otoniel, portando metralhadoras e outras armas, atirando contra ele que corria.[794]

Com a voz embargada, Olderico Barreto repassou a tentativa de fuga de Otoniel e sua execução pelos agentes da ditadura no cerco ao Buriti Cristalino.

> Na minha posição e o alcance de visão, pude observar que eles iam correndo e atirando contra Otoniel. Quando os pentes de armas terminavam, eles deitavam para que o outro companheiro continuasse a atirar contra Otoniel. Aí perdi a visão dos tiros contra meu irmão. Continuei ouvindo os tiros, até que pararam. De cá eu já imaginava o que já tinha acontecido. Duas coisas poderiam ter acontecido: eles terem acertado em Otoniel, ou ele ganhou o morro. Pensei, se Otoniel ganhou o morro, nós estamos tranquilos. Na volta deles era uma alegria. Uma comemoração: 'a minha tá lá, a minha tá lá'. Chegaram e foram falando: 'Tá vendo o que acontece com quem tenta fugir'. Eu respondi para eles: "Meu irmão foi bobo. Se ele entra nesses morros vocês não viam ele nunca". Aí eles passaram a me espancar, num pé de mourão, onde fui amarrado, diversas vezes. Eu já não tinha mais forças nas pernas.[795]

Contou Olderico Barreto que ficou amarrado, num pé de mourão, até às 10 horas da manhã. Depois foi levado para dentro da casa de seu pai, colocado na sala da frente,

---

[793] Idem.
[794] Idem.
[795] Idem.

teve os olhos vendados e continuou a ser torturado. Foi ali que ficou sabendo da morte do "professor Roberto".

> Eles não vieram me comunicar das mortes. Eles me levam depois para dentro de casa e me vendam os olhos [*recomeçam com as torturas*]. Pisavam e chutavam minha mão ferida. Eu ficava ali pensando nos meus companheiros. Eu ouvia um barulho de um rádio de transmissão e depois de helicópteros [*em Buriti*]. Na comunicação eu ouvia que na sintonia alguém dizia: aqui Buriti. Eram eles que estavam chegando com reforço. Ouvia eles falando para fazer fogo, armar fogueira. Eu não vi o comunicador, mas, ouvia a comunicação. Sentia que era próximo da minha porta, em alto e bom som. Depois eu passo a ouvir mais o barulho do helicóptero. Com os olhos vendados, não via os que estavam me torturando. Tinha um cara que ficava sobre meu tórax e o outro que pisava e chutava minha mão. Um pisava sobre o meu tórax e ficava pela janela, observando a rua e meu pai, estava lá preso no barracão. Eu estava deitado na sala e ouvi a chegada do helicóptero no Buriti. Ao meu lado já estava o corpo de Otoniel, que seu Zé de Virgílio [*morador do Buriti*] tinha trazido, isto entre oito e nove horas**.** Zé de Virgílio viu um carcará, em cima de Otoniel e voltou. Fez um alarde junto à população. Vamos buscar o rapaz. O carcará está comendo o olho dele. Arregimentou aquele povo e foi lá e trouxeram e botaram junto com o "professor Roberto", que eu não sabia que estava ali [*enfatiza, repetindo*]. Chegou um helicóptero, sobrevoando o Buriti. Eu na ansiedade de ver, arranquei a venda dos olhos.[796]

Os torturadores de Olderico Barreto queriam arrancar a informação de onde estavam o capitão Carlos Lamarca, e Zequinha Barreto, Mas Olderico, mesmo sob tortura, negava fornecer pistas da localização dos mesmos. Aproveitando uma movimentação dos policiais, que faziam uma fogueira para o pouso do helicóptero, no centro de Buriti Cristalino, o amigo da família e vizinho, José Pereira de Oliveira, "Zé de Virgílio", entrou na casa de Zé Barreto para conversar e matar a sede de Olderico.

> Seu Zé de Virgílio [...] conversa comigo, e diz 'Olderico o que é que está acontecendo?' Respondi: "estou ferido, mas tou bem." Ele pergunta: 'o que é que estes homens querem Olderico?' Eu falei: "querem saber onde está Zequinha e Cirilo". Seu Zé de Virgílio diz: 'não diga isto, não diga'. Aí eu fiquei com aquela força de seu Zé: 'não diga, não diga.' Eu disse: "tudo bem seu Zé". Conversando com seu Zé eu disse: "eles vieram tomar cerveja aqui na minha frente, achando que me causaria sede, porque eu estou perdendo sangue". Ele saiu correndo e pegou um copo de água, 'toma essa água'. Me deu água e saiu. E aí logo, logo o helicóptero chegou. Senti que aquele grupo que chegava era procedente do Rio de Janeiro. Eu percebi nos interrogatórios, todos com o sotaque de São Paulo, na equipe que cercou a casa, quando chegaram pela manhã. Aí convive com duas equipes: o esquadrão da morte de São Paulo e a outra do Rio. A disputa destes homens, para ver quem é que arrancava a informação de mim. A conversa entre os agentes da repressão era de euforia. Era uma conversa eufórica, entre eles, eu percebi também. Eu ouvia a conversa deles pelo rádio de retransmissão do pessoal do Rio.[797]

---

[796] Idem.
[797] Idem.

Pela primeira vez Olderico Barreto ficou sabendo sobre a verdadeira identidade do "professor Roberto", como sendo Luiz Antonio Santa Bárbara, dito pelos agentes da repressão a identificar um dos mortos no cerco à casa de seu pai.

> Quando as equipes se encontram, no passeio da casa de meu pai, travou -se um diálogo entre os agentes de Fleury e os do Rio de Janeiro. 'Como é que foi aí?' [*perguntaram os que vieram no helicóptero*] e os que estavam no Buriti responderam: "dois a zero e um passando no travessão. E o questionamento: 'o que ficou como é que está aí? Não ouvi a resposta. Mas, imaginei que a resposta foi um balançar de cabeça. Eles entram e ficaram no meu entorno. Vi todos. [*estava sem a venda nos olhos*]. Todos de roupas civis, mas, estavam de coturnos. O cara de São Paulo diz: 'este daqui nós tiramos o revólver da mão à bala [*se refere a Olderico*] Este tentou fugir nós matamos [*era Otoniel*] e este Luiz Antonio Santa Bárbara, quando viu a casa cercada suicidou-se. Era a primeira vez que vi o nome Luiz Antônio Santa Bárbara, até então ele era Roberto. Todo o povoado, e nós o conhecemos como Roberto, como Zequinha o apresentou, como ele fosse um seminarista, que estudou com Zequinha. Que estava no Buriti, passeando e ia ficar. Veio trabalhar no garimpo e na roça, essas coisas. Morar no Buriti. Aí fiquei sabendo o nome Luiz Antonio Santa Bárbara.[798]

O povoado de Buriti Cristalino estava cercado pelos agentes e militares das forças armadas que integravam a Operação Pajussara; eram 215 homens. Os moradores foram obrigados a caminhar até um barracão, que ficava no centro de Buriti, sob a mira de armas pesadas – metralhadoras e fuzis, além de pistolas automáticas. A população viu e ouviu o major do Exército Nilton Cerqueira, chefe do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) da Bahia, que usava o codinome "doutor Penteado" e se encontrava em Buriti Cristalino, no comando da Operação Pajussara. Junto com ele estava o delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS - São Paulo), Sérgio Paranhos Fleury.

Naquela manhã de sábado, as pessoas viveram um clima de pânico e terror. Buriti Cristalino parecia uma área de guerra, com homens armados correndo para todos os lados e o povo acuado em suas residências. Alguns tentaram ver o que acontecia pelas janelas de suas casas.

> Quem olhou pela janela para ver o que se passava, foi tirado à força da casa, jogado ali no barracão da feirinha e preso. Muita gente não resistiu à curiosidade e o mercado se encheu. Não entendiam tanta violência contra uma família respeitada. Ouviam as explicações dos homens da lei: estavam ali por causa dos "terroristas" dos comunistas do povoado, uma ameaça à Segurança Nacional. Estavam ali porque Olderico era um "terrorista perigoso."[799]

---

[798] Idem.

[799] JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, p.241.

Para a descida dos helicópteros em Buriti Cristalino, Olival Barreto revelou que os militares fizeram uma grande fogueira na área central do povoado. Em seguida, agentes da repressão e os militares passaram a mostrar imagens de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto, acusando de serem terroristas e que Lamarca matava até crianças. Mas garantiam que ambos seriam capturados e mortos por eles.[800]

Emocionado, Olival relembrou como estavam os mortos e as torturas que seu pai passou a sofrer, tendo sido amarrado pelos pés e colocado de cabeça para baixo no telhado de sua casa.

> Cheguei a ver os corpos. Meu pai pediu para pelo menos [*chora emocionado ao detalhar os fatos*] para cobrir eles com uma lona. Meu pai pediu. Todos dois sujos de terra, as caras e os corpos" [*volta a chorar e relata que seu pai passa a ser torturado e colocado de cabeça para baixo dependurado no telhado da casa da família*]. E aí ficaram torturando meu pai. Chutando e ele gritando. Amarram ele de cabeça para baixo aqui. A partir do momento que eles dominaram aqui a casa e o lugar. Eles me entregaram para o seu José de Virgílio. Ele tomou conta de mim. Eles disseram: 'toma conta dele não deixa ele sair para lugar nenhum'. Eles chegaram aqui no sábado 28 de agosto, de manhã cedo e ficaram até a quinta -feira próxima. Veio uma ordem de Salvador, mandaram se recolher. Achavam que Lamarca não estava por aqui. Aí foram embora. Antes barbarizaram tudo.[801]

Geraldo Barbosa contou que assistiu à fuga e à morte de Otoniel Barreto[802] e revelou que, após esse assassinato, o delegado Fleury ordenou que todos os habitantes do entorno fossem levados ao barracão, entre seis e sete horas da manhã. Soldados gritavam para reunir a população, chamando Lamarca e Zequinha de terroristas e acusando os moradores de acolhê-los, por terem abrigado Luiz Antônio Santa Bárbara, e diziam que Lamarca era um capitão desertor do Exército.[803]

Relatou Geraldo Maciel que enquanto a repressão ficou instalada em Buriti Cristalino, o povo vivia amedrontado e tinha que cumprir as determinações dos agentes da ditadura. Sua mãe foi obrigada a fazer até café para ser servido para os militares e agentes da repressão todos os dias.

> Servi cafezinho não porque gostava de servir cafezinho para eles. Minha mãe atendeu uma determinação do major do Exército Nilton Cerqueira, chefe do DOI-CODI da Bahia. Ela era uma dona de casa como outras de Buriti. A repressão chegava assim e dizia olha nós precisamos tomar café, nós precisamos comer. Se tivesse um porco no chiqueiro, no quintal, eles já chegavam lá, não queriam saber se o dono autorizava ou não. Já matava e pagavam com um preço simbólico, aquele dono do animal. Pegava as próprias pessoas da comunidade para preparar o que fosse porco ou frango,

---

800 Ibid.
801 Id.
802 BARBOSA, Geraldo Maciel. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.
803 Idem.

> porque precisavam comer. A minha mãe mesmo foi usada. Como ela estava amedrontada. Eles chegavam assim e dizia: 'Dona Maria dá para a senhora fazer o cafezinho pra gente.' Eu e meus irmãos levávamos os bules de café. Via e ouvia os homens lá chamando o Cerqueira pelo nome, aquele outro alto galego forte, de bigode, sendo chamado de Fleury. Havia um revezamento deles. Dormiam uma turma dentro da igreja e outra no barracão e uma outra de sentinela fazendo a segurança.[804]

Manuel José da Silva,[805] "Manuel de Senhor", trabalhador rural em Buriti, tem na memória o que ficou sabendo e o que aconteceu na manhã do dia 28 de agosto.

> No dia que mataram os homens. Nós fomos avisados que tinha chegado o Exército. Foi o Francelino Gualberto [*prefeito de Oliveira dos Brejinhos*] que mandou avisar nós aqui, que o Exército tinha chegado lá. Vinha atrás de Zequinha, Luiz Antônio Santa Bárbara e "Cirilo". Fiquemos esperto, com medo. Eu tava trabalhando numa roça e fui dormir na "Jiboia". Eu morava com uma menina. Era novo. Ouvimos os tiros. Aí eu disse 'mataram. Nós viemos tudo ver'.[806]

Contou "Manuel de Senhor" que foi até a frente da casa de Zé Barreto e, como a janela estava aberta, botou a cabeça para dentro do quarto onde estava o corpo do "professor Roberto". Depois, foi obrigado a ir para o barracão, no centro de Buriti, e ainda forçado pelos militares, junto com outros homens, a enterrar os corpos de Luiz Antonio Santa Bárbara e Otoniel Barreto no cemitério.

> Os corpos foram enrolados em tecidos e levados para o cemitério, ali perto do campo de futebol. O sangue dos corpos passava pelo tecido e pingava em nossas roupas. Fomos Preto, até já morreu, outro foi o compadre Hermes, chamam de Plínio e o Anísio. Carregamos até lá e cavamos as covas, sempre observados pelos soldados fardados, que estavam armados. Os corpos estavam todos quebrados. Os cacos da cabeça de Otoniel ficaram ali no lajedo quase dois anos.[807]

Não demorou muito e chegou outra ordem dos militares, para que os corpos de Santa Bárbara e Otoniel fossem desenterrados: "fui eu, meu irmão José Maciel da Silva e outros homens. Nós fomos com os homens do Exército, arranquemos os dois e os corpos foram levados para o campo de futebol. Depois os corpos foram levados para o helicóptero e viajaram."[808]

Olival Barreto confirmou que o sepultamento do "professor Roberto", e de Otoniel Barreto foi efetuado por alguns moradores do povoado.

> As pessoas foram obrigadas a enterrar. Eles mandaram seu Zé de Virgílio chamar gente. As pessoas foram Lourival, conhecido por **"**Louro", João, que acabou depois sendo genro do seu Zé de Virgílio, Umbelino, um senhor que morava aqui no Marinheiro [*localidade do Buriti*], Arnaldo e Manuel de

---

804 Idem.
805 SILVA, Manuel José da. Entrevista para esta pesquisa. Buriti Cristalino, 19 set. 2009.
806 Idem.
807 Id.
808 Idem.

> Senhor, estes dois moradores aqui do Buriti. Eles abriram as duas sepulturas, uma ao lado da outra, e jogaram os meninos lá dentro sem caixão e sem nada. O enterro foi feito aproximadamente 11 horas da manhã e, quando foi meio dia eles mandaram trazer de volta os meninos de lá. Foram os mesmos e outras pessoas que desenterram os corpos. Os corpos estavam sujos de terra. Não lavaram nem nada.[809]

Após o tiroteio entre militares, agentes da repressão e militantes do MR-8, Maria Dolores soube que estava sendo procurada como mulher do Lamarca.

> Saí pelos arredores, procurando alguém que me acolhesse e, após várias negativas, diante do clima de terror que foi instalado na região, encontrei abrigo na casa de uma senhora dona Maria, no povoado de Ouricuri. Enquanto isso, o meu pai era barbaramente torturado para dizer onde eu, Zequinha e Lamarca estávamos escondidos. Dois dias depois recebi um recado do meu pai dizendo que eu deveria voltar, que eu seria interrogada pelo Exército e que nada iria me acontecer. Voltei e ao me conhecerem perceberam pela minha fisionomia, ingenuidade e aspecto de menina, que a informação era falsa. Foi aí então que fiquei sabendo que o "Cirilo" era o Lamarca através de uma foto, que eles me apresentaram perguntando se eu o conhecia. Afirmei a verdade dizendo que jamais o tinha visto.[810]

Lúcio Valle Barroso esclareceu que quando o capitão Carlos Lamarca e Zequinha Barreto foram mortos, na localidade de Pintada, ele e sua tropa militar não estavam mais na região de Brotas de Macaúbas. "Fui substituído, saí de lá e entrou outra tropa."[811] Barroso também fez questão de informar que nunca foi do CISA.

O outro militar que serviu de guia para os agentes da repressão e militares que integravam a Operação Pajussara, foi Antônio Ferreira de Souza, o "Antônio Soldado", cabo R/1 reformado da Polícia Militar da Bahia. "Antônio Soldado" foi ouvido em três oportunidades sobre o cerco a Buriti Cristalino, nos anos de 1971, 1973 e 1978. Na primeira vez, em 18 de outubro de 1971, na Delegacia Regional da Polícia Federal, em Salvador, relatou em que:

> Que mais ou menos e meados de agosto deste ano, [*se refere ao ano de 1971*] pessoas empenhadas na repressão ao movimento terrorista no país, pediram ao depoente a sua colaboração tendo em vista a sua experiência no território. [...] que não mediu esforços em colaborar com aquelas pessoas, principalmente porque sabia tratar-se da perseguição a um elemento suspeito que se dizia engenheiro de minas, que posteriormente o depoente veio a saber tratar-se do capitão Carlos Lamarca. Que no intuito de ajudar a prender este e outros terroristas, que o acompanhavam, o depoente conduziu como guia os encarregados da repressão, aos possíveis esconderijo onde Lamarca e seus comparsas estavam acoitados. Que esteve na Fazenda Buriti guiando aquelas pessoas por duas vezes, não tendo porém oportunidade de assistir tiroteios,

---

[809] BARRETO, Olival Campos. Entrevista concedida para esta pesquisa. Buriti Cristalino, 18 set. 2009.
[810] BARRETO, Maria Dolores Campos. Entrevista concedida para esta pesquisa. São Paulo, 21 abr. 2013.
[811] BARROSO, Lúcio Valle. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade-CNV. Rio de Janeiro, 9 jun. 2014. Disponível em:https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo11/Cap.%2011%20-%20Nota%2049%20-%2000092.001281_2014-40%20-%20Lucio%20Valle%20Barroso%20-%2009.06.2014%20-%20rp.pdf. Acesso em 20 fev. 2023. p.29.

> nem ouvir tiros. Que sabe porém que o soldado da ativa Reuel Pereira da Silva, do destacamento Militar de Brotas de Macaúbas, quase foi ferido a tiros, quando da refrega na referida fazenda.[812]

Revelou ainda Antônio Ferreira de Souza que dois dias depois da prisão de Olderico, em Buriti, o declarante passou por aquela fazenda, conduzindo uma equipe de reforço aos que perseguiam os terroristas que se encontravam na região. Além disso, afirmou ter conhecimento de que Olderico Barreto atuava como elemento de ligação dos integrantes da organização que caiu com Carlos Lamarca em Brotas de Macaúbas, servindo-os em Feira de Santana, Itaberaba, Ibotirama e Brotas de Macaúbas, e que esses elementos eram Zequinha e Santa Bárbara.[813]

Quando ouvido pela segunda vez, em 23 de março de 1972, na Auditoria da 6ª Região Militar em Salvador, "Antônio Soldado" foi questionado se antes da caravana policial já tinha ouvido falar de Carlos Lamarca em Brotas de Macaúbas e Buriti. Ele contou que o capitão foi o homem que viajou com ele numa Kombi, no dia 27 de junho de 1971, identificando-se como engenheiro de minas. Posteriormente, com a chegada dos policiais da Segurança, o reconheceu através de um retrato que lhe foi exibido pelos elementos da polícia.[814]

Na terceira vez que prestou depoimento, em 21 de novembro de 1978, na Auditoria Militar da 6ª Região, Antônio Ferreira de Souza falou sobre os treinamentos que os militantes do MR-8 faziam na localidade de Vargem Formosa, na área do Buriti Cristalino.

> Que ouvi dizer que o acusado [*se refere a Olderico Campos Barreto*], Otoniel, Zequinha, Santa Bárbara e Lamarca faziam um treinamento de guerra de campanha, numa localidade conhecida como Vargem Formosa. Que isso foi dito ao depoente por um conhecido garimpeiro, se não falha a memória, Francisco Miranda.[815] Que esse elemento falou ao depoente, que viu o grupo fazendo exercícios com arma, deitando, levantando, correndo e outras manobras de campanha. Que o depoente não sabe informar se havia outros elementos no local também, praticando esses exercícios de guerra.[816]

---

[812] SOUZA, Antônio Ferreira de. Depoimento a Ary Guimarães de Almeida, inspetor da Polícia Federal, na Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal. Salvador, 18 out. 1971.

[813] Idem.

[814] SOUZA, Antônio Ferreira de. Depoimento à Auditoria da 6ª Região Militar. Salvador, 23 mar. 1972. Presentes nesta audiência estavam o Auditor militar Amilcar Cardosos de Menezes Filho e o promotor Antônio Brandão Andrade, além de Olderico Barreto e seu advogado Luiz Humberto Agle.

[815] Francisco Miranda é conhecido como *Tico do Buriti*. Mora atualmente em Brotas de Macaúbas. Recusou ser entrevistado para a pesquisa.

[816] SOUZA, Antônio Ferreira de. Depoimento à Auditoria da 6ª Região Militar. Salvador, 23 mar. 1972.

4.1 Furando o cerco

Uma mulher de coragem e determinação conseguiu em 28 de agosto de 1971 esconder em sua casa, durante a manhã e até o final da tarde, o capitão Carlos Lamarca, e Zequinha Barreto, dos militares sob o comando do major do Exército Nilton Cerqueira, Sérgio Paranhos Fleury e do capitão Lúcio do Vale Barroso do Centro de Inteligência da Aeronáutica-CISA, além dos outros agentes da repressão, após o cerco a Buriti Cristalino em Brotas de Macaúbas. A mulher era Rosa Rodrigues, que na época de suas revelações a Carlon Cruz, em 1982, pediu para ser identificada por "Zita".[817]

Contou Rosa Rodrigues que no momento que tomou a decisão de esconder os dois guerrilheiros do MR-8 em sua casa, apenas ela estava na área.

> Aqui não tinha homem nessa hora, todos estavam na roça e os homens do governo já haviam passado por minha casa e revirado tudo. Os daqui, ao invés de voltarem para casa, não, ficaram por aí, a ouvir história de gente besta, enquanto eu fiquei preocupada de esse povo do governo voltar na minha casa.[818]

Mesmo com medo das represálias que poderia sofrer, Rosa Rodrigues decidiu ajudar o filho da comadre Nair e do companheiro que estava com ele.

> Eu não podia botar os meninos pra fora, apesar do medo que a mim fizeram, caso desse algo para comerem. Os mesmos soldados já tinham invadido minha casa mais cedo. Então eu pensei, seja o que Deus quiser, mais o filho de minha comadre Nair, eu não vou deixar fora de casa. Foi quando puxei a porta do quarto e apareceram uns doze homens em frente do terreiro da casa, com o compadre Zé, [*se refere ao velho Zé Barreto, que estava preso e sendo levado pelos militares*] os mesmos que há poucos instantes haviam estado por aqui. Nesse dia parecia que estavam com o diabo no couro. Meu coração disparou e meus olhos enxergavam mais de trinta. Suei frio, sabia que tudo era de medo, mesmo assim tentei sair porta afora para ver meu compadre e escapar do calor que sentia. Mas, um malfazejo me parou com um cano da espingarda e eu voltei de costa, até dar com os quartos na porta. Não encontrei pernas para me locomover, o jeito foi sentar e ficar com os olhos esbugalhados olhando eles."[819]

Além de trazer com eles o velho Zé Barreto, os militares estavam contando com a ajuda de Arlindo, um morador da Cachoeira do Brundué, servindo de guia, na caçada aos militantes do MR-8.

> Ainda bem logo saíram com o Arlindo, porque eu estava na hora de dar um tremelhique, de cair dura no chão. Urinei perna abaixo e nunca mais pude esquecer dos zolhos (**sic**) penosos de meu compadre Zé Barreto, que fazia de conta não me conhecer, para eu não ser castigada.[820]

---

817 Era Dona Rosa Rodrigues, a comadre da mãe de Zequinha Barreto in: CRUZ, Carlon. **Lamarca no Sertão do São Francisco**. Gráfica de Brejinhos; Oliveira dos Brejinhos/BA. 2011. p.34.

818 Ibid., p.34.

819 Id., pp.34-35.

820 Idem., p.35.

A moradora da Cachoeira do Brundué, ali na frente de sua casa, viu o velho Zé Barreto ser torturado pelos militares e não permitiram que ela o alimentasse.

> O compadre apanhou na minha frente, com o filho dele [*se refere a Zequinha Barreto*] a escutar, sem poder fazer nada, porque o colega não deixou ele sair porta a fora. De volta para dentro de casa, depois dos maus tratos que me fizeram, na porta de minha própria casa, encontrei Zequinha acabrunhado por não ter feito nada pelo pai. Ainda botei um bocadinho do de comer e levei para meu compadre lá mais adiante. Pois não é, que não deixaram meu compadre comer? Os diabos estavam a comer alguma coisa, dentro de algumas latas. Mas você acredita que os trens eram tão ruins, que não deixaram eu dar um bocadinho pra meu compadre Zé. O coitado estava mais sujo do que um "baé", [*referência a um porco*] não falou nada, mas deu pra notar que sofria de muita aflição.[821]

Preocupada com a situação que enfrentava, Rosa Rodrigues voltou para dentro de sua casa. Foi ver como estavam Carlos Lamarca e Zequinha Barreto, após a partida dos militares. Contou que ao entrar, Zequinha lhe pediu ajuda.

> Outra vez fui lá dentro ver os dois, pensei terem escapulido, porque eu não escutava nem um suspiro. Zequinha pediu que eu arranjasse uma bacia d'água com sal e vinagre, para seu amigo lavar os pés cheios de calos e uma unha roxa. Segundo ele, tinha sido picado por tal vespa, que eu não sei que bicho é esse, nunca vi nesse mundo avexado de meu Deus, um bicho tão ramoso para inchar tanto o pé daquele homem.[822]

Até então, nem Carlos Lamarca e nem Zequinha Barreto sabiam das mortes que tinham acontecido no Buriti Cristalino: "perguntei se ele já sabia da morte de Otoniel e da quase morte de Olderico? Ao que Zequinha respondeu: 'Não, não sei!'. Aí que acabrunharam de vez. O menino era um trapo só. Chorava e suspirava sem que eu da cozinha ouvir nada."[823]

Decidida a ajudar o filho da comadre Nair e ao seu companheiro, Rosa Rodrigues contou que foi preparar alimentação para os dois homens que ali estavam escondidos, enquanto os militares e os agentes da repressão percorriam a região em busca do capitão Carlos Lamarca, e Zequinha Barreto.[824]

Rosa Rodrigues informou que, quando seu marido, Rosmiro Rodrigues, e os filhos retornaram para casa, ela os advertiu imediatamente.

> Quando chegaram os homens daqui de casa eu fui logo avisar que os dois estavam no quarto. Aí que veio o medo, porque escutaram as histórias dos terroristas, lá no barracão e, ficaram trêmulos e mudos sem dizer nada. Graças a Deus que ninguém deu nenhum suspiro, mas eu sentir no couro o medo de todos.[825]

---

821 Idem, p.35.
822 Idem., p.35.
823 Idem., p.35.
824 Idem., p.35.
825 Idem., p.36.

Rosa Rodrigues revelou que preparou dois pratos de comida para alimentar "Cirilo" e "Jesse", que continuavam em um dos quartos da casa. Contou ainda que ambos quiseram pagar pela refeição. Zequinha insistiu em pagar e ela aceitou os trinta cruzeiros:

> fiz dois pratos cheios de comida e levei no quarto para eles, em seguida voltei com uma candeia para iluminar o quarto. Comeram tudo e logo depois levei água. Chamaram-me ao quarto para pagar e para que eu ensinasse a estrada de dentro, que corta caminho pela Passagem da Manga e sai na pista. Ensinei o atalho, mas disse que o dinheiro queria não. Mesmo assim, Zequinha me deu trinta cruzeiros, que eu guardo comigo até hoje.[826]

Mesmo sabendo que o dinheiro recebido de Zequinha não tinha mais valor, Rosa Rodrigues resolver guardar como recordação: "apesar de não ter gastado. Porque, precisão tive muito antes de o dinheiro perder o valor. Mas o medo de alguém descobrir de quem foi o dinheiro fazia minha preocupação ficar maior."[827]

Antes de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto partirem, Rosa Rodrigues ainda cuidou do pé do capitão e informou a "Jesse" sobre os acontecimentos na casa do pai dele:

> [...] eu aluminei [sic] o pé do homem que parecia uma mão de pilão de tão inchado. Antes deles partirem fiz um cataplasma de mastruz com sal, folha de tomate e farinha. Enrolei no pé dele, e falei baixinho no pé de ouvido de Zequinha. Agora me lembrei: seu pai estava junto com os bichos malvados, falavam da morte de Otoniel e Santa Bárbara. Ele baixou a cabeça e suspirou mais uma vez, para engolir o choro e manteve-se quieto. E quando falei do estado do compadre Zé, esse menino chorou que nem criança.[828]

A moradora da Cachoeira do Brundué, no seu relato para Carlon Cruz, chamou os militares de "bichos de farda", que acusavam Zequinha Barreto e "Cirilo" de serem terroristas. Mas para ela quem estava aterrorizando as pessoas da região eram eles.

> Deu-me dó, e os bichos de farda ainda diziam que um menino com sentimentos daquela natureza era terrorista, enquanto a gente sabe que o terrorista era quem estava nos atazanando e aterrorizando a todos nós.
> Deus há de tomar conta daquele frogodor:
> -Então o senhor acha que uma pessoa que eu vi crescer, eu poderia deixar sem abrigo em minha casa?
> -Não... nem morta eu faria isso!
> Ainda bem que os daqui de casa não disseram nada, se não... Se não ia levar... Porque, com a revolta que eu tava? Hum... Menino, não sei não.[829]

Ao amanhecer do dia 17 de setembro, sexta-feira, o major Nilton Cerqueira instalou-se em Brotas de Macaúbas, juntamente com a equipe *Leão*, enquanto outros

---

826 Idem., p.36.
827 Idem., p.36.
828 Idem, p.36.
829 Idem, pp.36-37.

grupos se deslocavam para Santa Rosa, Amansador, Mata do Bom Jesus e Canabrava. Em suas revelações sobre a caçada final a Carlos Lamarca e Zequinha Barreto ao jornalista Ayrton Baffa, do *Estadão*, o major disse que estando em Pintada, foi informado por um morador que havia observado rastros de dois indivíduos desconhecidos que, pouco antes, teriam se escondido em um arreião no leito seco de um riacho. Um oficial foi destacado para verificar a informação, enquanto ele seguiu com três homens para encontrá-lo mais adiante.[830]

O capitão Carlos Lamarca e Zequinha que haviam escapado do cerco a Buriti Cristalino, no dia 28 de agosto. Após 20 dias, já haviam percorrido mais de 300 quilômetros, em trilhas na caatinga. Foram até Ibotirama e voltaram para Brotas de Macaúbas. Era uma fuga para evitar as mortes e furar o cerco que estava montado contra eles. Contudo, foram vistos por Juraci Souza, na caatinga, descansando à sombra de um pé de baraúna em Pintada. Juraci havia desobedecido a proibição da mãe Deonila Maria dos Santos, que havia determinado aos seus seis filhos que não saíssem de casa naquela dia. Estava assustada com a quantidade de homens estranhos e armados, sem fardas, rondando Pintada. Ao jornalista Ricardo Kotscho, ela contou o que viu e o que ficou sabendo sobre as mortes de Lamarca e Zequinha. "Se chegasse alguém aqui em casa pedindo água ou comida, eu dava, não sabia quem era. Mas eles não vieram não. Os homens da polícia ofereceram dinheiro para avisar de estranhos por aqui e o Juraci foi avisar o Clodô."[831]

Claudemiro Pacheco, o Clodô, era o chefe político de Pintada e dono de uma vendola na localidade, que na época tinha umas 50 casas espalhadas em torno de uma cruz, no centro do povoado. Clodô era um dos informantes de Cerqueira espalhados por toda a região. Juraci Souza, que estava na caatinga caçando, não foi direto para casa e tomou o rumo da venda de Claudemiro Pacheco. Lá contou para Clodô que viu dois homens deitados e dormindo na sombra da baraúna. Clodô repassou a informação para o carcereiro Genésio Araújo e ao motorista Nicolau dos Santos Dantas, "Fumanchu,"[832] que estava servindo ao major Nilton Cerqueira.

---

[830] BAFFA, Ayrton. A sombra da baraúna termina caçada. ***Estadão.*** São Paulo, 18 set. 1981, p.9.

[831] KOTSCHO, Ricardo. Sertão baiano lembra morte de Lamarca 20 anos depois. ***Jornal do Brasil***, Rio de Janeiro, 15 set. 1991, p.16.

[832] Nicolau dos Santos Dantas estava cedido pela mineração Boquira, uma empresa do grupo francês Pettoroya, ligada à família Rotschild, como motorista do major do Exército, Nilton Cerqueira, na Operação Pajussara.

A informação estava certa e facilitou a chegada dos militares sob comando de Cerqueira até o local onde estavam Carlos Lamarca e Zequinha Barreto.

> Ao meio dia, debaixo de um sol fortíssimo começamos a andar, num areal onde se atolava o pé até o tornozelo, depois de abrigar duas camionetas debaixo de uma árvore. Seguimos os rastros por quase duas horas. O guia Genésio dizia que o rastro não era de morador. Caminhamos por uma légua, já estávamos com os pés inchados. Cansados chegamos perto de Canabrava, onde estavam as viaturas. Quando nos aproximamos, apareceu um motorista chamado "Fumanchu" e avisou que haviam dois homens descansando à sombra de uma árvore. O homem parecia ter visto uma assombração, revelam documentos da Operação Pajussara.[833]

Nilton Cerqueira estava naquele momento acompanhado de Dalmar Caribé, cabo da PE do Exército, um sargento do Exército cujo nome jamais foi revelado pelas autoridades e do soldado Jesus, da PM da Bahia. Era a equipe Leão.

Os detalhes finais da execução de Lamarca e Zequinha foram narrados pelo major Nilton Cerqueira. Como não existiam outras pessoas no local, ficou sendo a versão oficial das mortes dos dois guerrilheiros do MR-8 em Pintada.

> Engatilhei minha arma – uma HK metralhadora portátil da Aeronáutica que me tinha sido emprestada. Parti em direção do local. Os três homens me imitaram e começamos a nos deslocar. Ia pela trilha, procurando fazer o menor barulho possível, mais os outros três, com a ânsia de chegar, começaram a romper a caatinga. Eu, o sargento, o cabo do Exército um soldado da PM. Então, ao nos aproximarmos, ainda a uns 15 metros, um dos homens gritou: 'Capitão, os homens estão aí'.[834]

No entanto, Cerqueira não registra que foi um ruído de galho quebrado, no caminhar dos militares, quando eles se aproximaram de Lamarca, que acordou José Campos Barreto, Zequinha, e este alertou Lamarca sobre a presença dos militares.

> Nós que estávamos a cerca de 15 metros deles, vimos o vulto de um homem sentado e o outro deitado. O sentado depois fomos identificar como sendo Zequinha e o homem que estava descansando era o Lamarca na sombra de uma baraúna. Quando ele ouviu isso levantou-se imediatamente, procurando sacar as armas. Disparamos a nossas. Houve um tiroteio os dois correram. Pensamos que eles iam sumir na caatinga. Perseguimo-los nada nos segurava. Rompendo mato com os braços, com a mão, com as armas e tentando ver. A 40 metros à frente caiu um. Mais perto pude reconhecer Lamarca. O outro continuou correndo. Virei-me para os meus dois subordinados: "Vão buscar o homem, não voltem sem ele". O cabo e o soldado partiram e eu o sargento ficamos junto do Lamarca.[835]

A metralhadora Ina que portava o cabo do Exército Dalmar Caribé engasgou e, para perseguir Zequinha Barreto, ele teve que contar com outra arma, que lhe foi cedida

---

833 BAFFA, Ayrton. A sombra da baraúna termina caçada. ***Estadão*.** São Paulo, 18 set. 1981, p.9.
834 Idem, p.9.
835 Idem, p.9.

por Nilton Cerqueira. Já Lamarca, sangrou no chão até morrer, sob os olhares de Cerqueira e de um sargento.

> Quando mandei trazer o outro o cabo virou-se e disse: "minha arma está quebrada." Era uma Ina que tinha engasgado. Entreguei minha arma e saquei a pistola, engatilhei e fiquei com ela apontada para Lamarca. Aí observei que ele estava ferido na barriga e no peito. Continuava respirando normalmente, mas parecia mortalmente ferido. Esperamos que ele fizesse qualquer gesto e ele não fez, permaneceu imóvel. Quando expirou olhei no relógio: eram 15h40, dia 17 de setembro de 1971, sexta -feira.[836]

Cerqueira informou também que Zequinha, mesmo ferido, foi perseguido por dois militares. Ainda conseguiu arremessar uma pedra contra eles, mas acabou atingido mais adiante. Antes de cair mortalmente ferido, gritou um viva à Revolução Comunista. As armas de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto não foram submetidas a perícia técnica, e o Relatório da Operação Pajussara não fez qualquer referência a exames nas armas utilizadas pelos militantes do MR-8 em Pintada. Quantos tiros foram disparados pelas armas de Carlos Lamarca e José Campos Barreto. O relatório da Operação Pajussara não registra e nem mesmo informa se elas foram enviadas para que fossem periciadas por órgão técnico. Onde se se encontram as armas que portavam Carlos Lamarca e José Campos Barreto?

A versão apresentada pelo major Nilton Cerqueira de que Carlos Lamarca se levantou para fugir ao perceber o cerco dos militares, debaixo do pé de baraúna, foi contestada pelo então delegado de Polícia Civil, João Queiroz e pelo carcereiro Genésio Araújo, em depoimento à jornalista Cristina Grillo, em Brotas de Macaúbas. Em 1996 o policial João Queiroz, que era o delegado da cidade, relatou que horas depois da morte de Lamarca, ele se dirigiu ao povoado de Pintada. "Vi muitas marcas de tiros na baraúna e em uma pedra, onde Lamarca tinha pousado a cabeça para dormir. Uns dias depois, a pedra foi tirada de lá por um pessoal. Houve um tiroteio só de um lado, os soldados contavam isso aqui pela cidade com orgulho."[837] Já o carcereiro Genésio Araújo, 79 anos, disse para a jornalista que o corpo estava aos pés de uma baraúna, na tarde de 17 de setembro. Informando que: "Eu recolhi o corpo lá, junto da baraúna. O major tinha me deixado no carro, e eu ouvi duas rajadas de tiros. Logo depois ele voltou, e disse que a missão estava terminada e me mandou pegar o corpo."[838]

---

836 Idem, p.9.

837 GRILLO, Cristina. Carcereiro e policial contestam Exército. ***Folha de São Paul****o*. São Paulo, 15 jul. 1996, p.11.

838 Ibid., p.11.

Segundo a declaração de João Queiroz à *Folha de São Paulo*, até o almirante da Marinha, Heleno Nunes, estava envolvido na caçada a Carlos Lamarca e Zequinha Barreto. Na época, Queiroz e Araújo foram convocados para ajudar os militares, ensinando caminhos pelas trilhas da região. Genésio Araújo disse que era amigo do pai de Zequinha. "Eu era amigo do pai de Zequinha, o Zé Barreto, mas não podia recusar o trabalho. Só cumpria a minha obrigação," disse Araújo. Enquanto que João Queiroz contou que

> Eu fui chamado pelo Heleno, almirante Heleno Nunes, que me perguntou se eu conhecia Lamarca e o Zequinha. O Lamarca eu nunca tinha visto, mas o Zequinha era primo de minha mulher. Ele perguntou como eu tinha coragem de dizer que era primo de um bandido. Eu disse que era pior mentir para ele. Aí fui obrigado a trabalhar com eles, relembra Queiroz. A gente tinha de ir mostrando o caminho. "Houve um tiroteio só de um lado, os soldados contavam isso aqui pela cidade com orgulho."[839]

O carcereiro da Delegacia de Polícia de Brotas de Macaúbas, Genésio Araújo, que estava servindo de guia para Nilton Cerqueira, contou ao jornalista Ricardo Kotscho do *Jornal do Brasil*, como ficou sabendo onde estavam Carlos Lamarca e Zequinha Barreto, naquela tarde em Pintada e informou ao major Cerqueira o que soube.

> Um homem veio me contar que viu dois homens deitados embaixo de uma árvore. Meu coração me contou que eram eles mesmos. Eu não queria matar ninguém. Avisei o major e fui andando até a Veraneio, não vi nada. Só ouvi. Foi ligeiro, duas descargas de tiros. O major Cerqueira entrou na Veraneio e só me disse isso: "terminamos nossa missão". Aí ele pegou uma nota de 100 e meteu no bolso da minha camisa. Falou que era para eu tomar todo de cachaça. Aceitei.[840]

A versão apresentada pelos jornalistas e escritores Emiliano José e Oldack de Miranda confirma os envolvimentos de Nicolau dos Santos Dantas, o "Fumanchu", da Mineração Boquira, Claudemiro Pacheco, o Clodô, e Juraci Souza nas delações aos militares para as execuções de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto em Pintada. Nicolau, ao ser avisado por Clodô de que Juraci teria visto dois homens sob um pé de baraúna, foi até o local para verificar. "Pegou o chapéu de couro de Clodô e, esgueirou-se pela caatinga. Viu de longe os dois vultos, debaixo da baraúna dormindo. Voltou para os veículos. Pelo rádio informou ao comandante Cerqueira. Excitado, tenso e apavorado: Major, os homens estão aqui!"[841]

---

839 Idem, p.11.

840 *KOTSCHO, Ricardo. Sertão baiano lembra morte de Lamarca 20 anos depois.* ***Jornal do Brasil.*** Rio de Janeiro, 15 set.1991, p.16.

841 JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca:** o capitão da guerrilha. 17ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2015, pp.259-260.

Cerqueira agiu rápido e dividiu a equipe em dois grupos. Com Dalmar Caribe, ficou o sargento da Aeronáutica – assombrado com a pontaria do capitão Lamarca. Foram progredindo pela caatinga completamente seca, chão coberto de folhas esturricadas, galhos ressecados. O sargento medroso, no seu descontrole, pisou sem cuidado e um galho estalou; o bastante para tirar Zequinha do cochilo:

> -Capitão os homens estão aí!
> Lamarca se levantou e tentou se afastar. No mesmo instante, uma rajada de metralhadora, disparada por Dalmar Caribé, atingiu-o pelas costas. Caiu, imobilizado pelo impacto dos três tiros – nas nádegas, na mão direita e no ombro esquerdo. Deitado estava, deitado ficou, sem tempo para usar o Smith Wesson 38 e o Taurus 38. Ainda estava vivo quando recebeu mais quatro tiros, a curta distância, três deles no peito e um último à queima -roupa no coração. Excitado, o major Cerqueira saiu gritando: Eu matei, eu matei, alagoano é foda, alagoano é foda.[842]

Segundo o jornalista Ricardo Kotscho, o carcereiro Genésio Araújo já havia encontrado pegadas de duas pessoas, uma de sandálias, outra de sapatos, e confirmou suas suspeitas de que os dois homens mais procurados do país estavam ali bem próximos.

> Famintos, doentes, roupas esfarrapadas, eles não tinham a mesma condição de oferecer qualquer resistência. Há três dias, Zequinha carregava "Cirilo" em seus ombros. Alimentando-se só de rapadura e bebendo água nos tanques de gado, o temido o capitão Lamarca já havia entregue os pontos.[843]

Genésio Araújo contou que ajudou a carregar os corpos de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto, do local da execução até uma estradinha, onde foram colocados em uma das caminhonetes. Disse que fez tudo obrigado.

> Quando me aproximei os dois já estavam mortos. Vinham dois homens carregando o Zequinha e eu mais o Nicolau carregamos o corpo de Lamarca pendurado num pau até a estradinha. Neste dia cheguei em casa contrariado, aborrecido. O Zequinha era nosso amigo. Eu não faria aquilo de novo, mas fui obrigado. Dependesse de mim ninguém teria morrido. Se eu estivesse na hora, daria uns conselhos ao Zequinha para apaziguar as coisas.[844]

Vanderlino Sodré, morador de Pintada, conta os detalhes da caçada contra Carlos Lamarca e Zequinha Barreto na área da localidade, naquele 17 de setembro de 1971. No local da execução dos militantes do MR-8, Vanderlino Sodré recolheu algumas cápsulas de balas, utilizadas pelos agentes da repressão nas execuções de

---

842 Ibid., pp.259-260.
843 KOTSCHO, Ricardo. Sertão baiano lembra morte de Lamarca 20 anos depois. ***Jornal do Brasil.*** Rio de Janeiro, 15 set.1991, p.16.
844 Idem. p.16.

Carlos Lamarca e Zequinha Barreto. Sobre as várias versões da vinda dos dois de Ibotirama até a chegada a Pintada, ele declarou:

> Eu sei do roteiro que eles fizeram andando a pé, do asfalto para cá. Rio do Peixe, Carnaúba Grande, São Lourenço, Carnaubinha. Aí desceram até a Baraúna, Tamboril, Água Verde, Cristalândia, a antiga Canabrava, e chegaram aqui em Pintada. O verão, o sol estava intenso. O clima aqui estava na faixa de 30 a 35 graus. Eles estavam procurando sombra para descansar. O pé de baraúna nessa época tem folhas. A árvore que tem folhas nessa época aqui na região é a baraúna .[845]

Antes da execução de Lamarca e Zequinha Barreto, militares do Exército usaram um helicóptero para chegar à Pintada. Foram pedir aos moradores para denunciar as presenças de terroristas e que eles seriam recompensados. Tiveram uma conversa com Claudemiro Pacheco e com outras pessoas, segundo Vandelino Sodré Amorim.

> Militares do Exército vieram aqui. Desceram aqui num helicóptero, lá no barreiro, é lá encima, naquelas últimas casas. Rodaram, rondaram aqui, desceram lá e voltaram. Depois desse tempo foi que vieram de novo já para pegar eles [*se refere a Lamarca e Zequinha Barreto*]. Passados uns dias teve o pessoal que veio ter a conversa com Clodô e os moradores. Eles prometeram para Colodo que quem desse a informação pagava.[846]

Segundo Vanderlino Amorim, o major Nilton Cerqueira e sua equipe chegaram a Pintada e passaram a levantar informes sobre os militantes do MR-8 junto aos moradores e percorrer áreas.

> Chegaram aqui na Pintada ficaram rodando por lá. Dizem que eles vinham nos rastros deles. Trouxeram um rapaz do Tamboril, que viu eles passando. Foi José Oratório, colocaram ele na frente na caçada e quando chegaram na Canabrava pegaram outro rapaz, o Paschoal, que viu também Zequinha e Lamarca. Este também foi colocando na frente dos policiais, como escudo.[847]

Para Vanderlino Amorim, não foi Juraci Souza, o filho de Deonila, a primeira pessoa que viu Carlos Lamarca e Zequinha Barreto, em Pintada:

> Aristide Donato na época tinha entre 10 e 12 anos de idade . Aristide foi de manhã, umas nove horas, dar água aos animais e viu dois homens debaixo do pé de baraúna. Nizan, o pai dele, tinha uma rocinha para o lado de lá. Aristide viu os dois, voltou para casa. Chegou e falou para o pai que tinha dois homens andando no mato. Nizan disse: "não fala nada para ninguém, fica calado". O pai também não falou para ninguém.[848]

Em 2020, Celso Nenevê[849] viajou até Ibipetum, distrito de Ipupiara, onde se encontrou Aristides Donato, uma das últimas pessoas que viram Lamarca e Zequinha

---

[845] AMORIM, Vanderlino Sodré. Entrevista concedida para esta pesquisa. Pintada, 15 set. 2019.
[846] Idem.
[847] Idem.
[848] Idem.
[849] Celso Nenevê é criminalista, perito em balística e explosivos e integrou a Comissão Nacional da Verdade-CNV. In: **History estreia nova série nacional,** "Investigadores da História". 15 nov. 2022. Disponível em: https://telaviva.com.br/04/02/2020/history-estreia-nova-serie-nacional-investigadores-da-historia/. Acesso em 4 fev. 2020.

com vida. O objetivo era ouvir o que Aristides tinha para contar sobre a manhã daquele dia 17 de setembro de 1971. Para Nenevê, Aristides relembrou que viu duas pessoas em pé sob uma árvore. Foi levar os animais à roça e, ao voltar, elas ainda estavam lá. Comentou com o pai, que o aconselhou a não se envolver. Depois, ouviu muitos tiros e viu policiais fardados na região.[850]

Ainda de acordo com Vanderlino Sodré Amorim, Juraci Souza foi para o mato caçar e acabou vendo Lamarca e Zequinha, contando o que viu para Claudemiro Pacheco, "Clodô", que estava em sua vendola. Este, por sua vez, delatou a situação para o major Cerqueira que, junto com Genésio, já vinham seguindo os rastros dos militantes, chegando ao local com os homens, José Oratório e Paschoal e, armando o cerco.[851]

Vandelino Sodré Amorim disse que, depois da execução de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto, tentou se aproximar para ver os corpos, mas foi impedido pelos militares.

> Já tinham trazidos os corpos e colocaram naquele ponto de encontro lá. Vieram amarrados em paus e carregados pelos policiais. Ninguém aqui viu de perto. Não deixaram ninguém se aproximar não. Deixaram lá até a hora que a camionete Veraneio levou Lamarca e Zequinha para Brotas de Macaúbas.[852]

Contou Vanderlino Amorim que após as execuções de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto, os militares deram vários tiros para o alto numa comemoração, e isto colocou medo nos moradores de Pintada.[853]

No local onde o capitão Carlos Lamarca e Zequinha Barreto foram executados em Pintada, está instalado o Memorial aos Mártires em meio a uma área plana da caatinga. Uma cruz erguida indica exatamente onde Carlos Lamarca foi atingido pelos tiros disparados pelos seus executores. Junto à cruz está uma pedra. Lamarca e Zequinha já haviam percorrido mais de 300 quilômetros pelo caatinga da Chapada do Oeste da Bahia. Para chegar até o local das mortes, é preciso caminhar por um areal. O vento sempre levanta muita poeira. Ao lado do memorial, existe a figura de Zequinha carregando Lamarca nas costas.

---

[850] DONATO, Aristides. Entrevista concedida a Celso Nenevê. In: Investigadores da História. Direção: Tony Rangel. Apresentação: Mauro Yared e Celso Nenevê. Produção: Bioma Filmes. Brasil: History Channel, 2020. Disponível em https://drive.google.com/file/d/107Tldm18Mb5EB1iiwf0p1gq25qYRtzA9/view. Acesso em 21 jun. 2020.
[851] Idem.
[852] Idem.
[853] Idem.

Questionei Vanderlino Amorim se a pedra ao lado da cruz, era aquela sobre a qual Lamarca descansava a cabeça, quando foi cercado pela equipe do major Nilton Cerqueira.

> Esta aqui é parecida com a verdadeira. Quem colocou fui eu. Trouxe lá da igreja, nas costas e coloquei aqui. Veio uma reportagem aqui depois das mortes, levou a pedra e o embornal de Lamarca. Dizem que foi para Salvador. Tinha também o embornal dele. Eu mesmo não cheguei a ver. Disseram que tinha coco, rapadura, alho e fumo. Mas o pessoal que veio fazer a reportagem levou o embornal de Lamarca."[854]

Procurei saber de Vanderlino Amorim se a escolha do lugar para se esconder da repressão, em meio a caatinga de Pintada, era a melhor opção. Como um homem vivido na labuta do trabalho na área, ele considerou que não e apresentou outras alternativas que os militantes tinham para fugir de seus perseguidores.

> O acesso ali era fácil. Ficava próximo de uma estrada que ia para o Quebra Machado e não chega a 100 metros e por outro lado, outra estrada, que vinha da Cristalândia, a antiga Canabrava. Então eles estavam no meio. Entre uma estrada e outra. Se eles entrassem para um dos lados ficavam mais escondidos. Caminhando para entrar à direita, seguiriam para o Quebra Machado. Se fossem para o lado esquerdo, poderiam ir em direção a Sodrelândia. Eles entravam em outras roças, que passava um pouco de duas estradas. Todas as roças tinham proprietários. Eu achava que era melhor para ficar escondidos.[855]

Vanderlino Amorim relatou que, na tarde de setembro em Pintada, a maioria dos homens da comunidade participava de um mutirão para limpar um tanque, reunindo cerca de 30 pessoas. Quando os tiros foram ouvidos, todos correram assustados para suas casas. Ele afirmou que estava sozinho, regando alguns canteiros, e também correu ao escutar os disparos. Disse ainda ter ouvido que estavam matando os homens na parte de cima da localidade.[856]

Em relação a Zequinha Barreto, contou Vanderlino que somente esteve com ele duas vezes em Pintada. "Vi ele numa venda, tocando violão e bebendo. Veio também quando meu irmão casou, que teve uma festa. Eu sabia que era o Zequinha Barreto, que era de Brotas."[857]

Quem também viu a chegada dos militares e ouviu os tiros que executaram Carlos Lamarca e Zequinha Barreto em Pintada foi Joselita Sodré.

> No dia do acontecido eu estava na janela na casa de avós Paulina e Carlos. Eu estava sentada na janela e ouvi os tiros. Eu não vou sair daqui já que deram os tiros. Eles vieram com eles pendurados no pau [*faz gestos para explicar*

---

[854] AMORIM, Vanderlino Sodré. Entrevista concedida para esta pesquisa. Pintada, 15 set. 2019.
[855] Idem.
[856] Idem.
[857] Idem.

> *como os agentes da repressão estavam carregando os corpos de Lamarca e Zequinha Barreto*], e cada um segurando os paus nos ombros. Carregando como bodes. Os pés para cima e as cabeças para baixo. Depois jogaram eles no chão. Eram da polícia os que vieram trazendo os corpos. Eu não conhecia".[858]

Contou Joselita Sodré que os policiais foram até a casa onde estava e pediram água. Seu pai Raul pediu para ver os corpos, mas os agentes não permitiram. Joselita revelou ainda que "Zequinha Barreto era amigo da família e até animou a festa do casamento de seu irmão, cantando e tocando violão. Que na época dos fatos tinha 17 anos. Hoje estou tenho 55 anos."[859]

Revelou Joselita Sodré que se Zequinha não tivesse sido morto, iria pedir ajuda ao seu pai Raul, um lavrador em Pintada,

> [...] porque ele e meu pai só andavam juntos. Meu pai ficou triste porque eles eram amigos. E a gente não pode fazer nada. Quando eu tinha 15 anos o Zequinha veio aqui tocar violão no casamento de meu irmão, no mês de agosto, em casa de meus pais. Eles estavam fariando, ouvindo também uma radiola."[860]

Noêmia, outra moradora de Pintada, que pediu para omitir seu sobrenome, revelou que estava dentro de uma casa de farinha quando do cerco e execuções de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto. Ela declarou que, na hora dos tiros, estava com outras pessoas numa casa de farinha fazendo beiju, bem perto de onde aconteceram as mortes.

> A gente ouviu muita rajada e ficou com muito medo né. A gente se escondeu num quarto, eram três mulheres. Éramos Raquel, eu e Isabel. A gente ficou lá escondida por muito tempo. Não fomos ver os corpos. Estávamos amedrontadas. Eu tinha 11 anos na época."[861]

4.2 Laudo cadavérico de Lamarca

O capitão Carlos Lamarca não foi morto em combate na caatinga de Pintada, mas ao contrário, foi executado por um grupo de militares sob o comando do major do Exército Nilton Cerqueira, que era o comandante da Operação Pajussara. O laudo, que inclui fotografias da necropsia, registra que Lamarca recebeu sete tiros, sendo três pelas costas. O laudo escondido durante 25 anos, foi obtido com exclusividade pelo jornal *O Globo.* Carlos Lamarca, o guerrilheiro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), não foi morto em combate, conforme a versão oficial, que foi sustentada por décadas por Nilton Cerqueira, pelo Exército e pelos governos da ditadura civil-militar.

---

858 SODRÉ, Joselita. Entrevista concedida para esta pesquisa. Pintada, 18 set. 2009.
859 Idem.
860 Idem.
861 NOÊMIA. Entrevista concedida para esta pesquisa. Pintada, 18 set. 2009.

O laudo de cinco páginas, escrita dos dois lados com anexos e ilustrações das perfurações a bala e escoriações no peito e na cabeça, sofridas pouco antes da morte, além de fotografias da necropsia, mostra como Lamarca foi atingido pelos tiros desferidos contra ele.[862]

Nelson Massini, legista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na primeira análise do laudo e das fotos da necropsia, informou que os dados apontam que o guerrilheiro estava parado, sem oferecer qualquer risco para os seus perseguidores, quando foi morto a tiros.

> A concentração dos tiros no tórax dificilmente teria ocorrido num alvo móvel, a exemplo de uma pessoa correndo. As escoriações são um dado importante, porque, pela localização não poderiam ter acontecido de corrida no meio do mato. Nestas circunstâncias braços e a parte lado lateral do corpo apresentariam escoriações. Estes ferimentos são típicos de uma pessoa, que antes de morrer, foi arrastada ou levou pontapés.[863]

O legista Massini revelou ter ficado impressionado com a riqueza de detalhes do laudo assinado em 18 de setembro de 1971 pelos legistas Charles René Pittex e José Francisco dos Santos, já falecidos, do Instituto Legal Nina Rodrigues, da Secretaria da Segurança Pública da Bahia. Na avaliação de Massini, o cruzamento dos dados do laudo com os depoimentos das testemunhas da morte de Lamarca e o relatório de Cerqueira sobre o cerco da Operação Pajussura ao guerrilheiro, permitiram construir a versão definitiva do caso. Massini ressaltou sobre as lesões provocadas pelos tiros e as escoriações no corpo de Carlos Lamarca

> Além das descrições minuciosas das lesões provocadas pelos tiros e as escoriações, o laudo apresenta uma informação preciosa: "Cadáver magro, com aspecto de subnutrido (pesa 60 quilos para uma altura de 1,73m). Várias testemunhas disseram na época da morte de Lamarca que o capitão estava doente e com grandes dificuldades de locomoção. Esse fato reforça a tese que Lamarca foi facilmente dominado pelos militares que o surpreenderam, recostado numa árvore no meio da caatinga baiana.[864]

O laudo cadavérico registra que Carlos Lamarca sofreu tiros pelas costas na altura do ombro direito, no braço esquerdo e nas nádegas. Todas as balas atravessaram o corpo e saíram. Um outro atravessou a mão direita do guerrilheiro. Provavelmente, o objetivo pode ter sido para impedir que Lamarca sacasse sua arma e atirasse. O tiro, definido pelos legistas baianos como altamente mortal, entrou pela axila direita, saindo abaixo da axila esquerda: "O projétil número 3 atravessou o coração e ambos os

---

862 FURTADO, Bernardino**.** Laudo indica que Lamarca foi morto com sete tiros. ***O Globo***, Rio de Janeiro, 7 jul. 199**6,** p.12.

863 Idem., p.12.

864 Id., p.12.

pulmões". Os legistas concluem que "Carlos Lamarca faleceu (causa principal de anemia aguda). Hemorragia interna e externa, devido às lesões em ambos os pulmões e no coração, provocadas por projéteis de armas de fogo".[865]

O tiro que matou Carlos Lamarca foi disparado por um fuzil Fal 762[866] e lhe atravessou o tórax e o coração. Esse foi um dos sete disparos que atingiram o guerrilheiro, nenhum deles desferidos à queima roupa. Essa é a conclusão do terceiro laudo sobre a morte de Lamarca, finalizado, no dia 25 de julho de 1996 pelo perito Nelson Massini, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e por José Eduardo Reis, diretor do Instituto Médico Legal de Brasília.

> O laudo indica que foram sete os tiros que atingiram Lamarca. Os legistas tinham dúvidas quanto à trajetória de um deles, o que poderia reduzir a seis disparos. Depois de exame de dinâmica da cena, simulada em computador, os legistas concluíram que um sétimo tiro foi disparado no tórax esquerdo, quebrando a costela. Esse resultado (**sete tiros**) coincide com o primeiro laudo cadavérico feito pelo legista Charles Pittex, do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, em setembro de 1971. A diferença é que Pittex indicou como dois o que os legistas agora consideram apenas um tiro, de fuzil, que atravessou todo o tórax e o coração de Lamarca. Considerado o "tiro fatal", ele atravessou antes o braço direito.[867]

A descoberta do laudo de necropsia do capitão Carlos Lamarca joga por terra a versão da morte do guerrilheiro mais temido do Brasil, da década de 1970, feita pelo major do Exército, Nilton de Albuquerque Cerqueira, que foi secretário da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Com ferimentos tão graves, Lamarca não teria sobrevivido poucos segundos e ainda assim não teria energia vital para travar o diálogo de seis perguntas e cinco respostas com Cerqueira. O diálogo é descrito pelo próprio Cerqueira no relatório da "Operação Pajussara". "Ou o diálogo ocorreu antes dos sete tiros ou simplesmente não existiu", considerou o legista Lamartine de Andrade Lima, discípulo de Charles Pittex no Instituto Médico Nina Rodrigues, após ver o laudo cadavérico.[868]

---

[865] Idem., p.12.

[866] Em 1964, o Exército Brasileiro (EB) adotou o fuzil automático leve (FAL) 7,62 M964 (Fz 7,62 M964) como armamento individual padrão de combate, permanecendo até os dias atuais. O FAL utiliza a munição (Mun) 7,62x51mm NATO, que concede ao armamento uma alta precisão no engajamento dos alvos e grande letalidade. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10796/1/Cap_MACIEL_TCC.pdf . Acesso em 15 mai. 2025.

[867] FRANÇA, William. Laudo diz que tiro de fuzil matou Lamarca. ***Folha de São Paulo***. São Paulo, 26 jul. 1996, p.8. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/26/brasil/21.html. Acesso em 20 mai. 2025.

[868] GUIMARÃES, Joel Santos. Lamarca não teria condições de conversar**.** ***O Globo***, Rio de Janeiro, 7 jul. 1996, p. 15.

Algo que muitas pessoas desconhecem é que a autópsia de Carlos Lamarca foi documentada e que não pode exibida pela TV Globo, o que gerou atritos entre o comando militar e a direção da emissora. Na época, havia uma proibição imposta pelos militares quanto à divulgação da notícia da morte do líder revolucionário. No entanto, após uma negociação entre o comando do I Exército e o então chefe de reportagem da TV Globo, Aníbal Ribeiro, a morte de Carlos Lamarca pôde ser registrada. Apesar disso, a edição do *Jornal Nacional* daquele dia não trouxe maiores detalhes sobre o caso.

> Na manhã seguinte, Armando Nogueira e Alice-Maria decidiram que a Globo cobriria o assunto e enviaram para Salvador o repórter Amaury Monteiro e o cinegrafista Sabá. Como Lamarca fora morto no interior do estado, seu cadáver só chegaria ao Instituto Médico Legal da capital baiana naquele dia. Sabá conseguiu registrar com sua câmera muda, uma Bell & Howell, toda a autópsia de Carlos Lamarca. Mas o filme não pôde ser exibido. Enviado para o Rio por avião, por intermédio de um comissário de bordo, o material foi confiscado pela censura na sala de montagem da TV Globo.[869]

O legista Charles Pittex contou para os repórteres da TV Globo todos os detalhes da necropsia que realizou no cadáver de Carlos Lamarca. Mas, novamente a censura da ditadura civil-militar interveio, uma vez que as imagens comprometiam o Exército.

> O repórter e o cinegrafista não desistiram. Na casa do legista responsável pela autópsia, conseguiram que o médico, a partir de um mapa do corpo de Lamarca, descrevesse em detalhes o laudo cadavérico. As explicações foram registradas com uma câmera sonora. Resultado do exame: o guerrilheiro tinha sido executado, levado vários tiros, em sua maioria pelas costas. Não fora uma morte em combate, como dizia a versão oficial. Como a informação comprometia o Exército, mais uma vez as imagens foram censuradas.[870]

A censura e as ameaças contra o veículo de comunicação não impediram que a TV Globo, no seu programa de maior audiência nacional, o *Jornal Nacional,* informasse aos telespectadores os detalhes obtidos, junto ao médico legista Charles Pittex sobre a autópsia de Carlos Lamarca, realizada no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues em Salvador.

> O *Jornal Nacional* não deixou de divulgar as informações obtidas com o médico legista, fato que irritou os militares. No dia 21 de setembro, Roberto Marinho recebeu um ofício da Central de Inteligência do Exército advertindo que a notícia tinha sido transmitida de uma forma que contrariava os objetivos pretendidos pelos órgãos de segurança. Segundo o documento, Cid Moreira teria lido as informações com ar de deboche, apresentando Lamarca como "um mártir, vítima da brutalidade de seus algozes do Exército.[871]

---

869 AUTÓPSIA documentada. *TV Globo.* Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-250488,00.html. Acesso em 13 ago. 2010.

870 Ibid., p.8.

871 Idem, p.8.

Ao fazer sua análise sobre a luta armada como projeto revolucionário visando a mobilização das massas revolucionárias do Movimento Revolucionário Oito de Outubro-MR-8, que passou a contar com a participação do capitão Carlos Lamarca, em área de campo, Denise Rollemberg considera que a Organização estava isolada, assim como também se encontrava Lamarca. No entendimento da autora, existe uma ligação simbólica entre a morte do capitão guerrilheiro e a morte da luta armada.

> Lamarca no sertão, seco, magro, isolado, à espera de uma revolução que não vinha, que não viria. A chegada dos militares [...] a fuga desesperada de Lamarca e Zequinha, que carregava o capitão que se esvaía, que não sabia que Iara havia morrido. [...] O isolamento, o cerco, a perseguição, com as forças que de tão desproporcionais eram absurdas. O tiro de misericórdia em Lamarca, em Zequinha, na luta armada. Morreram ali, na aridez do sertão, tentando frutificar uma terra infértil. A vida e a morte de Lamarca, como a vida e a morte da luta armada .[872]

As mortes de Carlos Lamarca, Zequinha Barreto, Luiz Antônio Santa Bárbara, Otoniel Campos Barreto, a prisão e os tiros desferidos contra Olderico Barreto, as torturas que sofreu, além das ameaças contra os moradores de Buriti Crtistalino, foram os rastros de sangue deixado para trás pelos executores da Operação Pajussara. A ação civil-militar resultou com o fim da área base de campo do MR-8. Por muito tempo perdurou as apreensões, o pânico, o medo e um clima de insegurança entre os que habitavam o município de Brotas de Macaúbas. O "acontecido" é como eles se referem a Operação Pajussara, executada entre os dias 28 de agosto e 17 de setembro de 1971 na região Oeste da Bahia. A guerrilha da Organização de esquerda que não aconteceu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve objetivo de investigar as motivações que levaram o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) a montar áreas de campo na Bahia para formação de grupos guerrilheiros e ampliar a luta revolucionária contra a ditadura civil-militar que se implantou no país após o golpe de 1964. Além analisar o conteúdo da ação político-ideológica empreendida pelo MR-8 na Bahia, em Salvador e nas áreas de campo de Buriti Cristalino e Cangula, que resultou no cerco a Buriti Cristalino, com a execução de quatro dos seus militantes pela Operação Pajussara. Buscamos identificar quais foram os impactos da desarticulação do MR-8, com prisões, torturas e mortes de

---

[872] ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada **.** In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (orgs). **O tempo de ditadura**. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol.4. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.75

seus militantes na capital e interior da Bahia, além estabelecer qual foi relação entre a estratégia de defesa e segurança do MR-8 acerca das áreas de campo e dos seus militantes, com a articulação, montagem e objetivo da Operação Pajussara. No estudo e com base em documentação e nas entrevistas realizadas foi possível analisar a relação de conquista de militantes, simpatizantes, os envolvimentos e as consequências que sofreram com a execução da Operação Pajussara os que tiveram envolvimento direto ou indireto com a os militantes da Organização de esquerda, nas áreas de campo de Cangula, em Alagoinhas, e em Buriti Cristalino em Brotas de Macaúbas.

Buscamos também discutir a execução de Carlos Lamarca e seus companheiros, pelos militares e agentes da repressão. Outro destaque desta dissertação foi ampliar o debate em relação as ações de conquistas de simpatizantes e apoiadores, de práticas de ideologia e do trabalho político de conscientização das massas pelo MR-8.

Pesquisamos nas documentações do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8 e levantamos junto a direção nacional da organização quais os critérios estabelecidos para montagem das áreas de campo na Bahia. Nas entrevistas e na documentação do MR-8 e nos processos judiciais militares encontramos a resposta para o questionamento da dissertação.

Os critérios estabelecidos pela direção do Movimento Revolucionário Oito de Outubro–MR-8**,** para a escolha da região da Chapada Diamantina, para área de campo da organização em Buriti Cristalino. O primeiro critério foi a situação objetiva da população, sua miséria extrema, sua fome crônica, suas doenças e seu abandono por qualquer tipo de governo. Através do jornal *Resistência* a direção do MR-8 ressaltou que a ditadura nunca teve como objetivo seu apresentar soluções para miséria de qualquer região e as soluções regionais que ela empreende visam invariavelmente à satisfação dos interesses de grupos econômicos imperialistas. Outros critérios estiveram presentes na escolha de Buriti Cristalino para área de campo. A extensão da região, as boas condições militares do ponto de vista topográfico, a ausência de centros de concentração de tropas e a existência de liderança já afirmada. Destacou liderança e o papel de Zequinha Barreto na região, que exerceu desde novo uma influência grande sobre aquela população. Ressaltou a ida de Luiz Antônio Santa Bárbara para a região, que juntos com outros companheiros com estreitas e vínculos com a população camponesa local, que trabalharam as condições para a recepção de outros companheiros, mais experientes, quanto à preparação do trabalho de campo.

Considerou a direção da Organização de esquerda quer Carlos Lamarca e outros companheiros que estavam clandestinos na região, desenvolviam montagem de rede de apoio, além da articular os grupos de combates e a educação político-militar dos camponeses que iam se integrando ao movimento. Como instrumento de educação editavam um caderno de educação, o "*Luta Camponesa*", com objetivo formativo de caráter, para ir ampliando aquela visão menor para a visão maior da guerra revolucionária.

O MR-8 tratou do problema da queda da área de campo de Buriti Cristalino, com a execução da Operação Pajussara e das responsabilidades da situação do processo de queda desta área a partir da cidade, do cerco e dos combates ocorridos por problema de segurança e apuração de responsabilidades, que não podia ainda divulgado, através do jornal *Resistência*.

Em relação a morte de Carlos Lamarca o comando do MR-8 fez questionamentos. Que em Buriti Cristalino a militância desenvolvia trabalho e ações dos revolucionários. Enfatizando que o "Comandante Lamarca", cuja morte deixou muitas interrogações e diferentes sensações. Denunciou o MR-8 que a ditadura, que procurou dar uma ideia de Lamarca fugitivo, abandonado e traído. Mas, considerou o MR-8 era justo preservá-lo do ódio da ditadura, mas incorreto afastá-lo da prática revolucionária. Que ditadura divulgou os fatos à sua maneira, procurando confundir o povo e os revolucionários. Argumentou a Organização de esquerda, através do *Resistência*, que seus militantes não eram fatalistas e não optaram pelo determinismo da morte, na prática revolucionária. E que morte e prática não andam sempre juntas. Sendo a prática uma constante, a morte um episódio, assim como a derrota é uma contingência e a vitória um fim.

As mortes de Carlos Lamarca, José Campos Barreto, Luiz Antonio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto já estavam autorizadas tanto pela missão da Operação Pajussara como pelo manual de contraguerrilhas do Exército.

O capitão Carlos Lamarca não foi morto em combate na caatinga de Pintada, mas ao contrário, foi executado por um grupo de militares sob o comando do major do Exército Nilton Cerqueira, que era o comandante da Operação Pajussara. O laudo, que inclui fotografias da necropsia, registra que Lamarca recebeu sete tiros, sendo que três pelas costas. O laudo escondido durante 25 anos, tendo sido obtido com exclusividade pelo jornal *Globo.* Carlos Lamarca o guerrilheiro do Movimento Revolucionário Oito

de Outubro (MR-8), não foi morto em combate, conforme a versão oficial, que foi sustentada por décadas por Nilton Cerqueira, pelo Exército e pelos governos da ditadura civil-militar.

O tiro que matou Carlos Lamarca foi disparado por um fuzil Fal 762 e lhe atravessou o tórax e o coração. Esse foi um dos sete disparos que atingiram o guerrilheiro, nenhum deles disparados à queima roupa. Essa é a conclusão do terceiro laudo sobre a morte de Lamarca, finalizado, no dia 25 de julho de 1996 pelo perito Nelson Massini, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e por José Eduardo Reis, diretor do Instituto Médico Legal de Brasília.

Espero que esta dissertação possa contribuir e ampliar a possibilidades de novos trabalhos da pesquisa histórica em nível acadêmico sobre as ações do MR-8 na Bahia. E da luta revolucionária da Organização da esquerda armada em Salvador e nas áreas de campo no interior do Estado. Considero que a abertura de acervos documentais em nível estadual e nacional, antes interditados pela ditadura, além dos relatos de militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) possam contribuir nos trabalhos históricos. E que, aqueles que sobreviveram as torturas nas prisões, além das memórias subterrâneas dos simpatizantes e aliados, que por medo ou ameaças, não puderam ser ouvidos e entendidos, seus relatos tenham a devida importância, para se contrapor as versões dos militares e dos agentes da repressão. Prevaleceu durante décadas a verdade dos que venceram pela força, pela violência física e psicológica, e em muitos casos, matando e ocultando os corpos dos que estavam na luta revolucionária contra a ditadura civil-militar no Brasil.

FONTES

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH (FUNDO BRASIL: NUNCA MAIS – UNICAMP)

PROCESSOS

BNM 052/71 (processo em nome de Olderico Campos Barreto que apresenta a tentativa de implantação do MR-8 no interior da Bahia, na região de Brotas de Macaúbas, o cerco e as mortes de Luís Bárbara, Otoniel Campos Barreto, José Campos Barreto e Carlos Lamarca);

BNM 091/70 (apura a estrutura do PCBR);

BNM 192/71 (apura a estrutura e o funcionamento do MR-8, a partir da prisão de 25 militantes);

BNM 212/70 (sobre a morte do sargento da Aeronáutica, cujos principais envolvidos são os militantes Theodomiro Romeiro dos Santos e Paulo Pontes da Silva);

BNM 612/70 (investiga o assalto ao Banco da Bahia na Liberdade, realizado pelo PCBR) Relatório da Operação Registro do II Exército. Quartel General- EMG /3ªSeção. São Paulo. 1970.

BNM 190/71 (processo 94/71-S sobre o MR-8 em ações no Rio de Janeiro em 1971);

BNM 271/70 (funcionamento da VAR-Palmares na Bahia);

BNM 638/71 (se refere ao processo 17/71 de ações armadas do MR-8 do Rio de Janeiro).

RELATÓRIO da Operação Pajussara, do Ministério do Quartel General. 2ª Seção. Salvador - Bahia, 1971.

ARQUIVO NACIONAL

DOSSIÊ - Gabinete da Presidência da Petrobras. 1970-1977. Arquivo Nacional: Fundo Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, BR RJANRIO HF.0.SEG.5.

INFORMAÇÃO n° 0222/CISA-ESC RCD. Rio de Janeiro, 27 jun. 1972. Arquivo Nacional: Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72047375. 79.

AUDIOVISUAL

AUTÓPSIA documentada. TV Globo. Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-250488,00.html. Acesso em 13 ago. 2010.

DO BURITI à Pintada. Lamarca e Zequinha Barreto. Direção: Renaildo Pereira dos Santos. Salvador: Portfolium Laboratório de Imagens, 2011. 58 min.

DONATO, Aristides. Entrevista concedida a Celso Nenevê. In: Investigadores da História. Direção: Tony Rangel. Apresentação: Mauro Yared e Celso Nenevê. Produção: Bioma Filmes. Brasil: History Channel, 2020. Disponível em https://drive.google.com/file/d/107Tldm18Mb5EB1iiwf0p1gq25qYRtzA9/view. Acesso em 21 jun. 2020.

EM BUSCA DE IARA. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min).

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SÃO PAULO/RUBENS PAIVA

GOMES, Gilberto, Depoimento à 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev. 2025.

MIRANDA, Ana. 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade São Paulo/Rubens Paiva. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev. 2025, p.42-43.

VASCONCELOS, Denilson Ferreira. Depoimento à 49ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 20 fev.2025.

VASCONCELOS, Lúcia Murat. Depoimento à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo/Rubens Paiva. 7 jun. 2013. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes. Acesso em 21 fev. de 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

BARROSO, Lúcio Valle. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade-CNV. Rio de Janeiro, 9 jun. 2014. Disponível em:https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo11/Cap.%2011%20-%20Nota%2049%20-%2000092.001281_2014-40%20-%20Lucio%20Valle%20Barroso%20-%2009.06.2014%20-%20rp.pdf. Acesso em 20 fev. 2023.

BENJAMIN, César Queiroz. Depoimento a militares do CIE. Rio de Janeiro, 12 out. 1971.

CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Depoimento à Auditoria da 6ª Região Militar. Salvador, 21 fev. 1972.

_____. Depoimento ao Departamento da Polícia Federal-Delegacia Regional da Bahia. Salvador, 30 set. 1971.

_____. Depoimento ao Inspetor da Polícia Federal Ary Guimarães de Almeida, na Delegacia da Polícia Federal. Salvador, 30 set.1971.

CONCEIÇÃO, Edson Moreira da. **Termos de Declarações**. Depoimento ao Departamento da Polícia Federal. 15 out. 1971.

GOMES, Solange Lourenço. Depoimento no Auto de Qualificação no Departamento de Polícia Federal. Salvador, 30 mar. 1971.

LIMA, Heleno Araújo. Depoimento à Polícia Federal. 10 mai. 1971.

LIVI, Celso Pohlmann. Comunicação ao presidente da Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos. *In:* Documentos Revelados. Disponível em: https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/001-dossie-comissao-especial-mortos-desaparecidos.pdf.

REIS, Waldemar dos. **Termos de Declarações**. Depoimento ao Departamento da Polícia Federal. 15 out. 1971.

RELATÓRIO da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Disponível em:

https://www.google.com/search?q=comiss%C3%A3o+nacional+da+verdade+relat%C3%B3rio+final&sca_esv=7871e83a82f86ad9&sxsrf=ADLYWIJTpv-. Acessado em fev. de 2024

RELATÓRIO da Operação Pajussara, do Ministério do Quartel General. 2ª Seção. Salvador - Bahia, 1971.

SILVA, Reuel Pereira da. Depoimento à Auditoria da 6ª Região Militar. 23 mar. 1972.

_____. Depoimento ao Departamento da Polícia Federal, na Delegacia Regional. Salvador, 25 out.1971.

SOUZA, Antônio Ferreira de. Depoimento a Ary Guimarães de Almeida, inspetor da Polícia Federal, na Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal. Salvador, 18 out. 1971.

_____. Depoimento à Auditoria da 6ª Região Militar. Salvador, 23 mar. 1972.

FONTES IMPRESSAS

A TARDE, Salvador, 05 de março de 1971.

A TARDE, Salvador, 14 de fevereiro de 1969.

A TARDE, Salvador, 29 de agosto de 1969.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29 de agosto de 1969

CooJORNAL, Porto Alegre, agosto de 1976.

CORREIO DA BAHIA, Salvador, 31 de agosto de 2009.

JORNAL DA BAHIA, Salvador, 18 de outubro de 1969.

JORNAL DA BAHIA, Salvador, 06 de abril de 1970.

JORNAL DA BAHIA, Salvador, 05 de setembro de 1970.

JORNAL DA BAHIA, Salvador, 19 à 26 de março de 1971.

ÚLTIMA HORA, Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1969.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1969.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1969.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 15.09.1991.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1969.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1969.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1971.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 07 de julho de 1996.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1971.

ESTADÃO, São Paulo, 27 de julho de 1969.

ESTADÃO, São Paulo, 28 de julho de 1971.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 10 de julho de 1987.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 20 de maio de 2018.

BAFFA, Ayrton. A sombra da baraúna termina caçada. **Estadão.** São Paulo, 16 set. 1981.

BAFFA, Ayrton. A sombra da baraúna termina caçada. **Estadão.** São Paulo, 18 set. 1981, p.9.

FRANÇA, William. Laudo diz que tiro de fuzil matou Lamarca. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 26 jul. 1996, p.8. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/26/brasil/21.html. Acesso em 20 mai. 2025.

FURTADO, Bernardino**.** Laudo indica que Lamarca foi morto com sete tiros. ***Globo*****,** Rio de Janeiro, 7 jul 199**6,** p.12.

GRILLO, Cristina. Carcereiro e policial contestam Exército. ***Folha de São Paul****o*. São Paulo, 15 jul. 1996, p.11.

GUIMARÃES, Joel Santos. Lamarca não teria condições de conversar**.** ***O Globo***, Rio de Janeiro, 7 jul. 1996, p. 15.

INSTRUÇÕES Provisória**s**. O Pequeno Escalão nas Operações de Contraguerrilhas.

JOVEM arrependida repudia terrorismo. ***Jornal do Brasil***, Ano LXXXI, Nº 95, 28 de jul. 1971, página 14-1º Caderno. Disponível em: https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19710728&printsec=frontpage&hl=pt-BR. Acesso em 15 mar. 2024.

JOVEM denuncia o terror que a usou. ***O Estado de São Paulo***, 28 de jul. 1971, p. 12. Disponível em:https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710728-29543-nac-0012-999-12-not. Acesso em 16 mar. 2024.

KOTSCHO, Ricardo. Sertão baiano lembra morte de Lamarca 20 anos depois. ***Jornal do Brasil.*** Rio de Janeiro, 15 set.1991, p.16.

MARCONI, Paolo. Perseguição e morte de Lamarca. ***CooJORNAL***, Porto Alegre, ago. 1979, p.16.

O DIÁRIO de Lamarca. Folhetim nº 543. ***Folha de São Paulo***. São Paulo, 10 jul. 1987.

SALGADO, João Lopes. Eu estava lá. ***Advir.*** Rio de Janeiro. Nº 22, p.138, out. 2008. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/view/12687535/advir-22-asduerj. Acessado em 10 nov. 2024.

STM dá prisão perpétua para Theodomiro e absolve Paulo. ***Jornal da Bahia***, Salvador, 15 jun. 1971. p. 3, 6.

TERRORISTA arrependida revela: Sexo é a arma para atrair jovens à subversão. ***O Globo,*** 28 de jul. 1971, p.8.

THEODOMIRO e Paulo foram a julgamento. **Jornal da Bahia**, Salvador, 13 abr. 1971. p. 3.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA SÃO PAULO

SOLANGE Lourenço Gomes. **Memorial da Resistência São Paulo.** Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/solange-lourenco-gomes/. Acesso em 22 abr. 2024.

SERGIO Furtado. **Memorial da Resistência São Paulo.** Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/sergio-furtado/. Acesso em 20 abr. 2024.

ENTREVISTAS

Por Sandra Regina Barbosa da Silva

MR-8

1. João Luis da Silva Ferreira (Juca Ferreira). Entrevista concedida em 18 abr. 2002 e 31 mai. 2002.
2. José Carlos Souza. Entrevista concedida em 16 nov. 2001.
3. Renato Amorim da Silveira. Entrevista concedida em 19 mar. 2002.
4. João José Reis. Entrevista concedida em 27 abr. 2001.

VAR-Palmares

1. Carlos José Sarno. Entrevista concedida em 29 set. 2001 e 26 mar. 2002.
2. Jurema Ribeiro Valença. Entrevista concedida em 28 jul. 2001.
3. Ubiratan Castro de Araújo. Entrevista concedida em 29 set. 2000 e 04 out. 2000.
4. Amílcar Baiardi. Entrevista concedida em Salvador, 16 ago. 2002.
5. Rui Pinto Paterson. Entrevista concedida em 08 jun. 2002.

PCBR

1. Paulo Pontes. Entrevista concedida em 28 ago. 1999 e 08 abr. 2000.
2. Dirceu Régis Ribeiro. Entrevista concedida em 06 jul. 2001.
3. Carlos Valente. Entrevista concedida em 10 ago. 2001 e 04 ago. 2001.

Por Juliana Marques Nascimento

MR-8

1. Rui Berford Dias. Entrevista concedida em Madrid, 20 abr. 2023.
2. João Lopes Salgado. Entrevista concedida no Rio de Janeiro, 08 dez. 2020.
3. Irani das Graças Martins. Entrevista concedida no Rio de Janeiro, 03 dez. 2020.
4. José Carlos de Souza. Entrevista concedida em 26 mar. 2021.

Por Judith Patarra

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra. Entrevistas concedidas a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. Carlos Alberto Muniz, Cesar Queiroz Benjamin, José Carlos de Souza e João Lopes Salgado.

Observação: Patarra não colocou locais e datas nas entrevistas

MR-8

1. Carlos Alberto Muniz
2. José Carlos de Souza
3. João Lopes Salgado
4. Cesar Queiroz Benjamin.

Por Marcelo Godoy

MR-8

1. Carlos Alberto Muniz. Entrevista concedida em 20 jun. 2016.
2. João Lopes Salgado. Entrevista concedida em 20 jun. 2016.

3. José Carlos de Souza. Entrevista concedida em 16 jun. 2016.
4. Waldir Fiock da Silva. Entrevista concedida em 16 jun. 2016; 16,17, 19 e 27 dez. 2015; 16,17 e 20 mai. 2016 e 17 jun. 2016.

CISA

1. Capitão Antônio Pinto. Entrevista concedida em 16 e 17 dez. 2015.

Por Fabrício Teló

MR-8

1. João Lopes Salgado. Entrevista concedida em 27 jan. 2017.

Por Wilson Mário Pinheiro Silva

1. Maria Ferreira Santa Bárbara. Entrevista concedida em 20 out. 2010.
2. Raimundo Rocha Martinez. Entrevista concedida em 11 out. 2010.

MR-8

3. Franklin Martins. Entrevista concedida em 19 dez. 2009.
4. José Carlos de Souza. Entrevista concedida para esta pesquisa. Salvador (Colégio Oficina), 28 out. 2022.
5. João Lopes Salgado**.** Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.
6. Olderico Campos Barreto. Entrevista concedida para esta pesquisa. Buriti Cristalino, 20 set. 2009.

Agente da Polícia Federal

7. Emanuel Cerqueira Campos. Entrevista concedida para esta pesquisa. Santa Terezinha, 4 mai. 2023.

Moradores de Brotas de Macaúbas

8. Maria da Glória Rodrigues Gervásio. Entrevista concedida para pesquisa em 17/09/2019.
9. Jurandir Martins Rosa do Espírito Santo. Entrevista concedida para a pesquisa em 17/08/2009.
10. Zélia Barreto Donato. Entrevista concedida para a pesquisa em 18/09/2018.
11. Sebastião Fernando Farias. Entrevista concedida para pesquisa em 17/09/2019.

Moradores de Buriti Cristalino

12. Manuel José da Silva, "Manuel de Senhor". Entrevista concedida para esta pesquisa. Buriti Cristalino, 19 set. 2009.

13. Olival Campos. Barreto. Entrevista concedida para esta pesquisa. Buriti Cristalino, 18 set. 2009.

14. Maria Dolores Campos Barreto. Entrevista concedida para esta pesquisa. São Paulo, 21 abr. 2013.

15. Geraldo Maciel Barbosa. Entrevista concedida para esta pesquisa. Brotas de Macaúbas, 16 set. 2018.

Moradores de Pintada

16. Vanderlino Sodré Amorim. Entrevista concedida para esta pesquisa. Pintada, 15 set. 2019.

17. Joselita Sodré. Entrevista concedida para esta pesquisa. Pintada, 18 set. 2009.

18. Noêmia. Entrevista concedida para esta pesquisa. Pintada, 18 set. 2009.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, Maria H. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes, coordenadoras. **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANJOS FILHO, Zenir Rodrigues dos, **Carlos Lamarca - Significação Mítica e História** [mestrado] apresentada ao programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Uberlândia-UFU-Uberlândia. Minas Gerais. 2004.

ATHAYDES, Jefferson Godoy, **O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)**: da luta armada à luta pelas liberdades democráticas (1969-1976)" [mestrado] na Unicamp. Campinas-São Paulo. 2016.

BASTOS, Natalia de Souza. **Mulheres em armas**: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2004.

BENEVIDES, Sílvio César O. **Proibido proibir:** uma geração na contramão do poder, o movimento estudantil na Bahia e o jovem. 1999. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BOFF, Leonardo. Prefácio. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BOTTOMORE, Tom (edição). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Direito à verdade e à memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Investigação da CNV revela o destino de Felix Escobar. 28/01/2015. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/editoria/cidadaniainclusao/2015/01/investigacao-da-cnvrevelao-destino-de-felix-escobar Acessado em: 04/07/2018.

BRITO, Antônio M. F. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA** (1964-1969). 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BURK, Peter. **O Que É História Cultural?** Ed. Zahar, 2000.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo. **Desaparecidos políticos**: Prisões, sequestros, assassinatos. Edições Opção-Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ.1979.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória**: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

CARONE, Edgar. **O P. C. B.** (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982. v. 3.

CARVALHO, Luiz M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CARVALHO NETO, Joviniano S. de. **Theodomiro**: os limites da mídia e da anistia: a imprensa baiana e o primeiro condenado a morte na República. 2000. 502 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

CERQUEIRA, Ruy. **Santa Bárbara:** o estudante da guerrilha – a vida e a trajetória política de único estudante de Feira de Santana que se tornou guerrilheiro. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2002.

CODARIN, Higor. Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971), **Diálogos,** *23*(2), 140-161. https://doi.org/10.4025/dialogos.v23i2.42227.

_____. **O MR-8 na luta armada**: as armas da crítica e a crítica das armas. – 1ª. – São Paulo: Alameda. 2019.

CRESTA, Isolda; SILVA, Luiz Sérgio Lima e. **Isolda Cresta**: Zozô Vulcão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CRUZ, Carlon. **Lamarca no Sertão do São Francisco**. Gráfica de Brejinhos; Oliveira dos Brejinhos.BA. 2011.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Ação política e poder de classe. 3ª ed. Editora Vozes.1981.

ESCARIZ, Fernando. **Porque Theodomiro fugiu**: última entrevista na prisão, integra do depoimento na clandestinidade. Salvador: Emita Serviços Gráficos, 1979.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia** (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3)

FICO, Carlos. **O Golpe de 64: Momentos decisivos**. Rio de Janeiro: 1ª edição - Editora FGV, 2014.

GODOY, Marcelo. **Cachorros**: A história do maior espião dos serviços secretos militares e a repressão aos comunistas até a Nova República. - 1ª ed.- São Paulo: Alameda, 2024.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução a pesquisa**: projetos e relatórios. 2ª ed. São Paulo. Loyola, 2003.

HEYMANN, Luciana. **O "devoir de mémoire" na França contemporânea**: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca, o capitão da guerrilha**. 15. ed. São Paulo: Global, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora Unicamp. 1994.

MACIEL, Wilma Antunes. Repressão Judicial no Brasil: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na justiça militar (1969-1971). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MARIGHELLA, Carlos. **Manuel do Guerrilheiro Urbano**. [s.l]: [s.n], 1969.

NASCIMENTO, Higor Codarin. **A arma da crítica e a crítica das armas**: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1972). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

NASCIMENTO, José; MACIEL, Lício**. Orvil:** Tentativas de tomada do poder. São Paulo: Schoba, 2012.

NASCIMENTO, Juliana Marques do. **Além da "musa da esquerda"**: uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944-1971). Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

NERY**,** Virgílio Sena. **Entre lutas e despedidas**: da Dissidência Comunista da Guanabara à autocrítica do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1966-1976)" [mestrado] na Universidade Federal da Bahia -UFBA. 2016.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares, Tradução: Yara Aun Khoury 1993.

OLIVEIRA, Antonio E. A. de. **O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70.** 2002. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

PATARRA, Judith L. **Iara:** reportagem biográfica. 3.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

PAMPLONA, Mariana. **Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros**. 2009. 122 p. Dissertação [mestrado] - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, São Paulo

PORTELLI, Alessandro. **Memória e Diálogo**: Desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: História Oral: desafios para o século XXI. Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. - Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. **O que faz a história oral diferente**. Petrópolis, RJ: Vozes**,** 2002**.**

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silencio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.02, nº 03,1989.

PONTES, Paulo. **Memória da Resistência na Ditadura e Depois**. Recife, MMM Produtos Culturais, 2018

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel. A; SÁ, Jair F. de. **Imagens da Revolução - documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-197**1. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/imagens.pdf Acesso em: 15 maio 2022.

_____. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São

Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990.

REMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. Edição - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993

_____. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O arquivo ou o indício de uma falta**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

_____. **Rumo a uma globalização da memória** -. História Revista, Goiânia, v. 19, n. 1, 2014.

RISÉRIO, Antônio. Reforma e ampliação de 1971. In: DIAS, Karlo, OLIVEIRA, Rodrigo, VASCONCELOS, Fabio. **Fonte de emoções:** tempo e narrativa do Estádio Octavio Mangabeira, conhecido como Fonte Nova. Disponível em: http://fontedeemocoes.blogspot.com/2009/05/reforma-e-amplicacao-em-1971.html. Acesso em: 26 dez. 2024.

ROLLEMBERG, D. Carlos Marighela e Carlos Lamarca: Memórias de dois revolucionários. **Acervo**, *[S. l.]*, v. 21, n. 2, p. 105–122, 2011. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/298.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lúcília de Almeida (orgs). **O tempo de ditadura**. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol.4. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. Revista História. Goiânia, v. 19, n. 1. 2014.

_____. **A memória não é mais o que era**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

SANTOS, Taylan Santana. **A história do MR-8 e os desdobramentos da Operação Pajussara na Bahia** [Mestrado] em História Regional e Local – PPGHIS. Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – PPGHIS, Campus V. 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva – tradução Rosa Freire d'Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Izabel Pimentel da. **Os filhos Rebeldes de um Velho Camarada**: A Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969), [mestrado] no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia- Departamento de História. Universidade Federal Fluminense-UFF. Rio de Janeiro. 2009.

SILVA, Wilson Mário Pinheiro. **A guerrilha da esquerda baiana contra a ditadura**: (Des)contando a vida de Luiz Antonio Santa Barbara (1964-1973) na Faculdade de Ensino Superior de Feira de Santana-FAESF, Feira de Santana, em 2010.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971) - Salvador: EDUFBA, 2013.

STM. **Autos Findos 90**. Bahia, 2 volumes, 1975.

SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários:** Memórias da guerrilha perdida. 6ª ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1980.

TAVARES, Flávio. **1964: O Golpe.** Editora: L&PM. 2014.

TELÓ, Fabricio, **Organizações armadas e camponeses**: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975). Tese [Doutorado] na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2019.

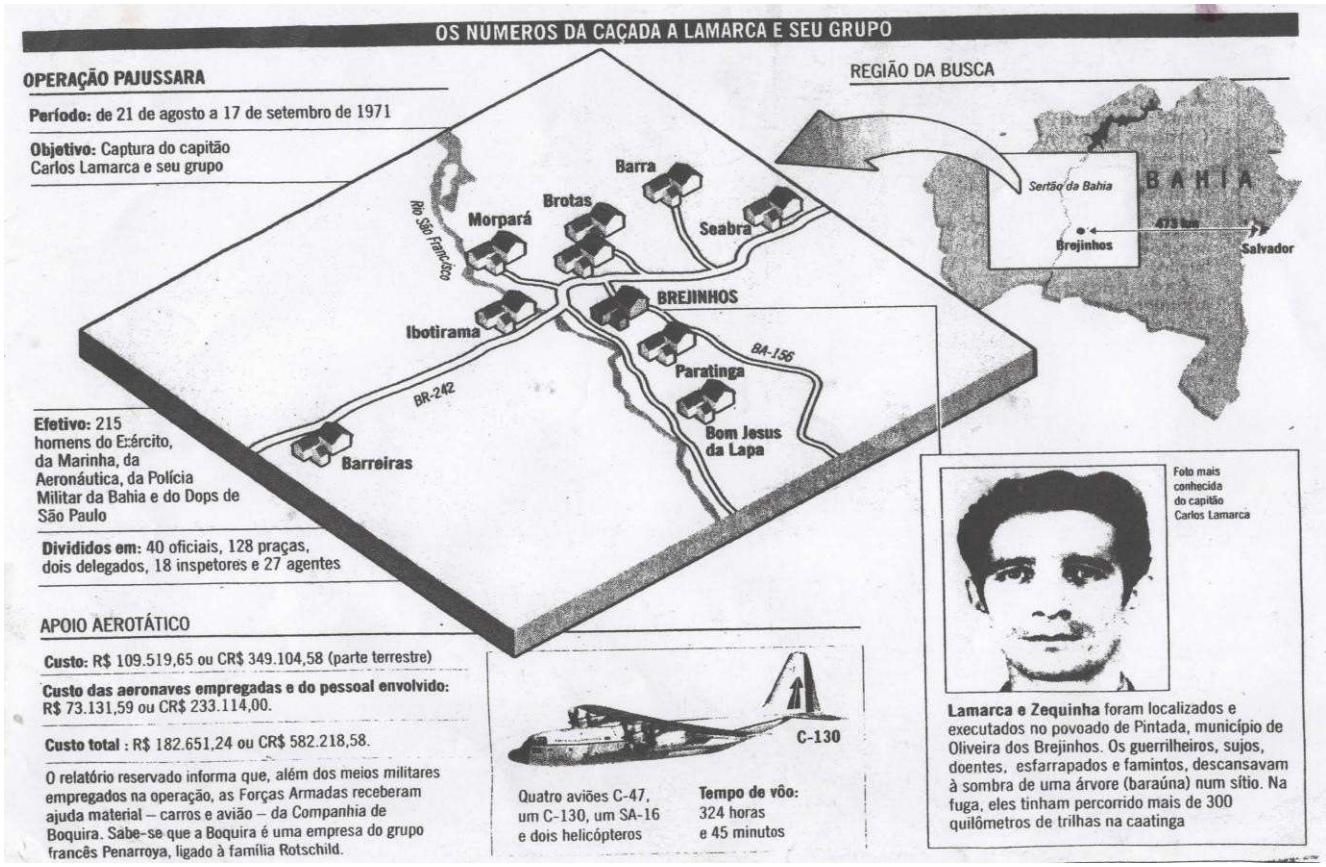
TRAVERSO, Enzo. O **passado**, **modos de usar**: história, memória e política. Lisboa, Edições Unipop, 2ª ed. 2012.

VALLI, Virgínia (org.) **Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

ANEXOS

Anexo 1

Os números da Operação Pajussara
O Globo edição de 07 de julho de 1996. Caderno País, p.15.



Anexo 2

Laudo atesta que tiro de fuzil matou Carlos Lamarca. Folha de São Paulo. 26 de julho de 1996. Caderno Brasil, p.8.

1 ■ 8 brasil terça-feira, 26 de julho de 1996 FOLHA DE S.PAULO

REGIME MILITAR *Sete tiros foram dados no guerrilheiro, nenhum deles à queima-roupa, segundo análise de perito*

Laudo diz que tiro de fuzil matou Lamarca

WILLIAM FRANÇA
da Sucursal do Recife

O tiro que matou o capitão do Exército e guerrilheiro Carlos Lamarca foi disparado de uma distância superior a 1 metro e não à queima-roupa, como foi dito à época pelos militares que participaram da ação que resultou na morte do ex-capitão, em setembro de 1971, no sertão baiano.

Essa é a conclusão do laudo pericial sobre a morte de Lamarca, finalizado ontem pelo perito Nelson Massini, 56, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e por José Eduardo Rifa, 48, diretor do Instituto Médico Legal de Brasília.

O laudo indica que foram sete os tiros que atingiram Lamarca. Os legistas Nelson Massini e José Eduardo Rifa não quiseram dar entrevistas sobre o caso, alegando que só poderão fazê-lo depois de 30 de agosto, quando o laudo será entregue à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pelo governo para analisar os casos ocorridos durante o regime militar.

Massini havia dito, em entrevista à Folha, que o laudo seria entregue até o dia 15 de agosto. Ele não explicou o motivo do atraso.

Segundo o laudo, Lamarca foi atingido por sete balas, quando estava caído no chão, ferido. Ele não teve chance de fuga.

Um dos tiros atingiu a região lombar direita, quando Lamarca estava caído. Ele ainda tentou se levantar e, nesse momento, recebeu o outro tiro, fatal, na altura do peito. Outros seis tiros foram dados depois que ele já estava morto.

Massini acredita que os tiros foram disparados por militares que estavam a uma distância superior a 1 metro de Lamarca. "Não existe prova científica contrária. A arma de matar não foi encontrada, e esse é um ponto fundamental", afirmou.

O laudo, que pretende evitar que versões distorcidas sejam usadas para justificar a morte de Lamarca, também aponta a inexistência de qualquer tipo de tortura. Lamarca estava em boas condições físicas quando foi morto, segundo o laudo.

Uma hipótese que Massini não descartou totalmente é a de que Lamarca estivesse sem consciência quando foi atingido pelos tiros. Ele não soube explicar, porém, o motivo de Lamarca estar sem consciência.

Massini acredita que os ferimentos que Lamarca sofreu na perna direita, provocados por tiros, não o impediram de correr. "Ele estava ferido, mas não estava incapacitado", afirmou.

Massini também disse que os ferimentos provocados pelos tiros não foram suficientes para causar a morte de Lamarca imediatamente. Ele teria morrido entre 15 minutos e 1 hora depois de ser atingido.

Massini acredita que os tiros que atingiram Lamarca foram disparados por militares que estavam a uma distância superior a 1 metro de Lamarca. "Não existe prova científica contrária. A arma de matar não foi encontrada, e esse é um ponto fundamental", afirmou.

O laudo, que pretende evitar que versões distorcidas sejam usadas para justificar a morte de Lamarca, também aponta a inexistência de qualquer tipo de tortura. Lamarca estava em boas condições físicas quando foi morto, segundo o laudo.

Uma hipótese que Massini não descartou totalmente é a de que Lamarca estivesse sem consciência quando foi atingido pelos tiros. Ele não soube explicar, porém, o motivo de Lamarca estar sem consciência.

Massini acredita que os ferimentos que Lamarca sofreu na perna direita, provocados por tiros, não o impediram de correr. "Ele estava ferido, mas não estava incapacitado", afirmou.

Massini também disse que os ferimentos provocados pelos tiros não foram suficientes para causar a morte de Lamarca imediatamente. Ele teria morrido entre 15 minutos e 1 hora depois de ser atingido.

Os tiros no corpo de Lamarca

Frente

Costas

	Onde atingiram	Como foi feito o disparo
Tiro 1	Face direita do tórax, atravessou o ombro e saiu pelo mesmo lado	Por trás, à direita, praticamente na mesma altura
Tiro 2	Região glútea direita, atravessou a coxa e saiu pela região anterior	Por trás, à direita, praticamente na mesma altura
Tiro 3	Face posterior do terço médio do braço direito, atravessou o tórax e saiu pela face anterior do ombro direito	De frente, ligeiramente inclinado para trás, da direita para a esquerda, à distância de cerca de 1 metro
Tiro 4	Região lombar direita, atingindo o rim, fígado e pulmão direito, onde ficou alojado	De frente, à direita, praticamente na mesma altura
Tiro 5	Face anterior do terço médio da coxa esquerda, fraturando o fêmur	De frente, à esquerda, praticamente na mesma altura
Tiro 6	Região lombar esquerda, atingindo o rim	De frente, à esquerda, praticamente na mesma altura
Tiro 7	Face anterior do terço médio da coxa esquerda, fraturando o fêmur	De frente, à esquerda, praticamente na mesma altura

Para deputado, houve execução

O deputado Nilmário Miranda (PT-MG), que integra a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, disse estar convencido de que o laudo encontrado por Lamarca indica que ele foi "executado" e que lhe foi negado o direito de defesa.

O deputado afirma que Lamarca conseguiu fugir por 10 meses, carregando um tacho, depois de ter sido ferido em um confronto com o exército, em dia 17 de setembro, em Brotas de Macaúbas (BA).

"Os laudos indicam que ele recebeu seus ferimentos quando estava rendido e jogado no chão", disse o deputado à Folha do Rio de Janeiro.

Equipe de argentinos afirma que apenas uma delas pode ser de guerrilheiro

Legistas não identificam ossadas

da Sucursal do Recife

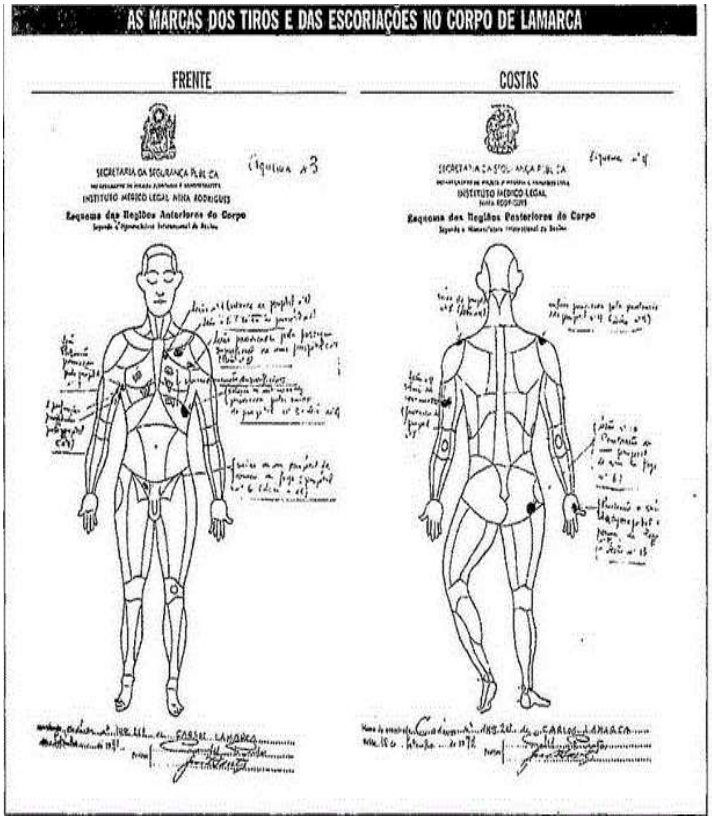
A equipe de legistas argentinos que fez exumação no sábado em Xambioá à procura de corpos de guerrilheiros desaparecidos não conseguiu identificar nenhuma das ossadas encontradas.

Luis Gamboa, com a ajuda de um intérprete, disse que a equipe encontrou 3 de cabelos encaracolados e que três pessoas morreram em Xambioá. Todo o exame de 1996, na Polícia Civil do Distrito Federal. O resultado só sai em 45 dias, aproximadamente.

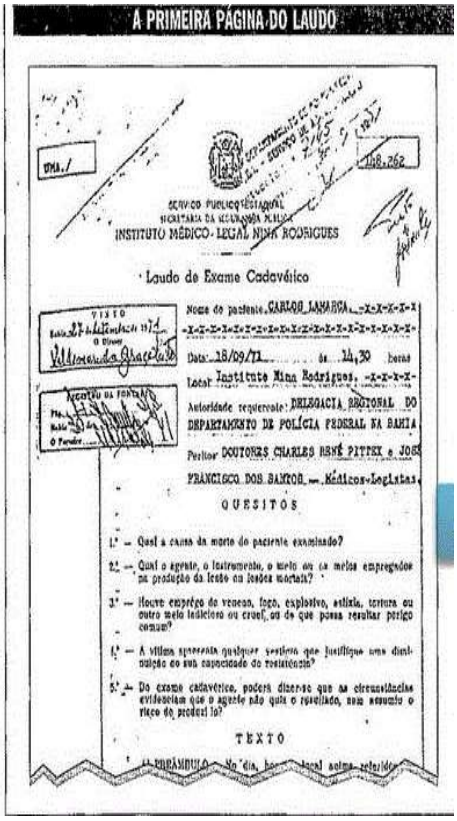
Anexo 3

O laudo do exame cadavérico de Carlos Lamarca, produzido em 18 de setembro de 1971, pelos médicos legistas Charles René Pittex e José Francisco dos Santos, do Instituto Legal Nina Rodrigues da Secretaria da Segurança Pública da Bahia.

AS MARCAS DOS TIROS E DAS ESCORIAÇÕES NO CORPO DE LAMARCA



A PRIMEIRA PÁGINA DO LAUDO



Anexo 4

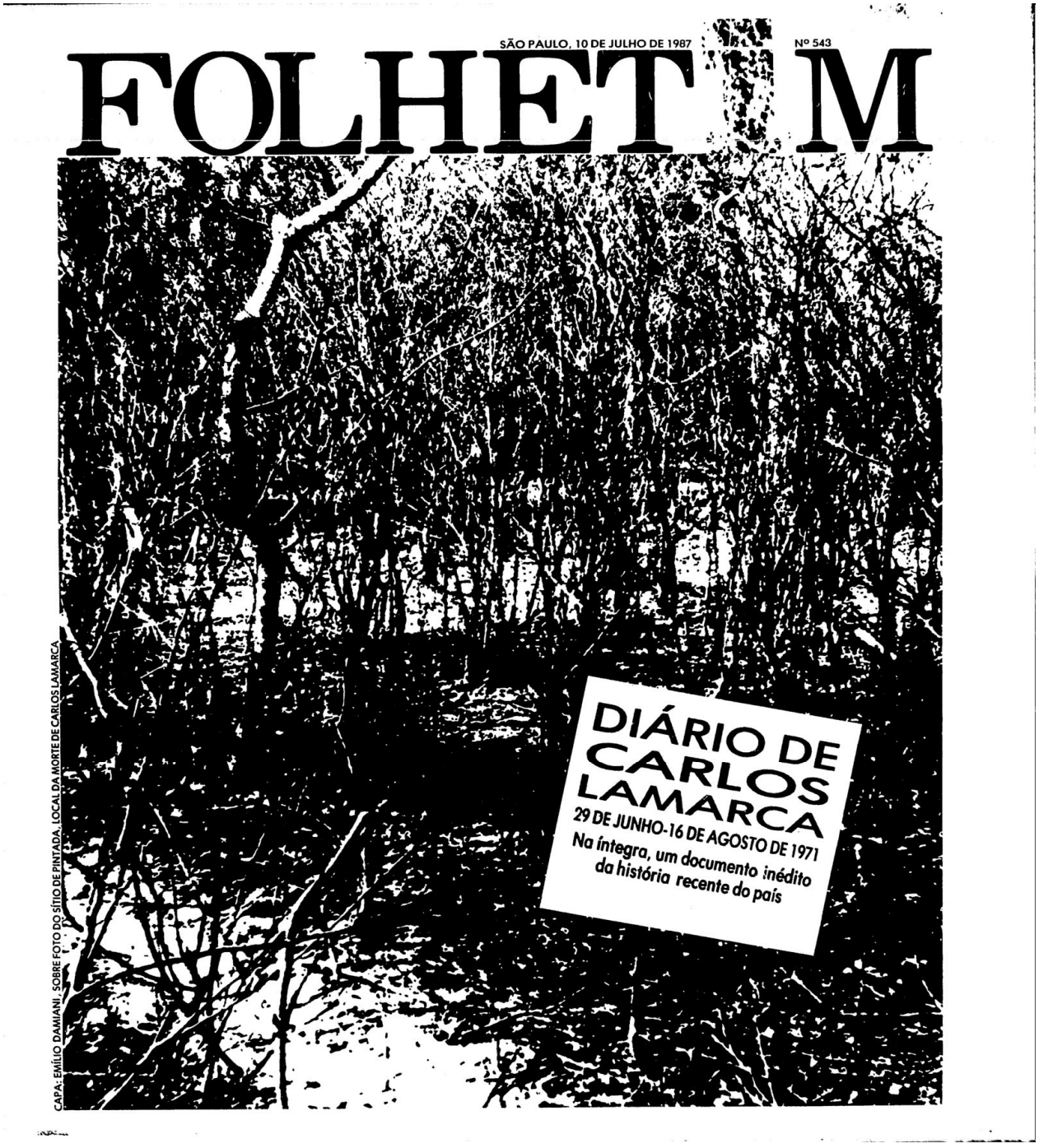
O pé de baraúna em Pintada, onde Carlos Lamarca foi morto pela equipe do major Nilton Cerqueira, em 17 de setembro de 1971 na Operação Pajussara. Acervo da revista *Manchete*, edição 1015 de 1971.

Anexo 5
A casa de José Campos Barreto – (Zé Barreto) em Buriti Cristalino na década de 1970.
[Acervo de Wilson Mário Pinheiro Silva]

Anexo 6
A casa de José Campos Barreto – (Zé Barreto) em Buriti Cristalino está desabando.
[Acervo de Wilson Mário Pinheiro Silva]

Anexo 7

As cartas escritas por Carlos Lamarca para Iara Iavelberg, de 29 de junho a 16 de agosto de 1971, em Buriti Cristalino, foram publicadas no Caderno Folhetim do jornal *Folha de São Paulo* em 10 de julho de 1987.



Anexo 8

A pedra que Carlos Lamarca usou para escrever as cartas para Iara Iavelberg e textos para a Organização MR-8. [Acervo de Wilson Mário Pinheiro Silva]